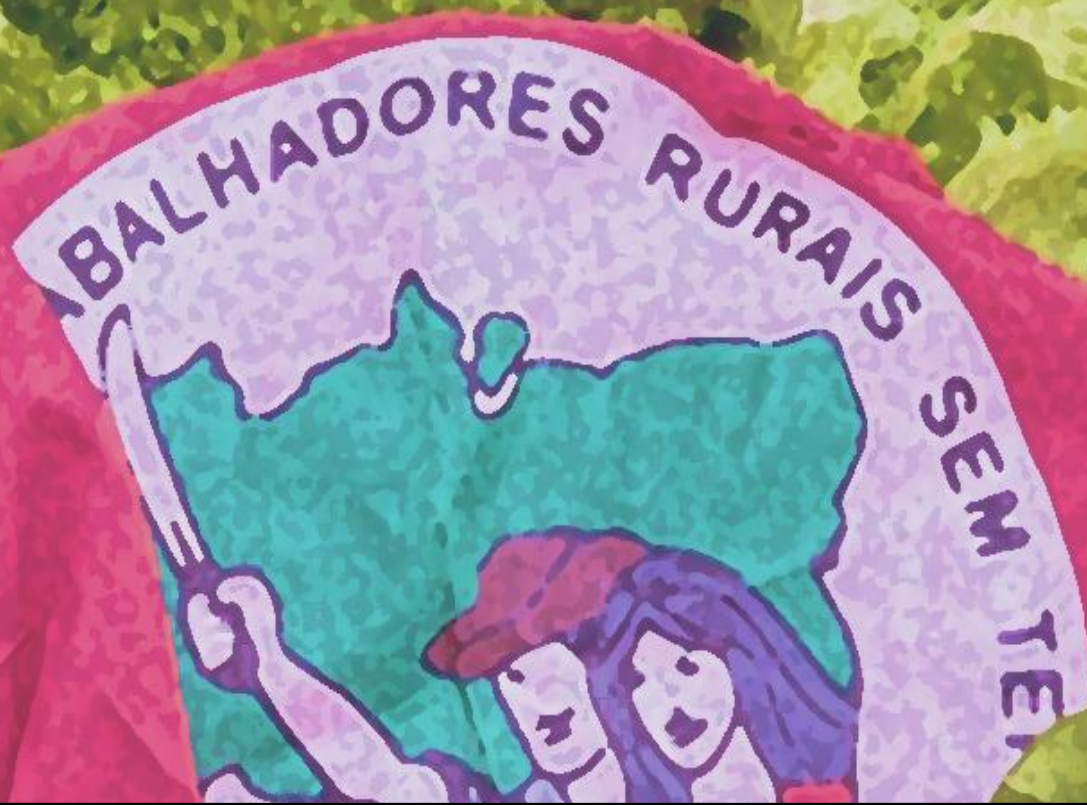


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PRESIDENTE PRUDENTE



**PARADIGMAS E ESTRATÉGIAS DO MST PARA O
DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS
AGROECOLÓGICOS**

PRESIDENTE PRUDENTE, 2024

LARA DALPERIO BUSCIOLI

**PARADIGMAS E ESTRATÉGIAS DO MST PARA O DESENVOLVIMENTO DE
TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, área de concentração Produção do Espaço Geográfico.

Orientador: Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes.

Presidente Prudente, 2024.

B977p

Buscioli, Lara Dalperio

Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos / Lara Dalperio Buscioli. -- Presidente Prudente, 2024

362 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

1. Geografia. 2. Geografia rural. 3. Paradigmas. 4. Agroecologia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: “Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos”

AUTORA: LARA DALPERIO BUSCIOLI

ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
BERNARDO MANÇANO FERNANDES
Data: 02/03/2024 10:53:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual)
Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes

Profa. Dra. MONICA COX DE BRITTO PEREIRA (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Geográficas / Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH (Participação Virtual)
Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo

Presidente Prudente, 15 de fevereiro de 2024

A toda minha família e meus amores Fabiano,
Maria e Luiz.

Aos sujeitos do campo e da cidade que lutam e
resistem diariamente.
Venceremos!

E a todas as mães que estão na graduação ou
pós-graduação enfrentando diversos
obstáculos para estudarem e se formarem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os camponeses e camponesas que cederam parte de seu tempo e que modificaram suas rotinas para a contribuição e realização deste trabalho de doutoramento, seja com conversas informais regadas a boas bebidas/comidas como de conversas formais presenciais e *online*. Sem vocês este trabalho não seria possível! Espero que os resultados desta pesquisa possam ter contribuído com a luta/resistência e militância diária de vocês para um outro projeto de desenvolvimento territorial.

De modo especial, agradeço ao Cledson, Telma e toda a sua família por abrirem diversas vezes a porta da casa de vocês para auxiliarem na minha pesquisa-militante e em outros aspectos da minha vida, principalmente nas confraternizações e debates que envolviam a temática da pesquisa. Bem como, aos militantes Diógenes, Lucas, Gerson, Cido e Marisa que me auxiliaram nos processos de compreensão da Agroecologia em diferentes escalas e territórios, esclarecendo dúvidas da pesquisa e contribuindo com os debates acerca desta temática.

Também agradeço aos companheiros e companheiras que contribuem para o Projeto das cestas Agroecológicas em Rosana, comprando os produtos da reforma agrária fortalecendo a agricultura camponesa, bem como aos companheiros que contribuem com a gestão do projeto desde a produção a comercialização.

Gostaria de agradecer a toda a minha família que me ajudaram no caminhar da pesquisa me dando o suporte e amor que necessitava em momentos tortuosos, principalmente nos anos iniciais da Covid-19, nos cuidados com meus filhos pequenos, nos conselhos, nas marmitas, nos trajetos e nos momentos de descontração. Em especial, agradeço ao meus pais, Hamilton e Regina, aos avós paternos dos meus filhos Marli e Claro, as minhas cunhadas Dayana e Karen, a minha gêmea Helena, irmãos Lucas e Hamilton e ao Rodrigo (que mesmo a quilômetros de distância sempre se fez presente), sem o apoio de vocês as coisas teriam sido bem mais difíceis.

De modo especial, gostaria de agradecer ao Roberson que foi meu apoio emocional e de vida ao longo desta minha caminhada acadêmica, me segurando e me apoiando quando eu achei que não seria mais possível. Não há palavras que possam descrever a gratidão que tenho por toda a sua ajuda e paciência, você sempre será uma parte muito importante da minha.

Agradeço aos meus amigos: Aline & Sandro, Alline Jéssica, Angela & Victor, Bruna, Camila, Cristian & Franco, Diógenes & Maria, Felipe Wuelligton, Gerson, Guilherme

& Roberta, Hellen, Janaina Vinha, Juliana & Italo, Juliana & Jair, Jhiovana, Lucas (Aranha), Lucas Campesino, Marcia, Michelly e seus pais Marcia & Antonio, Raquel, Rubens e sua querida mãe, Silmara & Washington e nossa riqueza Maria Flor, Sidney, Thais com nosso raio precioso de sol - Alice, Willians & Bia, por segurarem as minhas mãos, pelos conselhos, pelos momentos de felicidades proporcionados e me sustentarem até o fim! Muito obrigada! Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração.

Ao todo o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, as mulheres da Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente e ao Fernando (Jandira) que me acolheram e se solidarizaram comigo, obrigada pela força, quando achei que não mais teria para lutar contra o assédio e o machismo dentro da universidade.

Agradeço a todos os meus colegas que me ajudaram direta e indiretamente no decorrer da minha caminhada no Brasil, na Rede DATALUTA e na Argentina por meio do Estágio de Pesquisa no Exterior com supervisão de Raul Paz, não vou conseguir citar os nomes de todos vocês, mas sintam-se contemplados em seus corações nos meus mais sinceros agradecimentos.

Destaco que o estágio do exterior e a inserção no mestrado, só foram possíveis de serem realizados devido as aulas de espanhol que tive com a professora Luzilei Quirino que com muita dedicação no âmbito do Centro de Estudos na Escola Mon Senhor Sarrion em Presidente Prudente me ensinou um outro idioma, permitindo romper fronteiras imateriais do conhecimento e materiais territoriais. Muito obrigada professora!

Aos técnicos da UNESP, principalmente a Aline, Tamae e Cinthia, por auxiliarem com toda a minha trajetória acadêmica, contribuindo para a fluidez dos trâmites das pesquisas dentro da universidade e muitas vezes com apoio emocional. Bem como, a todos os outros funcionários, em especial aos companheiros que lutaram conosco nas greves e nas manifestações para melhoria do campus em todos os seus aspectos. E também, pelos momentos de conversas e descontrações, proporcionando um espaço mais acolhedor e empático.

Agradeço aos meus professores desde a graduação, quando iniciei os passos na vida acadêmica, pelas contribuições no meu processo formativo e de pesquisa militante. De modo especial, cito os professores: José Dourado (em memória), Nécio Turra Neto, Maria Encanação Spósito, Eliseu Spósito, Thomaz Junior, Carlos Alberto, Janaina Vinha e Rosangela Hespanhol.

Agradeço a banca examinadora da qualificação Ana Terra Reis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Carlos Alberto Feliciano da Universidade Estadual Paulista, pelas considerações iniciais no desenvolvimento do trabalho que permitiram avançarmos para a sua finalização.

Agradeço a banca de defesa final que foi composta pela Ana Terra Reis, Carlos Alberto Feliciano, Clifford Andrew Welch da Universidade Federal de São Paulo e Mônica Cox de Britto Pereira da Universidade Federal de Pernambuco, pelas contribuições na correção do trabalho, dando os apontamentos necessários para a sua qualificação e término, atingindo os objetivos propostos para o doutoramento.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2019/16813-7, vigente de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024, pelo financiamento a pesquisa, permitindo a realização de trabalhos de campo, participações em eventos e publicações científicas. Bem como, pela Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), processo 2022/14373-2, realizado em Santiago del Estero na Argentina de vigência de janeiro a maio de 2023.

Por fim, agradeço ao meu orientador o professor doutor Bernardo Mançano Fernandes que desde 2009 tem contribuído e se dedicado na minha formação dentro da graduação, na pós-graduação, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e na Rede DATALUTA. Com o senhor aprendi a ser professora e pesquisadora. Obrigada por todo o apoio que o senhor me deu ao longo dos anos, principalmente nos meus momentos da escrita dos trabalhos acadêmicos junto com a maternidade. Com certeza, esta caminhada não termina aqui!

“Os Químicos Tiram a Vida e a Agroecologia Salva Vidas.”

Cledson Mendes – MST

PARADIGMAS E ESTRATÉGIAS DO MST PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS

Resumo: As análises da Agroecologia, no debate acadêmico, são perpassadas pela compreensão dos papéis desempenhados pelos movimentos socioterritoriais no contexto das conflitualidades que envolvem o agronegócio e deve-se entender que existem diferentes formas de se concebê-la. Partimos, neste trabalho, do pressuposto de que a Agroecologia é uma forma de resistência ao avanço do capitalismo no campo, em que os movimentos socioterritoriais camponeses ganham destaque na sua forma de produção e comercialização, gerando desenvolvimento territorial. Assim, a Agroecologia e suas práticas (a nível material e imaterial) refletem um saber, um modo de vida e uma cultura que visa à produção de alimentos saudáveis, sem prejuízo à natureza e ligada à luta pela reforma agrária, representando, assim, um paradigma emergente. Com isso, nosso objetivo é debater a Agroecologia em sua multidimensionalidade nos campos materiais e imateriais dos paradigmas e territórios, bem como dos modelos de desenvolvimento, produção e comercialização, compreendendo esses elementos de acordo com a análise da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no PE Gleba XV de Novembro no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo (SP). No campo da imaterialidade, a Agroecologia se estabelece no campo científico por meio de diferentes técnicas, disciplinas, aportes teórico-paradigmático-metodológicos em consonância com os saberes tradicionais do campesinato passados de geração em geração, que buscam, a partir de uma análise crítica da crise socioambiental, avançar na consolidação das resistências produtivas, conquistando territórios e gerando desenvolvimento territorial. Compreendemos que essa busca pelo desenvolvimento territorial, conforme o Paradigma da Questão Agrária, é perpassada pelos elementos do território agroecológico, sendo apresentados neste trabalho através da luta e conquista do território, do político, do organizativo, do produtivo e da comercialização no interior das ações do MST. Enquanto perspectiva política-paradigmática, temos a análise da atuação do MST no Brasil, que dá direcionamentos/diretrizes de ação para os camponeses no interior do Movimento com planos e atividades concretas, fomentando e consolidando a Agroecologia em todos os seus espaços dentro do território brasileiro. Essas imaterialidades criam as materialidades nos territórios com ações de resistência no âmbito da luta pela permanência no território e nos campos produtivos e/ou de comercialização, gerando o desenvolvimento territorial, como é caso do Pontal do Paranapanema (SP). Nesta região, a Agroecologia tem forte influência do MST, configurando-se como uma ação de resistência e ganhando centralidade na luta pela permanência na terra a partir da consolidação de espaços formativos que se materializam nas diversas práticas, no campo de diretrizes, produções e comercializações, como é o caso do território PE Gleba XV de Novembro em Rosana e Euclides da Cunha Paulista. O MST não atuou no processo de conquista desse território, mas tem contribuído historicamente para a permanência dos camponeses no que concerne às questões vinculadas à saúde, às renegociações de dívidas, à criação de infraestruturas, à organização em associações, à produção agroecológica e à comercialização em mercados institucionais ou camponeses, de que são exemplos as feiras e as cestas. Em relação aos últimos pontos, temos a Associação Regional de Cooperação Agrícola contribuindo na parte produtiva e de comercialização por meio do Projeto de Cestas Agroecológicas na Universidade Estadual Paulista em Rosana. Esse Projeto auxilia no processo de transição agroecológica, na renda dos camponeses e contribui para o consumo de alimentos saudáveis e para a conscientização política dos consumidores, além de criar laços de afetividade e gerar desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agroecologia. Paradigmas. Territórios. Desenvolvimento Territorial. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Gleba XV de Novembro.

PARADIGMAS Y ESTRATEGIAS DEL MST PARA EL DESARROLLO DE TERRITORIOS AGROECOLÓGICOS

Resumen: Los análisis de la agroecología en el debate académico están permeados por la comprensión del papel que juegan los movimientos socioterritoriales en el contexto de los conflictos que involucran al agronegocio y debe entenderse que existen diferentes formas de concebirla. En este trabajo, partimos del supuesto de que la Agroecología es una forma de resistencia al avance del capitalismo en el campo, en la que los movimientos socioterritoriales campesinos adquieren protagonismo en su forma de producción y comercialización, generando desarrollo territorial. Así, la agroecología y sus prácticas (tanto materiales como inmateriales) reflejan un conocimiento, una forma de vida y una cultura que tiene como objetivo producir alimentos sanos, sin dañar la naturaleza y vinculados a la lucha por la reforma agraria, representando así un paradigma emergente. Con esto en mente, nuestro objetivo es debatir la Agroecología en su multidimensionalidad en los campos material e inmaterial de los paradigmas y territorios, así como los modelos de desarrollo, producción y comercialización, entendiendo estos elementos de acuerdo con un análisis de las acciones del *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) en el *PE Gleba XV de Novembro* en *Pontal do Paranapanema* en el estado de *São Paulo* (SP). En el campo de la inmaterialidad, la Agroecología se instala en el campo científico a través de diferentes técnicas, disciplinas, aportes teóricos-paradigmáticos-metodológicos en consonancia con el conocimiento campesino tradicional transmitido de generación en generación, que busca, a partir de un análisis crítico de la crisis socioambiental, avanzar en la consolidación de la resistencia productiva, conquistando territorios y generando desarrollo territorial. Entendemos que esta búsqueda de desarrollo territorial, según el Paradigma de la Cuestión Agraria, está permeada por los elementos del territorio agroecológico, que se presentan en este trabajo a través de la lucha y conquista del territorio, la política, la organización, la producción y la comercialización dentro de las acciones del MST. Desde una perspectiva político-paradigmática, analizamos las acciones del MST en Brasil, que da orientaciones/directrices de acción a los campesinos dentro del Movimiento con planes y actividades concretas, promoviendo y consolidando la agroecología en todos sus espacios dentro del territorio brasileño. Estas inmaterialidades crean materialidades en los territorios con acciones de resistencia en el contexto de la lucha por permanecer en el territorio y en los campos de producción y/o comercialización, generando desarrollo territorial, como es el caso de *Pontal do Paranapanema* (SP). En esta región, la agroecología está fuertemente influenciada por el MST, que se ha erigido como una acción de resistencia y ha ganado centralidad en la lucha por la permanencia en la tierra a través de la consolidación de espacios formativos que se materializan en diversas prácticas, en el ámbito de las directrices, la producción y la comercialización, como es el caso del territorio *PE Gleba XV de Novembro* en *Rosana* y *Euclides da Cunha Paulista*. El MST no participó en el proceso de conquista de este territorio, pero históricamente ha contribuido a la permanencia de los campesinos en cuestiones de salud, renegociación de deudas, creación de infraestructuras, organización de asociaciones, producción agroecológica y comercialización en mercados institucionales o campesinos, como ferias y cestas. Con respecto a estos últimos puntos, tenemos a la *Associação Regional de Cooperação Agrícola* contribuyendo a la producción y comercialización a través del Proyecto de Cestas Agroecológicas de la *Universidade Estadual Paulista* en *Rosana*. Este proyecto ayuda al proceso de transición agroecológica, a la renta de los agricultores y contribuye al consumo de alimentos saludables y a la concienciación política de los consumidores, además de crear lazos afectivos y generar desarrollo territorial.

Palabras clave: Agroecología. Paradigmas. Territorios. Desarrollo Territorial. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. *Gleba XV de Novembro*.

PARADIGMS AND MST'S STRATEGIES FOR THE DEVELOPMENT OF AGROECOLOGICAL TERRITORIES

Abstract: Analyses of agroecology, in the academic debate, are permeated by an understanding of the roles played by socioterritorial movements in the context of conflicts involving agribusiness and it must be understood that there are diverse ways of conceiving it. In this work, we start from the assumption that agroecology is a way of resistance in relation to the advance of capitalism in the countryside, in which socioterritorial movements are gaining prominence in the way they are produced and marketed, generating territorial development. In that way, agroecology and its practices (in material and immaterial level) reflect a knowledge, a way of life and a culture that aims the production of healthy food, without damage to nature and relate to the struggle for agrarian reform, representing thus, an emerging paradigm. With this, our aim is to debate agroecology in its multidimensionality in the material and immaterial fields of paradigms and territories, as well as, in the development models, production and commercialisation, understanding these elements according to analysis of the performance of the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the state settlement project *Gleba XV de Novembro* in the *Pontal do Paranapanema*, São Paulo state (SP). In the field of immateriality, agroecology is established in the scientific field through different techniques, disciplines, theoretical-paradigmatic-methodological contributions in line with the traditional knowledge of the peasantry passed down from generation to generation, which seeks, from a critical analysis of the socio-environmental crisis, to advance in the consolidation of productive resistance, conquering territories and generating territorial development. We understand that this search for territorial development, according to the Paradigm of Agrarian Question, is permeated by the elements of agroecological territory, which are presented in this work through the struggle and conquest of territory politics, organization, production, and marketing within the actions of the MST. While political-paradigmatic perspective, we have the analysis of MST's actions in Brazil, which gives directions/directives of action to the peasants within the Movement with concrete plans and activities, fostering and consolidating Agroecology in all its spaces within the Brazilian territory. These immaterialities create the materialities in the territories with resistance actions in the context of the struggle to remain in the territory and in the productive and/or commercial fields, generating territorial development, like is the case in *Pontal do Paranapanema* (SP). In this region, Agroecology has great influence from MST, becoming an action of resistance and gaining centrality in the struggle to remain on the land through the consolidation of formative spaces that materialize in various practices, in the field of guidelines, production and commercialization, as is the case of the PE *Gleba XV de Novembro* territory in Rosana and Euclides da Cunha Paulista. The MST was not involved in the process of conquering this territory, but it has contributed historically to the permanence of peasants in terms of health issues, renegotiating debts, creating infrastructure, organizing associations, agroecological production and marketing in institutional or peasant markets, such as food fairs and baskets. Regarding the last points, we have the Associação Regional de Cooperação Agrícola (Regional Agricultural Cooperation Association) contributing to food production and commercialization, through the Agroecological Baskets Project at the São Paulo State University, in Rosana. This project helps with the agroecological transition process, the peasants' income and it contributes to the consumption of healthy food and the political awareness of consumers, as well as, creating bonds of affection and generating territorial development.

Keywords: Agroecology. Paradigms. Territories. Territorial Development. Landless Rural Workers' Movement. *Gleba XV de Novembro*.

LISTA DE SIGLAS	
AL	Alagoas
AMIGREA	Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado do Alagoas
APAR	Associação de Produtores Assentados da Rodeio
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ARCA	Associação Regional de Cooperação Agrícola
BA	Bahia
BEPE	Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETA	Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CETAS	Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CMCC	Movimento Camponês Corumbiara
CO	Centro-Oeste
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COCAMP	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal
COVID-19	Doença do Corona Vírus 2019
CPG	Caderno Prudentino de Geografia
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FERAESP	Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNF	Fórum Nacional do Fisco
FTL	Movimento Trabalhadores Livres
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LCP	Liga Camponesa Pobre
MAAP	Movimento dos Assentamento do Amapá
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento de Agricultores Sem Terra
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
MDA	Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio
MDC	Modelo de Desenvolvimento do Camponato
MLT	Movimento de Luta Pela Terra
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras

MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST do Oeste	Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo
MTAA-MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil
MTEM	Movimento Terra, Educação e Moradia
MUT	Movimento Unidos Pela Terra
MVTC	Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo
N	Norte
NE	Nordeste
NERA	Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária
OAC	Organização Agrária Camponesa
OLC	Organização de Luta no Campo
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PDS	Projeto de desenvolvimento sustentável
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PE	Pernambuco
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PJR	Pastoral Juventude Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PR	Paraná
PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens
RESEX	Reserva Extrativista
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
S	Sul
SAF	Sistema Agroflorestal
SC	Santa Catarina
SE	Sudeste
SP	São Paulo
TQ	Territórios Quilombolas
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UHE	Usina Hidroelétrica
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1: Estratégias de formação em Agroecologia do MST	151
Figura 2: Cartaz do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”	153
Figura 3: Plantio de árvores como ação do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”	195
Figura 4: Pannel Fotográfico - Fortalecimento de viveiros de mudas para o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”	196
Figura 5: Ocupação da Fazenda Nazaré no Abril Vermelho de 2016	209
Figura 6: Pannel Fotográfico - Manifestação do MST no Pontal do Paranapanema (SP) em 2016	213
Figura 7: Pannel Fotográfico - Manifestação conjunta MST e CUT em Presidente Prudente (SP) em 2017	215
Figura 8: Sementes Crioulas e produção agroecológica de Cassio e Maria	219
Figura 9: Agroindústria no PE Rodeio	229
Figura 10: Fortalecimento da relação MST e UNESP no contexto Agroecológico	230
Figura 11: Contribuições do MST na educação dentro do PE Gleba XV de Novembro	246
Figura 12: Pannel fotográfico - Ação de solidariedade e impactos no Assentamento Gleba XV de Novembro	249
Figura 13: Pannel Fotográfico: Espaço ARCA	253
Figura 14: Instagram da ARCA	254
Figura 15: Entrega das Cestas Agroecológicas em Presidente Prudente	260
Figura 16: Pannel Fotográfico - Ação de resistência pelo Dia do Agricultor em Primavera (SP)	261
Figura 17: Garrafa de Fermento Biológico	263
Figura 18: Pannel fotográfico - Produção de pães da Vanessa	265
Figura 19: Trabalho no lote de Marcelo	269
Figura 20: Produção familiar do Marcelo	270
Figura 21: Galpão organizativo da produção de Marcelo	273
Figura 22: Pannel Fotográfico – Produção agroecológica no lote de Flávio	274
Figura 23: Pannel Fotográfico – Produção Agroecológica Nunes e Naiara	280
Figura 24: Pannel fotográfico – Produção Laura e João	285
Figura 25: Pannel Fotográfico – “Isclas” Abelhas Jataí	288
Figura 26: Pannel Fotográfico – Produção lote Luiz e Ticiane.	290
Figura 27: Pannel fotográfico – Diversidade da produção agroecológica do Projeto	300
Figura 28: Pannel fotográfico – Diversidade de verduras agroecológicas comercializadas	300
Figura 29: Pannel fotográfico – Diversidade produtiva agroecológica	301
Figura 30: Pannel fotográfico – Diversidade da produção agroecológica da ARCA	301
Figura 31: Pannel fotográfico – Produtos produzidos dentro do assentamento Gleba XV de Novembro	302
Figura 32: Pannel fotográfico – Produtos de outros territórios camponeses comercializados na feira	303
Figura 33: Pannel Fotográfico: Imagens de divulgação dos produtos do Projeto das Cestas Agroecológicas	305

Figura 34: Lista de reserva dos pedidos de Cestas e produtos avulsos	307
Figura 35: Painel Fotográfico - Orientações sanitárias e alimentar da ARCA	308
Figura 36: Painel fotográfico - Montagem dos produtos agroecológicos	309
Figura 37: Painel Fotográfico – Exemplos de Cestas Agroecológicas Comercializadas	310
Figura 38: Feira para comercialização dos Produtos agroecológicos em Primavera (SP)	310
Figura 39: Painel Fotográfico: Sociabilidades entre os consumidores	313
Figura 40: Painel Fotográfico – Alimentos produzidos pelos consumidores com produtos agroecológicos	314
Figura 41: Painel fotográfico – Impactos na comercialização de alimentos agroecológicos	317
Figura 42: Cestas solidárias montadas para entrega	323
Figura 43: Entrega das cestas agroecológicas solidárias à comunidade de Primavera (SP)	324
Figura 44: Entrega das Cestas Solidárias	325

ÍNDICE DE GRÁFICOS	
Gráfico 1: Brasil – Relação do número de ocupações de terras e manifestações do campo entre 2000 e 2022	98
Gráfico 2: Brasil – Relação do número de pessoas em ocupações e manifestações entre 2000 e 2022	98
Gráfico 3: Brasil – Número de assentamentos rurais criados entre 2000-2022	115
Gráfico 4: Brasil – Número de famílias assentadas entre 2000-2022	115
Gráfico 5: Distribuição Percentual das Tipologias de Ações em agroecologia sistematizadas pelas notícias do MST - 2019-2022	191
Gráfico 6: Pontal do Paranapanema - Distribuição percentual das tipologias de manifestações realizadas pelo MST	216
Gráfico 7: ARCA - Recursos recebidos via PAA	258
Gráfico 8: Comercialização das cestas agroecológicas na UNESP campus de Rosana por reserva	315

ÍNDICE DE MAPAS	
Mapa 1: Espacialização das manifestações do campo brasileiro entre 2000-2019	105
Mapa 2: Espacialização das ocupações de terras no Brasil entre 2000-2019	108
Mapa 3: Territorialização dos assentamentos rurais no Brasil de 2000 a 2022	118
Mapa 4: Territorialização das famílias assentadas no Brasil de 2000 a 2022	119
Mapa 5: Agroecologia e MST no Brasil entre 2019-2022	174
Mapa 6: As ações do MST em ocupações de terras no Pontal do Paranapanema	208
Mapa 7: Manifestações do campo realizadas pelo MST no Pontal do Paranapanema	212
Mapa 8: Assentamento PE Gleba XV de Novembro	239
Mapa 9: Setores do Assentamento Gleba XV de Novembro	240

ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS	
Organograma 1: Agroecologia - Ciência, Paradigmas e modelos de desenvolvimentos dentro da Geografia Agrária	33
Organograma 2: Territórios agroecológicos sob a Teoria dos Territórios	63
Organograma 3: Principais elementos materiais e imateriais dos territórios da agroecologia	67
Organograma 4: Elementos que dão significado à Agroecologia dentro do MST	132
Organograma 5: Elementos da conquista do PE Gleba XV de Novembro	233
Organograma 6: Contribuições do MST nas materialidades e imaterialidades no PE Gleba XV de Novembro	244
Organograma 7: Contribuições da ARCA para os camponeses no contexto do desenvolvimento territorial	255
Organograma 8: Sintase dos elementos da Agroecologia aliado ao desenvolvimento territorial e resistência dos camponeses da ARCA	292
Organograma 9: Objetivos do Projeto das Cestas Agroecológicas	296

ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 1: Projetos Financiados pelo BID que abordam o conceito de agroecologia	64
Quadro 2: Principais práticas agroecológicas realizadas pelo MST no Brasil	161
Quadro 3: MST e Plano Nacional – Tipologias de Ações sistematizadas pelas notícias do MST 2019-2022	194
Quadro 4: Movimentos socioterritoriais e socioespaciais que atuaram em conjunto com o MST em ocupações de terras entre 2000-2022	210
Quadro 5: Pontal do Paranapanema - Movimentos Socioespaciais/Socioterritoriais e Instituições que realizaram manifestações com o MST	214
Quadro 6: Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema e práticas agroecológicas	222
Quadro 7: Fazendas desapropriadas para a conquista do PE Gleba XV de Novembro	237
Quadro 8: Informações PE Gleba XV de Novembro	239
Quadro 9: Especificidades da produção de Vanessa	265
Quadro 10: Produtos Comercializados no Projeto das Cestas Agroecológicas	298
Quadro 11: Produtos comercializados na feira que não integram a Cesta Agroecológica	299

ÍNDICE DE TABELAS	
Tabela 1: MST - Número de Assentamentos com Produção e Comercialização de Cesta Agroecológica no Sudeste	124
Tabela 2: Agroecologia e MST no Brasil – Total das Tipologias de Ações em agroecologia sistematizadas pelas notícias do MST entre 2019 e 2022	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1. AS DIMENSÕES (I)MATERIAIS DA AGROECOLOGIA: UM DEBATE CONCEITUAL-PARADIGMÁTICO	29
1.1. Paradigmas e territórios no campo científico: um debate a partir da agroecologia e modelos de desenvolvimentos	30
1.2. Os elementos dos territórios agroecológicos como resistências dos movimentos socioterritoriais	59
CAPÍTULO 2. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: RESISTÊNCIAS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS	81
2.1. As resistências dos movimentos socioterritoriais para a produção de territórios	82
2.2. A territorialização dos assentamentos rurais enquanto potencialidades para os territórios agroecológicos	112
CAPÍTULO 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RESISTÊNCIAS E AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL	128
3.1. A construção da Agroecologia no MST: contribuições ao debate paradigmático no contexto do território imaterial	129
3.2. A (i)materialidade das ações do MST no contexto agroecológico: práxis que produzem territórios	171
CAPÍTULO 4. O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) E OS ELEMENTOS DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO DO PE GLEBA XV DE NOVEMBRO	199
4.1. Breves apontamentos sobre a luta do MST no Pontal do Paranapanema (SP) e a Agroecologia: dos conflitos territoriais à conquista de territórios	201
4.2. O processo de conquista do PE Gleba XV de Novembro em Rosana/Euclides da Cunha Paulista e a contribuição do MST	231
4.3. A Associação Regional de Cooperação Agrícola no contexto agroecológico	251
4.4. As estratégias de comercialização da produção agroecológica: as cestas de Rosana	294
CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
REFERÊNCIAS	337

INTRODUÇÃO

Introdução

“Amar a terra e nela plantar semente, a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente”
Zé Pinto.

As problemáticas que envolvem a agricultura no mundo e seu modelo de produção são perpassadas pela análise do debate sobre os momentos de crises, os quais convergiram no distanciamento da produção e consumo/aceso de alimentos saudáveis, com a utilização de insumos agrícolas principalmente pós-Revolução Verde, que culminou na utilização excessiva de agrotóxicos num pacote “fechado”, sendo a Revolução Verde associada com: “la utilización de variedades de alto rendimiento, la expansión de monocultivos, la mecanización de las tareas agrícolas, y el uso de fertilizantes y otros insumos químicos (herbicidas, insecticidas, y fungicidas)” (CHIAPPE, 2002, p. 61).

Com os discursos da crise alimentar e da fome, tem-se uma justificativa para a territorialização de empresas/grupos estrangeiros nos países, para a produção de “alimentos” (monoculturas como a cana-de-açúcar e a soja). Compreendemos que esse processo é histórico e está relacionado à crise estrutural aprofundada com a inserção do sistema financeiro nos domínios econômicos, culturais e sociais, tal como descreve Mészáros (2011).

Lizárraga e Vacaflores (2008) apontam que o discurso do agronegócio e seu projeto dominante como modernizador da agricultura mundial tem se colocado como única alternativa para a luta contra a pobreza no mundo, gerando desenvolvimento para diversos setores populacionais por meio de: “formas organizativas especializadas en la producción de rubos rentables en el mercado, con su paquete tecnológico adjunto de la cadena productiva, y abandonando las peligrosas organizaciones sindicales que constantemente cuestionan el orden de dominación” (p. 246). Mas, os autores destacam que esse discurso é facilmente contestado ao observamos os projetos de desenvolvimento que têm gerado a exclusão e seleção de territórios em contraponto a outros.

Essas exclusões e seleções de territórios têm como protagonistas as empresas/grupos transnacionais e o Estado. Assim, a relação entre esses dois sujeitos encontra-se na função de reprodução do capital estabelecida pelo Estado, ou seja, este se constitui como a materialidade do sistema do capital, pois na crise ele o apoia com suporte econômico. Diante disso, o capitalismo concebe como forma de realização do capital o tripé Estado, Capital e Trabalho (MÉSZÁROS, 2002; 2011).

Essa questão do trabalho também está envolta no discurso da pobreza e desenvolvimento da população do campo, como se os sujeitos não tivessem condições de se reproduzirem ou mesmo que suas práticas de trabalho (tradicionais) são atrasadas. Do mesmo modo, entram em cena os projetos/políticas governamentais tendo como elo grupos/empresas capitalistas verdes que se contrapõem à Agroecologia (GIRALDO; ROSSET, 2017). Em correlação a isso, temos a afirmação de McMichael (2014):

In these senses, the food crisis is not simply about hunger and food availability, but it is also an expression (and driver) of food regime restructuring, deepening its arsenal of weapons of dispossession. Such weapons may not be as subtle as the market mechanism is purported to be. But they continue to draw legitimacy from a capitalist narrative portraying the peasantry as an historical relic unfit for a productive modern world (MCMICHAEL, 2014, p. 942).

Nesse sentido, o alimento torna-se um instrumento de dominação, cujo resultado baseado na lógica de acumulação capitalista, em que a questão central não é resolver a problemática da fome no mundo, mas abrir novas fronteiras de ganho do capital, resulta na concentração de terra por empresas transnacionais (RUBIO, 2015), em novas configurações geopolíticas, pois capital, Estados e empresas transnacionais formam um complexo de sistemas para a territorialização em outros países (FERNANDES, 2009b).

Estado, capital e agricultura caminham juntos em prol da expansão da economia capitalista no mundo, globalizando a agricultura, fato esse que está diretamente relacionado com os períodos dos “regimes alimentares” elaborados por McMichael (2016), que representam novas formas de se tratar a agricultura com base na soberania alimentar, relacionadas aos controles de produção e distribuição dos alimentos garantindo o processo geral de acumulação capitalista no mundo.

Para McMichael (2016), existem três tipos de regimes alimentares “que abastecem a relação entre o Estado e o mercado” (p. 18): 1) Imperial (Grã-Bretanha – 1970-1930); 2) Intensivo (Estados Unidos – 1950-1970) e 3) Corporativo (1980-2000...), que culminou em grandes impactos na agricultura mundial, onde os Estados estão ligados com as relações agroalimentares.

O primeiro caso está associado com a conexão do capital industrial ora emergente com áreas de abastecimento alimentar mais baratas no mundo, sendo que a transferência para o segundo regime ocorre pela via da geopolítica alimentar pós-II Guerra. Ambos os regimes são regidos pelo livre mercado, em que os Estados Unidos “criaram” oportunidades para a sua produção agroindustrial intensiva com ligações com os mercados. Já no terceiro tipo vige o

mercado-neoliberal, proporcionando maiores rotas para a comercialização-circulação da produção de *commodities*, bem como de capital (MCMICHAEL, 2016).

As empresas transnacionais, por meio da globalização neoliberal, passam a legitimar a territorialização da elite capitalista transnacional enquanto acaba ocorrendo a subordinação dos Estados às agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio (SIMONETTI; SCANTIMBURGO; FIAMENGUI, 2010), características do terceiro tipo de regime alimentar.

Os autores apontam que isso tem gerado novas formas de acumulação capitalista, que ocorrem em larga escala, por empresas/investimentos transnacionais, ao passo que as políticas redistributivas continuam com os governos nacionais, que não estão dispostos a ir contra o interesse do capital transnacional. Pelo contrário, fortalecem esses sujeitos com ações/acordos regionais e multilaterais impondo políticas neoliberais pelo mundo, não tendo como foco os custos ambientais e socioculturais que isso provoca (SIMONETTI; SCANTIMBURGO; FIAMENGUI, 2010).

Essa lógica dominante tem efeitos na função da agricultura e em seus discursos, como: nutrir a população mundial, mas isso se revertendo na perda da qualidade dos alimentos; regenerar o planeta com a perda da sua biodiversidade/contaminação; assegurar o bem estar dos camponeses, mas isso se revertendo na dominação do seu trabalho e do capital (RUBIO, 2015).

Nessa perspectiva, a Agroecologia surge como forma de resistência ao atual modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio que se consolida sobre esse discurso. A Agroecologia vem debater os problemas estruturais desse modelo, colocando a real causa da crise ambiental que estamos vivendo e propondo uma outra forma de apropriação da natureza sob bases sustentáveis e relação de respeito mútuo.

Faz-se necessário que a Agroecologia rompa com os marcos legais em escala mundial para poder se efetivar enquanto ação concreta, buscando que seus objetivos gerais sejam supridos frente ao modelo de dominação global (ORTIZ; MARÍN, 2012), ou seja, na medida em que avança o capital na figura das empresas transnacionais.

Compreender os aspectos científicos que envolvem a Agroecologia e seu debate no contexto dos regimes alimentares torna-se importante para pensarmos na sua consolidação em escala mundial, pois estabelece vínculos formativos em consonância com as práticas e os saberes tradicionais que são considerados neste debate científico que faz parte de um conjunto de teorias e paradigmas que convergem em sua essência explicativa.

Segundo Costa Neto (2008), o conceito/terminologia “agroecologia” tem se tornando um tema polêmico no âmbito acadêmico institucional, pois trata-se não só de apontamentos teórico-metodológicos enraizados em diferentes disciplinas. Como apontamos, temos, ainda, um jogo de interesses de diferentes sujeitos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral apresentar as discussões da Agroecologia em sua multidimensionalidade nos campos materiais e imateriais dos: paradigmas, territórios, modelos de desenvolvimentos, produção e comercialização, compreendidos no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Projeto de Assentamento Estadual (PE) Gleba XV de Novembro no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo (SP).

Especificamente objetivamos:

- Analisar a Agroecologia dentro do debate científico vinculado com os paradigmas e modelos de desenvolvimento, buscando apresentar os principais elementos dos territórios agroecológicos que materializam a luta dos movimentos socioterritoriais;
- Estudar a Agroecologia como estratégia de desenvolvimento territorial e luta dos movimentos socioterritoriais para a produção de territórios agroecológicos materiais e imateriais, buscando tais compreensões a partir da construção realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil;
- Elucidar as ações do MST na região do Pontal do Paranapanema (SP), em seus diferentes contextos históricos, buscando compreender suas principais lutas que resultam nas (i)materialidades dos territórios camponeses, bem como sua luta por meio da Agroecologia;
- Analisar, a partir dos elementos do território agroecológico: conquista pela terra, associação, produção e comercialização, as materialidades e imaterialidades da Agroecologia evidenciando a propositiva de luta e resistência do MST no contexto do desenvolvimento territorial no PE Gleba XV de Novembro em Rosana e Euclides da Cunha Paulista (SP).

Para isso, partimos de quatro procedimentos metodológicos que nos permitiram avançar nos principais debates propostos no trabalho e que envolvem a geografia agrária em sua multidimensionalidade. São eles: pesquisas bibliográficas, observação participante, entrevistas e sistematização de dados quantitativos.

Em relação à primeira parte, realizamos pesquisas bibliográficas por meio de leituras de livros, teses, dissertações e artigos científicos, com os principais temas da pesquisa: Agroecologia, paradigmas dentro da Geografia Agrária, modelos de desenvolvimento, tipologia de territórios, questão agrária brasileira, questão agrária no Pontal do Paranapanema, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupações de terras, manifestações do campo, entre outros.

Aplicamos entrevistas de caráter formal e semiestruturadas, ou seja, por mais que em sua execução tenhamos utilizado um roteiro de entrevistas contendo os principais elementos analíticos do trabalho, tivemos a possibilidade e liberdade de adicionarmos perguntas que julgamos pertinentes diante do depoimento do entrevistado (COLOGNESE; MELO, 1998).

Destacamos que as entrevistas foram realizadas de forma presencial e online. Alguns dos trabalhos de campo, foram acompanhados de outros pesquisadores da graduação (Michelly Mióla, Vitória Silva e Felipe Lima) e da pós-graduação (Angela Machado e Rubens Romão), sendo realizadas entrevistas, em conjunto com os objetivos de cada pesquisa, contribuindo assim para o avanço dos elementos de coletividade dentro do campo acadêmico.

Utilizamos como forma de análise dos dados dessas entrevistas a identificação de códigos, baseando-nos em Gibbs (2009), o qual explica que esse método: “Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva” (p. 60).

Viabilizaram-se, assim, as análises comparativas dos depoimentos com a categorização e indexação do texto para estabelecer estruturas de ideias em temáticas específicas. Cabe destacar que, no decorrer analítico dessas análises, nas narrativas apresentadas pelas falas dos militantes em consonância com o desenvolvimento da tese, estamos compreendendo que elas contribuem para a construção teórico-metodológica do trabalho, ou seja, partimos do pressuposto que eles produzem conhecimentos pela oralidade reflexos de suas historicidades na luta pelo território ou sua permanência.

Em relação as características dos sujeitos entrevistados, elencamos que eles eram membros dos setores de Juventude, Frente de Massas, Comunicação, Educação e Produção, Cooperação e Meio Ambiente, sendo que alguns são especialistas, mestres e doutores nas ciências humanas e agrárias.

Optamos por não identificar os nomes dos militantes camponeses entrevistados, inserimos novos fictícios, devido ao caráter conflituoso da luta pela terra no Brasil, bem como

de todos os sujeitos envolvidos com essa questão. Sendo assim, identificamos apenas os professores/pesquisadores da Universidade Estadual Paulista.

A Observação Participante nos ajudou na aplicação das entrevistas, bem como nas participações no Projeto das Cestas Agroecológicas e em eventos. Conforme apontamentos teóricos de May (2004) e Foote-Whyte (1980), essa metodologia é compreendida como um procedimento complexo de produção de informações e organização de trabalho, exigindo uma gama de atividades que tem o tempo como um dos elementos principais. Nesse sentido, “quanto mais variadas as oportunidades do observador relacionar-se com o grupo, tanto em termos de *status*, de papel e de atividades, maior será o entendimento dele” (MAY, 2004, p. 189).

Na execução dessa metodologia, a realizamos quinzenalmente através da comercialização no Projeto Cestas Agroecológicas no Distrito de Primavera, pertencente ao município de Rosana no estado de São Paulo, realizando as atividades de: organização e contagem dos pedidos reservados; limpeza e montagem do local de comercialização; separação dos pedidos; montagem das cestas agroecológicas e da feira; e a comercialização destes produtos.

Também participamos ativamente na organização dos eventos e reuniões internas realizadas *online* ou presencialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com as temáticas que envolviam a questão agrária, como as Jornadas Universitárias da Reforma Agrária realizadas na Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” *campus* de Presidente Prudente, o Encontro de Mulheres intitulado “Terra, trabalho, direito de existir! Mulheres em luta não vão sucumbir!”, o Encontro Regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Pontal do Paranapanema, com o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em escala regional ou estadual entre outras ações.

No que tange à sistematização dos dados quantitativos, partimos dos dados do DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios¹ e da Comissão Pastoral da Terra nas formas de ocupações, manifestações e assentamentos rurais; do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra² através do seu site, bem como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os dados foram tabulados com o programa Excel, resultando em ilustrações caracterizadas por mapas, quadros, gráficos e tabelas, tanto do Pontal do Paranapanema como no Brasil.

¹ Vinculados a Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios.

² Cabe destacar que criamos um banco de dados intitulado “Territórios Agroecológicos Materiais e Imateriais do MST no Brasil”, que será disponibilizado via pasta no Google Drive para o MST e a toda a sociedade.

No contexto metodológico da execução das entrevistas e da observação participante, destacamos que seu desenvolvimento ocorreu nas seguintes condições: 1) no início do doutorado, em 2019, com o estado de gravidez da doutoranda, no primeiro semestre realizando as disciplinas e, no segundo, afastada em domicílio devido ao nascimento da criança; 2) dentro das limitações de *home office* devido à Pandemia do Coronavírus e consequente decretação do isolamento social sugerido pela Organização Mundial da Saúde e, especificamente no estado de São Paulo, disciplinado no decreto Nº 64.881 de 22 de março de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 23 de março de 2020. Posteriormente à abertura, advieram as problemáticas que envolviam o acesso à vacinação pela doutoranda e seus filhos.

Para tentarmos minimizar os impactos que a Pandemia da Covid-19 trouxe ao desenvolvimento da pesquisa com a possibilidade de contágio eminente e acertadamente a realização do isolamento social, procuramos realizar algumas entrevistas de forma *online*, utilizando o Google Meet. Mas, as visitas aos territórios camponeses ficaram prejudicadas, pois só aconteceram depois da vacinação completa da doutoranda e dos seus filhos.

Em relação à execução da escrita da tese, compreendemos que apesar das dificuldades e limitações do período do doutoramento, conseguimos avançar nesse ponto, por meio da aplicação dessas metodologias. Assim, para cumprir os objetivos apresentados dividimos o trabalho em quatro capítulos:

O Primeiro Capítulo, intitulado “As dimensões (i)materiais da Agroecologia: um debate conceitual-paradigmático”, apresenta as discussões sobre o aporte teórico de compreensão da Agroecologia no campo científico, buscando compreender, a partir de diferentes autores, a complexidade desse debate em consonância com os paradigmas da Geografia Agrária – Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária – com os modelos de desenvolvimento que os compõem – Modelo de Desenvolvimento do Campesinato e Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio – e com a construção dos Territórios da Agroecologia no âmbito material e imaterial, buscando concebê-la como uma forma de resistência e uma estratégia de desenvolvimento territorial.

O Segundo Capítulo tem como título “Questão agrária no Brasil: resistências, movimentos socioterritoriais e territórios agroecológicos”. Nele, desenvolvemos os debates acerca da questão agrária no Brasil, apontando os elementos de conflitualidades e das materializações das resistências nas formas de ocupações de terras, manifestações do campo e assentamentos rurais, abordando os apontamentos das reivindicações no âmbito territorial e, de forma específica, da Agroecologia, evidenciando que tais lutas podem ser analisadas a

partir da conquista do território material que permite a construção dos territórios materiais e imateriais agroecológicos frente ao avanço do agronegócio no campo.

O terceiro capítulo intitulado “Desenvolvimento territorial, resistências e agroecologia: as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil”, apresentamos os debates realizados no contexto da materialidade e imaterialidade dos territórios agroecológicos produzidos pelo MST no Brasil que promovem o desenvolvimento territorial. Nele, analisamos como ocorre a construção do território imaterial da agroecologia dentro do Movimento que confere o entendimento da agroecologia por estes sujeitos organizados, bem como suas materialidades nas principais tipologias de ações agroecológicas realizadas na propositiva de mudança estrutural contribuindo para o desenvolvimento territorial dos territórios da reforma agrária. Ou seja, tais apontamentos permeiam a imaterialidade dos elementos da Agroecologia estabelecidos no âmbito das suas construções e contribuições que impactam diretamente nas materialidades desses territórios em sua multiescalaridade (nacional, estadual, regional e local).

No contexto da multiescalaridade, o quarto capítulo, intitulado “O MST no Pontal do Paranapanema (SP) e os elementos do território agroecológico do PE Gleba XV de Novembro”, buscamos evidenciar os elementos que compõem a Agroecologia como resistência e estratégia de desenvolvimento territorial aliado ao campesinato através das lutas e conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, com foco no PE Gleba XV de Novembro em Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

Nesse sentido, apresentamos o processo de conquista do PE Gleba XV de Novembro e a contribuição do MST no processo agroecológico, a questão organizativa de comercialização no assentamento dos camponeses através da Associação Regional de Cooperação Agrícola pertencente ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento, bem como a comercialização por meio de cestas agroecológicas realizada na UNESP no *campus* de Rosana.

Ressaltamos que este estudo realizado de doutoramento se remete às indagações e resultados obtidos na dissertação de mestrado³ defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia pela UNESP, cujo título é “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos

³ Pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo número 2014/03633-7.

Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu”, com orientação do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes.

Por meio dessa pesquisa, observamos a territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities para a produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante, em Mato Grosso do Sul, e os impactos desse processo nos assentamentos São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e no território indígena Guarani-Kaiowa Laranjeira Ñanderu, bem como as resistências destes sujeitos frente ao avanço do processo de estrangeirização.

Foi esse último campo analítico que nos intrigou ao pesquisarmos a fundo a resistência produtiva por meio da Agroecologia, haja vista que encontramos uma relação direta dos ciclos do capital e da produção de alimentos relacionados aos regimes alimentares globais no processo de estrangeirização de terras. Sendo que era uma necessidade dos camponeses sulmatogrossenses esse tipo de produção, mas dificultado pela produção de *commodities*, uso de agrotóxicos e falta de políticas públicas que ajudassem nessa produção e circulação de mercadorias agroecológicas.

Assim, procuramos avançar apresentando como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passa a conquistar territórios e começa a construir os caminhos da Agroecologia a partir dos debates em seu interior contribuindo para as discussões da materialidade e imaterialidade no contexto paradigmático estabelecidos nesta tese.

CAPÍTULO I

AS DIMENSÕES (I)MATERIAIS DA
AGROECOLOGIA: UM DEBATE CONCEITUAL-
PARADIGMÁTICO

CAPÍTULO 1. AS DIMENSÕES (I)MATERIAIS DA AGROECOLOGIA: UM DEBATE CONCEITUAL-PARADIGMÁTICO

A Agroecologia, no debate paradigmático, é permeada por diferentes visões de mundo, as quais, por sua vez, refletem as conflitualidades existentes no espaço agrário brasileiro. Essas discussões permeiam o Paradigma do Capitalismo Agrário, o Paradigma da Questão Agrária e o que, nesta tese, buscamos analisar: o emergente Paradigma Agroecológico enquanto tendência no contexto do conhecimento científico. Estas análises estão embasadas na perspectiva da materialidade e imaterialidade do território trabalhadas por Fernandes (2008, 2009a).

Estes paradigmas refletem diferentes modelo de desenvolvimento que vão abordar a Agroecologia em distintos contextos e perspectivas. O primeiro, o Modelo de Desenvolvimento do Camponato, tem como propositiva trabalhar a Agroecologia como forma de resistência ao agronegócio, buscando a superação deste e o resgate da tradicionalidade das ações camponesas em consonância com o meio ambiente. Já o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio coopta o que ele próprio denomina como Agroecologia para fundamentar relações estritamente capitalistas envolvendo o trabalho assalariado do camponato, não tendo como proposta mudanças estruturais dos problemas agrários.

Neste trabalho, estamos defendendo que a Agroecologia é uma forma de resistência camponesa dos movimentos socioterritoriais que gera desenvolvimento territorial partindo da sustentabilidade em sua multiescalaridade e multidimensionalidade, criando territórios agroecológicos, ou seja, rompendo com as formas de produção envolvidas no Paradigma do Capitalismo Agrário e no Modelo de Desenvolvimento do agronegócio.

Para isso, este capítulo tem como propositiva avançar nos debates dos paradigmas, dos tipos de territórios e dos modelos de desenvolvimento dentro da análise da ciência geográfica, buscando também compreender como os territórios agroecológicos se fundamentam em sua materialidade e imaterialidade, partindo da apresentação dos seus principais elementos, que, por sua vez, geram desenvolvimento territorial no contexto das lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais camponeses.

1.1. Paradigmas e territórios no campo científico: um debate a partir da agroecologia e modelos de desenvolvimentos

“Então, nós quando pensamos o campo e a agroecologia, é tendo em mente o desenvolvimento, que esse desenvolvimento é mais que crescimento econômico, porque você trabalha com outras dimensões da vida”
Valdecir-MST.

A Agroecologia se estabelece no campo científico por meio de diferentes técnicas, disciplinas e aportes teóricos-metodológicos em consonância com os saberes tradicionais do campesinato, os quais buscam, a partir de uma análise crítica da crise socioambiental, avançar na consolidação das resistências produtivas no âmbito agroecológico. Buscando diferentes técnicas produtivas sustentáveis, produção de qualidade e comercialização de alimentos em consonância com a manutenção/permanência na terra/território, bem como levar alimentos saudáveis aos consumidores contribuindo para a manutenção e/ou aumento da renda dos camponeses e promovendo o desenvolvimento territorial. Dessa forma, a Agroecologia se faz resistência histórica em diferentes territórios.

O que atualmente chamamos de agroecologia tem sua origem nas práticas camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das “agri-culturas”, as quais se encontraram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente das contradições do próprio capitalismo (que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza e o trabalho/trabalhador) e das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo maiores contornos de luta política no início do século XXI, com organizações da sociedade civil, destacando-se os movimentos camponeses (GUHUR, SILVA, 2021, p. 60).

Mendonça (2011) aponta que a Agroecologia, enquanto ciência, coloca-se a partir de diferentes perspectivas e não pode ser vista apenas no sentido de acúmulo de conhecimentos, mas pelos distintos conhecimentos que os processos de aprendizagem sociais trazem através das suas interações. Identifica-se, portanto, como elemento de questionamento, buscando por meio da sua construção/desconstrução, que interliga teorias-métodos científicos e saberes tradicionais (não científicos), explicar elementos de sistemas socioambientais complexos.

Os princípios de bases científicas que envolvem a Agroecologia necessitam reconhecer a complexidade das questões socioambientais (da biosfera) e sociais no sentido da integração entre as partes (SILVA NETO, 2013), na compreensão dos objetivos na perspectiva da sustentabilidade e princípios participativos sociais, contribuindo na construção de conhecimentos destinados à compreensão dos sistemas agroalimentares mais sustentáveis (BORSATTO; CARMO, 2013a).

Nessa compreensão das diferentes realidades e complexidades, Nicolas Floriani e Dimas Floriani (2010) apontam que no quadro explicativo da Agroecologia enquanto ciência temos os “sistemas de entendimento e explicação da realidade” que ocorrem e decorrem de conflitualidades de significação com diferentes objetos materiais e imateriais aliados a distintos interesses (crenças, valores, práticas sociais de produção/apropriação/reprodução etc.), os quais estão envoltos nas imaterialidades evidenciadas nestes aspectos.

Nesses “sistemas de entendimento e explicação da realidade” apontados pelo autor, podemos realizar a compreensão a partir da leitura de Kuhn (2005) e Fleck (2010) sobre referências de paradigmas/estilos de pensamentos e da comunidade científica/coletivo de pensamento desenvolvidos pelos autores, abordando os aspectos das conflitualidades inerentes aos processos de formação do conhecimento científico baseado nas complexidades, por exemplo, teóricas e metodológicas.

Kuhn (2005) e Fleck (2010) são importantes referenciais ao analisarmos a questão paradigmática avançando na perspectiva da Geografia, pela dialética, na compreensão das complexidades que o debate paradigmático apresenta (SANTOS, 2012). Os paradigmas, portanto, representam diferentes visões de mundo em que os interesses e as ideologias são partes integrantes, determinando e materializando-se em políticas nos territórios de acordo com os ideais das classes sociais que os detêm (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Para Kuhn (2005), os paradigmas são conhecimentos sustentados por leis, metodologias, teorias, entre outros, e devem ser compartilhados e aceitos pela comunidade científica para permanecer em sua validade. O processo de revolução científica, para o autor, decorre das fases do seu desenvolvimento em ciência normal e em ciência extraordinária, que ocorre apenas por rupturas, sem ligação e história com o paradigma anterior. Assim, gera-se um novo paradigma sem haver a possibilidade de se ter mais de um num mesmo período histórico.

Complementando Fleck (2010) nos ajuda avançar no debate e compreender, a partir da historicidade, o desenvolvimento da ciência, que ocorre pelo aceite de um coletivo de

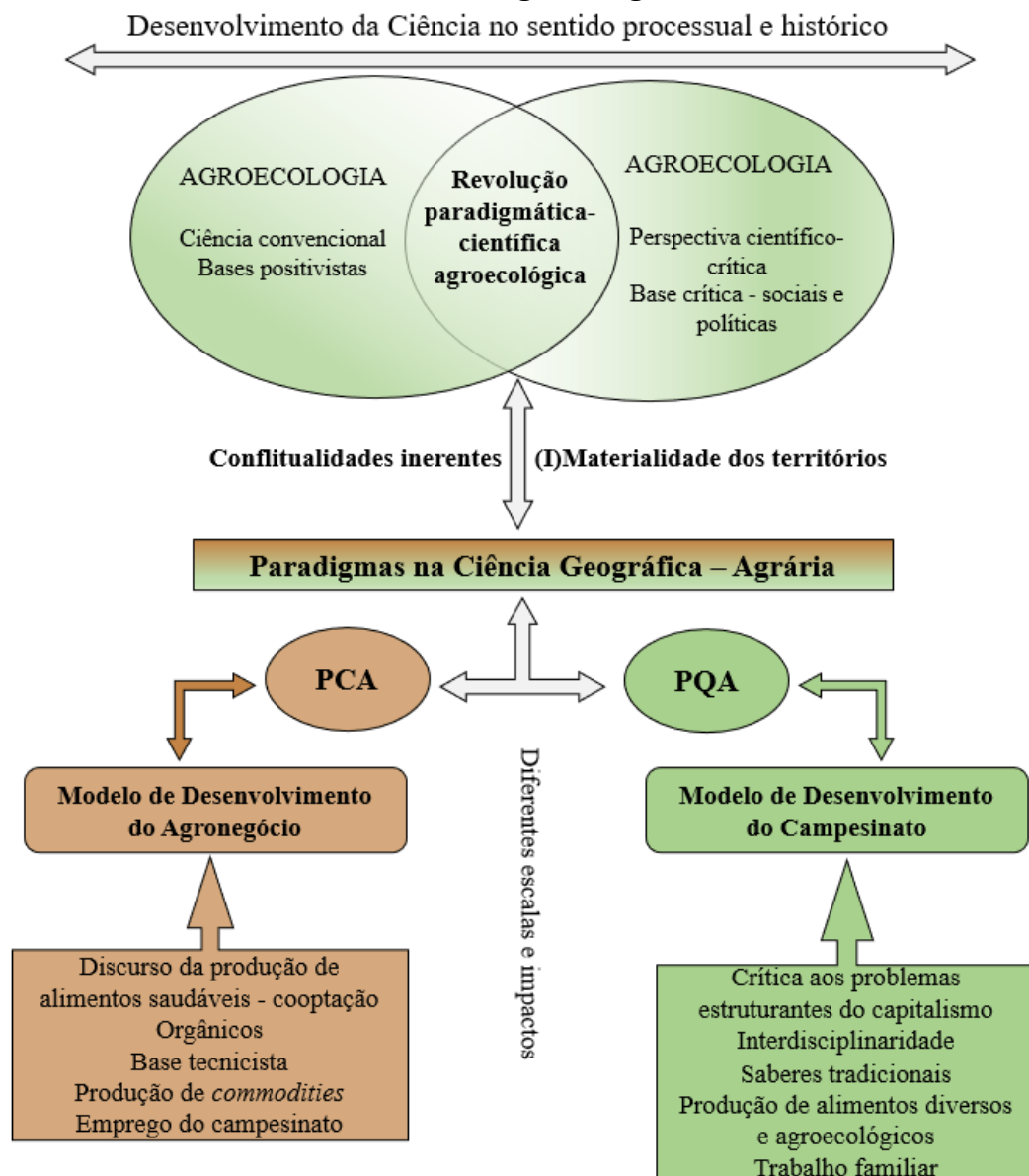
pensamento que compartilha um estilo de pensamento que não rompe totalmente com um novo estilo no processo de revolução, mas traz elementos do anterior, podendo ocorrer dois estilos de pensamentos no mesmo momento histórico.

Trazendo a discussão para nossa temática de pesquisa, compreendemos que a Agroecologia se coloca como elemento de revolução científica — os paradigmas trabalhados por Kuhn (2005) — ao confrontar o autoritarismo na ciência positivista, que desconsidera os saberes tradicionais como elementos explicativos. Essa crise se coloca a partir de o paradigma vigente nas Ciências Agrárias não explicar em sua totalidade a crise socioambiental que os territórios rurais estão enfrentando (BORSATTO; CARMO, 2013a).

Saragoso, Machado e Garcia (2018) apontam que a Agroecologia se coloca como um elemento central no processo de desenvolvimento científico, na perspectiva de reorientações de teorias, pensamentos e correntes científicas do conhecimento, as quais fazem emergir nos coletivos de pensamentos a necessidade de questionamento do paradigma dominante na evolução e perspectivas de construção de novos paradigmas/regras para o enfrentamento dos problemas abordados pela Agroecologia, como apontaram Borsatto e Carmo (2013a).

Pensarmos nessa ruptura paradigmática é irmos além desses elementos analíticos tecnicistas/positivistas. É considerarmos outros campos de ações tais quais os criados/desconstruídos pelos movimentos socioterritoriais, no âmbito político/social, construindo seus conhecimentos/saberes, conforme podemos observar no Organograma 1. Como bem pontuou Silva Neto (2013), ocorre a necessidade de reconhecimento, no contexto da Agroecologia enquanto ciência, do coletivo de pensamento; e de se compreender que há outros sujeitos que são relevantes/importante no processo de construção e de desenvolvimento do conhecimento agroecológico.

Organograma 1: Agroecologia – Ciência, Paradigmas e Modelos de Desenvolvimento dentro da Geografia Agrária



Org. BUSCIOLI, L. D.

A partir do Organograma 1, evidenciamos os paradigmas, nas leituras de Kuhn (2005) e Fleck (2010), enquanto elementos de compreensão do desenvolvimento da Ciência que, para este último autor decorre do sentido processual e histórico, onde o novo paradigma traz consigo elementos do paradigma anterior decorrente de uma diversidade de estilos de pensamentos. No caso da Agroecologia, compreendemos que sua valorização ocorre no momento processual da revolução paradigmática científica, que traz elementos para compreendermos as críticas relacionadas a ela e ao modelo de desenvolvimento do

agronegócio pautado atualmente como forma de produção enviesada sob lógicas capitalistas que geraram a crise ambiental em relação à qual a Agroecologia se coloca em contraposição.

Analisando o Organograma 1, compreendemos que é a partir da ciência convencional que a Agroecologia se coloca sob o enfoque ecológico, não rompendo totalmente com a base positivista. Os destaques se evidenciam nos aspectos tecnológicos e de substituição de insumos dentro dos territórios. Ou seja, por mais que a ideia seja fazer frente aos processos da agricultura capitalista, ainda não atinge as causas ecológicas dos problemas ambientais derivados desse positivismo (BORSATTO; CARMO, 2012).

Pacífico e Soglio (2010) apontam que uma questão basilar no processo de conhecimento agroecológico é a transição, pautada na compreensão das complexidades socioterritoriais/socioculturais e trabalho dos camponeses. A ideia da transição agroecológica, pautada meramente na substituição de insumo, não age na perspectiva de compreensão crítica, pelo agricultor, de uma nova forma de procedimento produtivo.

Segundo Altieri (2010):

Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza da monocultura e que dependam dos insumos externos bem como dos custosos selos de certificação estrangeiros, ou de sistemas de comércio justos destinados só à agroexportação, oferecem muito pouco aos pequenos agricultores ao torná-los dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis. Manter a dependência dos agricultores num método de substituição de insumos contribui pouco para levar os agricultores a uma modernização produtiva agroecológica que os afaste da dependência de insumos externos (ALTIERI, 2010, p. 30).

Nesse sentido, há a necessidade de se romper com o real problema que enfrenta hoje a agricultura no mundo, com a Agroecologia compondo essa complexidade via paradigma. Nas palavras dos autores:

As primeiras respostas se caracterizaram ainda por não romper radicalmente com a epistemologia dominante nas ciências convencionais. Alguns autores qualificam a Agroecologia derivada desse processo de ‘Agroecologia Dura’ (Dalgaard et al., 2003), enquanto outros de ‘Agroecologia Fraca’ (Guzmán Casado et al., 2000). Nessa primeira fase, a Agroecologia emerge como um enfoque pluridisciplinar ainda restrito, que buscou na Ecologia suas abordagens metodológicas para fazer frente aos problemas vivenciados no campo das ciências agrárias, principalmente no referente à sua abordagem sistêmica do meio ambiente. [...] Porém, alguns pesquisadores identificaram os limites dessa abordagem, que apesar de tentar superar alguns paradigmas da ciência convencional, tal qual o reducionismo cartesiano, por outro lado se mantinha ainda dominada pelo positivismo e pelo empirismo (BORSATTO; CARMO, 2012, p. 712).

O Positivismo tem como perspectiva o rigor e a neutralidade científica, principalmente com a separação entre sujeito e objeto que é marcante quando pensamos na Agroecologia com base científica-crítica, dentro da perspectiva de Kuhn (2005), sendo o novo paradigma — ciência extraordinária. Nesse aspecto, as críticas se colocam a partir da perspectiva daquilo que estamos tratando como Agroecologia na perspectiva Científica de base Crítica, estabelecendo elementos de revolução do paradigma anterior, onde o que se observa é a aproximação da relação entre sujeito e objeto (um influenciando o outro, sentido de classe), buscando suas contradições internas como base de suas interações (Organograma 1), bem como na relação Sociedade e Natureza, em que o campesinato toma centralidade partindo da práxis.

A partir dessa nova compreensão sobre as estratégias da agricultura camponesa, a Agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica (ANA, 2007, p. 7).

Neste sentido, compreendemos que a Agroecologia é um paradigma emergente, ou seja, em construção. Ele “se constrói no processo de confronto com o paradigma dominante em nossa sociedade ocidental, cartesiana, reducionista, tecnicista e com base em uma concepção de ciência neutra” (PEREIRA, M., 2016, p. 4). Em que, os movimentos socioterritoriais ganham centralidade contribuindo também para a sua fortificação, principalmente com as ações das mulheres no contexto formativo, produtivo e de comercialização agroecológicas.

A Agroecologia, nesse novo paradigma, passa a considerar a interdisciplinaridade — oriunda das disciplinas de ciências humanas e sociais e dos métodos destas, tais como Materialismo Histórico-Dialético, Fenomenologia, Etnografia etc.) — para se fundamentar enquanto ciência, assim como, estamos compreendendo que ela passa a considerar os saberes tradicionais campesinos como uma forma de conhecimento, ou seja, os movimentos socioterritoriais contribuem para este novo Paradigma Agroecológico.

a Agroecologia reivindica um saber mais interdisciplinar, que abarque formas de gerar conhecimentos oriundas das ciências humanas e sociais. A fenomenologia, as abordagens históricas, a dialética, a etnografia e diversos

outros instrumentais metodológicos dessas ciências são incorporados à epistemologia da Agroecologia (BORSATTO, 2011, p. 67).

Altieri (1995) aponta que no paradigma agroecológico é necessário compreender sobre um enfoque, que é comum a todos, que as várias disciplinas do conhecimento e seus pesquisadores (coletivos de pensamentos) considerem os agroecossistemas a partir de todos os seus componentes, socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos.

Devemos compreender em sua totalidade a problemática e a complexidade do espaço agrário, que impactam diretamente nos agroecossistemas, transformando as relações sociais ali estabelecidas, em que os coletivos de pensamento:

Ao invés de apenas gerar novas tecnologias que solucionem os problemas criados pela agricultura convencional sem transformar suas raízes, ou seja, as bases epistemológicas do conhecimento científico moderno, muitos cientistas das mais diversas áreas de conhecimento apostam na Agroecologia como um novo paradigma emergente capaz de superar as contradições do agronegócio e modificar as relações socioculturais, econômicas e ambientais a partir de um enfoque científico que integra as disciplinas de âmbito agrônomo, ecológico, social, político, econômico, pedagógico, etc., com os princípios das agriculturas tradicionais através do resgate dos saberes populares (SARAGOSO; MACHADO; GARCIA, 2018, p. 108).

Com isso, a Agroecologia se coloca como ciência interdisciplinar considerando os saberes tradicionais advindos das práticas, ou seja, construindo seu conhecimento a partir da prática, das técnicas, das ciências — em suas diferentes disciplinas — e da política como elementos de conflitualidades inerentes ao próprio processo de conhecimento dentro do campo científico que também se configura diante de intencionalidades contidas nos territórios imateriais, no campo das ideias.

No âmbito acadêmico, configuram-se campos diferentes de análises sobre o processo da agroecologia: uns defendem as transformações analíticas e outros a manutenção do *status quo*. No campo epistemológico, alguns autores apresentam que a Agroecologia deve trazer a valorização do conhecimento tradicional que o campesinato tem e que os resultados dos estudos sejam práticos para contribuir com aquela realidade. Vale destacar, também, que o grau de autonomia da Agroecologia não pode se colocar como exclusivamente prática, ou seja, ela, enquanto ciência, não deve excluir as demandas sociais em seus ambientes de pesquisa e nem se submeter apenas a tais demandas (BORSATTO; CARMO, 2013a).

Segundo os autores, nessa questão complexa:

Percebe-se a conformação de um aparente paradoxo, onde por um lado, para ser reconhecida como uma Ciência é necessário que a agroecologia busque a autonomia de seu campo, e por outro ela se propõe a ser uma ciência mais aberta aos conhecimentos populares com uma base epistemológica radicalmente diferente dos demais campos científicos. Porém argumenta-se que esse paradoxo não existe, já que uma coisa não impede a outra, pelo contrário se complementam. A participação de sujeitos externos ao campo acadêmico na conformação dos novos conhecimentos oferecidos pela agroecologia, não significa que ela esteja abrindo mão de sua autonomia (BORSATTO; CARMO, 2013a, p. 9-10).

Compreendemos que a construção do conhecimento científico agroecológico (no campo do território imaterial) está materializada nas práticas agroecológicas e em seu processo de transição, que, segundo Leff (2002), remete-nos à recuperação dos saberes tradicionais do tempo em que eles tinham um lugar central no mundo e um sentido de existência para esses sujeitos.

Segundo Altieri (2004), em relação à “*natureza experimental do conhecimento tradicional*”, os saberes tradicionais da população rural se estabelecem por meio da prática do conhecimento experimental e de observações precisas na busca pela superação dos limites socioeconômicos e socioambientais.

Leff (2002) aponta que os saberes agroecológicos estão embutidos de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas que se diferenciam de acordo com cada tipo de sujeito e de perspectiva política de vida dos que os têm; e que não se compreendem a partir de uma ciência, pois “as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas” (p. 37).

É dentro desse contexto que este trabalho se encontra e procura ser uma base de pesquisa para futuros estudiosos sobre o tema, na perspectiva crítica segundo a qual os saberes agroecológicos estão contidos em diferentes ciências. Ademais, argumenta-se que, a partir do debate sobre os paradigmas científicos, evidencia-se a necessidade de repensarmos uma ligação com as epistemologias das ciências convencionais baseadas no positivismo e nas técnicas. Buscamos, também, explicitar que a agroecologia é mais uma forma de ver/saber o mundo e que esta busca solucionar, com sua base crítica, os reais problemas das crises ambientais que estamos enfrentando, com o protagonismo dos sujeitos do campo organizados.

O militante do MST Diro, em entrevista, afirma que precisamos colocar dentro da academia o debate da Agroecologia com o fim de alcançarmos uma compreensão crítica da realidade, buscando compreender, segundo as perspectivas de diferentes disciplinas, seus significados. Para tanto, devemos perseguir uma unicidade. Em suas palavras:

As contribuições dos campos científicos diversos para o entendimento do que é agroecologia, como ela é uma prática, uma ciência que ela entende os aspectos práticos, os aspectos políticos, os aspectos culturais, você tem essa diversidade de campos científicos que vão contribuir pro entendimento teórico do que ela é (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

As palavras de Diro dialogam com os pesquisadores Borsatto e Carmo (2012) afirmam que há uma grande dificuldade de se romper com as bases positivistas na compreensão da Agroecologia como ciência, pois decorre desse reconhecimento que os saberes tradicionais também são validados e verdadeiros no campo científico e que também estão presentes em outros campos. Há, ainda, o reconhecimento de que a busca pelas soluções das crises ambientais decorre desses sujeitos tradicionais, possuidores da mesma relevância.

Assim, a Agroecologia não tem como fundamento considerar os camponeses como um objeto de estudo, mas como sujeitos que constroem suas próprias concepções a partir da prática “que visem a construção de um rural mais sustentável” (BORSATTO, 2011, p. 67).

O conhecimento do campesinato sobre a produção de alimentos agroecológicos se coloca como forma de ruptura dessa epistemologia, considerando a natureza e seus aspectos em consonância com a sua conservação, com as práticas agroecológicas dentro dos agroecossistemas derivadas de manejos sustentáveis. Tomemos, a esse respeito, os exemplos dados por Altieri (1995) sobre como a rotação de culturas diminui os problemas com pragas, insetos e doenças; como o manejo integrado de pragas reduz a necessidade de pesticidas; como o sistema de manejo é utilizado para melhoramento da saúde vegetal e da capacidade de resistência da produção a pragas e doenças; sobre técnicas de conservação de preparação do solo; sistemas de produção animal que enfatizam o manejo preventivo de doenças, reduzindo confinamentos de vários animais e permitindo o pastoreio; e, por fim, o melhoramento genético dos cultivos, entre outros exemplos.

A Agroecologia reconceitua os significados da terra e da natureza como elementos do agroecossistemas produtivos aliando-os ao conceito de recurso. Esses elementos estiveram ligados com a desnaturalização da natureza dentro do ecossistema, convertendo-a em mercadoria — matéria prima de apropriação de base destrutiva — e desterritorializando a terra por meio do estabelecimento do seu valor como uma renda e um produto de fertilidade para produção (LEFF, 2002).

Neste sentido, a agroecologia no campo da imaterialidade pode ser analisada como:

um caminho de diálogo em que se rompe o paradigma da fragmentação agricultura-meio ambiente para uma agricultura em bases ecológicas e uma conservação do ambiente que parta da prática de quem vive na terra, e da terra, cujos valores e atitudes podem se modificar em conjunto com o processo da recuperação ambiental, tanto da agrobiodiversidade, quanto das condições ecológicas como um todo (PEREIRA, M., 2007, p. 1484).

Nas palavras de Leff (2002): “O saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir ‘com a natureza’, de gerar um modo de produção fundado no potencial ecológico-tecnológico da natureza e da cultura” (p. 44). Ou seja, a natureza é vista como parte integrante do processo produtivo, apropriada de maneira sustentável pelos camponeses.

Baldassarini (2021) aponta a necessidade da descolonialidade da relação entre a sociedade e natureza enquanto ação de resistência que envolve diversos elementos como a soberania alimentar e a agroecologia, contribuindo para a mudança nas formas de relação entre os povos e a natureza.

Neste sentido, a agroecologia seria entendida como uma orientação geral que permite tanto a superação de formas de depredação da natureza como também de reorganização do trabalho por meio da cooperação. Isso porque ela questiona a lógica das relações de poder intrínsecas e estruturantes do modo de produção agrícola capitalista, ou seja, dos padrões de poder da colonialidade da natureza, promovendo a agricultura em pequena escala, em equilíbrio e coexistência com os ecossistemas locais (BALDASSARINI, 2021, p. 185).

Neste sentido, os movimentos socioterritoriais camponeses compreendem que a sua luta política também é uma luta ambiental, pois ela permite a sua reprodução social, uma vez que a relação entre Sociedade e Natureza são determinantes na nossa sociedade (BORSATTO, 2011).

As palavras do militante do MST Valdecir corroboram com as compreensões de Leff (2002), Mônica Pereira (2007), Baldassarini (2021) e Borsatto (2011), ao expressarem que é possível que a relação Sociedade e Natureza se estabeleça de forma equilibrada, em consonância com a Agroecologia, suas práticas, seus saberes, sua produção e comercialização etc.:

... valorizar a diversidade da produção. E essa harmonia, esse convívio, pra não ter que brigar com a natureza, não tem que confrontar a natureza, nós temos que ter humildade, temos que reconhecer que a natureza é muito maior que nós. Nós somos parte da natureza, mas também somos da natureza, a natureza nos ensina todos os dias, todas as horas, basta a gente ter

humildade, saber, é, entender as mensagens que ela nos emite diariamente, então nós não precisamos destruí-la, confrontá-la, não, nós precisamos saber é conviver. E é possível fazer diferente (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

Essa perspectiva que o militante Valdecir nos apresenta de respeito com a Natureza e seu tempo (de produção, evolução e regeneração), ou seja, de ações em equilíbrio, é primordial para a compreensão de que a produção agroecológica é possível por meio da sustentabilidade, a qual a agricultura convencional não promove e nem tem tal perspectiva.

Segundo Altieri (1995): “El concepto de sostenibilidad es útil porque captura un conjunto de preocupaciones sobre la agricultura concebida como un sistema tanto económico como un sistema social y ecológico” (p. 154). Nesse sentido, é necessária sua compreensão pela perspectiva da agricultura e do ambiente global, na questão do desenvolvimento rural, em que devem ser incorporadas as dimensões ecológicas, sociais e econômicas (ALTIERI, 2004).

A Agroecologia pode ser considerada uma política resistente ao atual modelo de produção e ao avanço neoliberal do processo de globalização econômica. No campo científico, ela promove o desenvolvimento sustentável assentado nas características locais e identitárias, criando ações coletivas e participativas no campo (GUZMÁN, 2001).

Altieri (1995) aponta que no campo agroecológico, para que se promova o desenvolvimento rural, é necessário que ocorram melhorias nas condições de acesso dos camponeses aos recursos dos territórios, como água/terra, bem como nas questões econômicas, como créditos equitativos, mercados mais justos, tecnologias apropriadas, entre outros elementos. Assim, deve-se incorporar as estratégias que:

- a) Mejoren la calidad de vida de los campesinos que trabajan pequeñas parcelas de tierra y/o tierras marginales mediante el desarrollo de estrategias de subsistencia sostenibles.
- b) Eleven la productividad de la tierra de los campesinos que compiten en el mercado mediante la confección de proyectos y la promoción de tecnologías de bajo insumo que disminuyan los costos de producción.
- c) Promuevan la generación de empleos e ingresos mediante el diseño de tecnologías apropiadas orientadas a actividades de procesamiento de alimentos que aumenten el valor agregado de lo que produce en las unidades campesinas (ALTIERI, 1995, p. 197).

Fica evidente o papel da Agroecologia como forma de permanência dos camponeses mediante a promoção do desenvolvimento territorial. Fernandes (2013) aponta que o desenvolvimento territorial tem que abarcar todas as dimensionalidades/multiterritorialidades do território, nas conflitualidades inerentes a esse processo, com os diferentes sujeitos —

Estado, capital e movimentos socioterritoriais —, ou seja, deve ser compreendido a partir da oposição ao desenvolvimento setorial, repensando o controle político do território e seus processos.

Corroborando essa perspectiva de Fernandes (2013), temos a fala do militante Valdecir em sua compreensão da totalidade do desenvolvimento territorial aliado à Agroecologia como elemento que o integra:

Então, nós quando pensamos o campo e a agroecologia é tendo em mente o desenvolvimento, que esse desenvolvimento é mais que crescimento econômico porque você trabalha com outras dimensões da vida e do local. Então, a agroecologia tem isso, ela se proporciona a pensar o desenvolvimento local e também a gente pode gerar desenvolvimento econômico, mas ela também trabalha com outras dimensões da vida, dos seres, do seu entorno. Então, a agroecologia vem pra, digamos assim, fortalecer essa ideia do desenvolvimento de uma perspectiva de totalidade e não apenas do ponto de vista da cifra econômica (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Dessa forma, a agroecologia se coloca como elemento que ajuda a pensar as diferentes formas de se conceber e apropriar-se do território, evidenciando as dimensões da vida e dos recursos como elementos primordiais de realização, em consonância com as práticas agrícolas sustentáveis, gerando renda para as famílias — ou seja, elementos que compõem as estratégias de desenvolvimento territorial. É à luz da agricultura sustentável que, para Altieri (1995), estabelecem-se cinco elementos:

1. Mantener los recursos naturales y producción agrícola.
2. Minimizar los impactos en el medio ambiente.
3. Adecuar las ganancias económicas (viabilidad y eficiencia).
4. Satisfacer las necesidades sociales de las familias y comunidades rurales (salud pública, educación etc. (ALTIERI, 1995, p. 174).

Essa compreensão desenvolvida por Altieri (1995) apresenta os aspectos multidimensionais estratégicos nas questões que envolvem a agricultura sustentável pela via agroecológica, trazendo um desenvolvimento territorial que compreende e mantém os recursos naturais em consonância com a produção, minimizando os impactos e dando viabilidade e eficiência nas questões gerais envolvidas, bem como nos aspectos sociais e políticos das comunidades considerando-se sempre a conflitualidade nas análises.

Ressaltamos que para Baldassarini (2021), a agroecologia no debate da agricultura sustentável se coloca como um importante elemento analítico considerando a sua diversidade

no campo dos sistemas agrários, pois em nossa compreensão ela promove o desenvolvimento territorial.

Assim, o desenvolvimento territorial se executa a partir de relações de poder paradoxais na agricultura, entre relações de socialização e exclusão em políticas públicas e de mercado, com conflitos socioterritoriais e suas superações, com justiça e injustiça no âmbito social, ou seja, na construção de experiências diversas e de distintas histórias (FERNANDES, 2013).

Holt-Giménez e Altieri (2013) apontam que a Agroecologia deve ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento territorial em que somente pela luta dos movimentos socioterritoriais, através de programas, políticas e escolas no sentido formativo, poderemos conceber a base dessa possibilidade de desenvolvimento via campesinato.

Nessa linha, Leff (2002) aponta que a agroecologia, nesse contexto de desenvolvimento territorial sob o viés sustentável, assenta-se nas experiências produtivas dos camponeses em construção coletiva, pensando numa agricultura que se estabelece fora das lógicas capitalistas:

A Agroecologia, como instrumento do desenvolvimento sustentável, se funda nas experiências produtivas da agricultura ecológica, para elaborar propostas de ação social coletiva que enfrentam a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, para substituí-lo por outro, que orienta para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável (LEFF, 2002, p. 38).

A Agroecologia se situa na perspectiva de um modelo de desenvolvimento que se distingue do capitalismo/agronegócio. E para que ocorram mudanças nas conjunturas de base do modelo do agronegócio, é necessário compreendermos a importância das políticas como estratégias de desenvolvimento: “To be an effective strategy, major changes must be made in policies, institutions, and research priorities to create an enabling environment for peasant-based, agroecological development” (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013, p. 94).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial via campesinato contribui para a autonomia camponesa nas relações de trabalho, relações produtivas e de comercialização, evidenciando sua importância no contexto das políticas públicas e das resistências que se estabelecem nas distintas formas de compreensão dos modelos de desenvolvimento. Origuéla (2019) destaca que os camponeses têm projetos de desenvolvimentos distintos do agronegócio, pois eles buscam autonomia produtiva e de comercialização para a sua reprodução nos territórios.

A narrativa de Valdecir, elenca exatamente estes pontos: “Então veja, são formas de ver o mundo diferente, são concepções, por isso que o nosso é um projeto, o nosso projeto é um projeto de campo e eles têm um modelo que é de negócios, essa é a diferença” (Em entrevista a Buscioli, 2020).

Essa visão de Valdecir faz parte de um conjunto de debates que envolvem o papel da Agroecologia aliado às ideias dos movimentos socioterritoriais e acadêmicos, contrapondo-se a alguns governos, empresas/grupos estrangeiros e instituições, com os quais tem-se disputado os territórios materiais e imateriais da Agroecologia — elementos que estão ligados ao debate paradigmático nas perspectivas de Kuhn (2005), Fleck (2010) e Fernandes (2013), evidenciadas no Organograma 1.

Giraldo e Rosset (2017) apontam que essas disputas de ideias estão relacionadas ao debate político, em que o sistema de produção de alimentos em escala mundial é repensado e em relação ao qual existem posicionamentos divergentes por parte da Agroecologia. Nas palavras de Valdecir: “Então a agroecologia é essa disputa, não tem outro caminho. Não tem um mundo separado, isolado” (em entrevista a Buscioli, 2020).

O debate da Agroecologia torna-se um modelo de desenvolvimento baseado em paradigmas na perspectiva da Geografia Agrária, sendo que os paradigmas que compõem essa realidade são expressos em dois: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Eles buscam, em sua essência, constituir seus parâmetros teórico-ideológicos pautados na diferenciação dada ao papel do campesinato e, portanto, nas propostas de políticas públicas que concorrem entre si dentro da lógica de Estado e de territórios materiais e imateriais.

Baseados em Fernandes (2008; 2009a), entendemos que existem dois tipos de territórios, o material e o imaterial (que sustenta a base de todos os territórios), envoltos por três tipologias: Primeiro, Segundo e Terceiro Território, os quais nos permitem compreender a complexidade dos processos de desenvolvimentos territoriais aliados à Agroecologia e ao conjunto de elementos da questão agrária atual.

O território material é constituído de fixos e fluxos, estabelecendo relações de diferenciações entre Estado, governanças, propriedades, lutas sociais, que compõem suas ordens: “La disputa sobre los territorios materiales se refiere a la lucha por acceder, controlar, utilizar, transformar o (re)configurar la tierra y el territorio físico” (ROSSET; ALTIERI, 2018, p. 182).

Primeiro Território, na análise de Fernandes (2008; 2009a), é compreendido como espaço de governança e está “organizado em diversas escalas e instâncias. Estados,

províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas do espaço de governança” (FERNANDES, 2009a, p. 207).

O Primeiro Território é importante ao analisarmos o papel do Estado partindo dos incentivos que as empresas transnacionais têm para se territorializarem em outros países com a justificativa de produção de alimento, ultrapassando limites fronteiriços, bem como pelo debate político-estratégico das Políticas Públicas para o espaço agrário, compreendendo que estes processos geram contradições.

O militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Guilherme, em entrevista, apontou que os movimentos socioterritoriais têm como centralidade a disputa pelo Primeiro Território para consolidação do projeto de desenvolvimento que os camponeses têm para o campo, em detrimento da desterritorialização política do agronegócio, consolidando também a disputa pelo Segundo Território, que se comporta como fração do Primeiro.

Segundo Território está relacionado às propriedades de espaços de vida tendo suas diferenciações no contexto de apropriação e formas de uso, sendo comunais, privadas, capitalistas, familiares: “as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas...” (FERNANDES, 2009a, p. 208).

O Segundo Território compõe os territórios camponeses em disputa permanente com os territórios do agronegócio, pois se colocam sobre diferentes lógicas de entendimento. Um território camponês, por exemplo, é o assentamento rural nos quais os camponeses produzem de forma agroecológica, sendo determinantes nos debates que envolvem essa tipologia em consonância com o Primeiro Território. Pois, os impactos geracionais deste são evidentes nas propriedades do campesinato e no Terceiro Território, uma vez que compreendem uma gama de modificações, tais como: concentração/dominação de territórios, transformação de propriedades familiares em capitalistas, mudanças na relação de produção e nas relações sociais, resistindo à análise agroecológica.

Por fim, Terceiro Território é o espaço relacional que compõe todos os outros territórios mediante conflitualidade. É o fluxo conexo com territorialidades/formas de uso dos territórios, em que “o caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo” (FERNANDES, 2009a, p. 210). Tais movimentos podem ser compreendidos pelas territorialidades do modelo de desenvolvimento do agronegócio e seus territórios com a produção de *commodities* ou mesmo pelas territorialidades camponesas com a produção agroecológica na perspectiva de mudança estrutural dos sistemas agroalimentares na busca pelo saber tradicional.

O outro tipo de território é o imaterial, no qual os Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA) estão presentes, bem como os modelos de desenvolvimentos. Ele é compreendido a partir da determinação de relações de poder, pois “pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009a, p. 211).

Rosset e Altieri (2018) apontam que os territórios imateriais estão relacionados às construções teóricas, não sendo possível compreender as disputas dos territórios materiais sem estabelecer sua associação com os territórios imateriais. Dialogando com essa ideia, Fernandes nos aponta que:

O território imaterial pertence ao mundo das **idéias**, das **intencionalidades**, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos **diferentes tipos de território material**. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a **determinação de uma relação de poder**. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade (FERNANDES, 2009a, p. 211 – grifo nosso).

As relações de poder determinam e impactam as construções imateriais dos territórios, compreendendo que sua imaterialidade está na base dos territórios materiais que também se alteram com as determinações desse tipo de território, que envolvem as conflitualidades, as diferentes formas de ver o mundo/processos, as teorias, as políticas, bem como os paradigmas:

Las disputas por los territorios inmateriales se caracterizan por la formulación y la defensa de conceptos, teorías, paradigmas y explicaciones. Así pues, el poder de interpretar y de determinar la definición y el contenido de los conceptos es en sí mismo un territorio en disputa (ROSSET; ALTIERI, 2018, p. 182).

Por meio dessa defesa de conceito, analisamos os paradigmas ora apresentados que nos ajudam a compreender os modelos de desenvolvimento pautados para o campo brasileiro, na conjuntura de luta pela Agroecologia, no campo científico, seja como prática, como técnica ou como saber tradicional dos movimentos socioterritoriais camponeses ou mesmo da tradição da agricultura sustentável dos povos do campo.

O PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do Capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida. A solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar (FERNANDES, 2013; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; ROSS, 2015; BUSCIOLI, 2016; ORIGUÉLA, 2019).

Já no PQA, a lógica norteadora é completamente distinta, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente aos impactos socioterritoriais em seus territórios, construindo-se, assim, um novo modelo de desenvolvimento assentado na agricultura sustentável (FERNANDES, 2013; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; ROSS, 2015; BUSCIOLI, 2016; ORIGUÉLA, 2019).

Dentro dessa análise, estamos considerando o PQA e o PCA não como dualidade, mas como processos antagônicos vinculados aos modelos de desenvolvimento para o campo, expressos no Organograma 1. O Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio (MDA) parte da produção de monocultura em grande escala, utilizando-se do campesinato como força de trabalho para sua reprodução. Já o Modelo de Desenvolvimento do Campesinato (MDC) difere do agronegócio pela essência do trabalho familiar, pela diversidade de culturas, produção saudável e pela lógica de mercado com produção em pequena escala (FERNANDES, WELCH, 2008; ORIGUÉLA, 2019), ou seja, contrapõe modos de vida e de trabalho nos territórios.

Stedile (2013) complementa ao apontar que o modelo do agronegócio se estabelece a partir de características bem sucintas: como uma organização da produção a partir do monocultivo de escalas cada vez maiores, uso intensivo de máquinas agrícolas e de agrotóxicos, expulsão da mão de obra no campo destruindo a fertilidade natural dos solos, contaminando as águas, consequências para a saúde dos trabalhadores e da população em geral, sementes transgênicas, padronizações, ou seja, na busca pela maior concentração e intensificação de lucro.

Segundo o militante Valdecir, em entrevista, o modelo de desenvolvimento do agronegócio está colocado como hegemônico e foi imposto como modelo de agricultura pelos governos, pelas políticas e pelo Capital em conjunto, o que difere da perspectiva do campesinato na produção agroecológica pelo tempo de produção, pela lógica de mercadoria/lucro – mercadológica:

Enquanto o modelo, que eu chamo hegemônico mas podemos chamar de – o termo aqui não importa, se é hegemônico, se é agronegócio, o modelo do capital, nós chamamos aí de hegemônico no sentido de que é ele que predomina – eles pensam o campo com essa perspectiva de negócio. E o negócio da agricultura, a partir da entrada do capital que nasceram desses fundos de investimento, etc e tal, Grande Capital, eles impuseram a lógica pra agricultura, às vezes eu acho que essa é a grande questão, a grande contradição que está aí – porque eles querem diminuir o tempo, que é aquela lógica do capital: ganhar mais em menos tempo. Como eu posso ganhar mais em menos tempo? Essa é lógica deles. Então eles foram trazendo para introduzir na agricultura mudanças, no tipo de sementes, o ciclo das sementes elas diminuíram, entrou toda essa questão das transgenias, sementes e tal. Com qual o objetivo? Diminuir o ciclo. Porque a lógica é diminuir o tempo pra poder ganhar mais. É uma forma com que eles impuseram (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

No PQA e o MDC, em contraposição ao PCA e MDA, temos como características a interdisciplinaridade no campo da ciência, a construção da agroecologia pelos saberes tradicionais campestres, o objeto e sujeito um influenciando um ao outro, a diversidade de culturas, tendo o trabalho familiar como essência dessa conjuntura dentro desses saberes tradicionais para a produção de alimentos saudáveis:

Eu penso que o nosso projeto de campo, a nossa concepção de campo, que é um campo com produção de alimentos saudáveis, um campo com gente, um campo com tecnologia – você não compra tecnologia, tem que ter um cara pra atender essa produção de escala, pra atender a demanda local. Primeiro nós temos que comer atendendo os mais próximos, se preocupar com exportação se sobrar, que aí tem toda a ideia da soberania alimentar, que é um conceito que nós incorporamos, que é um conceito construído pela Via Campesina, mas que nós incorporamos, que é essa ideia de valorizar a diversidade da produção (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Altieri (1995) aponta que na perspectiva do desenvolvimento agrícola a produção do conhecimento sobre os elementos do espaço/território tais como o meio ambiente, os diferentes tipos de solos, os recursos hídricos, os recursos da flora (plantas) e os processos ecológicos realizados pelos camponeses é, sem dúvida, um dos pontos mais importantes na análise paradigmática atual (desse novo paradigma).

As disputas dos paradigmas estão relacionadas não só com a efetividade dos modelos de desenvolvimento, mas com as perspectivas da natureza como elemento central de agregação das análises, ou seja, estão vinculadas às “cosmovisões de mundo” como aponta Leff (2002). Enquanto a Agroecologia se estabelece a partir dos saberes/valores tradicionais das populações do campo vinculadas às práticas de cultivo (simbólicas/culturais) na Natureza, a agricultura capitalista se estabelece na perspectiva capitalista, valorizando o mercado, as

especializações tecnológicas que acarretam a desnaturalização da natureza e da relação dos seres humanos com o território.

Nessa linha, o militante do MST Diro afirma que é nessa complexidade e na contradição dos projetos de desenvolvimento que a Agroecologia se fundamenta como prática de luta contra o agronegócio na construção de um mundo mais igualitário no meio rural e de consumo mais saudável sem a utilização de agrotóxico pela população, sem a degradação total da natureza. O debate da Agroecologia, com sua perspectiva científica, alia-se a essa luta.

Em correlação com o militante do MST, Leff (2002) afirma que “na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território (p. 42-43)”. Reprodução esta que só conseguirá acontecer em sua totalidade vinda do projeto de desenvolvimento de base camponesa.

Nesse sentido, a diferença central entre a Agroecologia e o agronegócio está no projeto de desenvolvimento rural estabelecido, como aponta Costa Neto (2008):

Agroecologia e agronegócio tornam-se incompatíveis quando se constata que a agroecologia desde a fase de transição tecnológica até seu pleno amadurecimento social e produtivo, em situações concretas, prevê uma política de entrelaçamento político-cultural com a produção familiar camponesa e visa continuamente a sustentabilidade socioambiental (COSTA NETO, 2008, p. 72).

O Modelo de Desenvolvimento do Campesinato, que permite a reprodução social de diversos sujeitos do campo garantindo a produção de alimentos em consonância com a conservação ambiental, ou seja, produzindo-se de forma agroecológica, tem um caráter de enfrentamento ao modelo do agronegócio e seu modo de produção cada vez mais globalizado/financeirizado, utilizando-se do trabalho do campesinato.:

A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com o modelo de produção de alimentos baseado na monocultura e no uso de agroquímicos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Portanto, defendemos uma noção de desenvolvimento que não associa o rural apenas ao agrícola, mas também às populações que ali habitam, em suas variadas formas de vivência, em uma atuação que visa a muito mais que bens e riquezas, mas

também à extração de tempo e trabalho (RABELLO, LEAL, SOUZA, 2016, p. 6).

Valdecir complementa a citação de Costa Neto (2008) e de Rabello, Leal e Souza (2016), ao afirmar que:

O modelo convencional do agronegócio é incompatível com a agroecologia. Por isso que a agroecologia é uma luta política, é a negação e a afirmação. Ao mesmo tempo que você nega o modelo hegemônico você tá afirmando o alternativo. Então essa ideia da afirmação e da negação, você nega um e afirma o outro (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

Essa afirmação e negação se dão por meio do debate da Agroecologia dentro do seio dos movimentos socioterritoriais, transformando-a em Resistências, pois estes também constroem seus conhecimentos e suas práticas em contraposição à agricultura convencional, resultando na construção identitária e na autonomia de produção, circulação e mercado dentro da análise do campesinato.

Sintetizando estamos compreendendo que:

... a agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais (trabalho produtivo, processo de trabalho, tecnologia; e simultânea e dialeticamente, ideação e reflexão, saberes, conhecimentos, concepção de mundo/cosmovisões, teoria, valores, estética...), reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos. Afirma-se na luta política, dos territórios até o âmbito nacional e internacional, em aliança com os trabalhadores da cidade, na busca por superar as contradições impostas pela estrutura capitalista, patriarcal e racista; por rearticular o metabolismo socioecológico entre campo e cidade; e pela apreensão consciente da dimensão ecológica da vida como uma dimensão fundamental da emancipação humana. Insere-se, assim, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados com a sustentação de toda a vida, em que os seres humanos possam realizar-se enquanto autoprodutores e criativos, e reconhecer-se como partícipes da teia da vida (GUHUR, SILVA, 2021, p. 70).

Paulo Petersen (2020 - informação verbal)⁴ afirma que a agroecologia é uma prática, uma ciência e um movimento, composto no processo de negação e afirmação de um projeto para o campo. Nela, as práticas são expressões de resistências e lutas por emancipação, por sustentabilidade, em um mundo hostil que inviabiliza a Agroecologia e os saberes dos

⁴ Fala executada na conferência “La Emergencia Agroecológica” realizada no dia 27 de novembro de 2020, por meio do VIII Congresso Latino-Americano de Agroecologia no Uruguai. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bk4U20WonyY>.

movimentos socioterritoriais e este movimento constrói os territórios — Ou seja, a Agroecologia é um território que cria vários outros (materiais e imateriais).

Também podemos considerar a Agroecologia enquanto movimento socioterritorial que se:

constitui enquanto um movimento dos sujeitos no espaço e nos territórios em que participam ativamente nos processos de disputas pelas territorialidades e técnicas que se estabelecem ou buscam se estabelecer em determinado espaço e/ou território, seja em termos materiais ou imateriais (MATHEUS, 2023, p. 101-102).

Ou seja, não relacionando apenas aos aspectos da espacialização e territorialização destes sujeitos organizados, mas com o viver e o reproduzir no território (MATHEUS, 2023). Este viver e reproduzir no território, por sua vez produz territórios que em nossa perspectiva trata-se de um território agroecológico⁵.

Dentro do PCA e do MDA, o elemento chave de preocupação para pensarmos a agroecologia e seus impactos é a sua cooptação nos âmbitos institucional, governamental e de organizações capitalistas, com análise daquilo que eles estão colocando como mercadoria - “Produto Verde”, cooptando as formas e as técnicas que estão estabelecidas na prática agroecológica como forma meramente de introdução ao capital.

Matheus (2023) afirma que a Agroecologia tem como propositiva contrapor o discurso do “capitalismo verde, que segue a lógica econômica do capital para se expandir e acumular, demandando cada vez mais matérias-primas para produzir mercadorias com obsolescência programada, lixo e destruição ambiental” (p. 101).

Dentro disso, a base tecnicista da agroecologia se coloca como elemento central e sua produção será (e é) feita para desmitificar o papel da Agroecologia como produção em grande escala utilizando o emprego do campesinato e gerando toda a base de contradições que são partes dos processos em diferentes escalas e impactos, como apontado no Organograma 1.

Cabe ressaltar que Borsatto e Carmo (2013a) já apontam a necessidade de tomarmos cuidado para que a Agroecologia não seja cooptada pelos interesses econômicos capitalistas, responsáveis pela crise ambiental relacionada ao sistema agrícola atual com bases na Revolução Verde, uma vez que a Agroecologia se coloca como crítica a esses aspectos, sendo que os camponeses “are more easily co-opted into technical and apolitical pproaches to agricultural development” (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013, p. 96).

⁵ Este assunto, será debatido no subcapítulo 1.2.

Colaborando tal debate temos a fala de Diro, em que ele apresenta a Agroecologia no âmbito do debate paradigmático na compreensão, também, da cooptação de seu discurso e de suas práticas pelo Capital e pelo Estado:

a agroecologia ela também é um discurso, a partir do momento em que ela se torna um discurso **ela pode ser cooptada pelo capital** como tem acontecido que a agroecologia pode se dar e pode acontecer em latifúndios, por exemplo, ela pode acontecer a partir da produção de *commodities* e tudo mais, isso é uma grande falsidade, é uma grande mentira porque a agroecologia envolve [...] uma relação social com a terra, de distribuição democrática de acesso a terra que passa longe dessas formas aí, dessas estruturas fundiárias de produção de commodities, então a gente tem que combater esse discurso cada vez mais (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

Em consonância com a fala de Diro, o Militante do MST Valdecir aponta que isso é meramente um jogo estratégico de “*marketing*”, em que o agronegócio ajusta seu discurso de conservação do meio ambiente, de sustentabilidade, criando uma imagem falsa, quando, na verdade, a contradição reside na própria fabricação dos agrotóxicos pelas empresas:

Então, é, eles têm uma estratégia, uma estratégia de marketing como existe hoje essa ideia do cuidado com a natureza, o cuidado com todas as formas de vida, todo esse negócio, é um apelo que tem ganhado muita força no mundo todo, então as empresas também elas vão fazendo o que, eles querem também se ajustar a isso pra fazer com que elas conseguem vender mais e conseguem faturar mais. Então, eles ajustam um pouco os discursos, eles vão, inclusive, abrir mão de programas. Uma série de medidas com esse objetivo: criar uma imagem e preservar etc. e tal. A contradição é que é as mesmas que fabricam o veneno, os químicos, é os mesmos que fazem o discurso da preservação tem uma grande contradição, mas isso faz parte do jogo, digamos assim, da ideia da acumulação (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Borsatto e Carmo (2013a) analisam que uma das questões para enfrentamento da cooptação da agroecologia pelo agronegócio/Capital no âmbito acadêmico é a demarcação clara das epistemologias da Agroecologia e seu remodelamento como ciência, evitando-se, assim, que os discursos embasados nela sejam cooptados por tais sujeitos, o que contradiz a perspectiva crítica de seu surgimento político-científico.

O modelo de produção do agronegócio se estabelece pelas *commodities* e pelos dólares e não pela produção de alimentos, seu objetivo sendo o de utilizar cada vez mais os solos férteis para produção de monoculturas e de biocombustíveis para alimentar os carros *flex*, plantações industriais, entre outros (STEDILE, 2013), não tendo relação direta com a produção de alimentos agroecológicos.

Na visão do agronegócio, a Agroecologia pode se tornar um pacote fechado de ações e técnicas, tendo o produtor como apolítico e submisso, o que meramente resulta em produtos com menos agrotóxicos, mas pautados nos pilares de exploração capitalista. Na verdade, a Agroecologia deve representar uma face da soberania alimentar e da reprodução dos povos no campo que fuja dessa lógica de produção:

La construcción ideológica del agronegocio es un instrumento importante de dominación para controlar el territorio campesino, y mediante su discurso tecnificado y productivista, se busca desmovilizar al movimiento campesino, transformarlo en un productor apolítico, sumiso, que no cuestione el orden establecido, que produzca eficientemente productos que serán entregados al capital (LIZÁRRAGA; VACAFLORES, 2008, p. 246).

Segundo Diro, o embate ideológico no contexto das disputas da Agroecologia tem que ser enfrentado para desconstruir o discurso de que a produção do agronegócio é de alimento, buscando viabilizar os projetos agroecológicos dos campesinatos:

O MST tem levado a frente esse embate ideológico, a gente tem aí se apropriado do que a gente tem falado das ideias no sentido de mostrar o que as famílias camponesas, dentro dos territórios camponeses, dentro dos assentamentos tem feito a partir da transição agroecológica que é visibilizar essas iniciativas, visibilizar os projetos de agroecologia dentro das cooperativas, das associações, dos assentamentos pelas famílias mostrando que de fato a agroecologia ela acontece a partir do território camponês a partir dos povos tradicionais e a partir desses sujeitos históricos do campo e não a partir da produção de commodities e não a partir do latifúndio e não a partir do, do, do, desse discurso de nicho de mercado, então a gente tem que entender ela dentro dessa disputa das ideias também, da disputa do discurso (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

Segundo Altieri (2004), a Agroecologia contribui para que as populações do campo consigam ter uma participação ativa nos processos e objetivos dos projetos de desenvolvimento, devido às suas ferramentas metodológicas. Faz-se frente, dessa forma, aos projetos colocados pelo Estado para a agricultura, os quais excluem intencionalmente as populações do campo ou priorizam o modelo de produção do agronegócio, conforme fala de Valdecir: “Porque a lógica tá montada pra eles [agronegócio/capital]. Então não é fácil, viu, por isso que é desafiador. Mais uma vez eu tomo a ideia do Estado, o Estado que cumpre. O capital-Estado ele atua mais pra fortalecer” (Em entrevista, 2020).

Nessa correlação de forças, a disputa, pelo Estado, dentro do debate dos tipos e tipologias de territórios criados por Fernandes (2008; 2009a), está na perspectiva de superação

das desigualdades provocadas no Segundo e Terceiro territórios, em que o Primeiro Território é o elemento central, partindo do Estado. Nas palavras do militante Guilherme:

O primeiro território ali está o Estado e suas instituições, agora... quem está nesse primeiro território não são seres de um outro mundo, são parte de uma classe, de algumas classes que estão no segundo território. Então estas classes que são do segundo território e que estão no primeiro território, elas elaboram políticas públicas voltadas à sua classe. Então, se nós não lutarmos pelo Estado, e aí vem uma questão muito maior, quando que nós vamos ter hegemonia das políticas públicas? (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

A disputa pelo Estado é um fato marcante, pois suas ações de desenvolvimento se colocam na lógica do Capital, em que o campesinato fica marginalizado, seja no mercado, na obtenção de financiamentos ou na produção:

Os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a práticas produtivas no meio rural não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante (LEFF, 2002, p. 47).

Essa transformação do Estado parte da perspectiva de que ele cria, reproduz e consolida o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio, evidenciando o caráter de conflitualidade exposto nos diferentes territórios materiais e imateriais:

O Estado ele tomou partido no sentido de que ele quer o desenvolvimento do campo a partir da produção de commodities, da produção dos latifundiários e dessa relação com essa classe enquanto que a opção pelas famílias camponesas não existe. Aquela coisa de que você opta por uma ideia e abandona o outro e a gente observa isso, por exemplo, no volume de recursos que o estado destina para o agronegócio e destina para as famílias para a agricultura camponesa é uma diferença abrupta, é uma diferença colossal, então você já observa aí essa relação do estado e não é a toa que o agronegócio é uma base política do governo (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

Segundo Duval, Valencio e Ferrante (2008), a falta de políticas efetivas de assistência aos assentamentos tornaram os agricultores familiares individuados, e como estratégia de reprodução, o trabalho da cana torna-se alternativa: “Vista em seu conjunto, a economia camponesa vende produtos, mas para garantir sua reprodução sente-se obrigada também a vender seu excedente da força de trabalho que não pode absorver” (VERGÉS, 2011, p. 9).

Nas palavras de Valdecir: “Se tem que ficar seguro disso, e no geral é a ausência de políticas públicas, enquanto o modelo de agronegócio tem dinheiro a rodo, tem um conjunto de, eles têm um Estado que o serve, no nosso caso o Estado além de não servir, atrapalha, dificulta” (Em entrevista a Buscioli, 2020).

Nessa questão das dificuldades impostas pelo Estado diante das suas ações, Melo e Scopinho (2018) apontam que as políticas públicas não correspondem às demandas dos camponeses e suas comercializações estão relacionadas diretamente com o mercado, funcionando também como um mecanismo de descentralização das políticas de reforma agrária, sendo um reflexo do modelo de desenvolvimento rural vigente.

Tais políticas que refletem o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio trazem um pacote fechado no qual o camponês dificilmente conseguirá um financiamento individual, problematizando ainda mais o caráter de dependência em relação ao Estado e instituições capitalistas:

As empresas aqui, o banco, as instituições financeiras, o gerente do banco vêm aqui no assentamento oferecer dinheiro, o pacote pra produzir o pacote, a produção do pacote, eles vêm aqui. Oferece dinheiro. Tem empresas, especializadas em fazer projetos, mas que projetos? É aquele modelito. Já tem a fórmula pronta: quantos hectares você vai plantar? De que? Qual cultura? A tabelinha, quanto que vai ser de semente, quanto de adubo, quanto de veneno, tudo certinho. Tudo isso são formas de facilitar, é uma forma de cooptação (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

O militante do MPA Guilherme aponta que isso não quer dizer que as políticas públicas não sejam importantes para o campo, mas que devemos ter a compreensão de que elas geram desenvolvimento desigual nos diferentes territórios e, como consequência, cria-se uma relação de subordinação do campesinato a tais políticas. Para Altieri (1995), só é possível que o campesinato consiga lutar em condições de igualdade de mercado e produção, a partir da soberania alimentar com base sólida na identidade camponesa e da conservação dos recursos naturais.

Rabello, Reis e Silva (2015) apontam que a Agroecologia deve ser entendida a partir da soberania alimentar, considerando outros sujeitos sociais no contexto da transição agroecológica, pois os camponeses criam estratégias agroecológicas para permanecer no campo, sendo necessário que a estrutura fundiária favoreça também a territorialização desses povos:

Isso significa que, mesmo após a conquista da terra, a luta pela emancipação permanece, uma vez que o que determina a conquista do território são as

relações de poder nele estabelecidas, determinadas, por sua vez, pelo papel desempenhado pelo capital, pelo Estado, pelos camponeses e por suas organizações (REIS, 2013, p. 115).

Altieri (1995) compreende que somente é possível promover uma autossuficiência alimentar dos camponeses, excluindo o modelo modernizante de agricultura especializada, orientada no mercado de exportação e colocando um modelo de desenvolvimento que reconheça a diversidade ecológica e cultural que cada território tem como elementos importantes de apropriação e transformação da natureza (ALTIERI, 1995), tendo ações contra hegemônicas específicas e cristalizadas, diminuindo, assim, a correlação de forças entre os dois modelos de desenvolvimento disputados via Estado e suas políticas:

Porque tem muita coisa, e entregam a questão às vezes da sobrevivência, a ausência de políticas públicas e as pessoas precisam viver, precisam consumir. Não é porque é assentado que ele é um ser diferente, tem necessidades, e o **modelo do agronegócio, ele é muito atrativo, ele é muito tentador, a capacidade de cooptação deles é muito grande**. Eu fico aqui observando aqui os meus vizinhos como é que eles caem, como é que eles incorporam, **porque o modelo oferece vantagens, condições**. Se eu vi numa grande cooperativa capitalista que tem aí, uma grande empresa de insumos, e pedir, não tem o que eu preciso pra fazer a agroecologia, porque **a agroecologia só se faz com o que se tem no seu entorno, não busca fora, procura o que você tem, enquanto que esse pacote, eles te dão condições, te dão insumo, semente, dá um crédito**. Então você, praticamente, você produz pra eles, aí você entrega, paga, tira a parte, quando tiver um resultado maior ele fica, geralmente fica elas por elas, sobra um pouquinho e tal, e a lógica vai sendo alimentada. Então sair dessa lógica não é fácil. **Romper com isso não é fácil**. Então esse é o grande desafio, é um desafio muito grande (Valdecir em entrevista, 2020).

Com isso, compreendemos que diante das disputas paradigmáticas e dos modelos de desenvolvimento, o Estado se coloca como centralizador, pois as políticas de incentivo às produções camponesas nos seus territórios se dão via Estado, promovendo as agriculturas sustentáveis na perspectiva agroecológica. Nas palavras de Guilherme:

...precisa de política pública, sem política pública nós não teremos uma massificação agroecológica, por exemplo. Isso é imprescindível, a disputa de política públicas e a agroecologia, e aí você também pode considerar a agroecologia uma política pública porque ela vai poder gerar novas políticas públicas (Guilherme em entrevista, 2020).

O grande desafio da produção agroecológica e seu processo de transição está justamente nessas disputas do Estado e seu modelo de desenvolvimento baseado no

agronegócio com o modelo de desenvolvimento que os movimentos socioterritoriais defendem para o campo. Além disso, Petersen (2020) aponta outro desafio. Segundo ele, os grupos/empresas das indústrias de alimentos e bebidas influenciam e bloqueiam direta e indiretamente as políticas de promoção de alimentos saudáveis, deixando os consumidores mais vulneráveis a alimentos com agrotóxicos e ultraprocessados.

Segundo o estudo pela Global Health Advocacy Incubator (2020), nesta pandemia do Coronavírus, foi utilizada a associação discursiva de “segurança dos alimentos” e dos “alimentos saudáveis” pelas empresas de alimentos e bebidas tais como Sadia, Coca-Cola, Nestlé, como produtos importantes para uma alimentação segura e saudável no consumo individual e familiar, colocando-se como sujeitos primordiais para o sistema de abastecimento de alimentos.

Essas situações geram impactos negativos na saúde da população mundial, que já se alimenta sob uma perspectiva de alimentos ultraprocessados, com utilização massiva de agrotóxicos mediante destruição dos recursos naturais, causando impactos ambientais irreversíveis, sob uma lógica errônea de alimento saudável. Evidencia-se, dessa forma, outro desafio, que consiste na realização da Agroecologia em territórios que margeiam a produção do agronegócio que causa os mais variados impactos como: as contaminações dos solos, das águas, dos animais e das pessoas, a perda da biodiversidade dos ecossistemas, aceleração dos processos de erosão dos solos e salinização, bem como sua compactação (SARAGOSO; MACHADO, GARCIA, 2018).

Ou seja, ocorre uma alteração nos processos naturais do meio ambiente:

Quando você altera o ciclo da natureza, tu gera problemas, e a natureza começa a reagir. Os problemas vão acontecendo. Então com essa quantidade de venenos, de químicos, essa ideia de que o solo é apenas um suporte para receber os insumos e produzir – isso tudo cria um monte de problemas ..., tá destruindo a fertilidade natural do solo, tá contaminando as águas, vai destruindo toda a biodiversidade, vai criando desequilíbrio (Valdecir em entrevista, 2020).

Ao mesmo tempo que a Agroecologia lida com tais problemas advindos do modelo de desenvolvimento do agronegócio, ela se coloca também como forma de mitigação desses impactos com a contribuição da regeneração do meio ambiente, na perspectiva de uma agricultura sustentável, uma vez que ela “sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos” (LEFF, 2002, p. 37).

Para Salas-Zapata, Ríos-Osorio e Castillo (2011), a “agroecología se enfoca en entender las relaciones entre los sistemas agrícolas y el ambiente y la sociedad dentro de los cuales se desarrolla la actividad agrícola” (p. 702-703) sustentável ao meio ambiente, sob uma lógica de produção que difere da vigente, ocorrendo a necessidade de uma ruptura:

O conteúdo do que se entende por Agroecologia, assim, se constrói de forma sinérgica por meio de diferentes práticas sociais que têm como elemento comum a convicção da necessidade de uma ruptura, de caráter emancipatório, com o atual processo de desenvolvimento vigente nas sociedades contemporâneas (SILVA NETO, 2013, p. 4).

Corroboramos com Silva Neto (2013) compreendendo que é necessário uma ruptura com o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio, consolidando o modelo de desenvolvimento do campesinato garantindo sua legitimidade e possibilidade de produção agroecológica com mudança estrutural nos territórios materiais e imateriais protagonizada movimentos socioterritoriais:

Ao propor uma ruptura paradigmática, a agroecologia considera os elementos de ordem ambiental, como por exemplo, a erradicação do uso de agrotóxicos, e considerando a própria dinâmica da natureza durante os processos de trabalho; de ordem social, contribuindo com a Soberania Alimentar e com a produção de alimentos saudáveis e em diversidade para a população; e elementos de ordem econômica, pois permite o melhor aproveitamento do espaço de produção e ao mesmo tempo trabalha com a diversidade da produção de alimentos, diminuindo a dependência do consumo externo. Sendo assim, a agroecologia propõe o resgate das formas tradicionais de manuseio da terra e de trabalho com a agricultura. Ainda, propõe a retomada do que se entende enquanto agricultura nos dias de hoje, quando o capitalismo chega no campo para transformar o território de vida em território de produção de commodities (RABELLO, LEAL, SOUZA, 2016, p. 10).

Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma estratégia de desenvolvimento territorial para o campo que contrapõe o modelo de produção capitalista, ou seja, surge como uma alternativa, segundo Guzmán (2001), fazendo frente ao avanço do neoliberalismo e do processo de globalização da economia, respeitando o meio ambiente a partir da sua diversidade ecológica e sociocultural dos saberes tradicionais.

Segundo Giraldo e Rosset (2017), é nesta contradição, que a luta mundial dos movimentos socioterritoriais é por fazer da agroecologia uma prática de resistência. E em nosso entendimento, ela constrói territórios materiais que denominaremos de Territórios Agroecológicos.

Diante disso, apresentaremos no item 1.2, alguns apontamentos sobre a compreensão da agroecologia para os movimentos socioterritoriais na perspectiva de construção dos principais elementos dos territórios agroecológicos no contexto da materialidade e imaterialidade, primordiais para compreendermos a agroecologia enquanto paradigma emergente e como objeto de análise do PQA.

1.2. Os elementos dos territórios agroecológicos como resistências dos movimentos socioterritoriais

“A terra é nossa mãe e ela tem que produzir comida limpa, comida sem veneno.”
Luiz – MST.

Segundo Rosset e Martínez-Torres (2012), os movimentos socioterritoriais têm colocado como centralidade o debate da Agroecologia como produção familiar e saudável frente à produção de alimentos não saudáveis pelo agronegócio. O desenvolvimento da agricultura necessita, portanto, de mudanças estruturais, além de abarcar todas as dimensionalidades dos territórios, das produções e das tecnologias, proporcionando redes de solidariedade (ALTIERI, 2010).

Na materialização da luta pela Agroecologia, os movimentos socioterritoriais empenham esforços no caráter formativo, aproximando-se de abordagens interdisciplinares e debatendo temas que são ignorados pelo modelo de produção do agronegócio, tais como os problemas socioambientais e socioculturais nos territórios rurais camponeses (SARAGOSO; MACHADO; GARCIA, 2018).

Nesse sentido, estamos compreendendo que no campo dos paradigmas tais ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais dão fundamento à análise da Agroecologia como um paradigma em construção e da análise dentro do Paradigma da Questão Agrária vinculado ao Modelo de Desenvolvimento do Camponato, que, por sua vez, está contido na análise do território imaterial.

Desse modo, compreendemos que o PQA e o Paradigma Agroecológico dialogam a partir da luta contra o capital, ou seja, no enfrentamento, resistência e superação da lógica opressora do sistema capitalista, do modo de produção capitalista. A contribuição também se dá no sentido da compreensão de que a Agroecologia é um instrumento de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais que promove um tipo de desenvolvimento territorial.

A Via Campesina Internacional tem se destacado na construção do pensamento agroecológico com ações concretas em contraponto com o agronegócio em escala mundial, debatendo — por meio de eventos em vários continentes, como nas Américas, na Ásia, na África Austral, Central e Oriental e na Europa — esses assuntos (ROSSET, MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Para a Via Campesina Internacional (2017), a Agroecologia vai além da forma de trabalho, inserindo-se no campo das relações humanas: “Agroecology is not just about how

we work with the land, but also about how we work with each other as people” (p. [1]). Em seu projeto de desenvolvimento territorial, a Agroecologia apresenta esse modo de produção como uma alternativa frente ao agronegócio, cuja forma de produção causa impactos negativos a curto e longo prazo para o meio ambiente, para a saúde humana e para reprodução social, pois nesse contexto os povos do campo são subalternos.

A Via Campesina luta pela soberania alimentar em escala mundial, buscando, por meio da autonomia desses sujeitos e dos países, a definição de políticas para a questão agrícola-alimentar, como é o caso do Brasil:

A Via Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. Somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental (ALTIERI, 2010, p. 30).

Outro importante movimento socioterritorial que atua na agroecologia nacionalmente é o Movimento dos Pequenos Agricultores compreende. Para eles a Agroecologia é um conceito em construção, mas que se revela na perspectiva de um processo de resistência ao modelo de produção do agronegócio. Nas palavras do militante Guilherme:

Eu penso ainda que a agroecologia ela está mais para um conjunto de técnicas voltadas à agricultura alternativa, e é um conjunto de técnicas voltado para uma agricultura alternativa a que é hegemônica ao agronegócio, mas que ela pode ser enriquecida, ela é um conceito que está em construção (Guilherme em entrevista, a Buscioli, 2020).

A Agroecologia, para o MPA, não deve ser desvinculada da soberania alimentar e dos camponeses que as praticam, pois ela se assenta no abastecimento popular afirmando os povos do campo e das florestas como sujeitos ativos, tornando-se um modo de viver. Ela busca, em suma, a superação do modelo de desenvolvimento do agronegócio na retomada pelo equilíbrio ambiental e na garantia de alimentos saudáveis à população (MPA, 2020).

O militante Guilherme afirma que depois da compreensão da Agroecologia enquanto um conjunto de técnicas alternativas que se contrapõe às cadeias produtivas do agronegócio, devemos passar a assumi-la como modo de vida camponês, tornando-se saber tradicional, ciência e prática de resistência.

Rabello, Reis e Silva (2015) apontam que o entendimento da Agroecologia realizado pelos movimentos socioterritoriais está pautado desde seus princípios formativos de base e está associado a outras discussões, configurando-se como uma bandeira de luta desses sujeitos e abarcando o conceito de Reforma Agrária Popular — originalmente proposto pelo MST⁶ —, que difere das relações estabelecidas dentro da lógica de desenvolvimento no capitalismo:

Quando há uma incompatibilidade de conviver juntos, não tem como chegar ... É a luta de classes, não tem como conciliar, então tem que enfrentar. Pra nós avançar do ponto de vista do nosso território da agroecologia sobre o território deles. Então, ali são as estratégias de enfrentamento de disputa territorial. Então tem que fazer essa disputa não tem outro caminho. Se nós quiser avançar numa perspectiva dos nossos projetos contra hegemônicos, de prevalecer, vai ter que avançar sobre o território deles, e essa é a estratégia do MST (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

Assim, avançar sobre os territórios do agronegócio e realizar a reforma agrária no contexto da produção agroecológica é a base de luta do MST, como apontam Borsatto e Carmo (2013b), para os quais a defesa da Agroecologia se estabelece no contexto das conflitualidades, assim como o debate da soberania alimentar, apontando-se para “uma curva ascendente, em contraponto ao discurso de coletivização e fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas antes vigente” (p. 657).

Os movimentos socioterritoriais compreendem que a desterritorialização do modelo do agronegócio e de todos os aparatos materiais e imateriais que o constitui devem estar aliados à consolidação de estruturas no campo agroecológico que permitam satisfazer as necessidades alimentícias populacionais, opondo-se ao agronegócio e avançando numa agricultura de base sustentável, economicamente viável e socialmente justa (ALTIERI, 2010).

Compreendemos que os movimentos socioterritoriais, ao lutarem pela Agroecologia em sua multidimensionalidade, estão criando territórios materiais e imateriais. Estamos, aqui, denominando esses territórios como “Territórios Agroecológicos”, fundamentando-nos em sua multiescalaridade e multidimensionalidade, conforme podemos observar no Organograma 2. Eles podem ser concebidos desde a perspectiva do saber agroecológico (território imaterial), mas também segundo seu aspecto material, como um lote, um assentamento e um acampamento.

Assim, os Territórios Agroecológicos são espaços de luta e resistência no contexto do trabalho familiar que envolvem a tradicionalidade dos saberes agroecológicos como processo formativo e produtivo, fundamentando-se na reprodução social dos sujeitos no

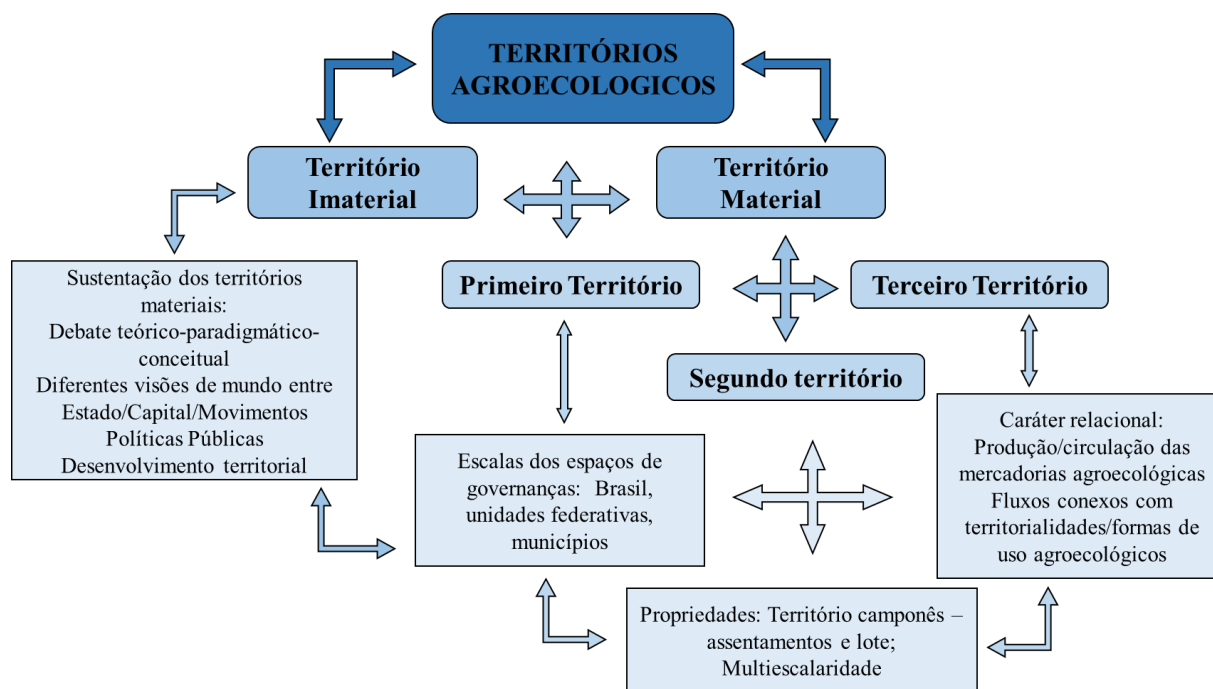
⁶ Aprofundaremos estas informações nas análises no Capítulo 3.

território em consonância com a Natureza e seus elementos, fora das lógicas capitalistas. Ou seja, fundamenta-se no espaço de vida.

Essa leitura que estamos realizando dos Territórios Agroecológicos está diretamente vinculada ao Paradigma da Questão Agrária no mesmo momento histórico em que estamos compreendendo o Paradigma emergente da Agroecologia, pois ambos se fundamentam na centralidade das ações dos movimentos socioterritoriais tendo a Agroecologia como uma estratégia de desenvolvimento territorial, logo uma forma de resistência.

Neste sentido, a constituição dos territórios agroecológicos parte da centralidade das ações dos camponeses, que por sua vez resistem através da prática agroecológica para permanecerem no território. Compreendemos que as práticas agroecológicas produzidas pelo campesinato têm sua especificidade e peculiaridade devido essencialmente a sua identidade enquanto classe distinta dentro do capitalismo; portanto estabelece uma outra relação no território. Essa constatação, no entanto, não nos permite afirmar que todo território camponês seja agroecológico, pois a contradição e negação desse paradigma também se materializa, seja no uso de formas de produção convencionais e depredatórias e/ou pela entrada direta ou indireta do capital nessas frações do território sob uso do campesinato.

Assim, partindo da leitura da multiescalaridade e multidimensionalidade do território e das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses dentro do seu modo de produção, compreendemos que a criação do território camponês se coloca como potencialidade e condição para a sua transformação em território agroecológico. Ou seja: compreendemos que a luta, conquista e manutenção do território sob controle e/ou autonomia parcial/relativa dos camponeses tem um potencial revolucionário no tocante a potencializar outras formas de relações socioterritoriais de produção e reprodução da vida, diferentes das que temos hegemonicamente na atualidade.

Organograma 2: Territórios agroecológicos sob a Teoria dos Territórios

Org.: BUSCIOLI, L. D.

A definição conceitual que esta tese procura desenvolver por meio do Organograma 2 parte da leitura da Teoria dos Territórios estabelecida por Fernandes (2008; 2009a) já apresentada, mas procuramos avançar na compreensão das suas estruturantes e da Agroecologia como objeto científico-analítico.

Estamos compreendendo a imaterialidade do Território Agroecológico a partir da leitura que os movimentos socioterritoriais têm da Agroecologia, vale dizer, que eles estão construindo esse conceito a partir dos seus saberes, das suas visões de mundo e dos debates que eles realizam no contexto da técnica produtiva. Ou seja: o Território Imaterial Agroecológico sustenta os territórios materiais, dando-lhes significado, característica e importância.

Compreendemos que é nesse campo que ocorre a conflitualidade entre as formas de cooptação da Agroecologia a partir de diferentes sujeitos que fortalecem o modo de produção capitalistas. Giraldo e Rosset (2017) apontam que o discurso é de alinhamento da Agroecologia a esse modelo, fatos defendidos pela FAO juntamente com instituições que apoiam as políticas agrícolas globais que buscam recuperar áreas degradadas para obtenção de lucros.

Com isso, os organismos multilaterais e empresas absorvem os conteúdos da Agroecologia, como é o caso da Cargill, que lançou em 2018 um edital para seleção de 15 projetos em municípios brasileiros em que o grupo atua para a produção de alimentos “saúdáveis” com a missão de “promover a alimentação saudável, segura, sustentável e acessível, do campo ao consumidor” (FUNDAÇÃO CARGILL, 2018, p. [1]).

Um exemplo de cooptação da Agroecologia no campo da imaterialidade (territórios e paradigmas) são os programas que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vêm financiando desde 2017 no Brasil, apresentados no Quadro 1. Até o ano de 2022, o valor desses financiamentos que tinham a Agroecologia como objetivo totalizaram mais de 112 milhões de reais.

Quadro 1: Projetos Financiados Pelo BID que abordam o conceito de Agroecologia				
Anos	Título do Projeto	Valor	Fase	Localidade
2022	BR-L1542: Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé, Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI)	59.325.500	Implantação	Piauí
2022	BR-L1608 : Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé, Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI)	40.222.700	Implantação	Piauí
2021	BR-T1462 : Agricultura de Baixo Carbono para Evitar o Desmatamento e Redução da Pobreza Fase II - Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis na Amazônia	9.630.000	Implantação	Amazônia
2021	BR-T1333: Desenvolvimento do Sistema Silvipastoril e Cadeia de Valor Baseada em Macauba	2.969.000	Implantação	Cerrado
2017	BR-Q0019: Desenvolvimento de um Sistema Silvipastoril e Cadeia de Valor Baseados em Macaúba	3.00.000,00	Implalantação	Cerrado
Fonte: BID. Org. BUSCIOLI, L. D.				

A partir dos projetos executados no Brasil, podemos identificar que os primeiros projetos que apresentaram o conceito de Agroecologia datam de 2017. Mas, foi somente em 2019, no Marco Setorial da Agricultura do BID, que a Agroecologia foi incorporada como política deste organismo. Para eles, a argumentação da Agroecologia parte do ponto de vista desse modelo econômico como sendo mais eficiente para a agricultura familiar, ou seja, não há uma propositiva das reais mudanças estruturais, fatos debatidos no subcapítulo 1.1.

No campo imaterial, temos as Políticas Públicas como elementos analíticos que permitem o desenvolvimento territorial. Segundo Monteiro e Londres (2017), políticas importantes prevaleceram nos debates acerca da Agroecologia, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNE), que mesmo não citando explicitamente a Agroecologia permitiu um avanço no processo de comercialização e produção no Brasil; bem como a Política Nacional de Agroecologia e a Produção Orgânica criada em 2012 devido à luta dos movimentos como a Via Campesina, MST e Movimento dos Pequenos Agricultores, com o intuito conservar as sementes crioulas, comercializar através dos mercados institucionais e reduzir a utilização de agrotóxicos.

Também cabe destacar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — 2013, fruto da luta dos movimentos socioterritoriais para efetivar ações de desenvolvimento territorial por meio de políticas/programas que promovam a transição agroecológica na produção de alimentos no campo (RABELLO, 2014), permitindo que a Agroecologia fosse vista como uma alternativa de política pública frente ao avanço do agronegócio.

Essas ações envolvem a materialidade do Território Agroecológico a partir do Primeiro Território, em que há uma disputa dos diferentes espaços de governança que tais políticas permeiam, bem como nas ações agroecológicas que os movimentos socioterritoriais tem realizado.

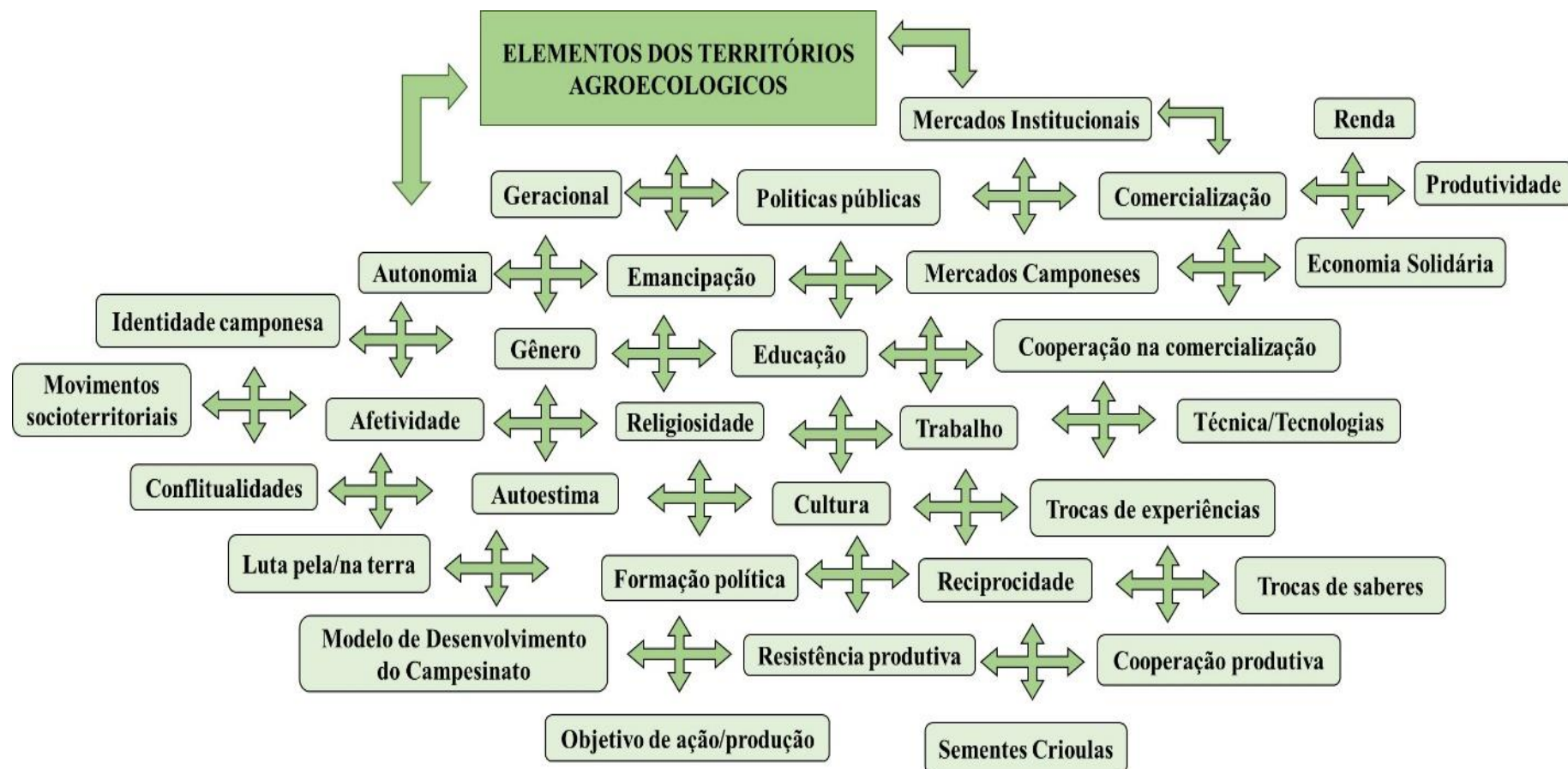
Também compreendemos que o Território Agroecológico pertence ao Segundo Território, ou seja, sendo uma propriedade como um assentamento rural, um lote no assentamento, um território tradicional etc, ou seja, onde realiza-se a práxis agroecológica. Configura-se, ainda, como Terceiro Território, que está baseado nas suas formas de uso, na produção e comercialização das mercadorias agroecológicas, ou seja, partindo de um caráter relacional que cria multiterritorialidades, que, por sua vez, partem de diferentes elementos, expostos no Organograma 2.

O Organograma 3 apresenta uma síntese analítica dos elementos dos territórios agroecológicos⁷ nas suas materialidades e imaterialidades, ou seja, seus componentes de constituição e caracterização por meio das identidades camponesas no contexto do debate paradigmático. Cabe destacar que esses elementos foram sistematizados a partir dos debates teóricos sobre a Agroecologia como ciência, técnica, prática, movimento e saber e das análises das entrevistas segundo a metodologia de Gibbs (2009).

.

⁷ Cabe destacar que parte destes elementos serão aprofundados e exemplificados no decorrer do desenvolvimento desta tese.

Organograma 3: Principais elementos materiais e imateriais dos territórios da agroecologia



Org. BUSCIOLI, L. D.

Podemos observar que o Organograma 3 se expressa a partir de uma crescente de elementos, ou seja, de uma evolução. Inicia-se com a questão identitária camponesa, pelos aspectos da luta e da resistência dos movimentos socioterritoriais envolvidos nas conflitualidades da luta pela e na terra, na consolidação do modelo de desenvolvimento do campesinato, na formação política destes sujeitos relacionada com as religiosidades, culturas, educação, trabalho, gênero, afetividades etc.

As novas relações que vão se estabelecendo nos territórios camponeses agroecológicos vão gerando autonomia de produção, emancipação, reciprocidade, cooperação produtiva, troca de experiências e de saberes na produção de sementes crioulas e nas utilizações de diferentes técnicas/tecnologias, que resultam na geração de renda fundamentada na comercialização dos produtos agroecológicos pelos mercados institucionais via políticas públicas ou mesmo nos mercados camponeses (como as feiras e projetos de cestas) correlatos a cooperação e a economia solidária. Tais elementos, configuram-se dentro de um quadro de resistência que gera desenvolvimento territorial.

Partindo da perspectiva da materialidade e imaterialidade dos territórios (Fernandes, 2008; 2009a), compreendemos que os elementos fundantes dos territórios agroecológicos expressam diferentes dimensões, escalas e territorialidades que variam conforme as identidades dos sujeitos que estão construindo seus territórios materiais e se reproduzindo. No caso do Organograma 3, apresentamos os territórios agroecológicos do campesinato.

Primeiramente, devemos compreender que os territórios agroecológicos são construídos a partir da luta dos movimentos socioterritoriais em diferentes formas que se materializam na criação dos territórios materiais, que posteriormente passam a se configurar como territórios agroecológicos em diferentes escalas.

No caso dos territórios agroecológicos do campesinato, a forma mais relevante de ação para essa conquista material são as ocupações de terras que geram os territórios camponeses que são assentamentos rurais (FERNANDES, 2012), ou mesmo os acampamentos, bem como as manifestações do campo, que permitem avançar na luta pela constituição da Agroecologia como desenvolvimento territorial, resistência e prática produtiva em consonância com o enfrentamento do modelo do agronegócio.

Com isso, os territórios da Agroecologia se assentam na identidade camponesa que se estabelece pela tradicionalidade do trabalho familiar, pelas cosmologias de compreensão da natureza e pelas suas historicidades:

A identidade camponesa ainda está relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta pela terra é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território camponês sendo vital para produzir suas relações sociais e culturais, onde a identidade camponesa está em curso (SILVA; CURY, 2015, p. 26).

Essa tradicionalidade do camponês e seus territórios existe antes mesmo do capitalismo, resistindo e persistindo nos dias atuais (FERNANDES, 2014), pois se (re)cria no próprio processo contraditório do capitalismo — não é um elemento estranho ao movimento, mas, sim, parte dele (OLIVEIRA, 1986). Caracterizados pela predominância do trabalho familiar na sua produção e na sua forma de organização, os territórios camponeses estão estabelecidos de diversas formas, como cooperativas ou associações, por exemplo, desde que não haja relações capitalistas em seus processos (FERNANDES, 2014).

Assim, “a sobrevivência da classe camponesa tem sido responsável pela luta por territórios em que seja possível sua reprodução social” (REIS, 2013, p. 115), em que, na compreensão das identidades camponesas, a terra represente o que é comum a eles, sendo que sua construção se estabelece a partir dessa relação de trabalho, cuidado e conservação com a terra, produzindo para subsistência, manutenção da casa e para comercialização (ALMEIDA, R., 2003).

Corroborando Rosemeire Almeida (2003) e Reis (2013), Silva e Cury (2015) compreendem que a gerência, a produção, o trabalho, a renda e os núcleos de decisões dentro da agricultura capitalista se estabelecem pela relação familiar na apropriação da terra para consumo e venda de seu excedente, reconhecendo os valores da “natureza, dos astros e dos elementos que está ao seu redor, sabe a direção do vento, da chuva, seu conhecimento já existia antes mesmo da ciência” (SILVA; CURY, 2015, p. 30).

As práticas de agricultura sustentável pelo campesinato e, no caso deste trabalho, a Agroecologia resultam dessas perspectivas culturais evidenciadas na racionalidade produtiva do campesinato combinando os elementos tradicionais (cultivo como cultura) com as ciências agrícolas modernas (LEFF, 2002), não sendo apenas uma forma de produção de alimentos saudáveis, mas uma forma de trabalho como modo de vida (suporte de vida e dos sentidos da existência), garantindo-se que as gerações futuras aprendam suas técnicas e também garantam a conservação de sistemas naturais equilibrados (BALEM; SILVEIRA, 2002).

Observamos que a identidade camponesa construída por meio das relações com o território também se estabelece no compromisso com conservação da natureza, na contribuição com processos produtivos sustentáveis que não estão em consonância com as práticas do modelo do agronegócio. Como se sabe, o agronegócio busca, por meio da

massificação do uso de agrotóxicos, estabelecer altos índices de produtividade, o que resulta no envenenamento de quem consome tais produções, motivo pelo qual a Agroecologia faz frente a tais processos.

Em relação a isso, Valdecir, em entrevista, traz um elemento importante na contribuição das práticas nos territórios agroecológicos e consolidação das identidades camponesas, ao abordar que a Agroecologia permite uma maior autoestima para quem produz, pois tem a certeza de que seu produto não é envenenado e não causará danos à saúde dos consumidores e garantirá tradições às gerações futuras. Em suas palavras:

Porque se eu aplicasse veneno, eu teria consciência que eu estaria prejudicando as pessoas, a mim, às pessoas ao meio ambiente. Aí eu vou fazer, eu me sinto tão realizado, tão satisfeito, isso me ajuda também porque eu tô me ajudando e deixando um legado pras próximas gerações. Cara, isso não tem (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

Essa autoestima também está ligada à questão da autonomia desses camponeses e sua produção no território agroecológico, em que a questão material/financeiro é considerada importante, mas não é a essência na prática produtiva agroecológica. Ela vem fortalecer a autonomia camponesa de produção, pois seu objetivo é: “trabalhar e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas” (ALTIERI, 2004, p. 23).

E isto só é possível pela via da autonomia, com perspectivas de produção no território e retirada de insumos dentro do próprio ecossistema pelas suas interações, tal como aponta Valdecir:

Também são importante numa comunidade, num território. Essa ideia de a gente ter a autonomia, ou seja, não ficar dependente de insumos e, enfim, do mercado, essa ideia, todo esse negócio que esse modelo convencional coloca as pessoas porque eles ficam reféns de tudo isso. Então pensar a agroecologia, com essas bases, tem a ver com isso. No fundo, no fundo tem a ver com a gente ser feliz, de levar a vida adiante e ser feliz (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Partindo das palavras de Valdecir, compreendemos que a Agroecologia se funda tanto nas questões imateriais como nas emocionais nos processos produtivos e formativos relacionados com as trocas de experiências, coletividade, cooperação entre os sujeitos territorializados, que transcendem para os consumidores dos seus produtos. Então, a lógica no campo agroecológico, segundo Silva Neto (2013), estabelece-se nas práticas sociais

caracterizadas pelos processos essencialmente emancipatórios dos camponeses, que ficam mais complexos quando os analisamos em consonância com os territórios materiais e imateriais da Agroecologia e seus estudos no meio acadêmico.

Devemos considerar toda uma rede de resistência dos diversos segmentos da sociedade na luta pela consolidação e criação dos territórios agroecológicos, nos quais a capacidade organizativa dos movimentos socioterritoriais são elementares nesta conjuntura, conforme aponta Leff (2002): “A consolidação destes processos dependerá do fortalecimento da capacidade organizativa das próprias comunidades, para desenvolver alternativas produtivas que permitam melhorar suas condições de vida e aproveitar seus recursos de forma sustentável” (p. 46).

O autor aponta que há a necessidade de promoção de formas de associações, coletividades e investimentos na capacidade produtiva e técnica dos territórios agroecológicos, investindo na questões de gestão que melhorem a qualidade de vida das populações do campo, assegurando a sustentabilidade a longo prazo, o aumento produtivo e a viabilidade de comercialização (LEFF, 2002), em consonância com os saberes e práticas agroecológicas adquiridos na tradicionalidade dessas comunidades em seus territórios, que são demarcados e constituídos de distintas formas, mas que têm elementos em comum, conforme observamos no Organograma 3.

O militante Diro aponta que trabalhar para trabalhar com Agroecologia é necessário compreender sobre coletividade, cooperativismo e divisão sexual do trabalho, em a sustentabilidade esta relacionado a vida:

...a partir do acesso democrático a terra que é trabalhar a partir da produção diversificada, a partir da produção orgânica, da produção que tem aí um... uma relação mais justa com o meio ambiente, com a natureza, a produção ali coletiva, a produção que respeita a divisão sexual do trabalho no campo, a divisão geracional do trabalho no campo através do cooperativismo, através do associativismo, então todas essas relações envolvem a agroecologia pra gente, enquanto uma perspectiva de desenvolvimento da nossa agricultura, enquanto uma perspectiva de produção de alimentos enquanto uma perspectiva de vida e de trabalho o campo... (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

Assim, nos assentamentos de reforma agrária os camponeses, em suas coletividades que se estabelecem no momento da luta e das suas territorialidades, criam formas e práticas de cooperação e associação que contribuem para a sua permanência no território, bem como nos aspectos formativos de luta, tal como apontou Fabrini (2002).

Segundo Valdecir, as formas de cooperação podem variar das mais simples às mais complexas, que se estabelecem em várias dimensões. Ele aponta as experiências de cooperativas coletivizadas em que todo o processo realizado é coletivo. Há cooperações que se estabelecem mais no processo produtivo e outras no processo de industrialização. As mais simples são as estabelecidas localmente, nas relações sociais como as parcerias entre produtores, as trocas de sementes, bem como as formas de cooperação na questão da comercialização, nas quais é permitida a produção de vários produtores/famílias que vão debater o processo de comercialização/venda daquele produto.

Nesse sentido, há famílias que produzem de forma individual em seus territórios agroecológicos, mas que não conseguem fazer todo o processo de produção e de distribuição da comercialização, então a cooperação é fundamental, ou seja, desde as trocas de sementes, passando pelas trocas de experiências, pelas trocas de trabalho e, por fim, resultando na comercialização.

Essas ações diferem da lógica predominante do modelo de produção do agronegócio em que a individualidade, a competição e o lucro são fatores determinantes:

As corporações elas guardam as renovações tecnológicas delas, os segredos guardam a sete chaves. Eles desenvolvem uma variedade de sementes, um produto que mata controlar não sei o que... aquilo é guardado como um segredo, porque aquilo vai permitir lhe dar dinheiro. Quando você vai pro camponês e eles tem um milho que deu uma espiga maior, diferente, que ele percebeu que se sobressaiu das outras, ele faz questão de mostrar que tá lá, e te dar um pouco pra você plantar. Se ele tiver uma variedade de batata-doce que dá maior, que é resistente a um problema ou outro, ele faz questão de passar uma parte, de falar sobre ela. Então o camponês trabalha assim (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Os intercâmbios dessas diversas experiências entre os camponeses nos territórios agroecológicos são considerados elementos de consolidação das territorialidades que também se estabelecem por afinidades de interesses e diálogos de saberes culturais, ou seja, não só pela via da técnica de produção (LEFF, 2002):

Se tu vais para a agroecológica você precisa de mais força de trabalho, você precisa ter a família da comunidade para desenvolver atividades, para ter uma troca de serviço, uma família lá tem alguém doente outro vai lá e contribui. Então tu gera laços de solidariedade, recuperação, de reciprocidade, nessa perspectiva que tu envolve não apenas a família mas toda uma comunidade, um território, que eu acho que tem essa relevância (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Com isso, compreendemos que a produção agroecológica se torna uma forma de reconhecimento em que as práticas enraizadas no seio familiar compõem as formas de (auto) produção e consumo, bem como as relações culturais de vizinhança e religiosidade que permitem as trocas de informações de produção agroecológica (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008).

Tais relações de amizade e cordialidade (obviamente, dentro de um quadro de conflitualidades) são uma das principais características dos mercados camponeses nas vendas diretas dos produtos, sejam elas coletivas ou individuais. Há também dentro desses mercados ajudas no processo de comercialização, em que um camponês leva a mercadoria do outro para comercializar, sem agregação de preço por isso, como apontaram os estudos de Buscioli, (2016).

Petersen (2020) apresenta duas perspectivas de mercado que estão relacionadas aos modelos de desenvolvimento pautados na lógica paradigmática dentro da Geografia Agrária: os mercados convencionais e os mercados territoriais. O primeiro parte da perspectiva capitalista em que ocorre uma ruptura entre os camponeses produtores com os consumidores, ou seja, a cadeia produtiva não é integrada ao seu processo. Conforme Simonetti, Scantimburgo e Fiamengui (2010), sua estruturante parte de péssimas condições de trabalho e contaminação do solo devido à produção de monoculturas vinculadas ao sistema financeiro internacional, onde empresas e grupos dominam o território.

Já nos mercados territoriais, segundo Petersen (2020), ocorre a relação direta entre produtores e consumidores, a produção de alimentos, a construção de confiança dos consumidores locais em que se questiona a necessidade de certificação, pois as relações são baseadas em confiança, ou seja, a confiança nos produtos é caracterizada como um bem comum entre os sujeitos.

Em nossa análise, os mercados territoriais pautados por Petersen (2020) compreendem aquilo que estamos defendendo como mercados camponeses (ou mercados da reforma agrária), os quais podem ser relacionados aos mercados institucionais, bem como às feiras que contribuem no processo de comercialização dos produtos agroecológicos e no processo de transição agroecológica.

A lógica de mercado camponês se diferencia da lógica do mercado capitalista, pois para o camponês sua produção não é vista como mera mercadoria, mas faz parte de um conjunto de resistências que têm valor cultural e político. Vende-se seu excedente gerando renda e permitindo a manutenção/permanência no território camponês (BUSCIOLI, 2016).

O militante Guilherme faz uma análise dos mercados camponeses brasileiros que parte da necessidade de políticas que permitam a sua consolidação, haja vista que vários programas oriundos dos mercados institucionais estão sendo margeados pelos Governos:

Agora a sua produção de alimentos, os nossos mercados camponeses ainda são muito precários. Você tem a venda na feirinha, aquela feirinha itinerante, tem na feira fixa, você tem, você tinha algumas parcerias com o governo federal, por exemplo, nessas políticas tipo PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], que agora se acabaram, então você não tem ainda uma consolidação de mercados camponeses que viabilizem, dependendo da região que você vive, da sua família sobreviver apenas com a produção agroecológica (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Guilherme citou as feiras como elementos importantes para a comercialização dos produtos agroecológicos realizados pelos camponeses, na perspectiva de sua consolidação, autonomia produtiva e geração de renda, ou seja, a comercialização dos produtos é um dos elementos primordiais para permanência do campesinato, conforme observado por Diro: “...pra nós a comercialização é um fator de impacto, um fator principal que a gente deve pensar, nossas produções agroecológicas elas são comercializadas de diversas estratégias, ainda se mantêm as feiras locais, ainda que pontuais, pequenas, as feiras locais nos municípios (Em entrevista a Buscioli, 2020).

Na realização destas feiras, criam-se vínculos que vão além do aspecto financeiro de compra e venda, baseando-se em relações de confiança, relações harmônicas entre os sujeitos, relações em que se compreendem as necessidades um dos outros, ou seja, isso representa um caráter socioafetivo naquele território (O’LOIOLA; MARTINS, 2017).

Cabe ressaltar que Aline Lima (2017) aponta que a implementação das feiras não tem como característica geral apenas a venda direta, mas sua configuração está estritamente ligada aos aspectos agrários do Brasil — como a concentração de terras e os oligopólios internacionais na agricultura — e principalmente à contribuição para a qualidade de vida dos consumidores e melhores condições de vida aos camponeses produtores.

Em relação à qualidade de vida dos consumidores, compreendemos que o consumidor tem um papel importante na definição dos produtos produzidos para a venda tanto nas feiras como nos projetos de cestas agroecológicas realizados pelos camponeses. Estes projetos e feiras, são importantes estratégias de desenvolvimento, principalmente na ausência de políticas públicas efetivas.

Nas palavras do militante Guilherme:

Esse debate dos circuitos quanto à comercialização. Agora tu tem um outro componente que deve estar inserido aí, eu penso, que é quais são os sujeitos que adquirem esses alimentos também, porque na ausência de políticas públicas você tenta ter um alimento assim com um custo de produção mais elevado, por várias circunstâncias, desde o transporte, por exemplo, então muitas vezes assim, aqueles sujeitos assim que tem um salário baixo, tá desempregado, é aquele que consome o alimento ultraprocessado, por exemplo (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Guilherme problematiza a existência de processos contraditórios inseridos no sistema agroalimentar, em que na faixa de renda daqueles consumidores considerados mais vulneráveis é onde se concentram os maiores consumos de alimentos ultraprocessados. Isso evidencia a necessidade de repensarmos todo o processo produtivo da cadeia alimentar de base agroecológica e uma dessas características são os mercados camponeses para a comercialização de cestas agroecológicas que são ofertadas num preço mais baixo que os produtos do mercado convencional.

Valdecir aponta que os projetos das cestas agroecológicas ganharam força no contexto da Covid-19 em razão da não realização das feiras com os decretos estaduais de isolamento social, evidenciando-se, dessa forma, a importância da agricultura camponesa local para a soberania alimentar do país. Nas palavras de Diro:

...também tem os projetos mais coletivos de comercialização de cestas agroecológicas, por exemplo, que aqui no Pontal acontece e outras estratégias que a gente tem adotado, mas a comercialização ela é muito importante porque ela trata diretamente da alimentação da população que é um papel político e social muito importante da reforma agrária, alimentar a população então a gente comercializar ela chama a atenção sob esse aspecto e ela também visibiliza nossa produção agroecológica, então, a partir do momento em que as famílias do campo estão comprando nossos alimentos agroecológicos elas estão conhecendo nossas estruturas de produção, elas estão conhecendo nossa forma de trabalho, as nossas ferramentas de trabalho, a nossa perspectiva de trabalho e o que a gente tá fazendo ali na terra (Diro, em entrevista a Buscioli, 2020).

A Agroecologia se constitui como um território (nas formas materiais e imateriais) onde se constroem as lutas e alternativas a partir de redes territoriais, de mercados camponeses, evidenciando-se que regionalmente e economicamente o projeto do campesinato tem gerado, em diferentes territórios, modificações significativas. Com a Agroecologia, isso se reforça partindo da consolidação da venda de produtos frescos e saudáveis.

Segundo Lizárraga e Vacaflores (2008), os camponeses são responsáveis pela venda de produtos frescos e saudáveis, pela conservação do meio ambiente e pela conservação da

biodiversidade, ou seja, são responsáveis pelo controle territorial regional. Isso resulta na construção de autonomia a partir dos mercados, restaurando os solos e reconfigurando os territórios materiais e imateriais do campesinato sempre que lutaram e resistiram (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Para que ocorra a comercialização de produtos saudáveis, é necessário se produzir de forma agroecológica e, a partir da identidade do campesinato, é necessário que se tenha três pontos importantes a serem considerados, resultando no processo que estamos denominando de resistência produtiva no contexto do que estamos denominando aqui como territórios agroecológicos. São eles: 1) terra e força de trabalho; 2) indicativo de garantia de renda; e 3) incorporação de tecnologias agrícolas.

Nas palavras de Valdecir:

Tem a produção você tem que ter as bases, as condições, que são duas fundamentais: terra e força de trabalho. Se não tiver força de trabalho e não tiver a terra, não faz... Depois você tem que ter um indicativo de garantia, mas você tem que ter uma expectativa, uma garantia de que essa produção que você vai fazer ela vai te dar um retorno. Ela vai te gerar renda (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Segundo Leff (2002), na Agroecologia o trabalho se desenvolve na perspectiva de força de trabalho com a força da natureza, que se realiza por um conjunto de práticas, conhecimentos, saberes tradicionais e por um processo formativo teórico que envolve um contexto político frente às tecnologias hegemônicas. Assim, as estratégias agroecológicas têm que gerar emprego e renda mediante o acesso aos mercados locais, pensando não somente no produtivo (ALTIERI, 2010).

Na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária e do Modelo de Desenvolvimento do campesinato, o militante Guilherme nos aponta que a Agroecologia tem que gerar renda e viabilidade econômica nos territórios:

Dentro da nossa perspectiva assim, que eu trabalho e você trabalha, do paradigma da questão agrária, a gente tem que trabalhar um horizonte, e ela deve gerar renda para família, para a família camponesa. Ela não é apenas esse modo de vida, um conjunto de técnicas, ela tem que causar viabilidade econômica, para que esse território tenha essa prática agroecológica também como uma fortaleza para enfrentar a agricultura capitalista nessas disputas territoriais, que a gente chama. Se a família camponesa está produzindo próximo ao que a gente compreende da agroecologia, mas não se viabiliza, ela vai perder esse território dela (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

No contexto da Agroecologia como desenvolvimento territorial, compreendemos que a renda da terra é um elemento importante para compreendermos a essência do campesinato e a luta pela não sujeição da sua renda ao capital nos setores agrícolas se expressa nas diferentes apropriações dos territórios (MARTINS, 1990; FERNANDES, 2013; FABRINI, 2007).

Segundo Oliveira (2013), o capital cria condições para que o camponês possa produzir a sua própria matéria-prima nas questões relativas às indústrias capitalistas e consumo de produtos industriais como, por exemplo, ração. Essa conjuntura revela a sujeição da renda da terra produzida pelos camponeses à lógica de capital evidenciando um processo de produção e reprodução do capital baseado nessas relações estritamente capitalistas. Então, compreendemos que Agroecologia vem trazer outra forma de desenvolvimento na qual o camponês não tem a sua renda sujeita ao capital, mas sim autonomia em todas as dimensões.

Segundo Origuéla (2019):

É importante salientar que a renda camponesa não se confunde com a renda capitalista da terra. Diferente desta, a renda camponesa representa um tributo pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, permitindo o controle dos resultados do seu trabalho, ainda que isso possa representar trabalho gratuito (ORIGUÉLA, 2019, p. 144).

Valdecir nos aponta que se os camponeses que querem produzir ou já produzem de forma agroecológica não tiverem uma perspectiva de renda, eles podem abandonar ou não querer realizar essa prática produtiva, correndo risco de ir para as práticas produtivas da agricultura convencional, pois já é estabelecido um pacto fechado.

A questão da renda está estritamente ligada à comercialização e é neste ponto que se encontram os desafios da permanência do campesinato na produção agroecológica. Pois, quando se decide por realizá-la, não há uma certeza no processo de comercialização, sendo que ao final o camponês desiste e retorna na lógica de produção capitalista. Em nossas entrevistas, identificamos que a produção agroecológica que poderia ser comercializada e não foi, acaba sendo destinada ao consumo da família ou a doações para um vizinho, por exemplo.

Diante de tais fatos, o militante aponta a importância do terceiro elemento para que se consiga produzir de forma agroecológica, qual seja, as tecnologias e sua incorporação no processo produtivo, que se colocam como contribuição para o trabalho do camponês em seu território, pois com a incorporação de ferramentas, equipamentos e outras tecnologias ocorre um menor esforço físico na produção garantindo-se uma melhor qualidade de vida e trabalho para os produtores agroecológicos.

O militante Guilherme corrobora tais questões ao apontar que o emprego de tecnologias produtivas aliadas aos aspectos agroecológicos permite uma maior produção e comercialização dos produtos, o que possibilita gerar uma renda maior: “Que é importante o trabalho braçal, é óbvio. Mas você tem que ter um conjunto de tecnologias que venham facilitar o trabalho, que venham massificar a produção de sementes crioulas, precisa de indústrias para produzir insumos alternativos...” (Em entrevista a Buscioli, 2020).

Cabe destacar que as tecnologias citadas pelo militante podem ser compreendidas pelos recentes estudos das tecnologias socioterritoriais para o campesinato no campo da produção e comercialização agroecológicas. Felipe Lima (2023), ao estudar as tecnologias socioterritoriais, apontou que elas se configuram como um importante instrumento, que contribuem para a permanência do campesinato no território, produzindo de forma saudável e livre de agrotóxico.

A partir do momento que esses três elementos da produção agroecológica estiverem consolidados em sua plenitude, será possível pensarmos numa ampliação e fortificação do mercado camponês, desterritorializando os territórios do agronegócio (desde o campo da produção, comercialização e circulação de mercadorias). O que ficou evidente neste trabalho é que a Agroecologia se coloca como um projeto de desenvolvimento territorial para a permanência do campesinato em seus territórios, avançando e configurando tais territórios como os territórios agroecológicos na perspectiva de luta e resistência produtiva.

Compreendemos que os princípios agroecológicos oferecem e recuperam o sentido do valor de uso do território e dos seus recursos com bases ecológicas e democráticas, devolvendo o verdadeiro ser camponês (LEFF, 2002), na perspectiva do processo formativo, na luta pela reestruturação do território:

Então você tem que ter uma reestruturação do território, você tem que ter uma escola que dialogue com a realidade e as necessidades do campo a partir dessa perspectiva de agroecologia, ter políticas públicas para viabilizar que o campo se torne novamente atrativo para todas as gerações que estão vivendo nele e para outras que poderão voltar ou ir para o campo. Eu acho que é algo muito maior que envolve isso, para que a agroecologia se torne um projeto, um lugar bom de se viver a partir da agroecologia. Obviamente que isso já é, na nossa perspectiva já é comprovado que o caminho mais viável socialmente, economicamente, ecologicamente, mas isso não basta assim, tu tem que ter uma estrutura que viabiliza essa prática (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Com isso compreendemos que a Agroecologia pode contribuir para a permanência do campesinato, perpassando nas questões de gênero, geracionais, na parte da reciprocidade,

nesse processo de relações, na cooperação e, de maneira geral, numa perspectiva de pensar a partir do elemento da educação do campo, nas escolas, com as práticas que contribuem para os educandos na perspectiva de produção agroecológica e formação.

A permanência no campo partindo da efetivação da Agroecologia traz laços, por exemplo, quanto ao aspecto da vizinhança nos assentamentos, às reciprocidades, à doação, pensando nesse processo coletivo e cooperativo, configurando um elemento político formativo das comunidades campo. Ou seja, a formação política é muito importante em todos os segmentos para a consolidação do projeto agroecológico, desde o início do processo de ideário produtivo, passando pela transição, pela viabilidade e pela geração de renda.

Cabe destacar, a partir de todos os elementos apresentados, que os “Territórios Agroecológicos” promovem um Desenvolvimento Territorial que extrapola o “Desenvolvimento Sustentável” assentado nos limites do Capital, haja vista que se trata de uma complexidade na qual não há uma separação entre as partes — sustentabilidade ambiental e econômica, autonomia, distribuição de renda, questões de gênero e raça, trabalho digno, entre outros. Trata-se, na verdade, de um desenvolvimento territorial, onde as partes interligam-se e complementam-se na constituição do “Território Agroecológico”. É isso que está colocado de forma paradigmática na constituição da Agroecologia, e que se estabelece na sua prática e resistência cotidianas.

Desse modo, o primeiro aspecto para compreendermos as materialidades dos territórios agroecológicos é o processo de luta pela terra, baseado nas conjunturas agrárias dos territórios que envolvem diferentes sujeitos, pois foi a partir deles que a propositiva da Agroecologia surgiu no Brasil. Realizaremos esse debate no próximo capítulo apresentando os conflitos territoriais brasileiros como construtores de diferentes espaços de lutas por meio das ocupações de terras, manifestações do campo e dos assentamentos rurais.

CAPÍTULO II

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL:
RESISTÊNCIAS, MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS E TERRITÓRIOS
AGROECOLÓGICOS

CAPÍTULO 2. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: RESISTÊNCIAS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS

Para analisarmos a Agroecologia dentro do debate científico e enquanto ação de resistência dos movimentos socioterritoriais que promovem o desenvolvimento territorial, precisamos compreender as estruturantes da questão agrária no Brasil partindo das ações de resistência dos movimentos socioterritoriais que buscam a conquista do território em suas diferentes dimensões.

Assim, este capítulo tem como objetivo analisar as ações destes sujeitos em ocupações de terras e manifestações do campo que criam os territórios materiais. Aqui, compreendemos a conquista dos territórios materiais como potencialidades para transformação em territórios agroecológicos, iniciando-se com as práticas agroecológicas.

As ações de ocupação de terras estão demarcadas historicamente nas ações dos movimentos socioterritoriais brasileiros, pois buscam, a partir do questionamento da legitimidade daquele território material, em sua maioria fazendas, sua transformação em territórios da reforma agrária. Para além da conquista do território, as manifestações se configuram como uma importante forma de luta, dando visibilidade às temáticas que envolvem a questão agrária.

Estas ações e questionamentos são um elo importante para o avanço do debate da Agroecologia no interior dos movimentos socioterritoriais, pois ao questionarem tais estruturantes que levam os camponeses a lutarem (ocupações e manifestações), permite-se compreender que há outras formas de se viver naqueles territórios. Assim, busca-se no campo político caminhos para a sua efetivação, e a Agroecologia e seus elementos são, hoje, a pauta principal.

Assim, compreendemos que há uma transformação dos territórios conquistados, ou seja, dos assentamentos rurais, para se pensar e construir práticas agroecológicas em sua totalidade dentro dos movimentos socioterritoriais, realizando processos de transição até a sua efetivação. Fundamenta-se assim, a partir do Modelo de Desenvolvimento do Camponato, o desenvolvimento territorial enquanto resistência ao modelo que se coloca como hegemônico.

2.1. As resistências dos movimentos socioterritoriais para a produção de territórios

“O latifúndio é feito um inço que precisa acabar. Romper as cercas da ignorância, que produz a intolerância, terra é de quem plantar à terra...”

Pedro Munhoz Barbosa Filho.

A questão agrária é interpretada pelos paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária no contexto dos modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato apresentados anteriormente, ou seja, ela se estabelece a partir de diferentes elementos analíticos dentro da ciência geográfica.

Nesta parte do trabalho, abordaremos os conflitos territoriais brasileiros como um desses elementos que culminam na criação e recriação de diferentes tipos de territórios, cada um com suas multiterritorialidades, e que partem da existência de diferentes identidades dos movimentos socioterritoriais do campo, tais como camponeses, indígenas, quilombolas, posseiros, vazanteiros, ribeirinhos, fundo de pasto, entre outros.

Os conflitos no campo brasileiro, têm como causa principal a concentração de terras, que por meio de diferentes políticas carrega, em seu sentido histórico, as conflitualidades advindas dos processos que culminaram tal concentração. Os conflitos fundiários estão presentes em todas as macrorregiões brasileiras, sendo multiescalar — no campo, nas cidades e nas florestas; no local, no regional, no estadual e nacional.

Segundo Coca (2011), a luta pela terra e sua permanência é realizada partir de diferentes estratégias, evidenciando uma conflitualidade que tem como base os diferentes modelos de desenvolvimento pautados na luta do campesinato por meio das ocupações e da expansão da territorialização do capital (nacional ou estrangeiro), que busca, por meio da tática de apropriação do trabalho e da terra dos camponeses, esse avanço, objetivando maiores rendimentos lucrativos em consonância com as empresas e grandes proprietários. Por consequência, há a subalternidade do camponês, parte desse desenvolvimento caracterizado pela contradição e pela desigualdade.

Oliveira (2013) aponta que os conflitos territoriais do campo brasileiro na década de 90 cresceram de forma significativa, sendo que a distribuição dos conflitos territoriais por terra não se estabelece a partir das regiões de fronteira, mas em todo o território nacional, sendo indicativo da “barbárie” produzida no seio das conflitualidades nas quais ocorreram assassinatos e violências diversas com a legitimidade do Estado.

Segundo Fernandes (2006a), a partir da década de 1990 o agronegócio surge como conceito no Brasil e como forma de legitimar a função social dos latifúndios nas perspectivas de produtividade e produção de alimentos, criando/dominando diferentes pacotes tecnológicos e de políticas que acabaram por gerar vários conflitos e dualidades.

Destacamos que Reis (2015) aponta que a imposição dos pacotes tecnológicos dentro do agronegócio a partir da sua lógica de mercado vem determinando a produção e reprodução social do campesinato, bem como da apropriação de seus produtos. Evidencia-se, assim, uma outra visão, que o agronegócio coloca.

Segundo Fernandes (2006a):

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2006, p. [1]).

Fabrini e Ross (2014) avaliam que o agronegócio é visto numa perspectiva de produtividade e que, por outro lado, ele é sinônimo de degradação ambiental, violências, misérias e exclusões, ou seja, o agronegócio exclui também pela produção e destrói os territórios e suas territorialidades, conforme apontado por Fernandes (2006a).

É nessas exclusões da improdutividade do latifúndio e da produtividade do agronegócio apontadas pelos autores que se colocam as lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, lutas não para inclusão no território capitalista e, sim, pela desterritorialização desse território e reterritorialização do campesinato, cuja lógica é completamente distinta da estabelecida dentro do território do capital/agronegócio e legitimada pelo Estado, por meio das suas territorializações ou violências.

Nas palavras de Feliciano (2016), o:

Estado, ao ser pressionado pelo movimento camponês para retomar a terras públicas griladas, que foram apropriadas ilegalmente, possibilita tanto a (re)criação deste como a dos latifundiários, hoje maquiados e “blindados” pelo discurso da eficiência e produtividade via aliança com empresas capitalistas quando não quando não elas mesmas territorializados (FELICIANO, 2016, p. 54).

O militante Guilherme, em entrevista, pontuou que a luta dos movimentos socioterritoriais no campo é contra o agronegócio e, evidentemente, contra o modo de

produção capitalista do qual o Estado é o principal elemento a ser disputado, pois a relação direta deste com o capital se coloca na perspectiva de contribuição de sua reprodução.

Realizando uma análise a partir dos tipos e tipologias de território, o militante afirma: “A partir daí a gente pode começar a esmiuçar quem são esses sujeitos. Porque um grande problema, eu vejo, é separar o Estado, o primeiro território do segundo território e achar que são coisas diferentes. Estão umbilicalmente unidos.” (Guilherme, em entrevista a Buscioli, 2020).

Compreendemos o Estado como a materialidade de um sistema de garantias de reprodução do capital. Não se pode pensar capital sem Estado, assim como não se pode pensar o Estado moderno sem a sua relação direta com ele. Das diversas funções do Estado na sua lógica com o capital, destaca-se principalmente aquela de oportunizar condições de investimentos e financiamentos para o capital, seja por investimentos públicos direto, linhas de crédito, legislações, dentre tantas outras questões sobre as quais o Estado legisla (MÉSZÁROS, 2002).

Por isso, a disputa pelo Estado apontada pelo militante Guilherme é importante para compreendermos o avanço do capital sobre o campo na lógica de produção de *commodities*, tais como soja, cana-de-açúcar, milho, algodão entre outras, em detrimento da destruição e impedimento em sua plenitude da produção do campesinato baseada na Agroecologia.

Oliveira (2013) afirma que o campo hoje parte de duas análises. De um lado, uma baseada no agronegócio e na sua figura da modernidade; do outro, o campo em conflito. Nessa perspectiva, o direito à Terra vem sendo subvertido e a justiça sendo marginalizada em detrimento do direito e reivindicado pela elite brasileira.

Neste momento, a justiça vai se tornando injustiça, pois aqueles que lutam pela reforma agrária e pela justiça social, ou seja, pela consolidação daquilo que está na Constituição Federal, estão fadados a serem condenados, enquanto aqueles sujeitos que são mandantes ou praticantes de assassinatos dos que lutam estão em liberdade (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Feliciano e Pereira (2014), a justiça carrega uma concepção ideológica baseada em diferentes interesses, em que os movimentos socioterritoriais do campo, por estarem em busca de um “espaço justo”, são vitimados pelo uso da violência tendo como base o conflito.

Fernandes (2013) conclui que o Estado é uma instituição competente para trabalhar em mitigar os conflitos relacionados à questão agrária no Brasil, em relação aos quais tem

dado diferentes direcionamentos sobre questões políticas, ora compensatórios, ora de criminalização das ações dos movimentos socioterritoriais.

O Estado pode participar do processo direto e indireto, nas formas ativa e passiva, no contexto das violências. Ele pode, por exemplo, participar mediante despejos judiciais e massacres promovidos pela força policial ou mesmo na tentativa de criminalização dos movimentos socioterritoriais e, de forma passiva, participar da violência direta quando ele omite determinadas questões relacionadas aos direitos indígenas/quilombolas; ou, ainda, pelo próprio processo de impunidade relacionado a esses sujeitos (GIRARDI, 2016).

No contexto da visão do Estado, temos os governos que atuam a partir de uma estrutura política pautada nas conflitualidades que são inerentes aos processos materiais e imateriais de suas atuações. Desta forma, nas páginas que se seguem apresentaremos brevemente alguns apontamentos sobre diferentes governos brasileiro que fundamentam os conflitos com os movimentos socioterritoriais no espaço agrário.

Em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), compreendemos que as conflitualidades corresponderam à abertura pela internacionalização do capital no Brasil, acirrando-se os conflitos fundiários, e na perspectiva de negação destes a partir da visão de que não havia conflitos fundiários no Brasil. Isso acabou por fazer emergirem os novos movimentos socioterritoriais.

Como fato de violência direta e indireta praticada pelo governo, nesse governo correram dois massacres no campo: um no estado de Rondônia, em 1995, conhecido como o Massacre de Corumbiara, em que 12 camponeses sem terras foram assassinados por ocasião da morte de dois policiais; e um outro, no Pará, em 1996, com o massacre do Eldorado dos Carajás, que culminou na morte de 19 camponeses, com 69 gravemente feridos. Nos dois massacres, o uso da violência por meio de tortura, ameaça, espancamento e assassinato dos camponeses foram presente e não distinguiu homens e mulheres, crianças e adultos. A impunidade foi, ainda, estabelecida como elemento central intensificador dessas tragédias.

Além disso, cabe ressaltar que no ano de 2001 o governo de FHC criou a medida provisória 2109-52, que criminalizava as ações (na forma das ocupações) dos movimentos socioterritoriais, impedindo que a terra ocupada fosse desapropriada para reforma agrária e que os ocupantes fossem assentados e considerando-os como criminosos. Segundo Feliciano (2009), “com essa medida provisória, ficou nítida a posição autoritária, inconstitucional e antidemocrática do governo federal, determinado a punir aqueles que realizem qualquer ato de contestação e reivindicação pelo acesso à terra” (FELICIANO, 2009, p. 99).

Na perspectiva de isolamento dos movimentos socioterritoriais do campo:

Esta ação foi uma medida de contenção territorial, pois os principais objetivos do governo eram: assegurar a posse da propriedade privada, se mostrar dominante perante a opinião pública, fortalecer o isolamento dos movimentos, frear as ocupações e assegurar o modelo de desenvolvimento territorial neoliberal. Havia de tornar essa medida eficiente era atacar a principal ação dos sem terra as ocupações (SOBREIRO FILHO; SILVA; ORIGUÉLA, 2014, p. 80).

Nesse sentido, as políticas relacionadas ao campo pelo governo FHC baseavam-se na criminalização dos movimentos e na estimulação do mercado de terras, na qual, por meio da reforma agrária de mercado, com a criação do Banco da Terra, era possível comprar, mediante financiamento, determinado território para a criação de assentamentos rurais, beneficiando-se fazendeiros e empresas nesse processo

A análise do nosso trabalho refere-se, em sua totalidade, aos governos relacionados ao Partido dos Trabalhadores, nos quais obteve-se um grande avanço, mas também intenso retrocesso na perspectiva de realização da reforma agrária. Quando Lula ascendeu como presidente do Brasil, a perspectiva e esperança dos movimentos socioterritoriais brasileiros, tanto no campo como na cidade, era evidente. Mas, ao passo que os anos foram se passando, especialmente no segundo mandato, os movimentos socioterritoriais tiveram um descontentamento com as políticas estabelecidas para o campo, para os camponeses e para o agronegócio, evidentemente desiguais.

O governo Lula passa a conhecer os processos contraditórios de diferentes pontos de divisões políticas, tais quais as travadas pelos movimentos socioterritoriais que compreendiam a eleição do governo como um novo momento histórico com novas estratégias de luta e do caminho da violência praticada por aqueles sujeitos que procuraram impor seu desmando e desrespeito à constituição brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Fabrini e Ross (2014), “os camponeses acreditavam que a conquista da terra estava próxima, pois este Presidente, historicamente comprometido com as lutas populares, havia garantido que a reforma agrária seria feita ‘numa canetada’” (p. 90).

Segundo Sobreiro Filho, Silva e Origuéla (2014), ocorreram mudanças significativas em relação às perspectivas do governo FHC e do governo Lula para a compreensão do campo, pois Lula recuperou o diálogo e o reconhecimento das ações dos movimentos socioterritoriais a partir de uma proximidade com eles. Procurou colocar membros dos movimentos socioterritoriais/socioespaciais/instituições, tais como CPT, MST e sindicatos, para participarem nos aspectos decisórios do governo. Um por exemplo dessas ações, foi a

nomeação de membros do INCRA, os quais tiveram participação nas propostas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Mas, ao passo que havia essas aberturas e proximidades, o governo fortalecia ainda mais o agronegócio, o que se compreendeu como uma postura para neutralizar os movimentos socioterritoriais.

Em relação às áreas improdutivas, Teixeira (2013) aponta que nos sete primeiros anos do governo Lula ocorreu o aumento desses territórios, principalmente no ano de 2013. Em relação à Região Nordeste observou-se, de 2003 a 2010, um aumento de 37% das grandes propriedades, havendo, por sua vez, uma ampliação do número de propriedades improdutivas de 25%, o que corresponde a 44% do território da macrorregião. A Região Sudeste se distingue quanto a esses aspectos, pois ocorreu um crescimento das médias e pequenas propriedades rurais bem acima do das grandes propriedades. Já em relação à Região Sul, o número de propriedades improdutivas também cresceu em torno de 30%.

O governo Lula se propôs a atualizar o II PNRA, prometendo assentar nos primeiros anos do governo 200 mil famílias e, até o último ano, 400 mil famílias. Como podemos observar no Gráfico 3, no entanto, o governo Lula realizou a criação de alguns assentamentos, mas que já tinham sido obtidos em anos anteriores. O mesmo vale para assentamentos criados a respeito dos quais já ocorrera o reconhecimento dos territórios, como no caso dos quilombolas.

Thaylize Pereira (2016) afirma que esse plano não entrou em vigor como os movimentos socioterritoriais tanto lutaram, pois ocorreram grandes modificações na elaboração do projeto. Ainda, o governo não cumpriria com as demandas estabelecidas para a realização da reforma agrária, configurando-se, com isso, uma derrota para os movimentos socioterritoriais

Mesmo em 2003 o MDA dispoñdo de R\$ 462 milhões, esse valor seria suficiente para assentar no máximo, 22 mil famílias, sendo que a meta do governo para até março de 2004 era de 60 mil famílias. O MST em 2003 reivindicava no ano o orçamento de R\$ 2 bilhões para assentar as 130 mil famílias acampadas neste ano, porém, de acordo com o Miguel Rossetto, ministro da época, seria necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta de 60 mil famílias e o governo não dispunha desse dinheiro (PEREIRA, T., 2016, p. 146).

O governo Lula, além de não cumprir com as promessas apresentadas no II PNRA, gerando descontentamento entre os movimentos socioterritoriais, realizou a desapropriação e criação de assentamentos em apenas 2% do espaço agrário brasileiro. Em sua maioria (75%),

foram realizadas pela via da regularização dos territórios, o que não muda e não fere a estrutura fundiária. Assim, a desapropriação não foi o elemento determinante nas políticas de obtenção de terras dos governos Lula:

Ou seja, a maior parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas. A reforma agrária do governo Lula diminuiu o poder de minimização da rapidez da concentração da terra. (FERNANDES, 2006b, p. [1].

Taylize Pereira (2016) apresenta que foi uma opção política do governo Lula não realizar a reforma agrária, bem como criar assentamentos por meio de regularização fundiária. Essas políticas acarretaram problemas para os movimentos socioterritoriais e seus camponeses acampados, pois os processos passaram a demorar muito mais tempo e, em decorrência disso, sem a criação novos territórios, as famílias passaram a abandonar os acampamentos, diminuindo a pressão dos movimentos socioterritoriais sobre o governo.

Segundo Alentejano (2020), ainda que com os governos petistas tenham sido estimulados os diálogos com os movimentos socioterritoriais do campo, eles também subsidiaram as políticas públicas para o agronegócio de forma desproporcional. Contraditoriamente, o governo Lula criou uma série de programas e políticas importantes para o campo brasileiro voltadas às populações, tais como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mesmo que tais ações não tenham promovido mudanças estruturais no campo (ALENTEJANO, 2020).

Cabe destacar que apesar dessas problemáticas em relação à criação de assentamentos rurais e à execução das promessas do II PNRA, o governo Lula, com a criação do PAA em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, possibilitou a abertura de um mercado institucional para a comercialização dos alimentos produzidos nos assentamentos rurais, nos quais a característica agroecológica é marcante.

A partir disso, ficou evidente que o compromisso do governo Lula com os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais e suas pautas não foram tratadas como prioridade. O governo continuou adotando um projeto neoliberal para o campo, trazendo novos elementos que alteraram significativamente a luta pela terra no Brasil (SOBREIRO FILHO; SILVA; ORIGUELA, 2014).

Em relação ao governo Dilma, desde seu início já ocorreu o indicativo de que a reforma agrária não estaria na pauta do governo. Não foram criados planos efetivos e nem ações práticas para pensarmos as perspectivas do campo quanto à questão das famílias

assentadas. Ou seja, Dilma optou por uma política de reestruturação dos assentamentos já existentes, desconsiderando completamente as famílias que viviam acampadas e em processo de conquista do território camponês. Além disso, colocou em seu governo, como ministra da agricultura, Kátia Abreu, a qual é declaradamente apoiadora do modelo de desenvolvimento do agronegócio, o que acabou gerando um descontentamento ainda maior com os movimentos socioterritoriais no campo. Esses fatos foram evidenciados na criação de sua política de assentamentos rurais, que abordaremos no Gráfico 3, nas páginas que se seguem.

Cosme (2016) aponta que a visão do governo Dilma sobre a questão agrária no Brasil esteve relacionada com a marginalidade desse tema. O governo não tinha cumprido nenhuma meta estabelecida, mesmo criando programas relativos à diminuição da fome e da miséria no Brasil. Em relação aos conflitos territoriais ocorridos em seu governo, no entanto, eles continuavam presentes e intensificados, demonstrando a força que o capital, por meio do agronegócio, tinha em seu governo em detrimento da resistência camponesa, que foi ameaçada e morta.

O militante Valdecir aponta que nos governos petistas ocorreram dificuldades em relação ao diálogo e à massificação das políticas de reforma agrária prometidas por eles:

governos Lula e Dilma, nós tínhamos muita dificuldade, apesar de ter um conjunto de políticas e programas, mas eles tinham mais efeitos de marketing do que de fato de mudança. E nenhum programa conseguiu se massificar, se universalizar, todos os programas foram muito limitados do ponto de vista do alcance. Mas foram importantes, porque indicaram que é possível, o Estado desenvolver políticas que possam ajudar (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

A fala do militante Valdecir corrobora os estudos de Messias (2017), ao afirmar que, no governo Dilma, o agronegócio ganhou força. Em contrapartida, a reforma agrária se tornou um tema lateral com programas sociais compensatórios e com pouca criação de assentamentos, o que fez emergirem críticas dos movimentos socioterritoriais pela indisponibilidade do diálogo evidenciada pelo Governo Federal, haja vista que a reabertura política ficou mais conservadora, e a bancada ruralista teve grande força legislando para grandes empresas estrangeiras do agronegócio.

Segundo apontam Estevan e Stedile (2013), esse processo de mudanças estruturais na agricultura brasileira, principalmente nos aspectos relacionados à concentração fundiária que, a partir do domínio do capital financeiro das empresas estrangeiras na produção de mercadorias agrícolas e de seu controle do preço/mercado tanto nacional e estrangeiro,

impulsionaram a concentração de terras, da produção e dos bens naturais. Esses elementos são importantes para compreendermos a configuração das conflitualidades estabelecidas no campo brasileiro mediante políticas de governos.

Outro governo que acompanhou o processo de abertura de terras para o capital estrangeiro por meio do agronegócio foi o presidido por Temer (2017-2018), que ascendeu ao cargo mais alto no governo após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma. O novo governo assumiu diversos compromissos com a Frente Parlamentar Agropecuária, sendo acertados acordos partindo de diversas políticas públicas, tais como licenciamento ambiental, regulação da compra de terras por estrangeiros, o que representou atraso para o campo brasileiro e para a soberania alimentar e territorial do Brasil (CARTA CAPITAL, 2017).

Malerba (2018) aponta que os recursos voltados para as políticas que fomentam o campesinato e a questão agrária sofreram, no governo Temer, cortes orçamentários que culminaram em sua inviabilidade. Num processo contraditório, o governo Temer colocou a maior parte dos seus recursos no programa de regularização fundiária do INCRA, permitindo a emissão de títulos de posse provisórios ou definitivos para os camponeses, além de diminuir 80% do orçamento do programa PAA.

Esse governo partiu da política da Medida Provisória 759/2016, que tem como principal objetivo o processo de regularização fundiária, tanto no campo como na cidade, sendo considerada uma ameaça à política nacional de reforma agrária e significando a financeirização dos diferentes territórios, o que pode permitir a privatização em massa dos patrimônios do Estado, a anistia aos desmatadores e aos grileiros, entre outros elementos (CARTA CAPITAL, 2017).

Com isso:

A nova política – que conta até com incentivo de meta de titulação às superintendências regionais e que ficou conhecido como titulômetro – vai em sentido inverso. Ao conceder títulos de domínio sem que sejam aferidas as condições de reprodução econômica do assentamento, o que o governo faz é se isentar de um eixo estruturante da reforma agrária: garantir políticas de infraestrutura e apoio para que os agricultores produzam e permaneçam na terra (MALERBA, 2018, p. [1]).

Quadros (2019) afirma que o governo Temer paralisou o processo de reforma agrária e todos os seus programas e produziu o processo de titularização, em que, com antecipação da emancipação do assentamento, os camponeses são desterritorializados, pois não há políticas

que contribuem para a sua permanência. Cabe destacar também que 98% dos títulos individuais concedidos aos camponeses estavam na Amazônia.

Nesse sentido, a medida representava um assalto às terras públicas, a legitimação da grilagem de terra e a reconcentração ilegal de áreas reformadas, sem ter dado assistências para as famílias assentadas conseguirem a sua independência (CARTA CAPITAL, 2017). Ou seja, temos um cenário em que o desmantelamento “da posse coletiva nos assentamentos, a proibição de outorga de título a entidades jurídicas, como as associações ou suas respectivas federações, e a individualização da propriedade tornam o pequeno agricultor uma presa fácil dos grandes do agronegócio” (QUADROS, 2019, p. [1]).

Alentejano (2020) aponta que a grilagem de terras vem sendo estimulada por uma série de legislações desde o governo Lula e foi aprofundada e legitimada no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), em que a violência explícita contra os movimentos socioterritoriais foi evidente, estimulando a abertamente tais discursos e práticas.

O que temos analisado nos anos do governo Bolsonaro é a completa negligência das questões relativas ao campo brasileiro, da reforma agrária, da agricultura familiar e mesmo das ações de produção do campo, de modo especial da agroecológica, com uma completa destruição das políticas do campo. As ações dos movimentos socioterritoriais têm sido pensadas a partir da perspectiva de melhoria na qualidade de vida dos camponeses, dos aspectos relacionados à saúde, educação, créditos fundiários, assistências técnicas e contra violências.

Assim, podemos afirmar que mais do que ruptura, as políticas do governo Bolsonaro para o campo representam um aprofundamento da lógica violenta e predatória que marca o desenvolvimento do campo brasileiro sob a hegemonia do agronegócio. A diferença é que isto se faz agora de forma escancarada, sem qualquer verniz e sem qualquer concessão aos movimentos sociais e povos do campo, ao contrário do que aconteceu em governos anteriores, nos quais, em diferentes graus, havia diálogo e políticas que, sem afetar a hegemonia do agronegócio, atendiam a algumas das reivindicações destes segmentos, agora considerados inimigos a serem eliminados. (ALENTEJANO, 2020, p. 330).

Welle (2020), a partir da sistematização dos dados da CPT em todo o território brasileiro, aponta que foi registrado um aumento de 23% em relação aos números de conflitos nos últimos cinco anos, representando 1.833 conflitos no campo em 2019. Os conflitos resultaram na morte por assassinato de 32 pessoas – 14% a mais em relação ao ano anterior, em que as ameaças também configuraram um crescimento de 22%.

Fernandes et al. (2020) afirmam que desde a década de 1980 a reforma agrária nunca tinha sofrido uma retração tão forte nos aspectos políticos. As medidas abordadas pelo presidente Jair Bolsonaro e a forma violenta como tem avançado o capital na Amazônia são reflexos dessas características de políticas de governos de extrema direita aliados a projetos neoliberais nas últimas décadas.

Valdecir aponta que nesse governo o posicionamento é claro em relação ao não diálogo com os movimentos socioterritoriais:

Então o problema é que nós não temos, isso não era diferente, no governo Lula, Dilma, eles sempre tiveram o Ministério da Agricultura deles, só que nós tínhamos também ... dialogavam com o nosso campo, agora não temos mais essa intermediação. Não temos mais diálogo. Mas, é por isso que nós não estamos perdendo tempo com o Governo Federal (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

O militante afirmou que os posicionamentos dos movimentos socioterritoriais nestes governos, foi de procurar diálogo com os governos estaduais e municipais, na construção de melhores perspectivas para o campo brasileiro. Mesmo assim, esse procedimento é dificultoso para as populações do campo, pois atrasa os processos relacionados à reforma agrária, à permanência dos camponeses em seus territórios: “significa que nós temos que seguir o nosso projeto que a gente acredita e ir por outros caminhos, outras alternativas, seguir em frente” (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Seguir em frente, nas palavras do militante, é continuar na realização e colocação das pautas dos camponeses nas agendas políticas dos governos, partindo para o enfrentamento direto na forma de ocupações de terras e manifestações do campo. A respeito de tais formas de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais do campo, apresentaremos brevemente o nosso entendimento conceitual a seguir,

As ocupações de terras representam um enfrentamento à lógica do capital/agronegócio na perspectiva da questão da mercantilização da reforma agrária, na qual o agronegócio busca criminalizar as ações dos movimentos socioterritoriais por meio do Poder Judiciário, que “se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra” (FERNANDES, 2006a, p. [1]). VER QUAL É

A pesquisadora Silva, em entrevista, afirma que ocorre um processo intencional de criminalização dos movimentos, subvertendo-se o conceito de ocupação em invasão de terras, sendo que o que os diferencia são os projetos políticos e as ideologias que permeiam as intencionalidades de suas ações:

Em linhas gerais, do ponto de vista da lógica da propriedade privada, quando um movimento social adentra em uma propriedade e ali instala um acampamento afim de reivindicar a função social desta área, para o proprietário, é uma invasão. Do ponto de vista da ação política, trata-se de uma ocupação, visto que ação tem uma intencionalidade de produzir território para sua reprodução social (Silva, em entrevista, 2019).

As ocupações de terras expressam e materializam as intencionalidades do campesinato organizado como movimento socioterritorial, fundamentando suas identidades e dando suas condições para o acesso à terra como espaço de produção e meio de sobrevivência destes sujeitos com a obtenção dos assentamentos rurais (PEDON, 2019). Segundo Silva (2019):

O que leva um movimento socioterritorial a ocupar uma terra é o indicativo de descumprimento de sua função social. Sendo assim, uma vez que o Estado não apresenta iniciativa para comprimir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça (Silva, em entrevista, 2019).

Segundo Fernandes (2013), essas ações se configuram na materialização de uma luta que tem como antecedente os trabalhos de base dos movimentos socioterritoriais que visitam as periferias das cidades para convidar aquelas pessoas interessadas na luta pela terra, reunindo-se também em paróquias, em escolas e nas próprias casas dos participantes, em que se estabelece e se inaugura um espaço de socialização política, possibilitando-se um espaço comunicativo da possibilidade de debate e de discussões a respeito das ações e da perspectiva da luta pela terra no Brasil.

Elas se configuram como uma “forma de espacialização da luta, são espaços de resistência que impulsionam as políticas de reforma agrária e onde famílias promovem o desenvolvimento da agricultura camponesa” (MOURA; VICTOR, 2012, p. 13), ao mesmo tempo que se torna uma estratégia no processo de enfrentamento aos princípios da sociedade capitalista, colocando em pauta a reforma agrária na agenda política dos governos, portanto ela é um processo de enfrentamento (FERNANDES, 2013).

Dialogando com tais afirmativas, Coca (2011) aponta que:

... as ocupações de terras, na atualidade, têm representado não apenas um meio de acesso à terra, mas principalmente uma forma de contestar o atual modelo de desenvolvimento. Não se questiona mais se estão sendo produzidos alimentos ou não, como na época em que o alvo das ocupações

era latifúndio. Questiona-se agora, quais as relações sociais que dão origem a esta produção (COCA, 2011, p. 15).

Com isso, as ocupações se colocam partir de táticas da luta pela terra por meio da conflitualidade entre capital e campesinato, da qual o Estado é o mediador, sendo o conflito caracterizado a partir do tipo de exploração que será dado aos territórios, partindo do campesinato ou do capital (COCA, 2011).

Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) apontam que, devido ao enfrentamento direto com a expansão da produção de *commodities* nas terras que antes se caracterizaram como latifúndio, as ocupações de terras e os sujeitos que as praticam encontram dificuldades e/ou limites para se reproduzir, mesmo assim a ocupação ainda continua sendo a principal forma de acessar a terra, bem como de pressão para reivindicação das pautas baseadas nas políticas públicas e na regularização fundiária.

As manifestações do campo adquirem importância por ser uma forma de estratégia de luta que complementa as ocupações de terras, pois se estabelecem a partir da perspectiva de reivindicações também pela permanência nos territórios camponeses/indígenas/quilombola, pela melhoria na qualidade de vida da população do campo e pela transformação das estruturas agrárias. Danilo Pereira (2012) aponta que as manifestações do campo agregam elementos novos e importantes na compreensão do significado do processo de territorialização da luta pela terra, refletindo sobre os conteúdos estruturais presentes que deveriam ser de interesse social.

As manifestações de terra e todas as ações dos movimentos têm que gerar incômodos à sociedade e a mídia tem contribuído para propagar, a partir da perspectiva do caráter radical e subversivo dessas ações, análises negativas sobre as lutas. A mídia se mantém numa posição muito distante da imparcialidade, colocando sob o viés político apenas a perspectiva defendida pela elite brasileira (FELICIANO, 2009), por “serem práticas potencializadoras de transformação, são vistas e julgadas como práticas subversivas, contra as boas condutas, a ordem e o contrato social vigente” (FELICIANO, PEREIRA, 2014, p. 123), afastando cada vez mais a população do interesse pelas questões do campo e pela necessidade de justiça social.

Segundo Moura, Victor e Cleps Junior (2012), as manifestações são atos políticos na perspectiva de reivindicação de demandas individualizadas ou coletivas e significam um embate de forças com intuito de romper com os privilégios estabelecidos pela sociedade para determinados segmentos, ou seja, manifestar é um ato de mostrar onde está o erro, onde

ocorre o incômodo e como podemos promover as mudanças estruturais evidenciadas a partir das conflitualidades existentes.

Comerford (1999) compreende que as manifestações, partindo da perspectiva das movimentações dos corpos sociais e da força que elas obtêm, caracterizam-se como a demarcação de fronteiras socioespaciais que legitimam publicamente suas formas de reivindicações e exigem respostas dos diversos segmentos e sujeitos da nossa sociedade, tais como “autoridades públicas” e poder público.

As manifestações, em si, objetivam mostrar que algo não está adequado e que a massa populacional está se mobilizando para cobrar mudanças das autoridades políticas, e estes, por sua vez, têm de mudar a forma de encarar esse movimento que tem crescido e sinalizado problemas na sociedade e no sistema instalado. Tais formas de luta tentam e conseguem cada vez mais chamar atenção da população e das autoridades para a sua causa, em busca de soluções (FELICIANO, 2009).

As manifestações representam um termômetro para os conflitos que envolvem os sujeitos do campo brasileiro, demonstrando a vitalidade dessas populações e dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais organizados no sentido de terem as suas reivindicações ouvidas pelos governos, pois o descaso da justiça é evidente sobre esses sujeitos que lutam e reivindicam (MOTTA, 2006).

A partir da perspectiva dos conflitos no campo, as manifestações adquirem um significado de esperança e uma bandeira de luta, haja vista que, em primeiro lugar, há possibilidade de recreação do viver. E os tipos de manifestações refletem as diferentes formas encontradas pelos movimentos socioterritoriais na materialização das suas reivindicações (FELICIANO, PEREIRA, 2014).

Nesse contexto, as manifestações são consideradas instrumentos de lutas, com os movimentos socioterritoriais partindo da sua capacidade de articulação e organização interna para as questões relativas aos problemas e dificuldades do campo, conforme apontam Moura, Victor e Cleps Junior (2012):

As manifestações sociais, neste sentido e principalmente as relacionadas ao campo, representam importantes instrumentos estratégicos de luta, capacidade de articulação e organização dos movimentos sociais, despertando na população e aos órgãos públicos as discussões sobre o contexto social brasileiro e em especial os problemas e dificuldades no campo. A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais expor suas forças de mobilização por meio das

manifestações no processo de luta pela terra (MOURA; VICTOR; CLEPS JUNIOR, 2012, p. 2).

As manifestações referem-se às lutas do contexto político de cada período governamental em consonância com as políticas estabelecidas nessa conjuntura. Danilo Pereira (2012) aponta que, em se tratando da luta pela terra, as manifestações do campo pela política pública de reforma agrária são as reivindicações mais importante desses movimentos, na perspectiva contrária ao modelo de desenvolvimento que se estabelece a partir do agronegócio. Essa luta se espacializa em grande parte dos municípios brasileiros e concentra o maior número de pessoas possível em suas ações.

Em relação aos tipos de políticas reivindicadas nas ações de manifestações, Feliciano (2009) aponta nove direcionamentos: 1) contra a implantação de um modelo único de desenvolvimento para o campo, tais como contra barragens, monoculturas, privatizações transgênicos; 2) por políticas de combate à fome e à pobreza; 3) por políticas de desenvolvimento para o campo como assistência técnica, renegociação de dívidas, incentivos fiscais, seguro defeso, educação, infraestrutura e liberação de crédito; 4) por políticas de reforma agrária como reassentamento, assentamento e reforma agrária; 5) por políticas de regularização fundiária; 6) por políticas ambientais; 7) por políticas para as populações tradicionais do campo como demarcação de terras, quilombos e titularização de territórios; 8) por políticas trabalhistas e assuntos relacionados à indenização e seguridade social; e 9) por políticas de respeito aos direitos humanos, tais como cumprimento de acordos, combate à injustiça e à violência, libertação de presos e contra impunidade.

Compreendemos que essas políticas representam a dinamicidade das pautas políticas relacionadas às manifestações do campo, que vão desde as perspectivas contrárias ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, que deteriora o meio ambiente, que mata os camponeses, que provoca o adoecimento da população; até o entendimento do papel dos governos nas questões de políticas de regularização fundiária, de reforma agrária, nas questões trabalhistas etc.

Como aponta Márcia Silva (2016), as manifestações têm como objetivo a mobilização dos sujeitos para que conheçam a pauta das reivindicações, sendo que elas “são organizadas e ocorrem tanto de forma individual, pelas organizações sociais e movimentos socioterritoriais, quanto coletiva. Nelas, é possível identificar e analisar novas organizações e formas de luta no campo e na cidade” (SILVA, Márcia, 2016, p. 4).

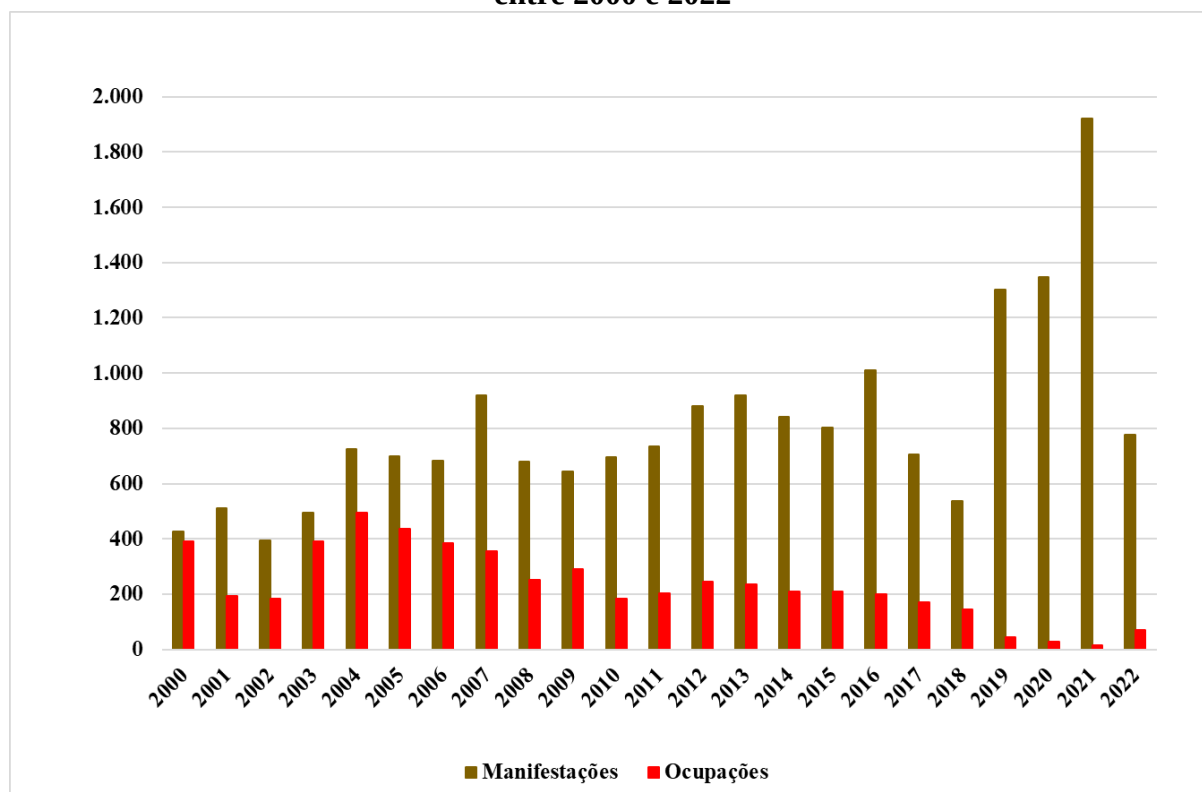
Além de serem realizadas de forma individual ou conjunta, elas possuem tipologias que expressam as identidades e intencionalidades de cada ação. Pelo DATALUTA (2020), identificamos as tipologias de: acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, marcha, ocupação, ocupação de agência bancária, ocupação de espaço privado, ocupação de espaço público, formação de acampamento, greve de fome/sede, liberação de praça de pedágio, ocupação de prédio público, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público/privado, ocupação de praça de pedágio, outros, romaria, saque, temática (água, terra, questões ambientais, indígenas, política agrícola) e vigília.

Cada tipologia tem uma forma e um objetivo a ser realizado. Acampamentos, por exemplo, são realizados na perspectiva de construção coletiva de determinado território ou política; a ocupação de prédios públicos, tais como prédios governamentais que lidam com a questão da regularização fundiária; ocupação de praça de pedágio contestando a questão normativa/capitalista daqueles territórios; greve de fome e de sede no sentido de luta pela via extrema e sensibilização pela causa defendida; os bloqueios que se estabelecem a partir do impedimento da via de acesso por carros e pessoas; ou mesmo por ações temáticas que correspondem a eventos e atividades realizadas nas agendas dos movimentos socioterritoriais na perspectiva de compreensão das multidimensionalidades das temáticas que envolvem o território, bem como as realizações de romarias e vigílias.

A partir da breve apresentação conceitual sobre as ações dos movimentos em manifestações do campo e ocupações de terra, corroboramos com Girardi (2016), que aponta que as lutas, pelo processo de recriação do campesinato constituem um movimento de luta pela terra na perspectiva de contribuição para a criação dos assentamentos rurais, ou seja, eles são criados pelo governo como uma resposta aos movimentos socioterritoriais.

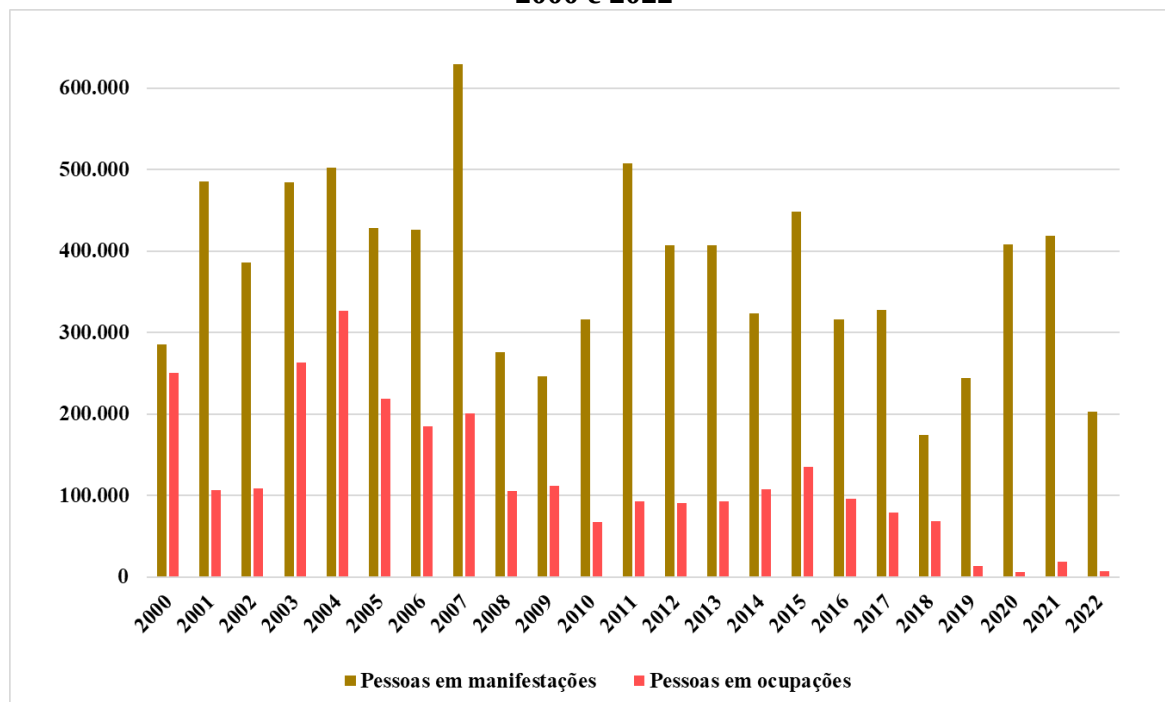
Diante de tais aspectos, apresentaremos nas páginas que se seguem os Gráficos 1 e 2, que informam a relação do número de ocupações de terras e de manifestações do campo, bem como o número de pessoas participantes de cada ação realizada pelos movimentos socioterritoriais, evidenciando-se a complexidade analítica dos temas ora tratados.

Gráfico 1: Brasil – Relação do número de ocupações de terras e manifestações do campo entre 2000 e 2022



Fonte: CPT; DATALUTA, 2022. Org. BUSCIOLI, L. D.

Gráfico 2: Brasil – Relação do número de pessoas em ocupações e manifestações entre 2000 e 2022



Fonte: CPT; DATALUTA, 2022. Org. BUSCIOLI, L. D.

No Brasil, entre os anos de 2000 e 2022, foram registradas 18.657 manifestações, com a participação de 8.649.904 pessoas em todos os estados brasileiros; e 5.333 ocupações, com a participação de 2.751.568 pessoas. Ao longo da série histórica, podemos observar que as ações em manifestações do campo sempre foram acima dos dados relacionados com as ocupações de terra, principalmente pela diferenciação interna e organizativa dos movimentos socioterritoriais nessas ações, bem como pelas diferenciações de criminalização impostas a elas. Destacamos que a taxa média de crescimento ⁸ de manifestações entre os anos de 2000 e 2021 foi de 2,74 %, resultando numa variação⁹ de mais de 81%, evidenciando-se, assim, a importância política da luta e resistência dessa ação no interior dos movimentos socioterritoriais.

No caso das ocupações, tivemos uma queda significativa. A taxa média de crescimento foi de -7,59%, o que ocasionou uma variação percentual do período de -82,39%, ou seja, quase zerando o número dessa ação de luta dos movimentos socioterritoriais no Brasil.

Fernandes (2013) aponta que a diminuição das ocupações de terra no período histórico, desde a década de 90 e os anos 2000, é resultante de um processo de criminalização das ações dos movimentos socioterritoriais e da judicialização da luta pela terra no território brasileiro, promovidas via governo, o que pode ser constatado na tendência de queda no número de ocupações nos três primeiros anos do Governo Bolsonaro na série histórica (Gráficos 1 e 2).

Durante o governo Lula, ocorreram 2.789 ocupações de terras, com 1.478.580 pessoas participantes, o que representa aproximadamente 53% no total de ações em todo o período histórico. Cabe destacar que os anos de 2003 e 2004 foram os que tiveram maiores ações em ocupações de terras no registro do banco de dados, com 391 e 496 (respectivamente), ações essas que foram realizadas no sentido de pressionar o governo para as questões relativas à reforma agrária com a criação de assentamentos rurais.

Fernandes (2013) confirma tais fatos ao analisar que em 2003 o crescimento elevado do número de ocupações refere-se ao primeiro ano do governo Lula devido à esperança da realização da reforma agrária via assentamento de famílias acampadas e da consolidação das políticas territoriais ligadas à questão fundiária e ao campesinato (FERNANDES, 2013).

⁸ Taxa Média de Crescimento = $((\text{Valor presente/valor passado})^{(1/n)} - 1)$.

⁹ Variação percentual = $((\text{Valor presente/valor passado}) - 1) * 100$.

Explica-se, também, pela minimização das aplicações da medida provisória criada pelo governo FHC que criminalizava tais execuções (GIRARDI, 2014).

Como podemos observar nos Gráficos 1 e 2, esse aumento do número de ocupações iniciado em 2003 se mantém em 2004 e, em 2005, já se observa uma variação negativa de 13,50%, que se manteria ao longo desse governo. Se considerarmos o primeiro ano do governo Lula, 2003, e o último ano de seu governo, 2011, a variação percentual foi -48,08%.

As variantes dos números de ocupações e famílias participantes no governo Lula refere-se à mudança de posicionamento político do governo. Segundo Fabrini e Ross (2014), essa diminuição em relação a esses dados de ocupações ocorre devido à postura que os governos petistas tiveram quanto à diminuição do desemprego e ao aumento das políticas assistencialistas na melhoria da economia, o que fez com que ocorresse um desestímulo das pessoas em participar das ocupações, ou seja, não era um problema vinculado diretamente à estrutura organizativa dos movimentos socioterritoriais, mas isso gerou uma dificuldade em relação aos trabalhos de base e à aglutinação dessas pessoas para as ocupações.

Um fato que marcou as ações dos movimentos socioterritoriais nas formas de ocupações de terras foi, no ano de 2009, a repercussão midiática da ocupação que o MST realizou com 1.000 pessoas na Fazenda Capim/Santo Henrique entre os municípios de Iaras e Borebi, pertencente à empresa estrangeira de suco Cutrale, em que a conflitualidade foi evidenciada e noticiada a partir da derrubada das plantações de laranja e da destruição de equipamentos, pois para o agronegócio era produção de mercadorias; para os camponeses, era uma *commodity* – uma plantação do capital que impactava diretamente no modo de desenvolvimento e de vida pelo qual eles estavam lutando.

Já no governo Dilma ocorreram os dois maiores índices de pessoas participantes em ocupações de terras, ambas na cidade de Corumbá de Goiás, no estado de Goiás, em que o MST ocupou a fazenda Agropecuária Santa Mônica, em 2014 e 2015, com 14.000 pessoas em cada ano, pertencente ao então senador pelo estado do Ceará, Eunício Oliveira, considerada improdutiva. Essas são consideradas, então, as duas maiores ações já realizadas no estado, com a presença de “jovens, homens e mulheres que demonstram a atualidade da reforma agrária para um novo projeto de desenvolvimento para o país, baseado nas necessidades reais do povo trabalhador brasileiro” (MST, 2014, p. [1]).

Outro fato importante na análise qualitativa dos Gráficos 1 e 2 refere-se à criminalização dos movimentos socioterritoriais em razão das ocupações de terra nos governos Lula e Dilma, nos quais não foi revogada a medida provisória 2109-52, realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, essas dificuldades culminaram na diminuição

do número de ocupações (FABRINI; ROSS, 2014), desde 2001, com o registro de 194; e 2002 com 184 ações, em detrimento, pelo que podemos observar nos gráficos, do aumento do número de manifestações.

Especificamente o ano de 2021, em nossa série histórica, foi o ano com o menor registro de ocupações de terras, com apenas 16, evidenciando a conflitualidade e a criminalização das lutas dos movimentos socioterritoriais diante dos discursos e políticas do Governo Bolsonaro que legitimaram a violência e as mortes do campo, com o discurso de invasão de propriedade, abertura de maior armamento nas áreas rurais, entre outros.

Analizamos, a partir dos Gráficos 1 e 2, que nos três anos de governo Bolsonaro registramos 88 ocupações de terras com a participação de 40.372 pessoas, representando 1,67% do total da série de ocupações e 1,47% de pessoas.

O aumento do número de manifestações e de famílias participantes expresso nos Gráficos 1 e 2 compreende a mudança das políticas organizativas internas dos movimentos socioterritoriais em consonância com as criminalizações da luta pela terra. Com as manifestações era possível ampliar a luta por diversos direitos, sendo realizadas nos principais espaços de decisão no país e, no período de Pandemia da Covid-19, de forma *online*.

Segundo a CPT (2022, p. 14), as manifestações realizadas no campo virtual rompem com a dimensão do sujeito e do espaço antes materializados nesses centros de decisões sendo incorporadas nos registros como “pautas reivindicatórias concretas dos povos do campo e suas organizações, com intencionalidade de denunciar uma determinada violência contra uma comunidade específica e de protestar contra ações e políticas que violentam os modos de vida”.

Antes do Governo Bolsonaro, o ano de 2016 apresentava um dos maiores registro de manifestações do campo, registrando 1.011 ações. Esses dados se referem à conjuntura política do *impeachment* da presidenta Dilma, o que provocou uma onda de conflitos e protestos em todo o país, principalmente nas questões relativas aos direitos humanos, políticas trabalhistas, políticas agrícolas, questões relacionadas à causa ambiental, indígena, hídrica e à terra.

Em relação ao maior número de pessoas participantes das ações antes desse governo, tivemos o registro de uma ação realizada em forma de marcha/caminhada pela Cúpula dos povos, em 2012, que reuniu 80.000 pessoas para debater e reivindicar questões relativas ao meio ambiente, educação, reforma agrária, contra barragens, bem como pela causa indígena. No ano anterior, foi registrada a participação de 70.000 pessoas na 4ª Marcha das Margaridas para reivindicar questões relativas ao campo brasileiro e suas múltiplas dimensionalidades.

Em 2015, antes do *impeachment* da presidenta Dilma e do Governo Bolsonaro, tivemos o maior número de pessoas participantes em manifestações de terras, com 448.133, sendo que, desse total, 15% se refere a apenas uma ação da Marcha das Margaridas, que registrou 70.000 pessoas participantes para debater questões relativas ao território, aos direitos humanos e ao trabalho. No ano do processo de *impeachment*, em 2016, tivemos a ação citada, configurando-se um aumento de mais 25% em relação a 2015, que registrou 803 manifestações do campo debatendo em sua maioria sobre terra e todos os seus componentes, sobre a água/seca, meio ambiente, direitos humanos, indenizações, infraestruturas, políticas agrícolas, bem como questões trabalhistas, indígenas, quilombolas e avanço do capital via mineração.

Em todo o período analisado, compreendemos que os três anos do Governo Bolsonaro (2019, 2020 e 2021) representaram os maiores registros de manifestações do campo, em contrapartida com os menores índices de ocupações, como abordado. Em relação ao número de manifestações, foram registradas 4.570 ações, representando 25,56% do total com a participação de 1.071.111 pessoas (12,68%). A média do período desse governo em manifestações do campo foi 1.523 por ano contra uma média de 692 do Governo Lula e 865 no Governo Dilma.

Em 2019, registraram-se 1.301 manifestações e 243.712 pessoas participantes, o que, segundo a CPT (2020a), dá uma média de 3,5 ações por dia, um aumento de 142% em relação ao ano anterior. Com relação à espacialização dessas manifestações:

Os dados que apontam ser o Nordeste a região com maior número de manifestações e de pessoas envolvidas são coerentes com a movimentação vista nas eleições presidenciais de 2018, quando a Região se posicionou contrária ao projeto do atual presidente da República, tendo este perdido a votação em todos os estados nordestinos. (CPT, 2020a, p. [1]).

Essas ações, além de envolverem o descontentamento político com o governo, representam a evidência dos debates das questões relativas à água, direitos humanos, quilombolas, indígenas, trabalhistas e terra. Há, ainda, ações realizadas por justiça à vereadora assassinada Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, pela cultura, pela democracia, por políticas públicas, por indenização em processos, pela demarcação de área indígena, por saúde e seguridade social, pela defesa da água e do meio ambiente, contra a reforma da previdência e cortes na educação, contra a injustiça e a violência, contra impunidade, contra mineradoras, contra barragens, bem como contra o modelo energético.

Cabe destacar que as ações que tiveram maior registro de pessoas em manifestações, em 2019, referem-se a duas romarias: a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce e a 25ª Romaria da Terra e das Águas, reunindo 10.000 pessoas, bem como o protesto contra a Construção da Barragem de Rejeitos da Bamin, que reuniu 7.000 pessoas, conforme dados da CPT/DATALUTA em 2020.

No ano de 2020, tivemos a realização de 47 ações a mais do que em 2019, totalizando 1.348 manifestações do campo com a participação de 408.176 pessoas, representando um aumento significativo de 167,48% em relação à participação de pessoas no ano anterior. Destacamos as regiões Nordeste, com 420 manifestações, contendo 32.348 pessoas; a região Sul, com 312 ações e 18.479 pessoas participantes; e o Norte, com 241 manifestações, com 306.168 pessoas.

Conforme podemos observar no Gráfico 1, o ano de 2021 foi o que teve o maior número de manifestações do campo em todo o período analisado, contabilizando 1.921 ações, com a participação de 419.223. Num comparativo entre o número de manifestações, tivemos um aumento de 147,65% em relação ao ano anterior, evidenciando o descontentamento geral quanto às ações do Governo.

Em relação às macrorregiões, destacamos o Nordeste, com a realização de 701 manifestações e participação de 5.6087 pessoas, seguido do Sul, com 430 ações e 73.931 pessoas participantes; e o Sudeste, com 347 manifestações e a participação de 243.263.

Tais dados refletem a realidade dos anos do Governo Bolsonaro em que nos primeiros anos da Pandemia da Covid-19 aumentou drasticamente a vulnerabilidade social devido à falta de liderança do Governo Federal, que não adotou políticas nacionais efetivas para os estados federativos, combinando crise econômica, política e sanitária (SILVA, Simone, 2020) e, por fim, resultou em 59,4% dos domicílios brasileiros apresentando algum tipo de insegurança alimentar, sendo que, desse total, 15% são considerados casos graves, ou seja, quando perpassa por todos os membros da família (adultos e crianças) e se aflora em casos onde a mulher se coloca como centralidade na renda da família, representando 73,8% (GALINDO et al. 2021).

Esses dados relevam um contexto alarmante de insegurança alimentar em nosso país, em que, dos estabelecimentos citados, todos tiveram uma redução de consumo de alimentos, principalmente as carnes, com 44%; as frutas, como elementos importantes de nutrição, representaram 41,8% juntamente com os legumes e as hortaliças, com 36% (GALINDO et al. 2021).

Assim, diante da ineficácia intencional do Governo Federal no combate à pandemia ou mitigação de seus impactos na vida da população mais vulnerável, os movimentos socioterritoriais se colocaram como protagonistas das ações de ajuda e combate à pandemia, bem como de questionamento das políticas realizadas pelo então Governo, em todas as macrorregiões brasileiras.

Oliveira e Ribeiro (2022) destacam a participação dos movimentos socioterritoriais indígenas nas manifestações do campo ocorridas em 2021, diante dos ataques sistemáticos aos direitos conquistados por estes povos, do agravamento das violências materiais e imateriais contra eles e do avanço das invasões realizadas em seus territórios, ou seja, tais ações tiveram a defesa do território como elementos políticos centrais de resistência.

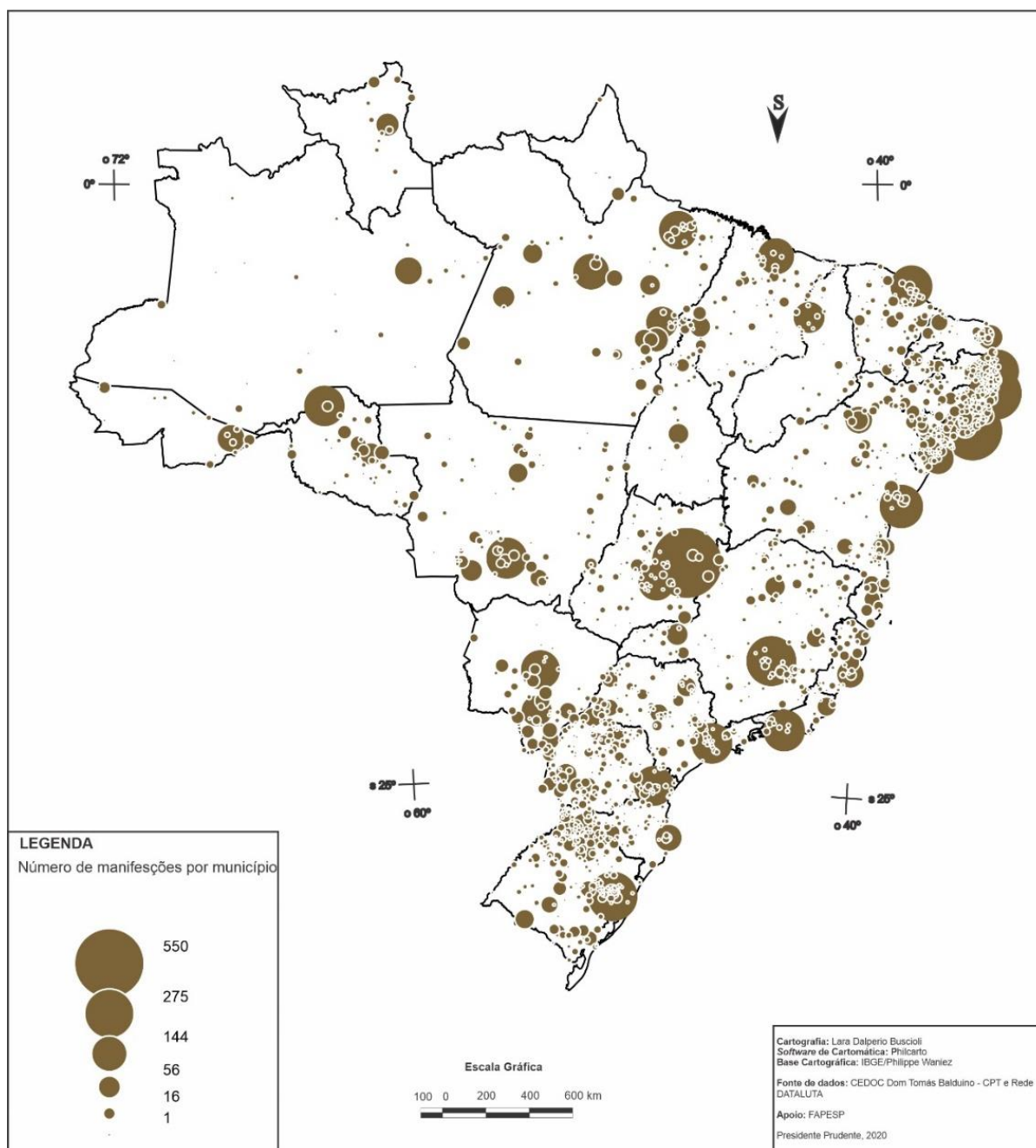
Como foi abordado, por mais que a questão agrária esteja muito longe da pauta dos governos brasileiros, ela se evidencia no aspecto do aumento dos conflitos territoriais no Brasil, dos processos de ocupações de terras e das manifestações do campo. Um dos debates realizados dentro dos movimentos socioterritoriais e das suas lutas é o avanço e a territorialização do capital e da agricultura capitalista, a qual se estabelece a partir dos direitos da posse para produção de *commodities*, o que intensifica a concentração fundiária (GIRARDI, 2016).

Feliciano (2009) aponta que a concentração das terras brasileiras sempre esteve ligada ao movimento contínuo da violência no campo, que se reflete nas ações dos movimentos socioterritoriais em ocupações de terras e manifestações que questionam a legitimidade da função social dos territórios e reivindicam melhorias na qualidade de vida nos assentamentos rurais.

Diante de tais apontamentos analisaremos, com o auxílio da cartografia, a espacialização¹⁰ das formas de luta dos movimentos socioterritoriais em manifestações do campo expressas no Mapa 1, com as ocupações de terras compondo o Mapa 2, para compreendermos as ações em escala nacional. Elas se refletem na criação dos territórios agroecológicos pela criação de assentamentos rurais, dos quais apresentaremos suas territorializações no Mapa 3.

¹⁰ Com a mudança metodológica dos Cadernos de Conflitos do Campo realizados CPT e do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, não foi mais possível, realizar cartografias temáticas de círculos proporcionais de análise municipal, pós 2019. Por isso, optamos, por manter a análise espacial até o ano de 2019, compondo a mesma base metodológica de análise dos dados.

Mapa 1: Espacialização das manifestações do campo brasileiro entre 2000 e 2019



Como podemos observar no Mapa 1, as manifestações do campo ocorrem em diferentes escalas, desde a municipal, regional, onde se concentram cidades médias nas quais localizam-se escritórios ou prédios públicos responsáveis pelas questões demandadas, perpassando pelos locais e centros de decisões como nas capitais, onde as reivindicações se baseiam em pautas nacionais no âmbito das políticas públicas (FELICIANO; PEREIRA, 2014).

A partir da espacialização no Mapa 1, podemos observar a importância da região Nordeste (NE) como centro de realização de tais ações reivindicatórias e questionadoras do sistema, com 5.266 ações realizadas, representando 36% do total, com a participação de 2.906.902 pessoas (38,2%). A Região Sul (S) do Brasil fica em segundo lugar, com 17,1% de ações realizadas, contabilizando 2.502, com a participação de 1.595.922 pessoas (20,9%).

Conforme podemos observar no Mapa 1, a Região Sudeste (SE) obteve o terceiro lugar em relação ao número total de manifestações realizadas no período estudado, contabilizando 2.352 ações (16,1%), com 1.035.782 (13,6%) pessoas participantes, seguida do Centro-Oeste (CO), em que as ações de manifestações representaram 15,8% do número total realizado em todo o país, compreendendo 2.305 ações com a participação de 1.275.024 pessoas, representando 16,7%. Por fim, temos a Região Norte (N) do país, registrando 2.178 (14,9%) manifestações realizadas com a participação de 796.086 (10,4%) pessoas.

Na perspectiva política, o Distrito Federal (DF) confirma a tese trazida no trabalho de que as capitais são territórios estratégicos para a atuação em manifestações, pelo contexto político que elas representam. Nessa localidade, foram registradas 596 (4,1%) manifestações com a participação de 607.848 (8,0%) pessoas, com reivindicações relacionadas a direitos humanos, políticas agrícolas, meio ambiente, questões trabalhistas, saúde, educação e reivindicações relacionados aos indígenas, camponeses e pescadores.

Da totalidade das ações, as principais estão relacionadas com a terra/território, evidenciando o caráter definidor dos movimentos socioterritoriais, sendo que estavam baseadas no enfrentamento contra os produtos transgênicos, contra as monoculturas, contra os agrotóxicos, contra impunidades, contra as injustiças e violências praticadas aos sujeitos que lutam, contra a produção de barragens, contra privatização, em favor da soberania alimentar e reforma agrária; por questões relacionadas a infraestruturas, trabalhistas, bem como por políticas públicas que envolvem a questão da educação, água, saúde e direitos humanos, ou seja, o meio ambiente em sua totalidade.

As ações também estavam relacionadas com as questões produtivas como incentivo aos pequenos produtores/camponeses, créditos e renegociações de dívidas dos sujeitos, pela questão dos preços dos produtos agrícolas, pela doação de cestas básicas à população do campo em condições de vulnerabilidade e políticas agrícolas.

Citamos ações que envolvem a Agroecologia como centralidade da luta, temática específica deste trabalho: a Agroecologia e suas ramificações no contexto da produção de alimentos, como manifestações com características de produção, de luta de gênero, da economia solidária; por questões relacionadas às ações governamentais, pela soberania

alimentar e territorial dos povos no Brasil. Como exemplos dessas manifestações, podemos ainda citar, no Nordeste, o “banquetaço” contra a Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Feira Agroecológica do Dia Mundial da Água, a 1ª Caminhada Agroecológica, o 7º Encontro Estadual de Agroecologia e Feira de Roças e Quintais, o Encontro Nacional de Agroecologia e o III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, bem como o Ato Público em defesa da Agroecologia.

No Sul, temos o Ato em Defesa da Agroecologia, o Ato em defesa da Agricultura Familiar e da Agroecologia, a I Festa da Semente e Feira Agroecológica, a 10ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, entre outros. Já na Região Sudeste, podemos citar as Marchas da Agroecologia, o Ato de Promoção de Produtos Agroecológicos, o Ato por Agroecologia, o 4º Encontro Nacional da Agroecologia e o 1º Fórum de Agroecologia na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária.

No Centro-Oeste, destacamos o Ato Público no Dia Internacional do Não Uso dos Agrotóxicos, o Protesto contra Agrotóxicos, a Feira Agroecológica do Dia Mundial da Água, a Marcha realizada via Encontro Estadual Mulheres e Agroecologia, entre outras. Na Região Norte, o II Encontro Tocantinense de Agroecologia e a Feira Agroecológica inserida como atividade do Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Essas ações tiveram a participação de vários movimentos socioespaciais e socioterritoriais, evidenciando-se, dessa forma, o papel de suas ações conjuntas na luta por mudanças estruturais de nossa sociedade. Podemos citar MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Via campesina, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara/MA, Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), Fórum Nacional do Fisco (FNF), Movimentos Indígenas e Quilombolas, Movimento Unidos pela Terra (MUT), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Pastoral Juventude Rural (PJR), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) entre outros.

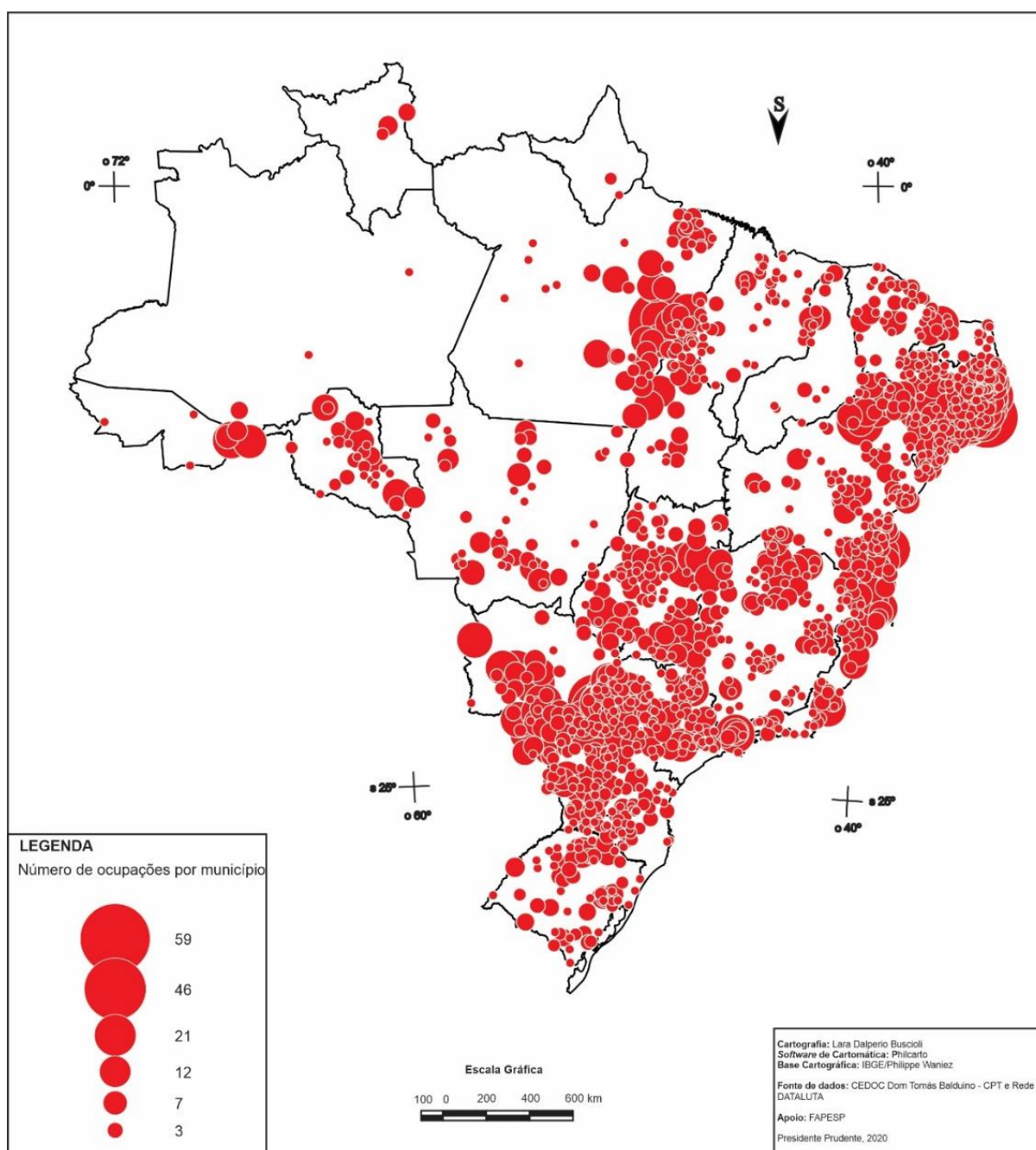
No panorama geral das manifestações do campo, observamos que a questão da terra/território é a centralidade na perspectiva de permanências pela luta, pela possibilidade de reprodução socioespacial em sua totalidade, com políticas públicas aliadas à produção de alimentos saudáveis, à questão de infraestruturas nos assentamentos, com saúde e educação de qualidade.

Essa luta pela permanência em seus territórios tem como forma inicial as ocupações de terras, que originam e criam os territórios camponeses entendidos neste trabalho como os

assentamentos rurais, permitindo, por meio da territorialização do campesinato, a consolidação de suas vivências e resistências frente ao avanço do capitalismo no campo brasileiro; e que também culminam nas manifestações como forma de luta.

O Mapa 2 apresenta a espacialização das ocupações de terra realizadas no Brasil entre os anos de 2000 e 2019 vinculadas aos movimentos socioterritoriais de escala local/municipal, estadual ou nacional.

Mapa 2: Espacialização das ocupações de terras no Brasil entre 2000 e 2019



Analisando o Mapa 2, destacamos que foram realizadas ocupações de terras em todos os estados federativos do Brasil, o que evidencia o caráter conflituoso contido nos debates dos diferentes tipos de territórios e nos distintos modelos de desenvolvimentos e paradigmas analíticos d campo brasileiro na perspectiva da Geografia Agrária, que geram conflitualidades materializadas nessas ações dos movimentos socioterritoriais.

Esses movimentos socioterritoriais partem de uma diversidade de identidades, tais como a de camponeses, de indígenas, de quilombolas, de vazanteiros, de geraizeiros, dos fundos de pastos, das confederações, das federações, dos sindicatos rurais, dos posseiros, entre outros. Apesar de suas territorialidades serem distintas, o que os une é a luta pelo território/terra como condição de vivência e reprodução socioterritorial, na busca pela criação ou retomada de seus territórios, o que só é possível com a ocupação de terras ou ações de retomada.

Em relação aos movimentos socioterritoriais participantes das ocupações, podemos citar: MST, Organização Agrária Camponesa (OAC), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento Terra, Educação e Moradia (MTEM), Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado do Alagoas (AMIGREA), CPT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento de Luta Pela Terra (MLT), Organização de Luta no Campo (OLC), Frente de Trabalhadores Livres (FTL), Movimentos Quilombolas e Indígenas, MAB, Via Campesina, Movimento de Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso (MTAA-MT), Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento Conquistando Nossa Terra (MCNT), Movimento Camponês Corumbiara (CMCC), Vazanteiros em Movimento, Povos das Águas e das Terras Crescentes, Geraizeiros, entre outros.

A Região Nordeste também se coloca como território de maior número de realização de ocupações e pessoas participantes de todo o Brasil, registrando 2.034 ações (39%), com a participação de 1.032.064 (37,6%) pessoas. O Sudeste é a segunda macrorregião brasileira com o maior número de manifestações, sendo contabilizadas 1.349 ações, que correspondem a 25,8% do total com a participação de 573.324 pessoas (20,9%).

A partir do Mapa 2, compreendemos que o Centro-Oeste fica em terceiro lugar em números de ocupações, com 690 (13,2%) ações e 466.068 (17%) pessoas participantes. Já a região Norte contabilizou 583 (11,2%) ocupações de terras, com a participação de 284.952 (10,4%) pessoas. Já a região Sul registrou 563 (10,8%) ocupações com 366.816 (13,4%) pessoas participantes.

Por fim, a Região Sul registrando 563 (10,8%) ocupações com 366.816 (13,4%) pessoas participantes, evidenciadas no Mapa 2. Nesta macrorregião, destacam-se os estados federativos do Paraná, com 5,8% das ações (302) com 180.284 (6,6%) pessoas participantes; e do estado do Rio Grande do Sul, com 166 (3,2%) ocupações e participação de 128.316 (4,7%) pessoas.

No que tange aos destaques municipais de ações em ocupações de terras e pessoas participantes, sistematizamos que o único município que se enquadra é Marabá, no estado do Pará, com 59 ações e 29.944 pessoas participantes. Em relação exclusivamente ao número de ocupações, temos os municípios de Teodoro Sampaio (SP), com 51 ações, Maragogi (AL), com 46 ocupações, Presidente Epitácio (SP), com 37 ações; e Marabá Paulista (SP), com 36 (Mapa 1), bem como os de maiores índices de pessoas participantes: Petrolina (PE), com 36.224 pessoas, Coqueiros do Sul (RS), com 25.884 pessoas; e Barreira (BA), com 23.240 pessoas.

Os territórios que foram foco das ações de ocupações de terras são destinados ao agronegócio ou sua cadeia mercadológica, como estações de empresas estrangeiras, haras, fazendas de bancos ou glebas, fazendas, engenhos, seringais, estações e áreas de usinas, ou seja, tiveram como características territoriais áreas “pertencentes” às empresas/usinas/indústrias/fazendeiros. Podemos citar as ocorridas na Região Nordeste, como no Engenho Várzea do Uma, Sítio Palmatória/Vila Palmatória e Fazenda Santo Antônio. Na Região Sudeste, com a Estação Experimental de Zootecnia, Fazenda São José dos Talhados, Fazenda Guaná Mirim e Usina de Tiros. No Centro-Oeste, com a Fazenda Bom Retiro do Meio – Haras JHP, Fazenda São José, Gleba do Gama, Fazenda da Monsanto – Estação de Pesquisa Monsanto, Fazenda Bradesco/Pertinente, Gleba Sama. Na Região Sul, com a Usina de Asfalto da Transportadora Fanti, Linha São José, Estância Paraíso, Estação Experimental Fepagro, Área da Indústria Klabin, Fazenda Celulose Irani e Área da Fepagro. Bem como na Região Norte, com o Complexo dos Moraes, Fazenda Serra Negra, Fazenda Alvorada, Fazenda Cruzeiro do Sul etc.

Nesse sentido, as ocupações de terras representam o processo (i)material da luta dos movimentos socioterritoriais para a conquista de seus territórios materiais, caracterizados como assentamentos rurais, na evidência afirmativa das diferentes identidades, nesse caso camponesas, indígenas, quilombolas, fundo de pasto, vazanteiros, reassentados pelos impactos de barragens, entre outras.

Estamos compreendendo que os territórios materiais, são potencialidades para a sua transformação em territórios agroecológicos, fundamentados nos elementos estruturantes dos

princípios agroecológicos, assim, no próximo subcapítulo, apresentaremos a territorialização dos assentamentos rurais no Brasil.

2.2. A territorialização dos assentamentos rurais enquanto potencialidades para os territórios agroecológicos

*“É o povo em movimento
contra as cercas da concentração
com um sorriso de felicidade
e a história na palma da mão.”*
Terra e Raiz, MST.

As ações de resistências e os assentamentos rurais estão ligados a partir do processo de territorialização da luta pela terra, que é compreendido desde a perspectiva da multiplicação das conquistas dos territórios, pelos camponeses, que estão sob o controle de latifundiários e de empresas e grupos nacionais/estrangeiros que são desterritorializados pela territorialização dos camponeses (FERNANDES, 2005).

Nessa perspectiva, compreendemos que as pressões políticas realizadas pelos movimentos socioterritoriais e por membros da sociedade, são atos políticos que desenvolvem e impulsionam as políticas que conduzem à melhoria da qualidade de vida da população do campo. Essa melhoria deve estar baseada na soberania alimentar, na conservação dos recursos naturais, na promoção da igualdade social pela viabilidade econômica dos assentamentos rurais (ALTIERI, 2010), bem como nas políticas de obtenção desses assentamentos que são considerados neste trabalho como territórios materiais.

Coca (2011) afirma que necessitamos entender as significações desse tipo de luta, para compreendermos a diversidade das políticas e tipologias de assentamentos rurais que se configuram na diversidade da reforma agrária no Brasil pautada pelos movimentos socioterritoriais:

Os assentamentos rurais possuem uma grande importância para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Eles são consequência da luta do campesinato pela terra, representando realidades distintas e complexas. Ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso e a garantia da terra, também representam o desafio de nela permanecer; de garantir alimento, moradia e renda para as famílias assentadas (COCA, 2011, p. 16).

Com isso, compreendemos que os assentamentos rurais representam um dos elementos da realização da reforma agrária, tornando-se um território de sociabilidade camponesa, onde são estabelecidas relações de reciprocidade, troca de experiências de

produção, cooperativismo, coletivismo e os conflitos e disputas internas existentes em qualquer tipo de território, nesse caso material, mas que envolve o imaterial.

Segundo Bergamasco (1997):

Os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais (BERGAMASCO, 1997, p. 47).

Os assentamentos configuram um território em que ocorrem os reordenamentos e reorganizações das relações sociais estabelecidas no contexto identitário, compondo as características de pertencimento, vivência e experiências comuns afetivas. Os camponeses sem terras constroem suas culturas, práticas produtivas, processo formativo e luta nesses territórios (SILVA, CURY, 2015).

Segundo Fernandes (2012), o território camponês é o lugar onde se tem uma grande diversidade de culturas que constrói a identidade camponesa, sendo uma unidade de produção essencialmente familiar, pois se configura como espaço de vida destes sujeitos. Nesse contexto, o maior desafio do campesinato é conseguir manter-se em seus territórios de forma soberana e autônoma frente à hegemonia do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Sobre essa questão, o direcionamento dos camponeses dentro dos seus territórios na parte produtiva é um elemento importante para eles se manterem. Tsukamoto e Asari (2003) compreendem que esse direcionamento tem de partir de diversos sujeitos buscando condições de vida adequadas para a sua sobrevivência, na perspectiva da comercialização dos excedentes, e do enfrentamento dos desafios impostos pelo capital na conjuntura agrária.

Os assentamentos rurais significam a nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar as condições de vida e produção na terra; existir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa. E essa segunda luta tem se mostrado bastante difícil (GIRARDI, 2016, p. 93).

A dificuldade apontada por Girardi (2016) nas questões relativas à manutenção dos camponeses nos territórios rurais se estabelece a partir dessas conflitualidades, das quais é importante compreendermos o processo histórico de construção dos assentamentos rurais no

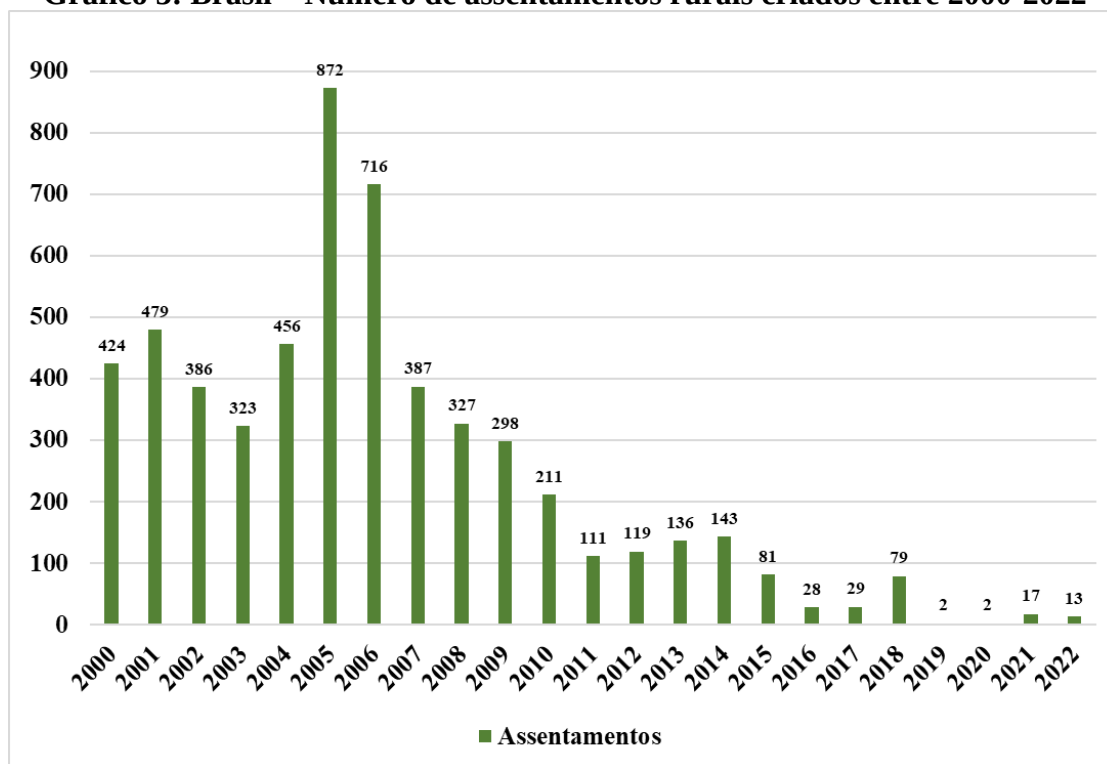
Brasil, permitindo-nos analisar a historicidade das questões impostas às populações do campo e às suas reproduções no território.

Valdecir, em entrevista, aponta que na incorporação da luta pela terra ocorre a preocupação com esse debate, em que as iniciativas produtivas são elementos importantes para compreendermos a permanência dos povos do campo na superação das dificuldades apontadas por Girardi (2016). Em suas palavras: “tá um novo sujeito que foi incorporado na luta pela terra, no caso do Brasil, que já vem com a preocupação dos alimentos saudáveis” (Valdecir, em entrevista a Buscioli, 2020).

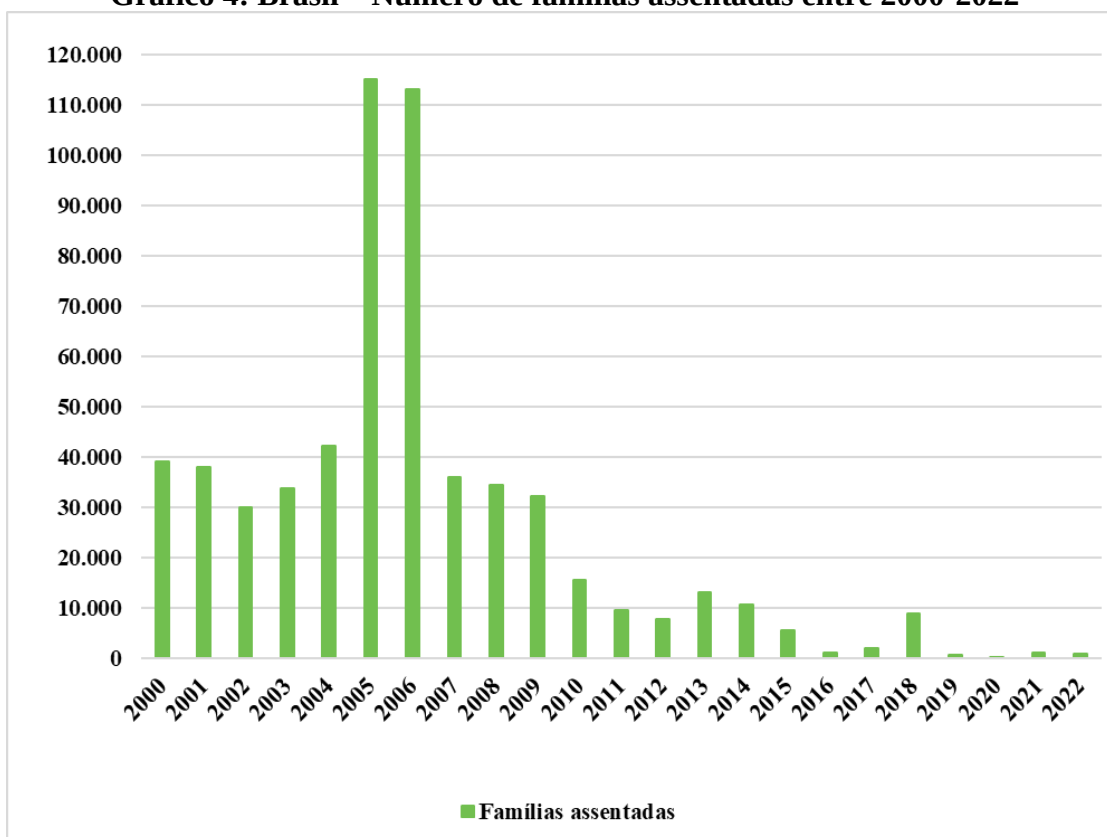
Com a narrativa de Valdecir, compreendemos que com os assentamentos rurais conquistados aliado a consciência com as preocupações ambientais e produtivas voltadas à agroecologia, os camponeses, passam a transformar os assentamentos em territórios agroecológicos, ou seja, ocorre uma potencialidade neste processo.

Cabe ressaltar que compreendemos que a implantação dos assentamentos rurais tem consequências diversas nos municípios e representam a dinamização da economia local e regional, mudanças nos mercados – principalmente com a produção diversificada dos camponeses territorializados –, contribuindo para a consolidação da luta dos movimentos socioterritoriais e para o acesso a políticas públicas locais e federais. (COCA, 2011).

Nesse sentido, no Gráfico 3 apresentamos o panorama histórico da criação dos assentamentos rurais no território brasileiro entre os anos 2000 e 2022. Já no Gráfico 4, as famílias assentadas neste período, evidenciando as conflitualidades internas e externas dos processos de luta e resistências dos movimentos socioterritoriais no campo.

Gráfico 3: Brasil – Número de assentamentos rurais criados entre 2000-2022

Fonte: DATALUTA, 2022. Org. BUSCIOLI, L. D.

Gráfico 4: Brasil – Número de famílias assentadas entre 2000-2022

Fonte: DATALUTA, 2022. Org. BUSCIOLI, L. D.

No Brasil, entre os anos 2000 e 2022, foram criados 5.639 assentamentos rurais, territorializando 590.211 famílias (Gráficos 3 e 4). Cabe ressaltar que compreendemos que os assentamentos rurais são a conquista dos territórios materiais, cujo elemento central é a terra, e imateriais, com suas questões de vivências, de experiências, de ideologias entre outros. Eles são, então, resultados do conflito promovido a partir dos tipos de desenvolvimentos, em que as famílias organizadas não aceitam as políticas estabelecidas via mercado e mercantilização da vida na perspectiva do Estado e do capital (FERNANDES, 2013).

Em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, o que observamos é um aumento no número de assentamentos criados na perspectiva de diminuição das ocupações de terras e do endurecimento das políticas de criminalização do Governo em relação às ações do campo, sendo registrado em 2000 o assentamento de 39.108 famílias em 424 assentamentos e, em 2001, ano eleitoral, a criação de 479 assentamentos com menos famílias, 38.041.

Podemos analisar que o período histórico do Gráfico 3 é perpassado, predominantemente, pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Em especial no Governo Lula, em relação aos números totais, aproximadamente 64% dos assentamentos rurais criados o foram nos seus dois mandatos e 71% em relação às famílias assentadas.

Em seu governo, observamos um aumento em relação ao número de assentamentos criados e, por consequência, no número de famílias em 2005, representando 872 assentamentos com 11.062 famílias; em 2006, foram 716 territórios e 113.093 famílias. Destacamos que há muitas críticas em torno dos processos de regularização executados pelo Governo Lula, conforme abordado. Observamos, a partir disso, uma queda acentuada nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 em relação aos assentamentos criados, mas em comparação ao número de famílias assentadas a queda foi pequena.

A partir do governo Dilma, observamos que também ocorreram os menores índices de criação de assentamentos e de famílias assentadas, representando 0,10% de criação de assentamento na série analisada e pouco mais de 8% em relação ao número de famílias, perpetuando-se uma política de não reforma agrária evidenciada no contexto histórico e que continuaria em seu governo.

Dilma assentou em todo o território brasileiro, em seus dois mandatos, apenas 47.640 famílias em 618 assentamentos rurais, sendo que aproximadamente 58% desse total foram concebidos por desapropriação, o que representa 355 territórios. Em relação ao reconhecimento, ocorreu a obtenção de 57 territórios tradicionalmente ocupados pelos povos do campo.

Cabe destacar que os dois anos que tiveram o maior registro de assentamentos rurais criados no governo Dilma correspondem ao ano eleitoral e ao ano anterior a ele, com o registro de 136 territórios com 13.164 famílias assentadas; em 2014, foram 143 assentamentos contendo 10.684 famílias. “Dilma, em seis anos de governo, desapropriou menos terras que Itamar em dois anos, no governo Temer foram apenas cinco desapropriações e nenhuma sob Bolsonaro...” (ALENTEJANO, 2020, p. 372).

Conforme podemos observar no Gráfico 4, nos três primeiros anos do Governo Bolsonaro foram assentadas apenas 1.730 famílias, em 21 assentamentos rurais, uma média de 82 famílias por assentamento. Em relação aos dados percentuais, eles se demonstram alarmantes. Em relação ao número de assentamentos criados, temos 0,0036% em relação ao número total e o número de famílias correspondeu a menos de 0,30%.

Destacamos 2019 e 2020, que obtiveram o menor número de assentamentos criados, dois em cada ano, sendo que 2020 teve o menor número de número de famílias assentadas. Em 2019, foram reconhecidos dois territórios quilombolas, um no Paraná, o TQ Invernada Paiol de Telha Fundão com 57,09 hectares pertencentes a 393 famílias, e outro em Sergipe, o TQ Forte com 1.460,01 hectares de terras e 140 famílias; Em 2020, houve o reconhecimento de territórios em São Paulo, com o PE Emergencial 8 de Março, com 23 famílias em 108,1849 Hectares; e no Mato Grosso do Sul, o Tamarineiro II Norte, com 1.247,2712 hectares para 76 famílias (DATA LUTA, 2022).

Cabe destacar que os 17 assentamentos rurais criados em 2021 foram obtidos, em sua maioria, em anos anteriores ao Governo Bolsonaro, identificando-se a desapropriação como principal forma, seguido de reversão de domínio, desafetação e compra e venda. Dentre esses, nove foram na Região Nordeste, cinco no Norte, dois no Centro-Oeste e um no Sudeste.

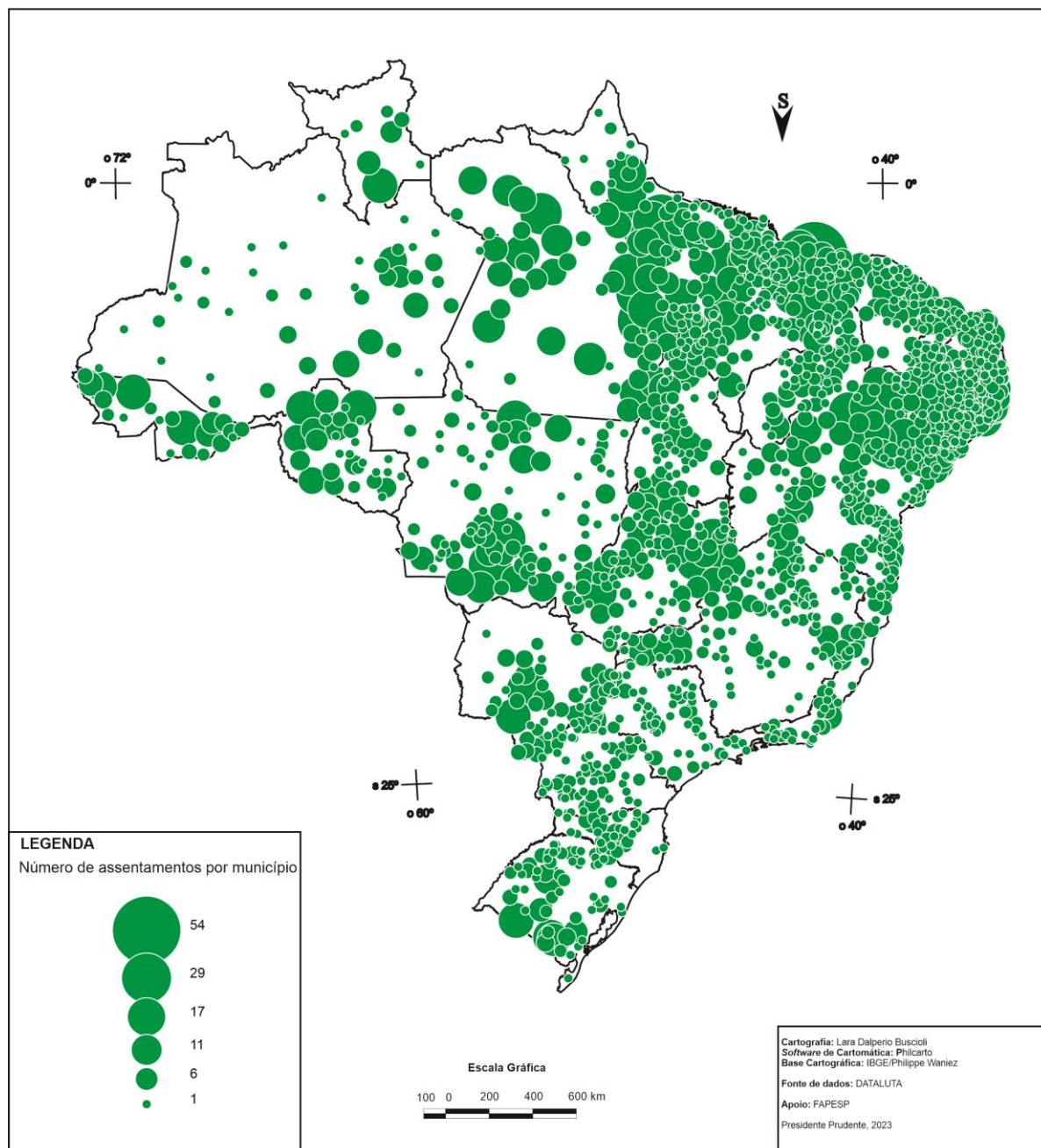
No ano de 2022, tivemos a criação de 13 assentamentos rurais com 841 famílias, cabendo destacar o PA Fazenda Renata em Ribeira do Amparo no estado da Bahia que teve a capacidade de assentar 233 famílias, o maior neste ano. Tivemos a criação de assentamentos no Pará, Maranhão, Amazonas e Piauí.

A decisão do governo Bolsonaro em paralisar completamente a criação de assentamentos rurais apenas se colocou como uma política de radicalização, pois na linha histórica das políticas públicas que envolvem o campo brasileiro a sua perspectiva política em consonância com os interesses do agronegócio sempre foram presentes (ALENTEJANO, 2020).

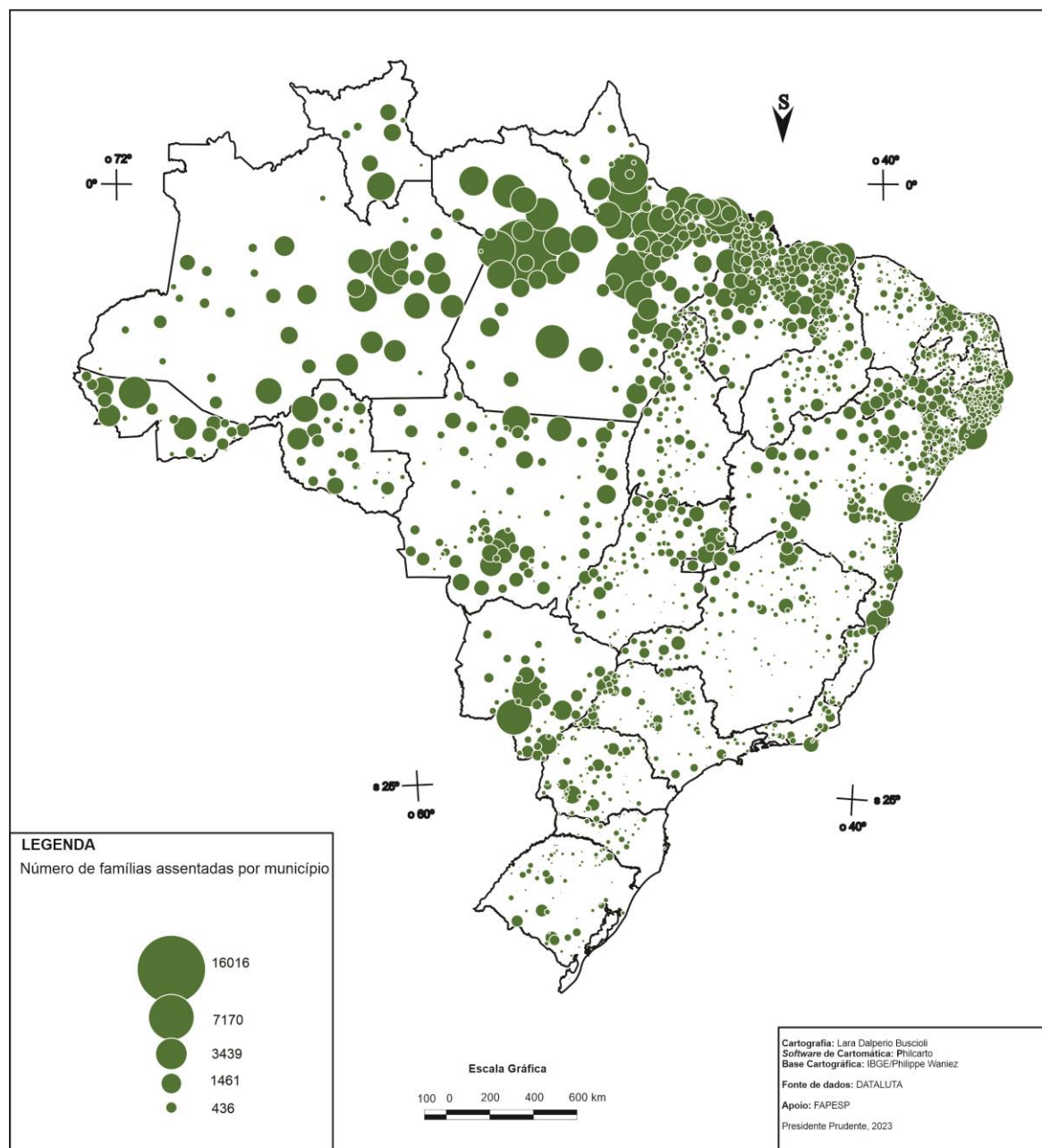
Para compreendermos melhor tais debates, apresentaremos nas páginas que se seguem a espacialização dos assentamentos rurais ilustrados no mapa 3 e das famílias

assentadas compondo o mapa 4 no território brasileiro dentro do período de 2000 a 2022, buscando compreendermos as complexidades e as diferenciações de cada macrorregião.

Mapa 3: Territorialização dos assentamentos rurais no Brasil de 2000 a 2022



Mapa 4: Territorialização das famílias assentadas no Brasil de 2000 a 2022



Ao observarmos o Mapa 3, podemos analisar que os assentamentos rurais criados entre 2000 e 2022 se concentram na macrorregião Nordeste, – quase metade dos assentamentos no Brasil estão territorializados em seus estados –, o que representa 48% do número total deles, registrando 2.691 com 181.125 famílias (30,69%).

Cabe destacar que os estados do Maranhão possuem 624 (11%) assentamentos com 60.648 (10,3%) famílias assentadas em 2.083.046,6169 hectares de terras, seguidos da Bahia registrando 518 (9,2%) assentamentos com a territorialização de 34.903 (5,9%) famílias em 1.246.255,5808 hectares e Pernambuco com 438 (8%) assentamentos com 24.552 (4,16%) famílias e 429.449,1625 hectares de terras conforme especializado no Mapa 4.

Isso ocorre devido ao seu histórico de conflitos pela terra e pela reforma agrária no Brasil, com o avanço do capitalismo no campo e da produção de *commodities* que fogem da lógica de (re)produção camponesa, o que acaba por gerar conflitualidades e a conquista dos territórios camponeses.

As formas de obtenção desses assentamentos refletem diretamente nos aspectos de luta dos movimentos socioterritoriais, com destaque para as desapropriações que têm o propósito de mudanças na estrutura fundiária daquele município/região. Além dessa forma de obtenção, temos a adjudicação, a arrecadação, a cessão, a cessão gratuita, a compra e venda, o confisco, a doação, a discriminação, a incorporação, o reconhecimento e a transferência.

Em relação aos territórios, temos uma gama de variedades que refletem as diferentes identidades dos sujeitos, tais como territórios quilombolas, áreas de reservas agroextrativistas, projetos federais/estaduais: Projeto de Assentamento Federal (PA) Mãe Mariana, Projeto de Assentamento Estadual (PE) Brejo do Parionial, Reserva Extrativista (RESEX) Batoque, Território Quilombola Pavilhão e Projeto de Assentamento Casulo (PCA) Ataíde Sousa Pinho, Projeto Fundo de Pasto (PFP) Rompedor e Adjacências, RESEX Acaú-Goiana, PA Zumbi dos Palmares, RESEX Baía do Iguape, PFP Santo Antônio do Mestre, PFP Saco De Pedras II, Território Quilombola Tabacaria, PCA Alfinin, Projeto de Assentamentos Agroextrativista (PAE) Agroextrativista Bacuri e PA Zumbi Dos Palmares.

Nessa região, no que tange aos assentamentos rurais que produzem de forma agroecológica, temos várias experiências, podendo-se citar a “Rede de Agroecologia Povos da Mata”, articulada por produtores de agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos indígenas e Quilombolas, da qual faz parte o Assentamento Dois Riachões no sul da Bahia, com sua produção de cacau agroecológico (MST, 2019a).

No estado de Pernambuco, encontramos experiências de assentados de reforma agrária que deixaram de trabalhar de forma assalariada no corte da cana-de-açúcar, para produzir de forma agroecológica. Destacamos o assentamento Governador Miguel Valadares, em Catende, que produz coentro, salsinha, alface, maxixe, pimentão, batata-doce, plantas medicinais, além de espécies frutíferas como manga, mamão, acerola, limão, jabuticaba, graviola, açaí, coco e as culturas tradicionais como feijão, milho, macaxeira, mandioca e fava, bem como a criação de gado, aves e peixe através do sistema agroecológico (ESPAÇO DO PRODUTOR, 2014).

A Região Norte, em relação ao número de assentados, ocupa o segundo lugar (Mapa 3) com 1.395 (25%), mas em número de famílias assentadas, fica na primeira posição, com 287.737 (48,8%), devido aos tamanhos das propriedades rurais que são superiores aos de outras macrorregiões pelas suas especificidades territoriais/socioambientais.

Nesta macrorregião cabe destacar os estados do Pará com 780 (14%) assentamentos rurais criados compondo 183.954 (31,3%) famílias em 14.275.002,59 hectares de terras, seguidos de Tocantins (TO) com 199 (3,5%) territórios com 10.350 (1,8%) famílias num total de 499.462,54 hectares de terras e do Amazonas com 110 (2%) assentamentos com 48.283 (8,2%) famílias em 25.283.714,59 hectares.

Esses assentamentos foram criados por meio de adjudicação, arrecadação, cessão, cessão gratuita, compra e venda, doação, desafetação, desapropriação, discriminação, escritura pública de doação, incorporação, reconhecimento, reversão de domínio e transferência. Isso reflete diretamente nas tipologias de seus territórios. Como exemplos temos: PA Brejo do Campo, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mãe Menininha, PDS Esperança, RESEX Rio Iriri, RESEX Rio Xingu, RESEX Marinha Gurupi-Piriá, Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB) Brejo Alegre, PRB Córrego da Prata etc.

Em relação aos territórios agroecológicos no Norte do país, elencamos os estudos realizados por Soares et al (2016), os quais dissertam sobre a produção de galinha caipira de modo coletivo e agroecológico no Projeto de Assentamento Carlos Lamarca, localizado no município de Capitão Poço (PA). Destaca-se que esse grupo é autossustentado, produzindo toda a nutrição das galinhas de forma agroecológica, além de manterem as mesmas em viveiros (galinheiros) alternativos que não demandam refrigeradores por serem construídos com produtos locais que garantem a ventilação dos espaços, além do plantio de espécies nativas nos entornos.

Outro exemplo ocorre em Rondônia, no município de Ariquemes. Trata-se do Assentamento Madre Cristina, o qual apresenta outra importante experiência de produção agroecológica na região amazônica. Consta que 70% das famílias produzem e comercializam produtos agroecológicos e a comercialização se dá principalmente em feiras e por entrega direta. Destacamos as atividades de recuperação do solo, proteção ambiental, assim como o desenvolvimento de atividades de formação e lazer, importantes para a consolidação dessas comunidades agroecológicas (COSTA, 2017).

A região Centro-Oeste do Brasil (Mapa 3) tem 13,1% dos assentamentos criados no Brasil no período estudado, o que representa 734 com 75.402 (12,8%) de famílias assentadas. Sendo o estado de Mato Grosso o maior em números de assentamentos com 310 (5,5%) e 37.560 (6,4%) famílias assentadas em 2.217.671,19 hectares de terras, seguidos do estado de Goiás com 287 (5,1%) territórios criados e 17.448 (3%) famílias em 876.114,93 hectares de terras. E no que tange ao Distrito Federal, em número de assentamentos ele representa apenas 0,3% do total do país, com 11 criados e 490 famílias assentadas em 5.028,625 hectares de terras,

Esses territórios foram criados por meio de arrecadação, compra, compra e venda, confisco, desapropriação, doação, incorporação, reconhecimento, reversão de domínio e transferências, evidenciando a complexidade das relações socioterritoriais e de conflitualidades nessa região, haja vista que não houve a criação de nenhum assentamento, no período estudado, via desapropriação.

No que tange às características territoriais dos assentamentos criados, temos os projetos de assentamentos estaduais/federais, territórios quilombolas, agrovilas/vilas rurais e glebas tais como PE Baxiu, Território Quilombola Tomas Cardoso, PDS São Paulo, PDS Keno, PA Liberdade Camponesa, PDS Nova Aliança, Gleba Vale do XV, PE Bakairi, PE Vila Rural Tia Irene, PE Vila Rural Zeca do Doca e PA Agrovila Asnorte, etc.

Quanto aos territórios agroecológicos estabelecidos nestes assentamentos, os estudos realizados por Mercadante e Almeida (2019) dissertam sobre a produção e comercialização de produtos agroecológicos no Assentamento 20 de Março, no município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Trata-se de estudos sobre a feira e sobre o projeto de cestas agroecológicas realizados no *Campus* Universitário da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em que se destaca a grande variedade de produtos: [...] alface americana, alface crespa, alface roxa, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, rúcula, espinafre, repolho, couve-flor, escarola, batata doce, abóbora, quiabo, mandioca, brócolis, rabanete[...] ovo caipira, mel, doces, pães, roscas, queijos, bolos, manteiga, iogurtes, geleias e biscoitos caseiros” (p. 126).

Também temos a produção agroecológica e a comercialização em feiras, conforme apontou Cardoso (2013), no estado de Goiás nas cidades de Alto Paraíso de Goiás e São João D'Aliação, como fruto de uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Banco do Brasil. Há, também, o projeto de Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável (PAIS) que objetiva a organização de feiras para a comercialização de produtos da Agroecologia, do qual os produtores do Projeto de Assentamento Silvio Rodrigues, de Alto Paraíso de Goiás, destacam a importância das redes de comercialização para geração de renda e escoamento da produção.

A macrorregião Sudeste fica em quarto lugar nos índices de números de assentamentos rurais, registrando 497 (8,8%), com 30.474 (5,2%) famílias assentadas. Com destaque para os estados de Minas Gerais com 258 (4,6%) assentamentos compondo 13.926 (2,4%) de famílias em 604.347,16 hectares de terras.

Esses assentamentos são obtidos por adjudicação, arrecadação, compra e venda, cessão, cessão gratuita, desapropriação, doação, reconhecimento e transferência. Podemos citar como exemplos os projetos de assentamentos camponeses, quilombolas etc: PRB Pedra, RESEX Mar Arraial do Cabo, Territórios Quilombolas (TQ) Preto Forro, PDS Agroecológico Hugo Mazzilli, PE Fazenda Santo Antônio, PA Americana, PE Camaqua, PDS Agroecológico, PRB Córrego Resplendor, PRB Nova Esperança, PDS Elizabeth Teixeira, PE Fazenda Santa Rosa, PE Dom Paulo Evaristo Arns, PE Horto Silvania, PE Gleba 5 e 8, PE Asa Branca, PA Alvorada, TQ Cafundo, PDS Manoel Neto e TQ Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra.

Como foco desta pesquisa, perpassa essa macrorregião, destacamos a comercialização de cestas agroecológicas. Assim, sistematizamos na Tabela 1 o número de assentamentos na macrorregião Sudeste com produção e comercialização nessa forma de produtos agroecológicos ligados ao MST.

Tabela 1: MST - Número de Assentamentos com Produção e Comercialização de Cesta Agroecológica no Sudeste

Unidade Federativa	Municípios	Assentamentos
Rio de Janeiro	5	6
São Paulo	20	30
Espírito Santo	9	12
Minas Gerais	11	11
Total	45	59

Fonte: MST, 2020. Org. BUSCIOLI, L. D.

Como se observa, dos quatro estados da Macrorregião, São Paulo é o que apresenta maior número de assentamentos com produção e comercialização na forma de cestas agroecológicas, concentrando mais de 50% dos assentamentos rurais distribuídos em 20 municípios dessa Unidade da Federação.

O Pontal do Paranapanema concentra mais de 20% do total dos assentamentos com experiências de produção e comercialização de cestas agroecológicas do Sudeste, o que aponta a importância dessa região para a compreensão desta resistência produtiva em âmbito estadual e até mesmo nacional, o que reforça a importância desta tese. Cabe destacar o papel das instituições de ensino neste processo, dado que nesta região todos os projetos tiveram a Unesp como parceira, nesta mesma perspectiva salientamos que ao longo das análises e buscas de outras experiências nas demais regiões do Brasil o papel das instituições de ensino são uma constante.

Já a Região Sul (Mapa 3) fica em último lugar em relação ao número de assentamentos, 5,7% do total, com 319 territórios e 14.462 (2,6%) famílias assentadas. Cabe destacar os estados do Rio Grande do Sul com 163 (2,9%) assentamentos com 6.063 (1%) de famílias assentadas em 122.734,45 hectares, seguido do Paraná com 99 (1,8%) assentamentos com 158.425,86 hectares de terras cabendo 7.894 (1,3%) famílias.

Eles tiveram várias formas de criação como adjudicação, arrecadação, compra e venda, doação, desapropriação, escritura pública doada, reconhecimento e transferência. E se caracterizaram como projetos de assentamentos estaduais/federais/território quilombola tais como PRB Fazenda Centenário, PRB Chapada Verde, PRB Curitibaanos, RESEX Marinha Do

Pirajubae, PA Karl Marx, PE Antonio Joceli Correia, PA Che Guevara, PE Atla, PA Alecrim, TQ Invernada Paiol de Telha Fundão, PA Bandeirantes etc.

No caso dos territórios agroecológicos, no Sul do Brasil, no município de Lapa-PR, o Assentamento Contestado é considerado um exemplo de sucesso na produção agroecológica. Organizados em uma cooperativa, Terra Livre, em 2018 o assentamento comercializou mais de 270 toneladas de produtos da Agroecologia, além de se organizarem para realização de trabalho e uso de equipamento de forma coletiva. O Assentamento conta ainda com a Escola Latino-Americana de Agroecologia, que disponibiliza dois cursos de nível superior: Educação do Campo; e Tecnologia e Agroecologia (MST, 2019b).

Em Santa Catarina, no município de Fraiburgo, destacamos a Escola de Educação do Campo 25 de Maio, construída no assentamento Vitória da Conquista. Nela constitui-se um importante território da Agroecologia, uma vez que além de pautar-se numa educação do campo voltada para esse viés, contando com ensino médio técnico em Agroecologia e nível superior em Educação do Campo, este último em parceria com Universidade Federal de Santa Maria, a escola também possui em seus 32 hectares horta, pomar, espaço de criação de suínos e bovinos, lavouras, açudes, viveiro de mudas e reservas nativas, de modo que a produção da escola é certificada, sendo comercializada e retornando em investimentos na mesma.

No que tange as macrorregiões com maiores índices de famílias assentadas identificamos diferenciações em relação as análises apresentadas até o momento. Pois, a macrorregião Norte se destaca como maior número de famílias territorializadas, seguidas do Nordeste, do Centro-Oeste, Sudeste e por fim a macrorregião Sul. Cabe destacar que o único município brasileiro que está tanto nos maiores índices de número de assentamentos e como de famílias fica no Norte no estado do Pará, identificado como Cametá tendo 37 territórios com 7.170 famílias assentadas.

Especificamente temos em relação aos municípios com maiores números de assentamentos se destacam a região Nordeste com três municípios: Barreirinhas com 54 territórios, Zé doca e Monte Santo com respectivamente 36 assentamentos e Pedro do Rosário com 31, bem como os município de Marabá no estado do Pará com 32 assentamentos rurais. Já em relação aos municípios com maiores índices de famílias assentadas temos todos da região Norte, além de Cametá: Santarém com 16.016 famílias, seguidos de Pacajá com 8.718 famílias, Abaetetuba com 7.960 famílias e Breves com 7.875 famílias.

Nessa compreensão das lutas pelo modelo de desenvolvimento do campesinato dentro dos Paradigmas da Questão Agrária e do Agroecológico, bem como na materialização das conquistas dos movimentos socioterritoriais via criação/reconhecimento de seus territórios

apresentados neste trabalho, ficou evidenciado o caráter da conflitualidade e esperanças pela realização da função social da terra, da reforma agrária, da valorização dos povos tradicionais e suas resistências produtivas via produção agroecológica, valorização dos mercados não configurados na lógica capitalista de produção/circulação, ou seja, que o modelo de desenvolvimento do agronegócio não impera sobre o modelo de desenvolvimento do campesinato, sempre tendo a esperança como elemento fundamental da luta.

Em relação a isso, finalizamos nosso item com a fala do militante do MST Valdecir (em entrevista a Buscioli, 2020), que sintetiza os temas abordados: “E eu posso dizer que nós vamos chegar, nós tivemos a sorte histórica de viver um tempo em que nós tivemos coveiros e parteiros ao mesmo tempo. Coveiros, desse modelo da morte, e parteiros do projeto da vida que tá em curso. Então são as formas de essa oportunidade de viver esse tempo. Então vivemos”.

Diante disso, abordaremos no próximo capítulo, a luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos campos materiais e imateriais dos territórios enquanto elementos fundantes para a consolidação da agroecologia no paradigma emergente. Pois, ele considera as ações dos movimentos socioterritoriais e seus saberes como parte integrante deste processo.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RESISTÊNCIAS
E AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO
BRASIL

CAPÍTULO 3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RESISTÊNCIAS E AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL

Ao analisarmos a Agroecologia dentro do debate paradigmático (Paradigma da Questão Agrária e o emergente Paradigma Agroecológico), evidenciamos o protagonismo dos camponeses, dos seus saberes e das suas práticas, que fundamentam a criação de territórios agroecológicos, principalmente se os camponeses estão organizados em movimentos socioterritoriais para seu fortalecimento. Assim, consideramos que o MST contribui para a fundamentação e são construtores deste debate conceitual-paradigmático com suas práticas no campo imaterial e material.

Na compreensão da Agroecologia como uma forma de resistência dos movimentos socioterritoriais camponeses que gera desenvolvimento territorial, analisaremos as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil como importante elo de sustentação material da perspectiva agroecológica. Em seu contexto de atuação nacional, a Agroecologia se coloca como um princípio norteador para os camponeses territorializados nos assentamentos rurais ou nos acampamentos, transformando estes territórios.

O Movimento, ao inserir, ao longo de sua luta no território brasileiro, a Agroecologia como princípio norteador coloca-a como central nas ações dos sujeitos organizados, os quais, por sua vez, vão criando condições para suas práticas nos territórios, tendendo a transformá-los em territórios agroecológicos. Estas condições de transformação se configuram como resistências, pois partem do enfrentamento ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio e têm diversos objetivos e formas.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar, no campo da imaterialidade, a construção da Agroecologia no MST, bem como apresentar a materialidade destas ações em todo o território nacional, buscando compreender suas principais formas de ação, que contribuem nesta construção e fortalecem diariamente os paradigmas que fundamentam a perspectiva desta tese.

3.1. A construção da Agroecologia no MST: contribuições ao debate paradigmático no contexto do território imaterial

“Tem uma coisa que a gente não tem nenhuma dúvida, nós temos aqui um instrumento nas nossas mãos.”
Cassio-MST.

Neste trabalho entendemos, a partir do conceito de território imaterial (FERNANDES, 2008, 2009) vinculado ao debate paradigmático estabelecido no Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016; ORIGUÉLA, 2019) e na Agroecologia enquanto um Paradigma Emergente e em construção, que as ações do MST fazem parte de um conjunto analítico teórico-metodológico que contribui para o desenvolvimento ou fortalecimento destas discussões. Tais relações também podem ser analisadas sob ambos os paradigmas, pois os paradigmas podem coexistir em um mesmo momento histórico, conforme apontou Fleck (2010).

Destacamos que no contexto da análise paradigmática, estamos compreendendo que a Agroecologia enquanto paradigma emergente (PEREIRA, M., 2016) passa a considerar as ações dos movimentos socioterritoriais como centralidade analítica e enquanto elemento que fundamenta esse novo paradigma agroecológico no campo científico, construindo territórios, como é o caso do MST.

Segundo Borsatto (2011), o MST tem promovido um conjunto de ações para a disseminação desse novo paradigma “com grande foco sendo destinado às ações formativas e aos esforços junto ao aparato estatal para que sejam desenvolvidas políticas públicas de fomento à Agroecologia” (p. 173).

Tais ações apontadas pelo autor são resultado dos 40 anos que o MST tem atuado no Brasil. Seu surgimento ocorre no contexto das lutas pela conquista do território material e de outros elementos que permitem a sua permanência, tais como educação, produção, saúde, comercialização, entre outros. Atualmente está territorializado em todas as macrorregiões, sendo 23 estados e o Distrito Federal.

Segundo Fernandes (1999), o MST foi criado no contexto histórico de resistência dos camponeses e demarcado pela luta pela terra, ou seja, sua constituição decorre de um conjunto de ações em diferentes contextos que se materializam nas primeiras ações de “gestação” do Movimento entre 1979 e 1984. Essas ações caracterizam-se pelas ocupações de terras,

reuniões e encontros para trocas de experiências que permitiram, no último ano de gestação, a sua criação oficial, realizada no município de Cascavel, no estado do Paraná, através do Primeiro Encontro Nacional e, no ano seguinte, 1985, na realização do Primeiro Congresso Nacional (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Para Caldart (2001):

A trajetória histórica do MST pode ser interpretada como sendo o processo de formação do sem-terra brasileiro, na constituição específica do sujeito Sem Terra: de trabalhador sem (a) terra a membro de uma organização social de luta pela Reforma Agrária, a lutador do povo, no sentido de que preocupado com questões que dizem respeito ao futuro do país, e ao destino histórico do povo brasileiro (CALDART, 2001, p. 212).

Inicialmente, o MST estabeleceu três princípios norteadores de suas ações: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, 2023a) que permeiam até os dias atuais. Para isso, era fundamental ter alianças com as Igrejas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, realizar reuniões e formações, formar quadros, entre outros (FERNANDES, 1999), fatos que foram sendo concretizados e permitiram a espacialização do MST em escala nacional.

Morissawa (2001) destaca que o MST, ao longo dos anos, tem enfrentado grandes desafios no contexto da luta pelo território material, principalmente no contexto da democratização do Brasil na década de 1980 e nos governos seguintes. Ela compreende que que essa resistência é histórica, permeada de influências das Ligas Camponesas e busca a defesa da reforma agrária e a desterritorialização do latifúndio/agronegócio.

Atualmente, o MST é um dos principais movimentos socioterritoriais que buscam a conquista do território material, sendo o mais espacializado nas ações de ocupações de terras, conforme apresentamos no Capítulo 2. Segundo Pedon (2009, p. 215): “o MST é aquele cuja luta possui uma escala de maior alcance e extensão, pois, além de atingir a quase totalidade do território nacional por meio da espacialização, ele age como elemento transformador das realidades na escala local”.

Essa espacialização é fortalecida pela sua estrutura organizativa, cujos elementos se relacionam entre si e permeiam diferentes escalas (nacional, estadual, regional e local). Inicialmente, temos a Coordenação e Direção Nacionais; as Coordenações e Direções Estaduais; as Coordenações Regionais; as Coordenações locais dos Assentamentos e Acampamentos; as Brigadas; os Setores tais como os de Formação, Juventude, Saúde,

Projetos e Finanças, Gênero, Frente de Massas, Cultura, Direitos Humanos, Comunicação, Educação e Produção, Cooperação e Meio Ambiente; e, por fim, no contexto mais local, temos os Núcleos de Base.

Essa estrutura formativa e participativa do MST tem como fundamento a democracia interna nas tomadas de decisões do Movimento, com orientações para se garantir a paridade de gênero entre os coordenadores, bem como o direito ao voto entre seus membros, sejam adultos ou jovens (MST, 2009).

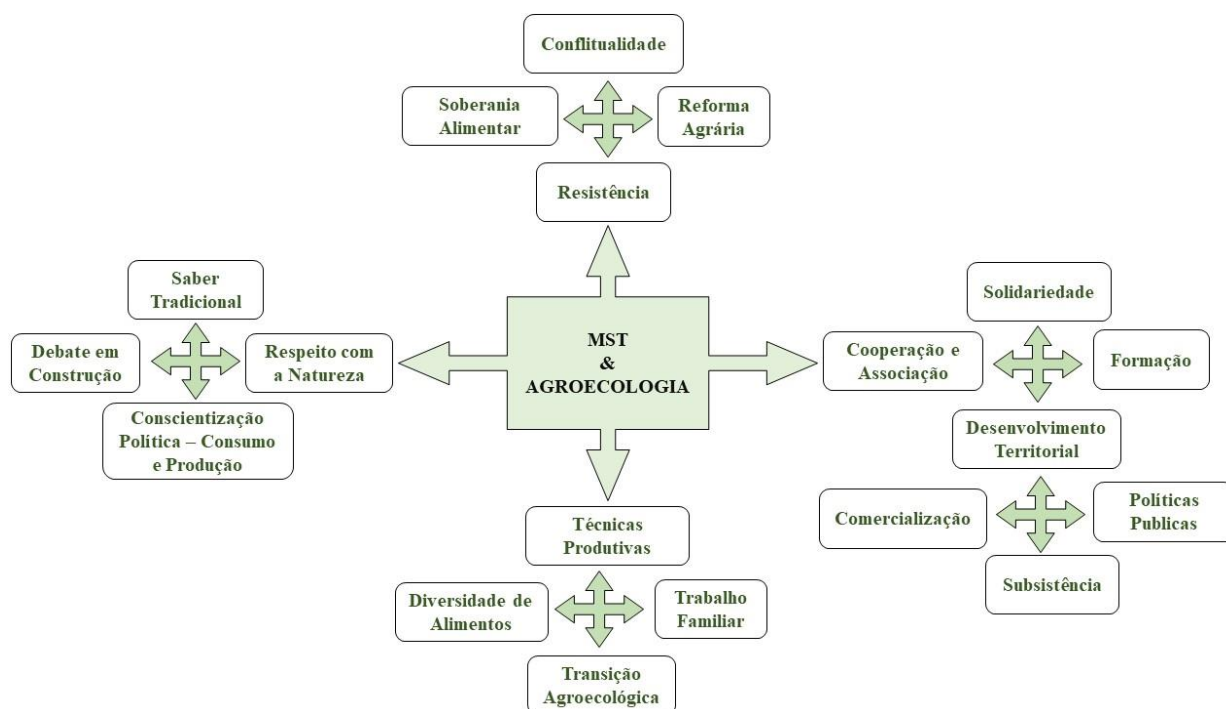
Hoje, o Movimento adota princípios mais amplos de enfrentamento para contribuir com a produção de alimentos saudáveis e o cuidado dos bens comuns da natureza (MST, 2020), buscando assim uma:

Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (MST, 2023a, p. [1]).

Aprofundando-nos nos objetivos deste trabalho, compreendemos que a reforma agrária proposta pelo MST tem como base a Agroecologia, que por sua vez permeia toda a estrutura organizativa interna do Movimento, pois ela é uma diretriz política que influencia a todos. Ela pode, por exemplo, estar relacionada com os setores de saúde, educação, produção, cooperação e meio ambiente, os quais buscam diferentes formas de se conceber e agir dentro desta diretriz.

Na compreensão da Agroecologia enquanto ação de resistência aliada ao desenvolvimento territorial, analisamos que o MST passa a construir territórios materiais e imateriais na esteira de alguns elementos que darão significado conceitual no interior dos debates realizados por ele, conforme podemos observar no Organograma 4, sistematizado a partir da metodologia de Gibbs (2009).

Organograma 4: Elementos que dão significado à Agroecologia dentro do MST



Fonte: Pesquisas de Campo. Org.: BUSCIOLI, L. D.

A partir do Organograma 4, compreendemos que os elementos que dão significado à Agroecologia estão embasados inicialmente nas conflitualidades estabelecidas no contexto da luta pela reforma agrária no Brasil, em que a resistência se coloca a partir das ações do MST na propositiva da soberania alimentar e busca o desenvolvimento territorial.

No interior do Movimento, o significado da Agroecologia é concebido enquanto um debate em construção que é permeado pelo saber tradicional do campesinato, pelo respeito com a natureza, pela conscientização política do consumo, pela produção de alimentos de forma diversa e pelo trabalho familiar realizado a partir de diferentes técnicas produtivas para consolidação da Agroecologia, perpassando os processos de transição entre as agriculturas convencional e agroecológica.

Nesse processo produtivo, a solidariedade, o processo formativo e a organização dos camponeses através das cooperativas e associações têm contribuído para a consolidação de territórios agroecológicos por meio da coletividade via conquista do MST, como, por exemplo, os assentamentos rurais, seus lotes ou dos acampamentos.

Origuéla (2019) destaca que estas características fundamentam a identidade camponesa, no contexto de entendermos que estas ações - cooperação, solidariedade e ajuda mútua- permitem a resistências destes sujeitos dentro do capitalismo.

Por fim, cabe ressaltar que a Agroecologia corrobora a noção de desenvolvimento territorial aliado a Políticas Públicas e à produção de subsistência em que o excedente é comercializado nos mercados institucionais e mercados camponeses a partir das feiras e das cestas agroecológicas, ou seja, a renda gerada para os camponeses permite a sua permanência no território investindo em seus lotes, pagando dívidas, realizando tratamentos de saúde, entre outros. Dá-se, assim, a sua reprodução social¹¹.

Nesse debate dos elementos que dão significados à Agroecologia dentro do Movimento, compreendemos que ela é colocada como uma forma de ampliação e aprofundamento da temática da reforma agrária popular com caráter de resistência, pois após a conquista do território material as relações de produção baseadas no Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio não poderiam continuar, principalmente na questão da exploração do trabalho e do envenenamento da natureza, das pessoas e dos alimentos.

Em nossas entrevistas ficou evidente que a Agroecologia, para o Movimento, está baseada em processos analíticos críticos da realidade vinculados ao Paradigma do Capitalismo Agrário e do Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio (MDA), sendo uma construção imaterial que se realiza no cotidiano das ações materiais do campesinato em seus territórios. Nas palavras do militante Valdecir: “Então, a gente vai fazendo e aprendendo. O importante é que se aprende todo dia” (em entrevista a Buscioli, 2019).

A crítica que envolve o MDA sempre esteve presente nas resistências do MST. Rodrigues (2014) destaca que a produção de base agroecológica através dos saberes tradicionais dos camponeses sempre existiu e foi importante para a conjuntura histórica da análise da Agroecologia como uma estratégia dentro do Movimento, que engloba, principalmente, a relação dos seres humanos com o meio ambiente.

Nas palavras do militante Daniel Pereira (2020):

Olhando para o caminho percorrido, percebemos que o cuidado com o meio ambiente e com os bens da natureza tem permeado nossa história. De fato, desde suas origens, o MST reconhece o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna. Podemos, então, dizer que desde o início o MST entende que o território conquistado tem uma função com a sociedade e com o planeta de produzir alimento, mas também cuidar da natureza (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 19).

Costa Neto e Canavesi (2002) apontam que após seu surgimento na década de 1980 o Movimento passou a relacionar em seu Primeiro Congresso Nacional, em 1985, temas como o

¹¹ Estes temas serão abordados e exemplificados no Capítulo 4.

da conservação do meio ambiente, criticando as formas produtivas que estavam baseadas neste modelo de desenvolvimento. Mas, foi na década de 1990 que o MST passou a deixar mais evidente que o debate da sustentabilidade era importante para suas projeções de luta.

Em 1985, durante o **I Congresso Nacional do MST** a preocupação com o Meio Ambiente já estava presente. Entendia-se que a produção a ser desenvolvida nos assentamentos deveria respeitar a conservação ambiental. Contudo, naquela época, o MST tinha como prioridade fazer a terra conquistada produzir, e as técnicas de agricultura alternativa (como eram chamadas partes das práticas que hoje conhecemos como agroecologia) ainda possuíam muitos limites. Assim, avançamos muito no debate da organização da produção, da cooperação, mas pouco sobre o modelo tecnológico da agricultura (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 20 – grifo do autor).

Nesse contexto, o MST passa a atuar realizando encontros com sujeitos organizados no campo, para se pensar e debater os conteúdos em favor da sustentabilidade da natureza e em como ela se materializaria nos territórios conquistados, sendo que nos anos 2000 é que o Movimento passa a denunciar mais claramente em seus documentos o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

A militante Fabiana (em entrevista a Buscioli, 2023) aponta que a perspectiva de uma produção alternativa aliada à conservação ambiental dentro do MST é pensada desde a década de 1990, principalmente com as ações do Movimento em suas cooperativas no Rio Grande do Sul, que tinham dificuldades de produção devido à contaminação por agrotóxicos. Nesse sentido, o Movimento passa a dialogar, através das suas cooperativas e em conjunto com as universidades federais e instituições como a EMBRAPA, outras formas de se produzir nos assentamentos de reforma agrária, permitindo avançar em tais questões em Santa Catarina e no Paraná, posteriormente no estado de São Paulo e, de forma mais individualizada, no estado do Rio de Janeiro.

Tais fatos remetem-se às orientações políticas realizadas no II e III Congressos Nacionais do MST nesta década, marcadas pelo fortalecimento das ações para materialização das perspectivas ambientais debatidas no interior do Movimento, buscando criar novas estratégias:

Já o **II Congresso Nacional do MST** (1990) esteve voltado, particularmente, para questões organizativas internas e para as condições necessárias à permanência das famílias na terra, mediante a superação dos gargalos enfrentados: terras degradadas e contaminadas por agrotóxicos, ausência ou escassez de água, etc. Ou seja, as condições materiais objetivas impuseram ao MST a necessidade de debater a questão ambiental.

Foi em 1995, no **III Congresso Nacional do MST** – no seio do debate acerca de uma estratégia de luta unificada entre o campo e a cidade – o momento no qual passamos a compreender que os assentamentos deviam incorporar tecnologias de acordo com cada realidade, bem como garantir a preservação e o cuidado dos recursos naturais (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 20 – grifo do autor).

Assim, compreendemos que os debates internos do MST na década de 1990 tinham como proposição questionar as questões do uso da terra e da reforma agrária, em que era importante realizar ações que envolvessem o questionamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio, buscando a sustentabilidade, mesmo sem a utilização do termo Agroecologia. Assim, no início dos anos 2000, o MST tinha a esperança de que os governos progressistas pudessem ampliar a reforma agrária, o que contribuiu para o fortalecimento deste debate dentro do Movimento, buscando novas alternativas produtivas.

Conforme podemos observar na fala de Santos:

E aí a concepção da agroecologia é justamente isso: “Bom, tem sentido eu libertar a terra do latifúndio e eu continuar plantando comida envenenada para as pessoas?”. Essa pergunta que a nossa militância começou a se fazer. Não só por isso, mas também: “O que que significa o veneno no modelo do agronegócio?”. Ele é o vetor do agronegócio, não é? É o principal, onde eles mais acumulam dinheiro. É o pacote, o pacote tecnológico. E aí é o gerente do banco que só vende para você com o pacote, é tudo, não é? É a universidade que só pesquisa veneno... (Santos em entrevista a Machado e a Buscioli, 2022).

Com isso, ocorre a mudança qualitativa de concepção de reforma agrária historicamente debatida pelo MST, pois a Agroecologia passa a ser entendida “como um processo de construção de um modelo produtivo e político”, sustentável do ponto de vista ambiental e que permite a superação do modelo de desenvolvimento do agronegócio (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 20).

Complementando Santos, Luan nos informa que o MST, além de confrontar o modelo de desenvolvimento do agronegócio, busca criar um modelo de desenvolvimento pautado na identidade da luta pela terra, na tradicionalidade das vivências no território material e na utilização de técnicas produtivas que permitissem o não uso de agrotóxicos. Assim, a Agroecologia passa a ser pensada pelo Movimento:

Então, outra coisa que não poderia se repetir é o mesmo modelo de produção, se aqui tinha fila cana antes ou tinha algodão, a ideia não era que cada assentado pegasse o seu lote e produzisse só algodão, só mandioca ou só cana, a ideia era ter um modelo, que se confrontasse com esse modelo

tradicional de agricultura e nesse processo vem a agroecologia, a agroecologia, se a gente for pegar na história, é muito recente, mas ela é resultado de toda uma cultura que os povos, que esses povos que foram expulsos da terra na década de 70, já produziam. Então, a agroecologia surge como uma retomada desses... a gente, hoje, trata como conceito, como modo, mas é um resgate dessa ancestralidade, que essas famílias já produziam, a construção do banco de sementes, o não uso de agrotóxicos (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Segundo Rodrigues (2014), nos anos 2000, com todas as experiências adquiridas pelo MST, este incorpora a questão ambiental oficialmente no contexto da reforma agrária aliando as duas pautas de lutas, proporcionando mudanças, realizando questionamentos quanto às ações do MDA e sendo uma condição de possibilidade para o desenvolvimento territorial dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil aliado à Agroecologia.

Para o MST, a questão ambiental deve ser debatida como um processo que envolve o sistema sociometabólico do capital que tem como base o caráter da exploração dos bens comuns (recursos naturais) e da força de trabalho, ou seja, a compreensão da questão ambiental deve ser perpassada pelo processo de fortalecimento da luta anticapitalista, denunciando os reais elementos que geram a crise ambiental e lutando contra eles, além de buscar uma ruptura do modelo de desenvolvimento do agronegócio propondo soluções e ações no contexto da emancipação. Estas soluções incorporam a Agroecologia na produção de alimento saudáveis enquanto ação de resistência (PEREIRA, Daniel, 2020).

Com isso, o MST entende que:

- a) O debate em torno da questão ambiental vincula-se diretamente aos processos de luta do MST, aos seus objetivos e ao seu caráter;
- b) Esse debate ambiental progressivamente se insere dentro de uma dimensão maior que é o processo de conversão agroecológica (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 20).

Borsatto (2011) aponta que a incorporação da questão ambiental ocorre através da crítica interna que o MST passou a adotar nas ações vinculadas aos assentamentos rurais de reforma agrária, o que proporcionou um espaço político que debatesse tal questão, permitindo avançar na leitura agroecológica.

No ano de 2000, a Agroecologia surgiu como diretriz política nos documentos do MST no IV¹² Congresso Nacional, com o lema “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, sendo considerada uma construção política de produção em conjunto com a

¹² Anteriormente o MST realizou o primeiro Congresso em 1985 com o lema “Sem reforma agrária não há democracia”, o segundo em 1990 com o lema “Ocupar, resistir e produzir”, o terceiro em 1995 com o lema “Reforma Agrária: uma luta de todos”.

natureza e questionando o modelo que se colocava hegemônico (BORSATTO, 2011; RODRIGUES, 2014). Nas palavras do militante Luiz:

O MST no geral, esse debate se deu no congresso nacional que eu acredito que tenha acontecido em 2000, porque em todo congresso nacional se debate grandes temas, então ficou como definição política do MST no Congresso Nacional que é o nossa instância maior, tirou que a agroecologia dali para frente teria um processo de transição, e agente abandonaria o convencional e trabalhar com experiências agroecológicas de 2000 para cá, mas não é a regra, obrigatoriedade, é uma orientação política, todos que no processo aos poucos precisam alcançar essa questão das ações no território em agroecologia, então a gente já tinha como horizonte. Então nós começamos a trabalhar de 2000 para cá e que hoje na atualidade, o movimento tenta conquistar espaço e massificar essa questão da agroecologia como uma ação necessária e urgente nas nossas áreas de assentamento (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

A fala de Luiz comprova os estudos realizados por Rodrigues (2014) ao abordar que nesse momento o MST passa a ter a Agroecologia como estratégia política, em que a questão ambiental se tornava importante no processo, procurando fortalecer alianças e dialogar com outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais no território brasileiro.

Nesse contexto, segundo Reis (2015), o Movimento, com seus debates internos ou externos com outros movimentos socioterritoriais como a Via Campesina, passa a discutir vários temas ligados à Agroecologia na propositiva de um outro projeto de desenvolvimento territorial que se distinguísse do agronegócio:

adotar nova lógica, sendo clara a necessidade de se forjar novo modelo de agricultura, aliando o debate da cooperação, voltada para a agroecologia e a transformação do modo de produzir. Esta formulação, baseada na prática e na realidade das famílias assentadas vinha de encontro com o projeto globalizante e neoliberal, que se arraigava e se transformava de forma muito abrupta a realidade dos trabalhadores assentados (REIS, 2015, p. 101).

Fabiana (em entrevista a Buscioli, 2023) conclui que estes debates apontados por Reis (2015) vão se cristalizando e se tornando parte da política do MST, que posteriormente passa a envolver-se com campanhas como a Campanha Permanente de Combate aos Agrotóxicos e as Jornadas de Agroecologia. Um outro exemplo foi a campanha “Sementes - patrimônio dos povos a serviço da humanidade” juntamente com outros movimentos socioterritoriais como a Via Campesina.

A Jornada de Agroecologia, criada em 2001, corresponde a um dos elementos mais importantes de consolidação do que estamos debatendo no contexto dos paradigmas, das

ações do MST no Brasil. Seu objetivo era o de questionar o Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio promovendo a Agroecologia como centralidade analítica, através de cursos, atividades culturais, conferências, oficinas, feiras, entre outras ações (RODRIGUES, 2014).

Para Rodrigues (2014), a criação do Coletivo Nacional de Frente de Meio Ambiente, em 2005, foi outro instrumento importante para o processo de desenvolvimento do MST nas questões da Agroecologia vinculando outros setores como os de educação e formação. Tais atividades deram fundamento para a criação de iniciativas de formação, produção e de comercialização, tais como a construção do Programa Ambiental do MST, Rede de Pesquisa Tecnológica da Reforma Agrária, Diagnóstico Rápido Participativo da Biodiversidade, Projeto de Manejo da Agrobiodiversidade e Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade, entre outras.

Com essas experiências em 2007, é realizado o V Congresso Nacional do MST, com o lema “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”, em que a Agroecologia passa a ser central no debate produtivo do MST, fortalecendo as ações do Movimento no contexto nacional enquanto resistência ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e pautado na Reforma Agrária Popular (BORSATTO, 2011; RODRIGUES, 2014; ZARREF, 2018).

Na compreensão da Agroecologia como elemento principal das estratégias de resistência do MST, Daniel Pereira (2020) complementa que:

Nosso **V Congresso Nacional**, realizado em 2007, coloca-se na mesma perspectiva do congresso anterior, *reafirmando que a questão ambiental, parte inerente à reforma agrária, deve ser uma luta do conjunto da sociedade*. Ao mesmo tempo emergem com maior força temas como a produção de alimentos saudáveis e a mudança de matriz tecnológico-produtiva: **a agroecologia passa a ter centralidade na estratégia política de nossa organização**. Desse modo, consolidamos a disputa entre dois modelos de sociedade: *de um lado, o modelo do agronegócio e, de outro, a Reforma Agrária Popular* (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 22 – grifos do autor).

Complementando o autor, o militante Luiz destaca que a Agroecologia passa a ser incorporada pelo Movimento através da compreensão de que ela é um processo em construção que perpassa o processo de transição, ou seja, sendo materializada nos territórios camponeses de forma gradual:

Então, a gente tirou no V Congresso do MST a admissão política para trabalhar essa questão da agroecologia, que nós entendemos que o caminho é esse. Mas trabalhar a agroecologia no sentido de transição, dentro de um processo, não adianta chegar e dizer para um assentado que amanhã quando

amanhecer ele tem que deixar o veneno de lado, deixar o adubo químico de lado, não, não é assim. É um processo gradativo, aos poucos você tem que fazer essa mudança. Mas tem que começar, se não começar nunca que a gente vai ter essa mudança, largando do convencional e partindo para um trabalho sem veneno, sem adubo químico, então é uma decisão política do MST (Luiz em entrevista a Buscioli, 2022).

Assim, compreendemos que a Agroecologia dentro do Movimento perpassa o processo de transição e desconstrução do ideário da produção convencional, buscando por meio desse processo a sua consolidação, ou seja, internalizando politicamente essa questão através de diferentes ações e articulações¹³ realizadas pelo Movimento em caráter nacional, mas que permeiam diferentes escalas, do global ao local, promovendo o desenvolvimento territorial nas localidades e incorporando-se ao conceito de reforma agrária popular.

Nessa perspectiva, no VI Congresso do MST realizado em 2014, com o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, teve como temas de debates a produção de alimentos saudáveis por meio da Agroecologia, em conjunto com os elementos da educação e desenvolvimento territorial nos assentamentos rurais através da reforma agrária popular:

Nosso **V Congresso Nacional**, realizado em 2007, coloca-se na mesma perspectiva do congresso anterior, *reafirmando que a questão ambiental, parte inerente à reforma agrária, deve ser uma luta do conjunto da sociedade*. Ao mesmo tempo emergem com maior força temas como a produção de alimentos saudáveis e a mudança de matriz tecnológico-produtiva: **a agroecologia passa a ter centralidade na estratégia política de nossa organização**. Desse modo, consolidamos a disputa entre dois modelos de sociedade: *de um lado, o modelo do agronegócio e, de outro, a Reforma Agrária Popular* (PEREIRA, Daniel, 2020, p. 22 – grifo do autor).

Segundo Fabiana (em entrevista a Buscioli, 2023), “essa internalização política, se dá em 2014, quando foi citada a primeira vez práticas agroecológicas aparecem nos documentos do MST no Programa Agrário, mas como orientação política aparece esse momento e um pouco dessa construção da agroecologia” que é realizada sob a luz da Reforma Agrária Popular.

A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST tem como perspectiva de ação a proposição de estratégias que englobam um outro modelo de desenvolvimento fundamentado na conservação da natureza, concebida como uma forma de resistência ao capital:

¹³ Este debate será apresentado no subcapítulo 3.2, em que analisaremos as principais formas de ações do MST no contexto da Agroecologia, fundamentando o debate paradigmático.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção ser humano e natureza, na diversificação produtiva, capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. (MST, 2013, p.46-47).

Matheus (2023) aponta que o enfrentamento para a realização da Reforma Agrária Popular pelo MST incorpora a questão ambiental e a luta de classes como elementos para se combater o avanço do Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio em diferentes territórios materiais e imateriais, nos espaços rurais e urbanos.

Segundo Zarref (2018), a Reforma Agrária Popular, em consonância com a Agroecologia, permite aos movimentos socioterritoriais, construir e reconstruir seus territórios:

E é dentro da Reforma Agrária Popular, que interessa não somente aos Sem Terras, mas também à população que está nas cidades, que a agroecologia encontra sua possibilidade mais concreta. Por agroecologia entendemos a práxis social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que tem a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras (ZARREF, 2018, p. [1]).

Nesse sentido, a Reforma Agrária Popular tem a Agroecologia como um dos elementos mais importantes no contexto de sua ampliação, estando vinculada não apenas a um modelo produtivo, mas a uma forma de se conceber as vivências no território. Trata-se de um retorno à tradicionalidade das ações camponesas, às práticas sustentáveis de produção e consumo, entre outras vinculações.

Para a militante Maria, a Agroecologia para o MST tem bases profundas ligadas ao próprio processo de origem dos camponeses, sendo correlata à luta pela terra e sua permanência, aos saberes tradicionais e à resistência que culmina no desenvolvimento territorial, além de ser embasada na Reforma Agrária Popular:

Acho que a relação com a agroecologia do MST, eu acho que pra mim tem a ver com a perspectiva da própria origem dos trabalhadores, da luta da reforma agrária, então acho que não tem como dissociar dessa relação do MST com a produção agroecológica e a luta pela terra. Então eu diria que a luta pela terra, assim como a educação não se dissocia de uma luta maior, que é a luta pela reforma agrária. É pensar que a nossa identidade está nessa luta e a luta pela reforma agrária, pensar o que é o assentamento, as formas de organização comunitária, acho que a agroecologia está nessa dimensão do que é de origem, também acho que é uma coisa importante a teoria e a ação concreta. A produção agroecológica, seja com certificação, e o respeito à diversidade e a biodiversidade, natureza, acho que tem a ver com isso também (Maria em entrevista a Buscioli, Miolá e Silva, 2022).

Complementando, Valdecir aponta que a Agroecologia foi incorporada pelos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST, no contexto de consolidação e ampliação das forças produtivas, lançando estratégias internas ao Movimento, mas com outras dimensões. Nesse contexto, foram surgindo novas experiências e consolidando-se as já existentes, que viraram exemplos de estratégias que geram desenvolvimento a ser aplicado nos territórios.

Para o camponês, é cotidiano e pauta permanente dentro do MST debater a Agroecologia na produção de alimentos saudáveis, incorporando uma prática militante e política, mesmo que não haja ainda a predominância da Agroecologia em todo o espaço rural, mas ela se faz presente como um projeto globalizante.

O militante Pedro complementa as perspectivas analíticas dos camponeses Valdecir e Maria, ao apontar que as ações do Movimento são pautas permanentes e a incorporação das tecnologias de comunicação contribuíram muito para essas ações:

Assim, o MST, a bandeira do MST agroecológico isso aí a vida toda, desde quando o movimento surgiu vem pensando também nessa questão alimentar. Nas palestras, na formação, os dirigentes, nos espaços que ocupa tanto, independente que seja dentro de uma sala de aula, independente que seja num butiquim, independente que seja... Todos os espaços que tem, procura discutir essa questão do... É aquilo que eu tô dizendo, às vezes tem um enfrentamento do próprio Estado, que é contrário a isso, acha que alimentação é aquilo que eu disse antes, saudável quem tem que ter direito é rico, não pobre. Então a gente vê, é fundamental a bandeira que o MST carrega nesse aspecto de orientação, e hoje graças a Deus ficou mais fácil, os meios de comunicação, a internet facilitou muito isso, porque antigamente uma coisa era você convencer a pessoa que era interessante e importante, que deveria entrar no sistema agroecológico, no sistema orgânico, porque você tinha que ir pro convencimento. Hoje não, hoje você acessou qualquer coisa, só vê vídeo, pesquisa, aí tá vendo que alimentação convencional tá acabando com tudo e o sistema que a gente defende orgânico, agroecológico, é a alternativa que tem pro futuro. (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Agregando informação ao debate, Caetano De' Carli (2013) aponta que a partir dos anos 2000 o MST tem como principal bandeira política a Agroecologia aliada ao desenvolvimento territorial, sendo o Movimento trabalhado de acordo com dois sentidos: a) desde a questão das experiências agropecuárias que visam a aplicação de modelos consolidados de produção até os mais locais, realizados nos assentamentos e; b) no discurso político da prática agroecológica como resistência e abertura para reflexão dentro dos territórios do MST, para realização de um processo de transição.

Borsatto (2011) pontua que no campo do discurso político do MST voltado para a Agroecologia há duas atuações do Movimento: a primeira corresponde aos informativos/formativos para a sociedade e a segunda é interna aos seus camponeses. Assim, o discurso se materializa pelas ações realizadas nos assentamentos rurais e outros espaços que conferem a formação de quadros em Agroecologia, constituindo uma prática contra hegemônica do Movimento (RODRIGUES, 2014).

Segundo Zarref (2018), a Agroecologia é um dos mecanismos no contexto produtivo que o MST enquanto prática e resistência tem, sendo considerada um projeto em construção, em transição nos territórios do campesinato, os quais retomam suas capacidades produtivas e alimentares e reconstroem o projeto de soberania alimentar mediante o trabalho em consonância com a natureza, ou seja, resultando no desenvolvimento territorial.

Para a militante Fabiana, um dos elementos de definição conceitual da Agroecologia para o Movimento é a palavra *construção*, sendo que os princípios ocorrem pela produção de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos. Em suas palavras:

Eu acho que para o MST é uma construção, eu acho que a palavra que define a agroecologia dentro do MST é a construção. Por muitos anos várias pessoas trabalharam o conceito transição agroecológica, e esse conceito é utilizado por algumas pessoas dentro do MST, mas não é uma coisa refletida e assumida, então a palavra é a construção. Cada experiência e iniciativa vão ter princípios, e a ideia norteadora é a produção de alimentos saudáveis e a retirada de veneno, a redução de insumos, potencializar o que você tem ao seu alcance, então tudo isso são princípios (Fabiana em entrevista a Buscioli, 2023).

O militante do MST, Diro, compreende tais aspectos relacionados à Agroecologia como permanência da população do campo, na reflexão de uma outra forma de produção para as famílias camponesas que permite a sua reprodução social nos contextos da vida e do trabalho no território material:

O MST tem o entendimento da agroecologia desde uma reforma agrária popular, entendendo que o nosso projeto social de formação pro campo ele vem através do acesso à terra pras famílias sem terra e a partir do momento que estas famílias tem o acesso à terra elas precisam de condições efetivas de vida e condições dignas de trabalho e de reprodução socioterritorial do campo. E aí nesta perspectiva a agroecologia entra como forma de trabalho e de vida no campo... (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

Nesse sentido, o MST pauta suas práticas para a produção agroecológica na perspectiva contra hegemônica e “por oferecer respostas práticas para que os agricultores possam garantir sua reprodução social” (BORSATTO; CARMO, 2013b, p. 658), ou seja, para o Movimento, “a agroecologia não é só técnica, não é só produção, ela também tem a ver com essa tese de luta” (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Esta tese de luta é estabelecida no interior das ações do MST no contexto do enfrentamento ao capital e ao modelo convencional de produção do agronegócio que, como vimos, tem outra base de significados:

A agroecologia consolidou-se no MST no seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra-hegemônico à Revolução Verde. Atualmente, essas experiências irradiam-se em diversas ações, em todas as regiões do país, contra a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantin, Nestlé, entre outras (CAETANO DE' CARLI, 2013, p. 118).

Valdecir, em entrevista, confirma a Fala de Caetano De' Carli (2013) apontando que é incoerente o MST ter uma prática de agricultura sustentável e defender a utilização de agrotóxicos advindos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Assim, o Movimento foi incorporando neste debate a produção agroecológica, dedicando a militância na contribuição de conceber e implementar esta forma de produção e luta na prática, pois a orientação somente com a fala ou cartilhas não corresponde aos princípios formativos que o MST prega: “Nós foi o contrário, nós fomos sistematizando as experiências que foram nos dando base pra gente ir concebendo e processando uma ideia de agroecologia, de produção de alimentos saudáveis” (em entrevista a Buscioli, 2020).

Borsatto (2011) compreende que a Agroecologia dentro do Movimento nasce de um processo dialético executado internamente, que tem como base diferentes visões de mundo, o que propiciou ao MST sua construção conceitual de caráter social e político, pois além de estabelecer um modo de produção busca romper com o agronegócio.

Com isso, a agroecologia para o Movimento, “é entendida como uma alternativa ao agronegócio e uma forma de construir a soberania alimentar. Além disso, a agroecologia possibilita uma relação de co-evolução entre o agricultor e a natureza, preservando-a.” (ORIGÉLA, 2019, p. 176).

Segundo o militante Santos, a Agroecologia se coloca como um modelo produtivo que faz embate direto ao modelo de desenvolvimento do agronegócio:

É toda uma ideologia em torno do agronegócio. Então, nós brigarmos pela agroecologia é bater de frente com o modelo que está aí. Que é o modelo agronegócio moderninho, não é? Mas, que por trás tem toda a concepção de ter a terra como especulação e ter algumas commodities vinculadas ao mercado internacional. O agronegócio não está preocupado em matar a fome da humanidade. Está preocupado em ganhar dinheiro (Santos em entrevista a Buscioli e Machado, 2022).

Dialogando com Santos, Valdecir elenca um dos elementos de preocupação da Agroecologia como sendo a fome. Ao contribuir com o próximo (as pessoas), em um contexto da solidariedade, diferencia-se do modelo de desenvolvimento do agronegócio, que não tem essa perspectiva de ação, preocupando-se apenas com os ganhos e enxergando o alimento como mercadoria (Em entrevista a Buscioli, 2019).

Segundo Borsatto (2011):

dentro do contexto do agronegócio, é impossível a adoção das estratégias que visam um desenvolvimento rural sustentável, como as promovidas pela Agroecologia. Por outro lado, a agricultura familiar camponesa, devido às suas peculiaridades, possui propriedades específicas que lhe caracterizam como locus ideal para a adoção dos preceitos agroecológicos (Borsatto, 2011, p. 118).

Nesse sentido, a Agroecologia e sua forma de produção, para o MST, tem articulações com diversas dimensões do território em movimento e resistência:

Se articula com essa construção da biodiversidade, respeito a natureza que estamos inseridos, mas tem uma outra dimensão que considero importante, que é a qualidade de vida, saúde, bem viver comunitário, consumir um alimento saudável que de fato também reflita em uma condição saudável de saúde e o consumo de melhor qualidade. E ao mesmo tempo tem essa relação que se contrapõe ao modelo hegemônico, tem a ver com a consciência, um espaço de denúncia, resistência, confronto a lógica do mercado, da competição, do agronegócio presente na sociedade. Então para mim tem a ver a agroecologia com essa resistência e essa coisa da teimosia de se manter a esse modelo do capital na agricultura, pensar nessa relação a partir das coisas que a gente faz, embora que a gente ache pouco, mas já é o

caminho de continuar nessa resistência e ampliar de forma coletiva, não só isso, mas colocar na prática (Maria em entrevista a Buscioli, Miolá e Silva, 2022).

Com isso, compreendemos que a Agroecologia se constitui como um processo de fortalecimento do Movimento no contexto nacional, sendo uma estratégia política e produtiva que permite a formação de quadros para cristalização das resistências ao agronegócio, aliando também outros sujeitos organizados (RODRIGUES, 2014) e permitindo a criação de uma consciência coletiva e de persistência no processo para que ele avance e se amplie, conforme pontua Maria:

Claro que para isso [a Agroecologia e sua prática], precisamos ter um contexto político e social, mas persistir em continuar construindo, me lembro de uma vez que eu e o C. conversamos sobre a certificação e que achávamos que não manteríamos, mas achamos importante de ter no assentamento isso, e uma consciência coletiva sobre isso, isso é importante insistir. A perspectiva da produção, organização da comunidade, respeito a natureza que são fundamentais, e que para mim são construções que o MST traz dentro da sociedade, é um pouco do que eu penso (Maria, em entrevista a Buscioli, Miolá e Silva, 2022).

Welch (2009) aponta que o MST, em seu contexto histórico, tem lutado e se organizado por uma identidade política, a camponesa. Assim, para o MST, a Agroecologia constitui, então, uma mudança na organização da vida dos camponeses, na sua forma de produção via trabalho familiar, na sua perspectiva sobre a alimentação, e na relação com a sociedade e a natureza, resgatando os saberes desses sujeitos, conforme apontou a militante Fabiana (em entrevista a Buscioli, 2023).

Nesse sentido, a Agroecologia como saber tradicional dentro do Movimento remete-se ao processo de redescobrimto das identidades camponesas e à busca pela memória de lutas, conforme nos aponta Luan:

Que esse modo de vida que eu falei pra você que tem base na ancestralidade, que aprendeu com o vô, que guarda a semente a 15, 30 anos, 20 à 40 anos, sabe? Ou economia solidária também, ele troca a semente com vizinho ... Ele guarda a semente, ele constrói o próprio banco de sementes, ... É, porque é uma coisa que a gente percebe, às vezes, pensando que os nossos técnicos têm vários, nossos técnicos têm várias técnicas de agroecologia, mas, muitas vezes, têm algumas que a gente não faz nem ideia, que eles praticam ali faz milhares de anos, não tá catalogado, mas tá super certa. Ele conhece, ele sabe, ele conhece a terra. Quanto assim, um exemplo, a gente estuda na geologia os solos: “ah, isso aqui só usa esse tipo de solo, a gente tem que usar esse tipo de nutriente, com esse tipo de produção”, talvez lá no sítio o cara tem o mesmo tipo de solo mas que ele usa a mesma técnica com

outro tipo de semente, porque ele observou a terra há muito tempo, ele sabe como a terra tá. Só de olhar, ele sabe quando é que ele vai ter que jogar aquilo, então ele tem uma outra percepção, que tá dentro da agroecologia, mas, não necessariamente, ele chama de agroecologia (Luan, em entrevista a Buscioli, 2023).

Com isso, compreendemos que a Agroecologia busca resgatar a tradicionalidade da vida e do trabalho no espaço rural, recuperando tais concepções e correlacionando-as com a função social da terra (RABELLO, LEAL, SOUZA, 2016, p. 7). Ou seja, ela se coloca como um modo de vida que perpassa os elementos políticos, econômicos, sociais, de luta pela terra e pela reforma agrária popular, proporcionando o desenvolvimento territorial protagonizado pelas ações dos movimentos socioterritoriais.

Segundo o militante Luan:

Dentro da agroecologia, o cara produz e come, então, tá ligada às raízes de construção dele, ou a fazer a transição de costas para ter uma intensidade maior além da produção, do escoamento, ele quer se alimentar daquilo que ele produz, então, é um modo de vida que é político, é econômico, é social, luta por reforma agrária, luta pela terra, por política pública, então, ela é muito mais ampla. Acho que a [...] do Movimento é justamente essa, entender essas múltiplas intencionalidades dentro de um modo de vida, aí o processo de luta para a terra... (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Ross (2015) afirma que a Agroecologia se fundamenta nos conhecimentos acumulados durante séculos pelos diferentes sujeitos, combinando esses conhecimentos com o conhecimento científico, ressignificando os saberes e se configurando como um importante instrumento social para o enfrentamento ao agronegócio.

Segundo o militante Diro (em entrevista, 2019), a Agroecologia, para o Movimento, além do caráter de enfrentamento, também se estabelece numa relação justa com o meio ambiente e com a natureza, na produção coletiva que respeite as relações sociais nas divisões sexuais e geracionais no campo, atuando por meio do cooperativismo e associativismo. Ou seja, relações que envolvem a Agroecologia como perspectiva de desenvolvimento da agricultura, da produção de alimentos que foge à lógica estabelecida nos territórios do capital/agronegócio. Fortalece-se, assim, a perspectiva do desenvolvimento não só na questão econômica, mas socioambiental, buscando por meio das conflitualidades a territorialização no território do agronegócio, desterritorializando-o.

Com isso, a Agroecologia surge dentro do MST para além da prática produtiva no sentido sustentável ao meio ambiente, mas como uma proposta de instrumento político de luta e resistência para a realização da reforma agrária, contra o Estado brasileiro e suas políticas

públicas que favorecem o agronegócio, bem como contra o avanço da agricultura capitalista no campo (BORSATTO; CARMO, 2013b).

Compreendemos que o elemento da formação política dentro dos assentamentos/acampamentos e com os militantes do Movimento se transforma no principal meio de se atingir o nível organizativo para a produção agroecológica, buscando através de cursos técnicos e de ações na academia (especialização/mestrado em Agroecologia) fundamentar e cristalizar tal luta, prática e resistência (ZARREF, 2018).

O militante Luiz corrobora tais aspectos ao afirmar que:

Então, eu acho que o Movimento faz essa formação pra gente, os cursos de formação do Movimento são muito importantes, porque eles colocam esses vários posicionamentos: “Esse aqui é o agronegócio, você quer seguir?” Então, segue, mas você vai sofrer as consequências”, “Essa aqui é a agroecologia, e aí? Você acha que não tem mais a ver com o que você tá fazendo?”, aí quem fecha... quem fecha o nó é a gente, então a gente só vai observando (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Caldart (2001) destaca que o Movimento, desde o seu contexto histórico de surgimento, sempre teve como princípio educativo a luta e transformação social, criando bases e matrizes educativas próprias, no ato de movimentar-se e no transformar modificando a realidade.

O militante Pedro aponta que o processo de construção das questões formativas dentro do assentamento é importante para compreendermos as diferentes realidades e tomá-las como experiências que resultam nas materialidades, sendo que quando um camponês estuda ou faz algum curso de formação, ele vai dando exemplos para outros familiares, o que só agrega aos territórios materiais de reforma agrária. Em suas palavras:

Porque entendemos que só com trabalho e estudo a gente consegue avançar na vida, não só financeiramente mas como humano, como humano, pra poder compreender e entender como que move a sociedade, que nos dias de hoje não tá nada fácil, a gente vê os exemplos que tão por aí a nível de mundo, e a gente vem trazendo pras realidades nossas. É super complicado (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Pedro nos destacou que o processo formativo foi importante no seu contexto familiar, uma vez que permitiu a formação em diferentes carreiras. Ele tem primos que são médicos, cunhados e cunhadas que são professores e advogados, sobrinhos que são agrônomos e psicólogos, todos formados pelas brigadas do MST, ou seja, as ações de formação geram

benefícios em diferentes espaços e mudam a qualidade de vida dos sujeitos, fortalecendo a luta pela reforma agrária popular.

Internamente ao Movimento, a formação é um importante instrumento na conscientização dos assentados em relação ao processo produtivo e da natureza. Estes debates fortalecem a lógica interna do MST quando contribuem para a ampliação dos conteúdos agroecológicos em outros espaços que não sejam os assentamentos/acampamentos, como os espaços universitários, gerando trabalhos acadêmicos de conclusão de cursos, teses e dissertações, ou seja, fortificando cada vez mais o debate da Agroecologia com a crítica ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no contexto da contribuição ao Paradigma Agroecológico que emerge e do Paradigma da Questão Agrária.

Segundo Rodrigues (2014), neste processo formativo do MST o conhecimento científico é importante tanto no contexto político como ideológico para a efetivação das ações do Movimento no contexto agroecológico. No contexto geral das ações de formação do MST, Caldart (2001) pontua que podemos compreender que o Movimento se torna sujeito principal do seu movimento de formação, fortalecendo a identidade sem-terra (CALDART, 2001).

No campo da formação agroecológica, Rodrigues (2014) aponta que um dos métodos de análise dessas ações são os diálogos de saberes que estão associados com a comunicação e a educação popular para um projeto no espaço rural. Ou seja, há uma inspiração nas experiências das comunidades camponesas e nas formas de trabalho, fundamentando a produção científica nos campos da Pedagogia Freiriana, do Materialismo Histórico-Dialético e da Agroecologia.

Também temos o método campesino fundamentado no intercâmbio de conhecimentos e experimentação dos diferentes sujeitos que compartilham em rede coletivas novas práticas/estratégias de produção, estratégias de conservação da natureza e de seus elementos (terra e água), promovendo a Agroecologia (KAUFMANN; PASQUALOTTO; SENA, 2019).

Nesse contexto, temos também a Pedagogia da Alternância, em que o MST tem se baseado neste processo de formação aliado à Agroecologia, contribuindo para ampliar as temáticas da questão agrária dentro dos assentamentos e/ou acampamentos, permitindo a escolarização dos sujeitos do campo e reconhecendo a identidade camponesa enquanto tradicionalidade.

No campo metodológico, a Pedagogia da Alternância permeia o Tempo-Escola e o Tempo-Comunidade. O primeiro corresponde às atividades realizadas no espaço formativo

em que estão (por exemplo, na escola) e o segundo período corresponde às atividades realizadas a distância (são exemplos os assentamentos e acampamentos) (CALDART, 2000).

Compreendemos que esses métodos para a formação do campesinato no interior dos movimentos socioterritoriais camponeses são importantes, pois contribuem para a escolarização e conscientização dos sujeitos em relação aos problemas estruturantes sociais. No caso do MST, o avanço para a temática da Agroecologia em suas formações materializa ações nos espaços em que os sujeitos estão territorializados e ampliam a conscientização política em seus cotidianos.

Costa Neto e Canavesi (2002) destacam que um dos elementos mais importantes para se pensar a Agroecologia dentro dos assentamentos rurais é justamente essa conscientização social e política dos assentados, possibilitando avanço dos debates dos princípios agroecológicos, das formas organizativas dos camponeses em associações e cooperativas e da reforma agrária popular no contexto da criação de um projeto agroecológico sustentável internamente.

Conforme narrativa do camponês e militante do MST, Luiz:

Você planta a semente e através da conscientização dos nossos assentados que vão abandonando essas práticas, e qual é a importância do MST debater a agroecologia? É importante porque divulga mais, abre um leque maior, não fica somente no campo da universidade fechado lá dentro, e não fica um tema somente na direção do MST. Abre isso para que a universidade de modo geral possa incentivar seus estudantes de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado a trazer temas dentro dessa área da agroecologia, porque faz com que o estudante vá para a prática, para os assentamentos, e a partir das práticas e diálogos, seja do assentamento, do MST, faz com que as pessoas enxerguem e trabalham para produzir uma alimentação sem veneno, que é possível ... Então a importância do MST é demais e a gente tem que sempre incentivar em teses, cursos, dissertações voltado para a agroecologia porque amplia esse leque e eu vejo como uma questão prioritária as pessoas levarem para as outras (Luiz em entrevista, 2023).

Segundo o militante Luiz, a afirmação política de que a Agroecologia é uma forma de resistência e uma prática produtiva no contexto da geração de desenvolvimento territorial se estabelece no processo de formação política, principalmente dentro dos setores de Educação, Formação e de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. O trabalho realizado internamente corresponde a cursos, reuniões, assembleias e congressos que buscam envolver as famílias assentadas na propositiva da formação política que, por sua vez, retorna ao assentamento/comunidade enraizada em debates que envolvem o não envenenamento da natureza e dos alimentos.

No contexto dos cursos, Rodrigues (2014) elucida que:

São iniciativas do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, coordenado pela Frente Nacional de Formação Técnica Formal, os cursos de Agroecologia de nível médio, superior e pós-graduação. Estes têm sido realizados em parceria com Universidades de várias regiões do Brasil, objetivando a formação de técnicos para a implementação da Agroecologia nos assentamentos e acampamentos. Dentre diversas iniciativas, destaca-se a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), em 2005, em parceria com a Via Campesina, que apresentaremos mais a frente (RODRIGUES, 2014, p. 225).

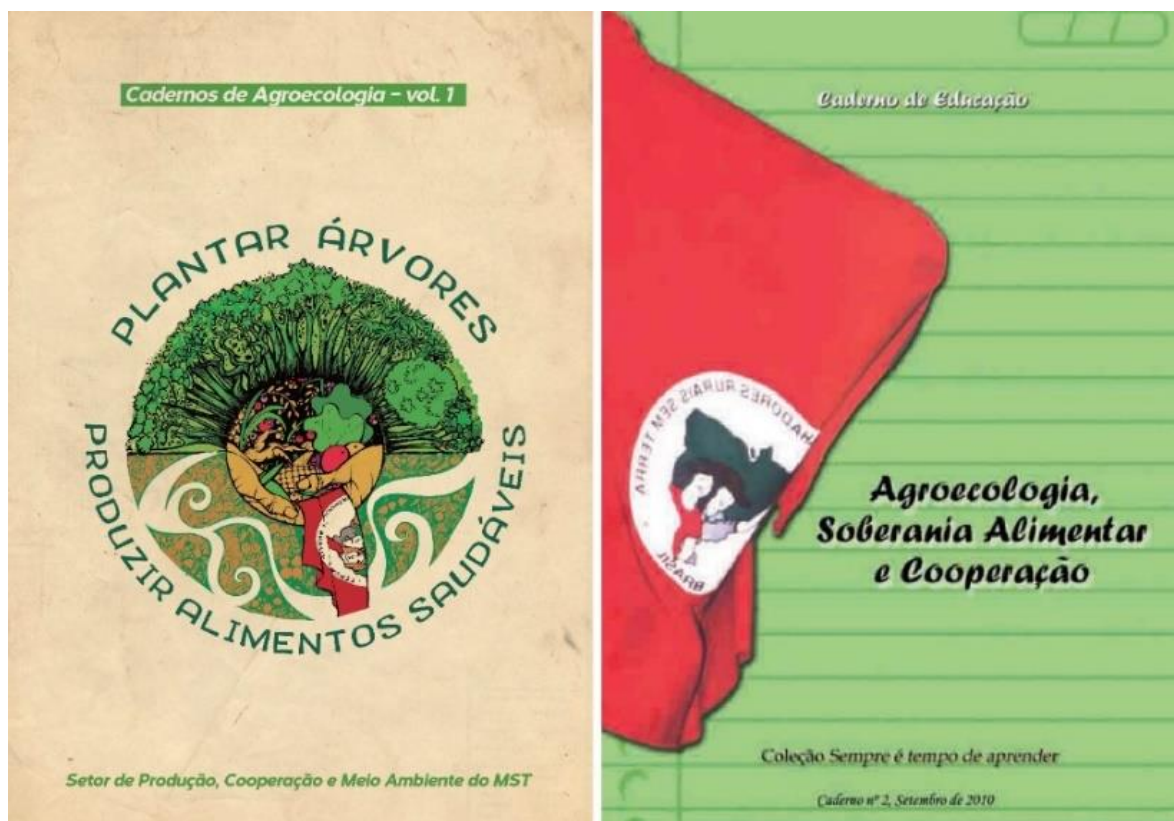
Complementando a citação, Daniel Pereira (2020) destaca que a criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) tornou-se um espaço de referência internacional para a formação dos diferentes sujeitos (militantes, filhos de assentados, movimentos socioterritoriais e socioespaciais etc) em temas relacionados à Agroecologia.

Para o militante Luiz, as Universidades têm um papel importante no contexto das parcerias realizadas entre as ações do Movimento com o mundo acadêmico, contribuindo para o processo formativo dos militantes do MST. Isso se dá principalmente com os estudos realizados a partir da crítica à produção com agrotóxicos vinculada ao agronegócio, seja pelo meio ambiente ou pelos seus impactos na saúde do trabalhador e dos consumidores, bem como fomentando os documentos formativos que o próprio Movimento constrói.

Analisamos que um instrumento de formação que o MST utiliza em escala nacional para o debate da Agroecologia são os cadernos, cadernetas, campanhas e, mais recentemente, um Plano Nacional. Estamos compreendendo que tais elementos contribuem para a consolidação da Agroecologia enquanto ação de resistência do MST que amplia diferentes territórios, nesse caso no campo da imaterialidade, vinculado aos paradigmas.

Podemos exemplificar os casos do Caderno Agroecológico e da Caderneta, que são apresentados em diferentes volumes, conforme podemos observar na Figura 1. Tais documentos criados pelo MST são resultados dos debates contidos no território imaterial, apresentando textos que identificam a multidimensionalidade e multiescalaridade da Agroecologia e seus principais elementos.

Figura 1: Estratégias de formação em Agroecologia do MST



Fonte: MST, 2014. Org.: BUSCIOLI, L. D.

O “Caderno de Formação” intitulado “Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação” buscou apresentar três lições que compreendem a Agroecologia em sua totalidade: a primeira estava voltada para a compreensão histórica da agricultura; suas formas de produção enquanto técnicas a serem aplicadas; as definições de agrotóxicos e como eles são classificados; a crítica ao agronegócio; a fome e a destruição da natureza; bem como a exploração do trabalho. A segunda corresponde ao trabalho de analisar a Agroecologia, as sementes e seu banco de sementes no contexto do debate da soberania alimentar, trazendo uma leitura propositiva das ações e caminhos a seguir pelos camponeses. A terceira lição apresenta a perspectiva de luta e resistência do MST, tendo a cooperação como elemento central analítico, buscando debater essas temáticas desde o acampamento e finalizando na consolidação da luta através do assentamento e seus desafios. Estes desafios são superados através da cooperação enquanto identidade camponesa. Por fim, o Caderno apresenta algumas orientações pedagógicas para os educadores no sentido formativo (MST, 2010).

O “Cadernos de Agroecologia”, organizado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, apresenta os primeiros encaminhamentos para a construção e

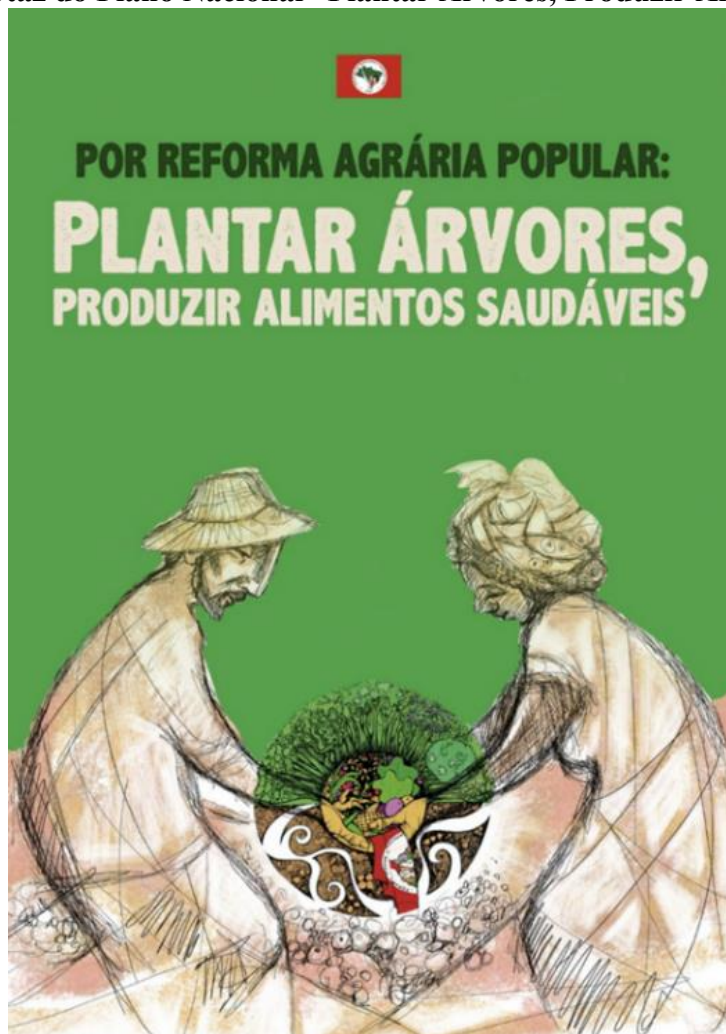
consolidação do “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. O arquivo apresenta enquanto centralidade o debate sobre os elementos da Agroecologia aliado ao meio ambiente, ou seja, apresenta um conjunto de pensamentos que envolve o cuidado com os bens comuns, o planejamento produtivo, técnicas sustentáveis de produção correlatas às agroflorestas e aos quintais produtivos, a crítica ao modelo de desenvolvimento agronegócio, bem como o debate das ações gerais do MST e orientações para a Juventude Sem Terra (MST, 2020).

Nesta conjuntura e representando todo o avanço do debate ambiental e produtivo agroecológico dentro do MST, em 2020 ocorreu o lançamento do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” (Figura 2), que representa um quadro formativo do Movimento que incentiva toda a sociedade a buscar debater e materializar as ações ambientais em diferentes espaços.

Segundo o MST (2020), o Plano Nacional tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores nos espaços rurais e urbanos até o ano de 2030, fortalecendo a produção de alimentos em áreas de assentamentos e acampamentos, buscando denunciar os impactos do meio ambiente e do MDA, ou seja, ele apresenta um espaço de articulação, formação e organização política para a sociedade.

A Figura 2 apresenta o cartaz do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, que procura evidenciar, através da arte e no contexto da comunicação, seus principais eixos analíticos, tais como: sociedade, diversidade de alimentos, meio ambiente, socialização, entre outros.

Figura 2: Cartaz do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”



Fonte: MST, 2020.

No debate ambiental relacionado ao Plano Nacional, o militante Luan identifica que essa temática sempre esteve vinculada à questão da reforma agrária dentro do MST, mas que o avanço que se tem com o Plano é a apresentação da questão ambiental como um processo formativo e de militância no interior dos assentamentos e dos acampamentos do Brasil, formando uma consciência coletiva de que devemos realizar formas produtivas aliadas à conservação do meio ambiente nos diferentes territórios:

porque geralmente quando é feito o processo de assentamento, muita política que o próprio Estado propõe, geralmente é em áreas muito degradadas, de solo muito pobre, pouca vegetação nas APP [Área de Preservação Permanente], no processo erosivo muito acelerado. Justamente nesse sentido o MST lançou o Plano Nacional para produção de alimentos saudáveis, e dentro dessa proposta de plantar árvores com parcerias na área da agroecologia, por exemplo, na parte de alimentos saudáveis, seria trazer essa

questão de recuperação dentro das nossas áreas de assentamento, a necessidade dessa pauta ambiental (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Nesse sentido, o Plano Nacional procura trazer reflexões que permitem avançarmos nos enfrentamentos do avanço do capital sobre o meio ambiente, construindo caminhos para sua superação, com a conservação e o cuidado dos bens comuns da natureza ligados ao processo de desenvolvimento territorial (PEREIRA, Daniel, 2020).

O militante Diro identifica que o Plano Nacional tem como propositiva ir além do debate da conservação ambiental. Tem como fundamento trazer o aspecto comum de compreender quais são os elementos que levam às crises ambientais, ou seja, os problemas que geram a degradação da natureza e que são enfrentados por toda a sociedade. Ele compreende que tais impactos têm como estruturante o avanço do capitalismo no campo, o agronegócio e sua produção de *commodities*, tendo como base a concentração fundiária e o uso de agrotóxicos.

Para o militante, estes problemas estruturantes têm resolução através da reforma agrária popular, buscando-se uma outra forma de usar o território por meio da produção de alimentos saudáveis vinculados à Agroecologia, na conservação dos recursos naturais e dos bens comuns. Em suas palavras:

E para se chegar a isso, a metodologia que se tem feito é colocar uma meta, um alvo que é a plantação de cem milhões de árvores nativas de cada bioma brasileiro nesse período de 10 anos, então em todos os Estados, regiões ou municípios onde o MST tem sua base organizada estão sendo desenvolvidas ações através do Plano Nacional, através de uma escala ou outra, através de um ritmo e outro, e isso depende muito das condições concentradas, materiais e organizativas que se tem dentro dessas cidades, regiões e Estados. Então a preocupação é trazer a sociedade para poder plantar árvores, mas dentro dessa preocupação de debater a conjuntura ambiental e a produção de alimentos saudáveis, esse é o caráter concreto do plano, e junto com isso, trazer outras dimensões dessa produção da conjuntura ambiental, que é a formação acadêmica, formação em extensão, a formação política em torno da questão ambiental e da questão agrária, promover atividades em colaboração, atividades em parceria com outros movimentos e organizações populares, outras formações sindicais e organizações do campo que estão também com essa preocupação de debater essa questão ambiental, os impactos do agronegócio e tudo mais (Diro em entrevista a Buscioli, 2023).

Complementando o pensamento de Diro, a militante Fabiana identifica a importância das árvores no contexto do debate do meio ambiente aliado à recomposição vegetal dos biomas, em que o intuito do Plano Nacional não é impor o plantio de árvores em biomas que não são compatíveis, mas sim dialogar com toda sociedade sobre sua importância. A militante

compreende que quando o Plano foi lançado havia um sentimento muito complexo da sociedade com a natureza devido às queimadas e desmatamentos que estavam se intensificando em função do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim, o Plano vem fazer contraposição a esses processos.

Para o Movimento:

as árvores são um componente muito importante no agroecossistema. Elas garantem a resiliência, ou seja, a capacidade que esses agroecossistemas tem de resistir e se recuperar de fenômenos como geadas, queimadas, desequilíbrio de insetos e plantas indicadoras. Elas também aumentam a biocenose, ou seja, a interação entre os milhares de organismos que existem naquele sistema, uma vez que enriquecem a troca entre o solo e o ar, a vida no solo, a decomposição da biomassa e a produção de matéria orgânica. E, fundamentalmente, as árvores diversificam nossa produção, seja com a própria madeira, seja com frutas, sementes, cascas e raízes para fins alimentícios e medicinais (ZARREF; RODRIGUES, 2020, p. 29 – grifo dos autores).

Nessa mesma linha de pensamento, a militante Fabiana aponta que a árvore ganha centralidade ao entendermos que ela é produtora de alimentos, reconhecendo a sua capacidade produtiva e de reestruturação, ou seja, contribui para todo o sistema do meio ambiente: com a umidade, com o fornecimento de matéria orgânica que alimenta animais e outros microrganismos, com a potencialização de nutrientes e com sua contribuição para a questão hídrica. Todos esses elementos estão vinculados no espaço rural com a Agroecologia, em se ter um ambiente com diversidade ecológica, com polinizadores, possíveis predadores de insetos e permeabilidade dos solos. No espaço urbano, possibilita ambientes mais agradáveis e melhoria na qualidade de vida da população, tendo importância principalmente na saúde.

Nesse sentido, estamos compreendendo que o Plano Nacional é importante no contexto de estabelecer diálogos formativos entre diferentes sujeitos (rural/urbano/água/floresta), trazendo temáticas que envolvem a questão agrária no contexto da luta pela reforma agrária popular aliada à questão ambiental e agroecológica e resgatando os reais problemas estruturantes que levam os elementos de desigualdade, sejam sociais, políticas ou ambientais. Essa propositiva se fundamenta e se correlaciona com os debates realizados no Capítulo 1, ao compreendermos que a revolução paradigmática agroecológica permitiu o surgimento de um novo Paradigma que traz a crítica aos problemas estruturantes da questão ambiental, buscando sua transformação e resolução como elementos centralizadores, aspectos esses que diferem do paradigma anterior.

Tais fatos podem ser evidenciados nos quatro elementos que fundamentam o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” conferindo seu caráter formativo de resistência, enfrentamento e desenvolvimento territorial. São eles:

- a **Reforma Agrária Popular** e a defesa dos seus territórios e da agricultura familiar;
- a **Soberania Alimentar** como uma mudança radical do sentido da produção e distribuição de alimentos, dando acesso a alimentos saudáveis especialmente para populações mais vulneráveis, como forma de promover saúde preventiva no país que mais usa agrotóxicos no mundo;
- a **Agroecologia**, que é baseada na sociobiodiversidade, na economia solidária e no respeito ao conhecimento tradicional e às culturas locais/regionais;
- e o cuidado dos **Bens Comuns**, como a água, os minérios, a terra e a biodiversidade, que são bens naturais finitos e, por isso, comuns a todos os seres humanos (preservação ambiental) (MST, 2024, p. [1] – grifo do autor).

Segundo Luan, a criação do Plano Nacional e, conseqüentemente, a fundamentação destes eixos, levaram aproximadamente sete anos de diálogos constantes através de ações de formação, principalmente com os militantes das direções estadual, regional e nacional. Uma das principais ideias do Plano era abranger o debate com outros movimentos socioterritoriais, movimentos socioespaciais e instituições do governo ou escolares, fortalecendo as suas ações e objetivos.

No ato de abranger, o Movimento pontua que as ações para executar o plano plantando as árvores deve considerar o clima e a dinâmica das chuvas de cada estação, bem como datas simbólicas de ações como: o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e o Dia Internacional da Luta Camponesa (17 de abril); o Dia da Caatinga (28 de abril), o Dia da Mata Atlântica (27 de maio), o Dia Nacional do Meio Ambiente (25 de junho), o Dia do Trabalhador e Trabalhadora Rural (25 de julho), o Dia da Amazônia (5 de setembro), o Dia do Cerrado (11 de setembro), o Dia dos Pampas (11 de setembro), o Dia da Árvore (21 de setembro) e o Dia da Agroecologia (3 de outubro) (LOUREIRO, 2020).

Compreendemos que os esforços em se intensificar as plantações de árvores em datas comemorativas referem-se ao não esquecimento das ações que ocorreram dentro do Movimento ao longo de sua história tais como os massacres, as ações de identidade como o dia do trabalhador(a) no espaço rural ou mesmo de temáticas de luta como os dias do meio ambiente e da Agroecologia, ou seja, refletem um processo formativo e de consciência entre os diferentes sujeitos que executam o Plano Nacional ou que estão interessados nas ações do Movimento.

Luan aponta que as questões mais importantes do Plano Nacional se vinculam aos processos formativos dos sujeitos em distintos territórios e no fortalecimento de redes de apoio em função da reforma agrária popular. Em suas palavras:

mas além de plantar apenas árvores, acho que a ideia está na concepção da mudança de realidade que a gente tem hoje, se a gente conseguir plantar a meta, maravilha, se a gente conseguir plantar mais que isso, maravilha também, mas se por acaso a gente não conseguir bater a meta de plantação das árvores, mas a gente conseguir dar cada vez mais ênfase nessa questão ambiental dentro do MST, dentro dos espaços que temos, as parcerias que adquirimos ao longo do tempo, acho que isso é mais do que esse número simbólico que colocamos, estaremos extrapolando isso. A ideia não é só a plantação de árvores, porque a gente entende que ao longo desses anos que você plantar uma muda na sua casa, conseguir parcerias e plantar é muito simples, mas o processo, a concepção de plantação de árvore, um alimento saudável, a gente está fazendo um processo de formação muito interessante, desde que a pessoa entenda o porquê a pessoa vai plantar, a importância de plantar, acho que esse é um dos pontos principais da ideia. Então na minha perspectiva, eu acho que a gente tem que evoluir em alguns pontos ainda, porque nem tudo que a gente vai fazer está em um manual, mas acho que para a gente seguir alguns planos nossos a gente tem que seguir um roteiro que já existe (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Até o momento da pesquisa, cerca de 25 milhões de árvores foram plantadas e mais de 300 viveiros de mudas estão em funcionamento. Ocorreram várias iniciativas de produção de alimentos saudáveis a partir da inserção e manejo dos componentes arbóreos ou sistemas produtivos agroecológicos, bem como ações de formação política, com a execução de seminários nacionais e regionais pautando a crise ambiental, a reforma agrária popular e a Agroecologia (MST, 2024).

Segundo o militante Santos, a questão formativa do MST sempre foi um dos elementos de ação para o fomento da Agroecologia:

O MST tem sempre que pensar na formação política dos seus quadros e dos seus militantes para fazer esse contraponto. Essa tem que ser a lógica, não é? Então, a agroecologia para nós é isso ... Na nossa concepção primeiro, assim, agroecologia é o socialismo lá na frente, não é? ... A agroecologia, é o caminho. Porque a concepção homem, mulher, natureza, não monocultivos, não é só não produzir com veneno, não é? Agronegócio é agronegócio em qualquer situação! E nós não, nós queremos produzir sem veneno, justamente, para as pessoas não se contaminarem (Santos em entrevista a Buscioli e Machado, 2022).

Analisamos que nas ações formativas do MST, no contexto político e de contribuição para a consolidação do Paradigma Agroecológico aliado ao Paradigma da Questão Agrária, o

Movimento tem atuado no sentido de debater a importância do alimento e das sementes. Ou seja, o debate não envolve apenas os aspectos vinculados às técnicas, mas também o contexto político das ações agroecológicas que se iniciam com as sementes.

No caso das sementes, o MST tem a compreensão de que elas estão diretamente relacionadas à identidade camponesa, ou seja, elas representam a vida. Por isso, é necessário ter conhecimentos específicos ao abordar tal temática: “O domínio do conhecimento acerca das sementes é fundamental para nossa autonomia e sobrevivência enquanto modo de vida camponês” (LEMOS; COSTA, 2020, p. 40).

Segundo o militante Cassio, a luta do MST no Brasil é para a consolidação das práticas agroecológicas que se iniciam com as sementes e se expandem para outros elementos do fazer agroecológico, ou seja, o Movimento contribui com a criação de bancos de sementes e estimula processos formativos que envolvam a coleta/armazenamento, a solidariedade produtiva e a comercialização das sementes.

Nas palavras do militante: “a questão das sementes, a gente tem um apego de fazer e de criar as próprias sementes, permanecer e de preservar as sementes e fazer as trocas em feiras, experiências de sementes agroecológicas e tal, e a gente sempre preservar isso” (Cassio, em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

Nesse contexto, uma das principais ações do MST é a BioNatur - Rede de Produção de Sementes Agroecológicas, através da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda (COONATERRA). Ela tem como lema “Alimento de Verdade se faz com Semente de Verdade” e seu objetivo é produzir e comercializar sementes agroecológicas buscando contribuir para a qualificação dessas sementes pelos camponeses. Para eles, somente com a conquista da terra através da ocupação tais ações podem ser executadas (LIMA, W., 2024), ou seja, o território é o condicionante da existência.

Segundo Rodrigues (2014), a questão da semente e do seu significado representa um fortalecimento da identidade camponesa e de seus modos de vida e de produção nos territórios:

Assim, defendemos que este resgate da questão das sementes e seu significado para os camponeses e para a sociedade em geral trouxeram elementos vitais para o fortalecimento da identidade camponesa, que possui nas sementes tanto aspectos objetivos quanto subjetivos, pois sua seleção e armazenamento e as trocas entre os produtores significam sua sobrevivência (que, no interior do modelo do agronegócio, passa a ser ameaçada pelas sementes híbridas e transgênicas até a Terminator), mas significam também a capacidade geradora da vida, da continuidade dos cultivos tradicionais, e também o prazer de cultivar (RODRIGUES, 2014, p. 221).

Compreendemos que o debate sobre as sementes e sua conservação pelos camponeses parte da consideração de que ela é a base da vida no campo e envolve: as relações de trabalho e produção no território, as questões com o meio ambiente e sua relação com a sociedade (água, fauna, flora, solo e clima), os intercâmbios de conhecimento e a comercialização. Assim, a preocupação nestas ações é a mitigação/resolução dos problemas ambientais, a permanência do campesinato no campo através do processo agroecológico, a capacitação/formação para se trabalhar com as sementes e o seu uso para o campo medicinal, em que o elemento da produção de alimentos saudáveis é centralizador.

Segundo Valdecir, o Movimento tem atuado na compreensão do debate da produção de alimentos saudáveis pautado dentro da reforma agrária, nas ações de solidariedade, na crítica aos ultraprocessados e nas diversas técnicas produtivas agroecológicas com o intuito do fortalecimento do Movimento, pois além da questão política temos a elevação da autoestima de quem produz:

O campo do alimento, da produção saudável nós tamo ganhando muito espaço. Tamo encontrando caminhos de comercialização direta, tem muita coisa, muitas iniciativas, poderia pensar inclusive as nossas atitudes enquanto seres humanos, tem umas coisas bacana, solidariedade, de repensar algumas prática, tem coisa assim muito interessantes (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2019).

O militante Pedro corrobora tal pensamento, pois para ele a produção de alimentos saudáveis é uma necessidade dos camponeses, primeiramente por contribuir para a permanência do campesinato nos territórios, depois por alimentar sua família e outros parentes e, por fim, para os consumidores, ou seja, para que todos tenham acesso a esses alimentos saudáveis. Em suas palavras:

Então a gente acha importante que todo mundo tenha acesso. Achamos que todo mundo tem que ter acesso. É um processo que é demorado, é um processo que não vai ser da noite pro dia que a gente vai conseguir, e pra atingir uma população, a ideia é que vários carentes tenham acesso, que os carentes tenham acesso, enfim... Mas que é fácil não é não, por conta da cultura do povo, por conta das informação que é colocada nas cabeça do povo (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão).

A fala do militante Pedro demonstra o quanto o debate do alimento é importante para compreendemos as ações dentro do MST no contexto da soberania alimentar vinculada à

reforma agrária nas conquistas dos territórios materiais agroecológicos, fatos que se evidenciam na fala de Cassio.

Eu não vejo uma possibilidade de você encontrar alimento saudável de fato fora da organização do MST, porque isso a gente trabalha não é de hoje, são coisas que foram sendo feitas com o tempo e tal. Primeiro que não existe incoerência para o alimento saudável, dentro do pensamento de alimentação saudável, orgânicos e tal. Porque quando você tem um ciclo viciosos dentro da sociedade e tal de resolver os problemas do dia para noite de achar que só determinado produto vai conseguir salvar você daquele momento, e dessa questão do alimento saudável dentro da consciência adquirida do andar da carruagem, vocês percebem que existem outras alternativas. E que você pode não resolver aquele problema naquele exato momento, mas é uma insistência, uma questão de consciência, de buscar outras experiências, trocar e resolver com o tempo. Pode ter até uma perca naquele primeiro momento, mas você percebe que vale a pena acabar uma saída para isso aí, rápido não vai funcionar (Cassio em entrevista a Buscioli, Miolá e Silva, 2022).

Com isso, a Agroecologia torna-se uma estratégia de desenvolvimento territorial nos assentamentos de reforma agrária no interior do MST, os quais passam a se transformar em territórios agroecológicos. Nesse sentido, estamos compreendendo que a centralidade na luta depois da conquista pelo território material é a construção de territórios agroecológicos materiais e imateriais, fundamentando a tese deste trabalho.

Segundo Costa Neto e Canavesi (2002):

Neste sentido, os assentamentos rurais no Brasil, notadamente aqueles organizados em torno do MST, representam hoje o espaço, por excelência, para a adoção de princípios e práticas agroecológicos, pois reúnem em torno de si uma estrutura social agrária com base na unidade familiar, um trabalho agrícola associativo e cooperado e a preocupação ecológico-ambiental (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 212).

Cassio confirma a análise que estamos realizando ao afirmar que a Agroecologia tem a propositiva de transformação dos assentamentos rurais, evidenciando-se, dessa forma, uma mudança de posicionamento do Movimento ao longo dos anos:

A agroecologia vem na contramão da destruição, é uma forma de recuperar o que foi degradado há muito tempo, mesmo com a conquista dos lotes e tal, cada um faz uma parte, se você considerar o deserto que era nos assentamentos com meia dúzia nas associações, em casa ou em lotes você vê um quintal rodeado de árvores frutíferas, é uma grande diferença (Cassio em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

Corroborando, Monica Pereira (2017) afirma que a Agroecologia é uma possibilidade de garantir o direito à terra, construindo assentamentos agroecológicos na concretude de práticas ambientais. Assim, cria-se e fortalece-se novas referências para esses territórios no contexto ambiental, preocupando-se também com as questões sociais e econômicas, em que a luta pela reforma agrária é qualificada pela Agroecologia (RODRIGUES, 2014).

Nas questões das práticas produtivas agroecológicas, o MST tem feito a propositiva de realização de várias experiências, sendo as principais apresentadas no Quadro 2. Cabe destacar que elas são resultados das ações formativas do Movimento, conforme pontuou Zarref (2018).

Quadro 2: Principais práticas agroecológicas realizadas pelo MST no Brasil
Quintais produtivos
Agroflorestas
Agroextrativismo
Sistemas de produção animal como o Pastoreio Racional Voisin
Produção e manejo de sementes crioulas
Sistemas de produção de cana de açúcar e erva mate
Hortos medicinais
Hortas agroecológicas
Casas de sementes
Fonte: ZAREEF, 2018; Pesquisas de campo; Org.: BUSCIOLI, L. D.

Estamos compreendendo que essas práticas agroecológicas registradas no Quadro 2 representam um conjunto de ações que buscam a utilização do território de forma sustentável. Ao adotar os quintais e as hortas agroecológicas; casas de sementes; agroflorestas; sistemas de produção sustentáveis através da cana-de-açúcar e da erva mate; agroextrativismo, bem como o Pastoreio Racional Voisin, tem-se o respeito ao tempo da natureza e dos seus elementos, buscando a partir da totalidade do uso do território ações sustentáveis que contribuem para a geração de desenvolvimento territorial pautado na crítica ao capital.

Para o MST (2022), estas ações realizadas na prática agroecológica representam ações de resistência e têm como proposta ensinar o ser humano a conviver com a natureza de

forma sustentável no campo produtivo ou das relações de trabalho, buscando construir nos assentamentos e acampamentos uma rica diversidade de práticas/experiências.

A militante Fabiana aponta que há elementos imateriais nas práticas agroecológicas que não aqueles demarcados por técnicas e formações:

Tem algumas práticas que são as práticas que são formalizadas, então os manuais de práticas, mas tem umas que às vezes são invisíveis. Se você passar uma semana na casa de agricultores, você vai perceber que a pia de lavar louça fica de frente para o quintal e você vai ver sempre a comida que sobra a pessoa pega e joga lá mesmo, para quem vive na cidade isso é horrível e impensável, mas no ponto de vista do convívio ali das plantas, animais, humanos, aquele feijão que foi jogado pela janela ele foi parar em um lugar que depois vai gerar outras coisas, decompor e servir de substrato. São práticas instáveis, mas que tem uma finalidade no final do processo (Fabiana em entrevista a Buscioli, 2023).

A narrativa de Fabiana nos apresenta a perspectiva dos saberes agroecológicos camponeses na prática cotidiana no território material, permitindo usufruir dos diversos elementos que os compõem, tais como fauna, flora, água, terra etc., ou seja, os bens comuns, conforme entendimento do MST.

Segundo Pedrosa (2016), a produção agroecológica realizada nos assentamentos e acampamentos do MST parte da lógica globalizante da utilização de insumos provenientes do território em que os camponeses estão territorializados. Eles podem derivar de galhos apodrecidos, folhas de árvores, cinzas, esterco de aves ou de bovinos, entre outros que favorecem as composições químicas, físicas e biológicas dos territórios.

Nesse aspecto, o militante Luiz menciona o processo formativo agroecológico dos camponeses, atestando que o Movimento tem atuado no sentido de apresentar as propostas de utilização dentro do próprio lote avançando na perspectiva de geração de renda através da comercialização:

E é importante e uma das coisas que o MST sempre coloca, é que dá para aproveitar os insumos dentro do assentamento, não precisa comprar o veneno, adubo químico. Você consegue esses insumos das galinhas que são criadas aqui, o esterco de porco suíno, você pode fazer uma biocompostagem ou um bioinsumo, uma compostagem aproveitando o resto das fezes dos animais com folhas secas, terra, água, resto de alimento e utilizar essa compostagem dos pomares, das bananeiras, hortaliças, legumes, além de economizar e gerar alguma renda (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Quando abordamos os elementos da Agroecologia, um dos pontos importantes de análise é o processo de transição agroecológica, ou seja, a passagem da produção

convencional para a que compõe os princípios da Agroecologia. Estamos compreendendo que é neste momento que o território camponês se torna potencialidade para a transformação em um território agroecológico, pois permite que as relações sustentáveis com a natureza se coloquem como centralidade, não havendo mais produção convencional ou a territorialidade do agronegócio.

Borsatto (2011) parte da perspectiva de que as maiores dificuldades para os camponeses que iniciam o processo de transição estão vinculadas às questões formativas, ideológicas e de recursos necessários para deixar a agricultura convencional. Parte dessas questões está vinculada ao poder simbólico e discursivo que o agronegócio traz desde o contexto da Revolução Verde, que estabeleceu os processos produtivos no Brasil, influenciando diretamente os camponeses. Esta influência ocorreu mesmo com a consciência que os camponeses têm das estruturantes que impactam negativamente esse modo de produção.

Segundo o militante Cassio, no contexto da transição agroecológica, as maiores dificuldades estão no processo de entendimento dos camponeses sobre a questão e no apontamento da geração de renda. Em suas palavras:

Primeiro que é muita dificuldade porque as pessoas querem ver o resultado imediato de algo, são tentativas e aprendizados que você vai tendo no dia a dia, por exemplo, você pega em um assentamento que tem 65 famílias e falou assim: Olha, vamos fazer uma reunião para discutir a produção, as pessoas vão. Então hoje nós queremos falar sobre a agroecologia, a produção de orgânicos, aí tem 50 pessoas na sala e fazem todo um discurso, depois no final uns 2/3 vem conversar, e depois não vem. Quando a gente alerta que é necessário mudar o rumo da produção de forma gradativa, as pessoas vão se afastando, então tem que acreditar (Cássio em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

Complementando a análise de Cassio, Rodrigues (2014) afirma que uma das questões importantes a serem consideradas quando abordamos o processo de transição agroecológica refere-se às dificuldades econômicas relacionadas ao recurso financeiro e a créditos, que por sua vez também estão vinculadas às questões formativas dos sujeitos no contexto de intercâmbio do conhecimento e do papel do Estado e instituições. Isto se agrava ao correlacionarmos com as dificuldades no processo territorial, em que os camponeses adentram territórios já degradados, necessitando reconstruir essas áreas de reforma agrária.

Nesse sentido, a Agroecologia é uma potencialidade dentro dos assentamentos, refletindo ações de visibilidade da reforma agrária popular em diversas dimensões: possibilitando ampliar cadeias produtivas e de comercialização diretas, locais e regionais;

contribuindo com a organização e a cooperação camponesa avançando assim na consciência dos assentados; realizando melhorias nos territórios entre outras dimensões (RODRIGUES, 2014).

Compreendemos que mesmo que o MST não tenha como condição obrigatória para a constituição de territórios camponeses a Agroecologia como forma de produção, ele propõe uma transição dos territórios camponeses para territórios agroecológicos partindo do elemento político. Portanto, a luta deixa de ser apenas pela conquista do território e passa a ser também pelo estabelecimento de uma forma de produção e comercialização não atravessada pelo capital, daí entendermos que se trata de uma leitura que se vincula ao debate paradigmático no modo de pensar o território camponês pela via do MST.

Tem um elemento político também, ele é econômico, ele permite dar uma renda, alimentar o processo, mas também tem o gesto político. No sentido minha participação, a minha forma de participar e de fortalecer essas iniciativas, que é uma força de solidariedade (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Nesse contexto, o ensinamento do MST enquanto processo de ação aliado aos processos produtivos agroecológicos é o de que todo militante que trabalha com a Agroecologia precisa incentivar a sua comunidade para os processos de transição ou consolidação das práticas agroecológicas tendo como princípio a vida, na geração do desenvolvimento territorial, conforme apontou Luiz em entrevista.

Esse incentivo ocorre por meio das trocas de conhecimentos:

então eu acho que essa troca assim de conhecimento de prática é muito importante e ela, a partir do momento em que ela atua diretamente no tema da identidade do camponês que é você resgatar sua relação com a terra a partir do trabalho, penso que ela contribui sobremaneira para o campesinato nos territórios. Eu acho que é importante a gente pensar, eu acho que está contribuindo sim pra permanência das famílias na terra a partir dessa relação com o trabalho (Diro em entrevista a Buscioli, 2019).

Nesse entendimento de que a Agroecologia tem como resultado a permanência dos camponeses em seus territórios, Ross (2015) identifica que ela é uma estratégia de recriação dos camponeses, mesmo que em dado momento em seus territórios esteja presente a “agricultura quimificada, cuja incorporação resulta tanto do apelo de redenção econômica quanto da aparente inexorabilidade do paradigma tecnificante” (p. 250). Assim, ela permite o avanço da consciência destes camponeses e das possibilidades estruturais para que

futuramente eles consigam transformar seus territórios camponeses em territórios agroecológicos, gerando desenvolvimento territorial e consolidando a Agroecologia como forma de produção.

Borsatto (2011) aponta que um dos elementos importantes de análise da contribuição na consolidação da Agroecologia nos diferentes territórios de reforma agrária é o papel das políticas públicas através da ação do Estado em consonância com os movimentos socioterritoriais, como o MST.

Diante disso, compreendemos a importância do Estado no contexto da realização da Agroecologia, como abordado no Capítulo 1, em que para o Movimento esta é uma relação de disputas e conflitualidades em torno das ações do Estado com o Agronegócio e dos camponeses organizados:

Então o Estado é o Estado que tá a serviço do grupo hegemônico, do agrotóxico, da agricultura capitalista, sempre teve, sempre irá existir. Então, nós não devemos nos iludir. Agora, nós também temos que ser claros e ter a capacidade de disputar, no sentido de disputar políticas, programas que venham a fortalecer. Nós não devemos, nós não somos daqueles que ignoramos o Estados, que não queremos saber do Estado. Achamos que o Estado precisa ser disputado, por isso toda política pública não é dádiva do Estado e nem de governo nenhum, sempre todas políticas foram conquistas, com muita luta, muito esforço. Muitas políticas foram conquistas, muitas políticas se perderam, são reconquistada. Então você tem um processo permanente que a gente, que a nossa relação com o Estado é uma relação de tensionamento, é de tensionar pela pressão popular até conseguir (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

A fala apresentada por Valdecir coaduna com nosso entendimento a respeito do Estado e sua relação com o mercado, mais propriamente dizendo com as formas de reprodução do capital. Respaldados em Mészáros (2002), entendemos que o Estado é a materialidade de um sistema de garantias de reprodução do capital; sendo o Estado Moderno inconcebível sem o capital e o capital complementando-se pelo Estado.

A partir de Poulantzas (1990), apreendemos que a materialidade do Estado é na verdade a condensação material de relações de forças entre classes e frações de classes e, portanto, em todas as suas intervenções haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico e parcelas secundárias do capital. As tensões presentes nessa condensação de forças antagônicas no seio do Estado ficam explícitas na narrativa de Valdecir quando este relata compreender que o Estado está a serviço da parcela do “Capital agropecuário”, contudo, a partir da luta, da resistência, assim como das conquistas de espaços nessa materialidade do Estado, é possível avançar na agenda da produção camponesa agroecológica:

Agora você tem também os governos locais, então você tem estados, por exemplo, governos estaduais, que a gente consegue avançar com políticas, estadual assim como municipal. Então você vai encontrar a diversidade de realidades pelo Brasil afora, em que você pode estabelecer algum tipo de diálogo e construção de políticas que possam, políticas ou programas, que possam atender essa nossa concepção, esse nosso projeto de campo. O Estado tem que ser visto assim. Nada será, virá por dádiva, tudo será conquista, e a conquista vem da organização e da luta. Então o nosso governo também precisa ver isso, não precisa ficar iludido, que menos os governos que nós temos tido progressistas, governos Lula e Dilma, nós tínhamos muita dificuldade, apesar de ter um conjunto de políticas e programas, mas eles tinham mais efeitos de marketing do que de fato de mudança. E nenhum programa conseguiu se massificar, se universalizar, todos os programas foram muito limitados do ponto de vista do alcance. Mas foram importantes, porque indicaram que é possível, o Estado desenvolver políticas que possam ajudar (Valdecir em entrevista a Buscioli, 2020).

Para o militante Luiz, no campo agroecológico voltado para as políticas públicas, o que temos é um embate ideológico entre o Estado e o MST. Avaliando a escala de governo (primeiro território), o militante analisa que o Movimento compreende que só por meio de um governo mais popular pode-se avançar nos debates dentro da Agroecologia, com projetos técnicos feitos com esta propositiva, pois o que temos cristalizado atualmente é o pacote fechado e padronizado de produção que não envolve a diversificação das áreas e dos produtos. Em suas palavras:

A orientação é através do pacote que eles já têm, mesmas coisas são os bancos do Brasil, não existe nenhuma linha de financiamento ou científico as pessoas a produzirem comida saudável, ou pegar financiamento para fazer alguma cultura sem nenhum veneno, não tem nenhum projeto nesse sentido, projetos são todos para envenenar mesmo o ser humano. Então se os projetos técnicos e as agências financeiras estão do lado do agronegócio, dos grandes, então o outro lado que é produzir comida saudável fica com pouca força para sobreviver. Mas, é uma demanda dos movimentos sociais, uma demanda de quem pensa no melhor, a gente se livrando e não envenenando a terra, porque a terra é nossa mãe e ela tem que produzir comida limpa, comida sem veneno, comida sem adubo para alimentar assim os trabalhadores, e para alimentar o seus filhos que somos nós, nós somos filhos dessa terra (Luiz em entrevista a Buscioli, 2022).

Segundo o militante Diro, o Estado deveria atuar não só na questão da Agroecologia, mas em todos os aspectos que permitem a reprodução do campesinato nos territórios camponeses, buscando o desenvolvimento territorial aliado à soberania alimentar e à reforma agrária popular:

É muito importante a gente falar da relação e do papel do Estado para a transição agroecológica, eu acho que o Estado ele deveria ter esse papel fundamental não só na agroecologia, mas na reprodução socioterritorial das famílias camponesas como um todo e aí a partir de uma reprodução socio territorial na perspectiva da soberania alimentar, na perspectiva da luta de classes, da reforma agrária popular a gente entende então que o estado teria um papel de complementar a transição agroecológica de contribuir para que a transição agroecológica se efetive no campo a partir do trabalho das famílias camponesas, o que a gente observa é que isso não acontece porque o estado tem uma opção muito clara de fomento e desenvolvimento do agronegócio no campo (Diro, em entrevista a Buscioli, 2019).

Um desses elementos é a política pública que perpassa o desenvolvimento territorial no contexto da Agroecologia voltada ao campesinato enquanto protagonista desse processo. Conforme fala do militante Guilherme, o campesinato, no contexto do Estado, pode ser protagonista da Agroecologia se tiver políticas públicas que o fundamente:

Mas voltando, eu penso para que os camponeses sejam os protagonistas de uma agricultura agroecológica é preciso políticas públicas que estejam financiando. E aí política pública do Estado, que o camponês pode elaborar essa política pública, mas que vai e vem do Estado esse retorno dessa mais-valia social. Eu acho que isso é imprescindível, na minha opinião, e diferente disso eles tendem a ser mais subordinados (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Rosa e Svartman (2018) destacam que as políticas públicas de enfoque agroecológico devem promover a autonomia do campesinato, conforme apontado por Guilherme, contribuindo para a sua emancipação, desde que se compreenda que há diferenciações e singularidades em cada contexto social, cultural, histórico, econômico e político nestes territórios.

Para a militante Fabiana, pensar na Agroecologia enquanto Política Pública que envolve o MST é pensar não só no beneficiamento para os camponeses, mas sim para toda a sociedade. Pode ser pensada para diferentes espaços em que a população frequenta desde uma praça a uma universidade em seu contexto alimentar, por exemplo abarcando uma mudança de hábitos alimentares e como os consumidores se relacionam com os alimentos. Assim, a Agroecologia, com o incentivo de políticas públicas, torna-se importante, pois contribui para a permanência dos camponeses no território, permitindo o fazer agroecológico, gerando a renda e ampliando a diversificação de alimentos e a melhoria na qualidade de trabalho.

Cassio complementa apontando que um dos caminhos para a consolidação da Agroecologia é a inserção das políticas públicas no contexto dos mercados institucionais que

permitem a garantia de renda para os camponeses, principalmente as voltadas para as questões alimentares, como produção e comercialização.

Reis (2015) pontua que ao longo da história das políticas públicas no Brasil sempre houve forte pressão para o desmonte das políticas voltadas aos segmentos sociais e setores produtivos que envolvem a segurança alimentar garantindo uma oportunidade de trabalho e de renda para as populações do campo e das cidades, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A autora destaca que no contexto do PAA, o programa se valoriza pela perspectiva do fortalecimento da organização camponesa em associações e cooperativas, pela promoção da diversificação da produção, pelas mudanças das práticas produtivas, pelo fortalecimento da relação entre campo e cidade, a não permanência dos atravessadores, acesso a alimentos saudáveis, bem como na valorização da produção das mulheres e jovens, pois elas passaram a inserir suas produções e envolver seus filhos neste processo.

Segundo o militante Diro, essa mudança das práticas produtivas apresentadas por Reis (2015) refere-se ao processo de transição agroecológica realizado nos assentamentos de reforma agrária, originando a criação de cooperativas e associações específicas para a entrega do PAA, fortalecendo assim a produção agroecológica em detrimento da convencional, como apontaram também os estudos de Leal (2015):

Segundo Coutinho e Hartmann (2012), o PAA, ao fortalecer o processo de transição agroecológica nos territórios camponeses, permite avançar nas mudanças e redefinições no seu contexto produtivo e organizativo, o que resulta na ampliação da produção diversificada dos sujeitos que, por sua vez, influenciam diretamente no processo de comercialização agroecológica.

Segundo a militante Fabiana, a questão das políticas públicas envolve o processo de compreensão de que a produção agroecológica não é apenas um compromisso político, mas uma ação viável economicamente:

E depois com os governos petistas, cria vários programas de incentivo à produção sem veneno, o pagamento de 30% sobre o valor do produto quando é um produto orgânico, tanto no PAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos e a Alimentação Escolar, e isso faz com que as famílias se deem conta de que não é só uma coisa de compromisso político, mas é também é possível fazer uma agricultura economicamente viável sem veneno, e você experomeja mais, dá mais valor quando compensa economicamente (Fernanda, em entrevista a Buscioli, 2023).

Assim, o incentivo dessa transição produtiva pelo PAA, ao acrescentar 30% no preço da produção orgânica/agroecológica na comparação com a produção convencional, propiciou que o MST atuasse no conjunto de ações que valorizassem este processo, ou seja, criando condições materiais para a execução do Programa nos assentamentos, uma vez que as maiores dificuldades estavam relacionadas a assistência técnica, ausência de créditos de incentivo à produção, organização de cooperativas/associações e confiança dos camponeses (REIS, 2015).

Com os cortes orçamentários e a burocratização dos processos que envolviam o PAA pela atuação de diferentes sujeitos, ocorre um impacto negativo e intencional do Estado sobre os territórios em que ele estava sendo executado. Segundo Diro:

O que a gente ainda tem que tem respaldo, mas que está sendo cada vez mais impactado é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA que são iniciativas que fortalecem a transição agroecológica no âmbito do Governo Federal que possibilita, mas a gente percebe que há uma escassez do que foi no Governo Lula, no Governo Dilma, por exemplo, uma escassez de recursos muito grande que não possibilita de fato essas políticas serem efetivas e não possibilita a gente pensar uma transição agroecológica no momento a partir de um volume tão baixo de recursos que é destinado para esses programas. (Diro, em entrevista a Buscioli, 2019).

Para o militante, hoje não temos uma política pública efetiva que fomenta em sua essência os processos agroecológicos, o que na realidade temos é o esfacelamento e a destruição dessas políticas no contexto de diminuição dos repasses de recursos, principalmente após os governos Temer e Bolsonaro, ou seja, não há interesse voltado para a produção camponesa, dificultando-se assim os processos de transição agroecológica.

Aí reside a necessidade de termos políticas públicas efetivas que estejam vinculadas à implementação de um modelo de desenvolvimento de base agroecológica, buscando uma ruptura com o modelo de desenvolvimento do agronegócio e fortalecendo os movimentos socioterritoriais brasileiros, emancipando e dando autonomia para eles frente ao Estado, isto é, uma prática agroecológica verdadeiramente transformadora e emancipadora (ROSA; SVARTMAN, 2018).

Nesse contexto, Valdecir (em entrevista a Buscioli) destaca a compreensão que o MST tem de não ter uma total dependência do Estado, ou seja, de se subalternizar, mas, isso sim, saber, estrategicamente, dialogar com ele na cobrança permanente de suas pautas e saber atuar separado dele, com ações concretas para o fomento da Agroecologia, buscando o desenvolvimento territorial através dela.

Nesse sentido, entendemos que a luta agroecológica do MST perpassa não só o elemento da conquista do território material, ela abarca o desenvolvimento territorial na busca pela alimentação saudável tanto dos camponeses que comercializam a sua produção em diversos mercados como dos consumidores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Com isso, o MST compreende que “os princípios da agroecologia geram sim desenvolvimento territorial, estão voltados para essas lógicas, o grande desafio agora é transformar a agroecologia e fazer essa passagem de técnicas aplicadas na produção de alimentos, mas como princípio organizador da sociedade” (Fabiana, em entrevista a Buscioli, 2023).

Borsatto (2011) aponta que as dificuldades para se propagar o Paradigma Agroecológico dentro dos Movimentos socioterritoriais não é de exclusividade do MST. Compreendemos que tais questões fazem parte de um conjunto que embasa a conflitualidade entre os diferentes modelos de desenvolvimento já apresentados nesta tese.

Assim, no próximo subcapítulo, apresentaremos as ações de luta que envolvem a Agroecologia no MST em todo o território brasileiro, compreendendo-as como ações de resistência que geram desenvolvimento territorial na construção de territórios agroecológicos em suas materialidades e imaterialidades no contexto paradigmático.

3.2. A (i)materialidade das ações do MST no contexto agroecológico: práxis que produzem territórios

“Fazer a agroecologia, alimento saudável, é calo na mão.”
Valdecir-MST.

A partir da compreensão do que é a agroecologia para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, podemos elencar que ela tem um caráter de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, buscando a sua ruptura através da realização de ações de resistências que promovem o desenvolvimento territorial em diferentes escalas no Brasil.

Desta forma, neste subcapítulo, apresentaremos as ações do MST no contexto da agroecologia que foram noticiadas dentro do site do Movimento na categoria “Agroecologia¹⁴”, entre os anos de 2019 e 2022. Elencamos esta busca de dados, pois compreendemos que com esta forma de ação de divulgação, o Movimento passa a ser contribuidor e fortalecedor dos paradigmas da Questão Agrária e do Agroecológico, bem como divulgador do seu projeto de desenvolvimento para o campo aliado a reforma agrária popular.

Esta metodologia corrobora com a fala do camponês Luan, ao apontar que ao longo dos anos o MST, tem buscado por meio dos processos de comunicação, avançar na ampliação das informações a respeito das experiências agroecológicas realizadas por eles em todo o território brasileiro, fortalecendo a opinião pública sobre o Movimento.

Neste procedimento, foram lidas 405 notícias e identificadas 986 ações que envolviam a Agroecologia e, num esforço teórico-metodológico inicial, as agrupamos em 69 tipologias analíticas de ações agroecológicas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Compreendemos que as tipologias analíticas envolveram diferentes escalas de ações, tais como: nacional, estadual, regional e local e embasam a materialidade e imaterialidade do território em sua multidimensionalidade.

Pedon (2009), compreende que as escalas de ação dos movimentos socioterritoriais se configuram como de origem ou de impacto, em que estão relacionadas com a formação de um plano de ordenação projetado via objetos e ações pelos movimentos, marcando a conflitualidade como elemento central.

¹⁴ As notícias e arquivos estão disponíveis em: <https://mst.org.br/conteudo/noticias/?tema=agroecologia>.

Para o autor, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “é aquele cuja luta possui uma escala de maior alcance e extensão, pois, além de atingir a quase totalidade do território nacional por meio da espacialização, ele age como elemento transformador das realidades na escala local” (PEDON, 2009, p. 2015).

Estas transformações, ocorrem por meio de diferentes atuações que o Movimento tem realizado em todo o país. No contexto das ações formativas agroecológicas, podemos elencar as atividades que são realizadas em diferentes espaços, tais como escolas do campo, urbanas e indígenas. Também identificamos as aulas públicas, cursos, oficinas, orientações técnicas, a divulgação de artigos de opinião/informativos, criação de podcasts, participação em evento acadêmico e pesquisa acadêmica entre outras tipologias analíticas.

Santos (em entrevista a Buscioli e Machado, 2022), destaca que na formação dos seus quadros, o MST, tem buscado contribuir com o processo de formação política que faça a crítica ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e da atuação do Estado, avançando na perspectiva de compreender a agroecologia como um caminho e um instrumento de ação. Com isso, o Movimento tem a necessidade de avançar nos aspectos de produção e comercialização em seus territórios.

No campo da produção enquanto matriz analítica geral, encontramos as ações de produção agroecológica; coleta, trocas, armazenamento e banco de sementes; implantação de hortas comunitárias; plantio e viveiro de mudas; certificação da produção agroecológica; implantação de agroindústrias para processamento de alimentos entre outras formas.

Elas têm impactos diretos nas ações de solidariedade vinculadas a doação de alimentos, de mudas, de sementes crioulas ou outras doações como de brinquedos e produtos de higiene e limpeza, principalmente nos primeiros anos mais intensos da Pandemia da Covid-19, fundamentando elementos importante para o debate da reforma agrária popular, tendo em vista, a agroecologia e a soberania alimentar. Também identificamos as ações de solidariedade partindo da coletividade como os mutirões realizados para plantio ou empréstimo de maquinário as comunidades através das cooperativas e associações.

No campo da comercialização, temos ações vinculadas a comercialização da produção agroecológica em feiras locais, feiras da reforma agrária (estaduais e nacionais) e em cestas agroecológicas, bem como a criação de sites para comercialização da produção agroecológica e outros produtos da reforma agrária, a ampliação dos armazéns do campo do Movimento no território nacional, entre outras tipologias analíticas.

Nas ações vinculadas aos aspectos organizativos do Movimento, tivemos tipologias analíticas voltadas para a criação de cooperativas, acordos de produção agroecológica com os

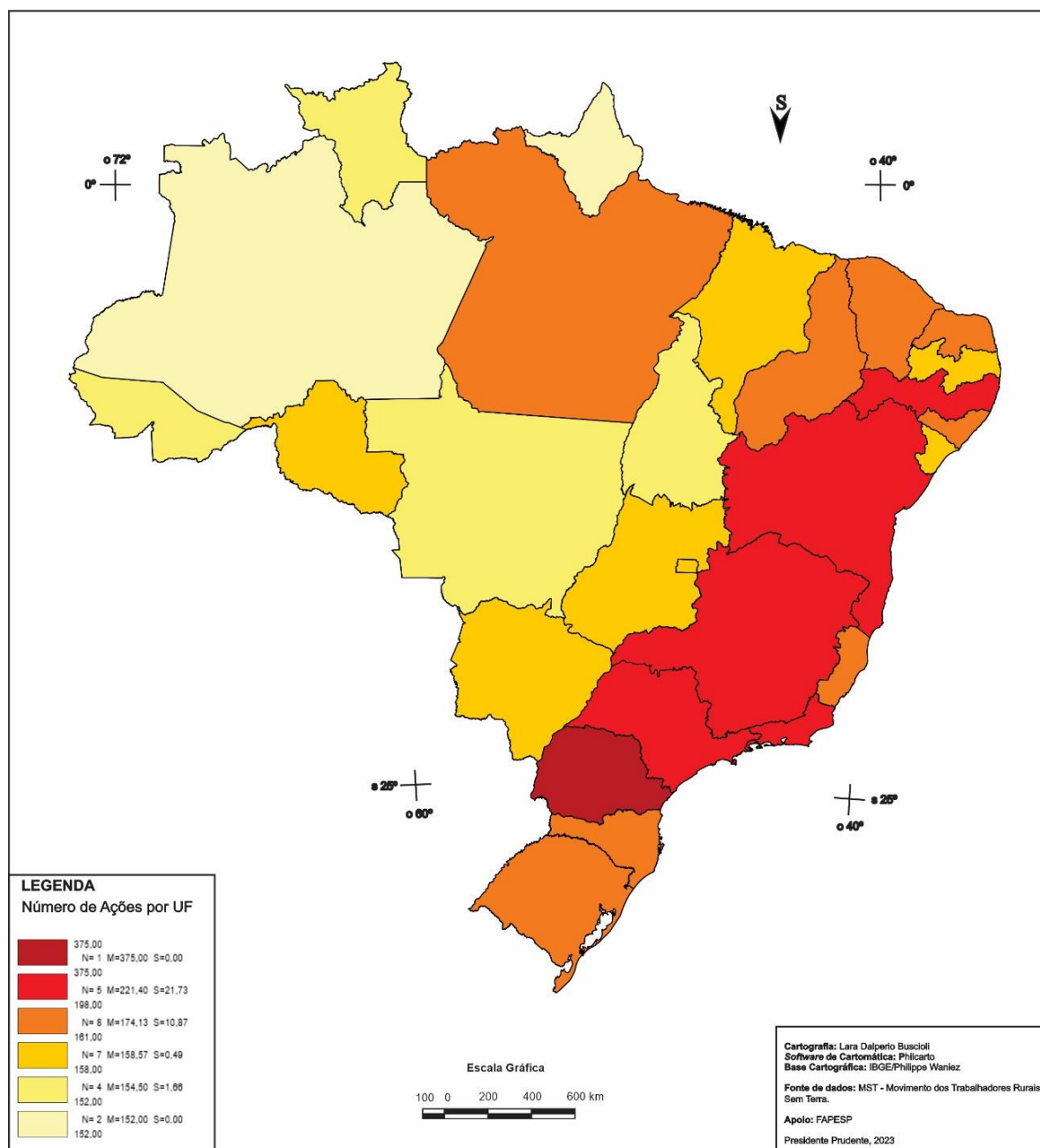
governos, encontros com políticos, criação de eventos políticos temáticos, a candidatura de militantes nas eleições presenciais, participação de eventos ou audiências públicas, entre outras ações de resistência que estão vinculadas a diferentes intencionalidades nas ações organizativas do Movimento.

Assim, concordamos com Pedon (2009), ao afirmar que o “alcance, extensão e profundidade são dimensões da ação dos movimentos socioterritoriais, e que estão relacionados com a Intencionalidade manifestada nos embates promovidos” (p. 195) em diferentes ações. Evidenciamos que as ações de manifestações gerais do Movimento como ocupação de espaços públicos, carta aberta, notas de repúdio, denuncia em reportagem, divulgações de homenagens, premiações, menção honrosas entre outras tipologias, apresentam uma intencionalidade demarcada pelas ações do MST no contexto nacional que se expandem para a escala global, por exemplo, ao se receber prêmios ou reconhecimentos internacionais.

Em uma crítica interna, o camponês Luan aponta que inicialmente o MST não tinha propositiva fazer o acompanhamento dessas ações que envolviam a agroecologia, mas que a partir do momento que essas experiências passam a ser um projeto político, ocorre uma mudança organizacional interna, em que se passa a acompanhar e registrar essas ações seja pelos próprios componentes ou por parte de alguns acadêmicos apoiadores das ações do Movimento.

Neste sentido, a Tabela 2 apresenta as tipologias de ações agroecológicas detalhadas realizadas pelo MST a partir das notícias vinculadas em seu site e o Mapa 5 que representa a sua espacialização por meio das unidades federativas, conforme sua incidência no Brasil.

Mapa 5: Agroecologia e MST no Brasil entre 2019-2022



Ao analisarmos o Mapa 5, compreendemos que o Nordeste, o Sudeste e o Sul, são as macrorregiões que obtiveram o maior número de ações no contexto da agroecologia de todo o Brasil. Evidenciando assim, a fala do militante Diro que aponta que tais dados se referem ao contexto histórico do surgimento do MST e da agroecologia. Em suas palavras:

O MST tem um acúmulo muito grande com relação ao tema da agroecologia pelas suas experiências em desenvolvimento em todo o Brasil, a gente observa assim que há experiências exitosas desde o sul até o nordeste, acho

que o sul e o nordeste são regiões com trajetórias na tradição agroecológica que são exemplos para o Brasil inteiro embora a gente tenha experiências espalhadas por todo o interior do Brasil essas duas regiões concentram experiências muito ricas e históricas e muito potentes da agroecologia pro MST e eu acho que pro campesinato no Brasil (Diro em entrevista a Buscioli, 2020).

No contexto dos estados, os que tiveram maiores índices de ações vinculadas a agroecologia foram: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul. Destacamos que estas ações estavam vinculadas aos processos formativos, produtivos, de comercialização, manifestações, entre outros.

Cabe destacar que por mais que o MST não esteja territorializado materialmente em alguns estados brasileiros, como o Amapá e o Amazonas, o Mapa 5, apresenta a realização de ações em todas as unidades federativas. Isto ocorre, porque estamos dialogando também com a escala de ação no campo da intencionalidade dos movimentos socioterritoriais, uma vez que as ações de caráter nacionais como Artigo de Opinião/Informação e Divulgação, ocorrem no contexto da imaterialidade na totalidade das ações territoriais do MST no Brasil, pois a intencionalidade do MST é informar em caráter multiescalar em que qualquer sujeito pode acessar tais documentos, ou seja, ter contato com esta tipologia de ação, em qualquer unidade federativa do país ou do mundo.

Então, estas tipologias de caráter nacional representam a multidimensionalidade e multiescalaridade dos territórios nas ações do Movimento para além de sua territorialização no contexto material de existências no território. Elas buscam, assim, ampliar a escala de ação, mesmo que seja no campo da imaterialidade.

A partir da Tabela 2, observamos detalhadamente as 69¹⁵ tipologias analíticas de ações do MST no contexto agroecológico que foram sistematizadas em todo o território brasileiro, elas envolvem ações desde o processo formativo ao de comercialização, buscando a promoção do desenvolvimento territorial com seu protagonismo.

¹⁵ Cabe destacar que estas ações correspondem parte da realidade, ou seja, não são a totalidade das ações realizadas pelo MST no Brasil. Pois, compreendemos que ações locais podem não ser registradas pelo Movimento. Mas, tais dados são importantes para ser analisados, na medida que apresenta um esforço inicial de sistematização das ações em tipologias, fomentando o debate teórico-metodológico-paradigmático proposto nesta tese e contribuindo para análises internas do MST e de toda a sociedade.

Tabela 2: Agroecologia e MST no Brasil – Total das Tipologias de Ações em agroecologia sistematizadas pelas notícias do MST entre 2019 e 2022

Número	Tipologias de Ação	Quantidade
1	Ações formativas agroecológicas em escolas	1
2	Acordos de produção agroecológica com governos	1
3	Armazenamento de sementes crioulas	1
4	Arrecadação de fundos - construção	2
5	Artigo de opinião/informação	80
6	Audiência pública	1
7	Aula pública	2
8	Banco de sementes	1
9	Campanha	11
10	Candidatura de militantes	46
11	Carta aberta	7
12	Certificação da produção	4
13	Coleta de sementes	8
14	Comemoração	14
15	Comercialização	130
16	Conquista cadastro de produtores rurais	2
17	Conquista de maquinário	2
18	Conquista escola de agroecológica	1
19	Conquista judicial	3
20	Conquista legislativa	1
21	Construção infraestruturas	12
22	Convite a representante político	1
23	Criação cozinha de comunitária	1
24	Criação de aplicativo	1
25	Criação de cooperativa	2
26	Criação de <i>Podcast</i>	1
27	Criação de site para comercialização	1
28	Criação de armazém do campo	2
29	Curso	11
30	Denuncia em reportagem	5
31	Divulgação	70
32	Doação de alimentos	112
33	Doação de mudas	7
34	Doação de sementes crioulas	1
35	Doações gerais	18
36	Empréstimo de maquinário	1
37	Encontro com políticos	4
38	Entrevista pesquisador	1

39	Espaço de debate	5
40	Eventos	65
41	Experiência turismo	1
42	Feira da reforma agrária	24
43	História de vida	13
44	Homenagem	5
45	Implantação de agroindústria	5
46	Implantação de bosque	1
47	Implementação de hortas comunitárias	3
48	Inauguração	16
49	Lançamentos	26
50	Manifestação	10
51	Manutenção de mudas	1
52	Menção honrosa internacional	1
53	Moção de apoio	1
54	Mutirões	11
55	Nota de repúdio	1
56	Oficinas	9
57	Organização política camponesa	5
58	Orientação técnica	1
59	Participação de atividades educativas em escolas indígena	1
60	Participação em evento acadêmico	1
61	Participação em feira internacional	1
62	Participação em pesquisa acadêmica	1
63	Plantio de árvores	87
64	Premiação	6
65	Conservação de árvores nativas	1
66	Produção	77
67	Projetos agroecológicos	16
68	Trocas de sementes crioulas	3
69	Viveiros de mudas	19
Total de Ações		986

Fonte: Site do MST – Agroecologia. Org.: BUSCIOLI, L. D.

Como abordado, estamos compreendendo tais ações no contexto da escala de ação dos movimentos socioterritoriais, apresentados por Pedon (2009), pois elas partem de intencionalidades materializadas nas suas ações práticas, substancializadas pelas suas agendas de lutas, em que cada sujeito organizado vai construindo seu conteúdo interno em seus territórios. Assim, os eventos e processos realizados por estas ações, transformam diferentes lugares com características específicas, promovendo ações mais amplas como as nacionais.

No contexto analítico da Tabela 1, compreemos que as ações vinculadas aos processos formativos são importantes instrumentos de luta do MST, para formação e consolidação da Agroecologia em diferentes territórios vinculados aos espaços rurais, urbanos e das florestas atuando em diferentes conjunturas e ações.

As “Ações formativas agroecológicas em escolas” referem-se ações no espaço escolar com debates ou materialidades relacionadas a agroecologia, como a construção de canteiro agroecológico em uma escola de Lins em São Paulo. Estas ações partem do contexto imaterial da formação que se materializam a partir da prática agroecológica entre os educandos, transformando realidades locais e gerando impactos positivos em outros territórios.

Neste contexto, também tivemos a “Participação de atividades educativas em escolas indígena”, por membros do MST (jovens e crianças) em ações educativas com os povos Guarani na Terra Indígena Passo da Mina no estado do Rio Grande do Sul, além de realização de brincadeiras entre os sujeitos envolvidos, socializando conhecimentos e alegrias.

Também tivemos as “Aulas Públicas” realizadas como ação de resistência formativa do Movimento, realizando debates que envolviam a fome, a agroecologia, a alimentação saudável, os processos eleitorais de 2022 e comercialização da produção agroecológica, sendo executadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, promovendo a formação dos camponeses e apoiadores do Movimento.

Ocorreram a execução de “Oficinas” que foram realizadas para obtenção de conhecimentos que envolvem os elementos da agroecologia e do consumo consciente por parte dos participantes, sendo realizadas em diferentes espaços como nas Feiras da Reforma Agrária. Podemos exemplificar as oficinas de: “Produção de Fitoterápicos e Fitocosméticos”, “Materiais Recicláveis” e “Consumo de Gás”.

Nas atividades formativas do Movimento relacionados aos “Cursos”, eles tiveram como objetivos debater a agroecologia no contexto da técnica, produção, comercialização, gestão, sabor, modelo de desenvolvimento entre outros. Como foi o caso do “Curso de Viveiros e Sementes da Reforma Agrária Popular” no município de Lapa no Paraná e outro em Joanópolis “Curso de Formação de Agentes Populares de Agroecologia”, realizado com parceria da Universidade Federal de São Carlos no estado de São Paulo.

A “Orientação técnica” também foi realizada por estudantes militantes do Movimento em locais de reforma agrária, como em hortas produtivas. Esta ação ocorreu no estado do Paraná e busca complementar o conhecimento agroecológico através de diferentes técnicas para fomentar a produção em seus territórios.

Outra tipologia analítica importante, são os “Espaços de debates” realizados em feiras, por exemplo, para o fomento de debate da agroecologia, soberania alimentar, insegurança alimentar e nutricional, reforma agrária popular entre outros elementos, configurando como um aspecto formativo importante para os diferentes sujeitos.

A “Participação em Evento Acadêmico”, também corresponde a outra atividade formativa enquanto ação transmissora de conhecimento, com a participação do MST em mesas de debates, tais como ocorreu no Congresso Brasileiro de Agroecologia. Bem como, a “Participação em Pesquisa Acadêmica” em que o Movimento está atuando em pesquisas vinculadas a produção agroecológica em parceria com a Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo.

A entrevista com pesquisadores também foi outro instrumento utilizado pelo MST em seu site, para disseminação formativa de informações, em que se entrevistou o pesquisador Michael Löwy para debater temas estruturantes do capitalismo e principalmente sobre o ecossocialismo. Nestas ações, evidencia-se que para o Movimento o conhecimento científico não pode estar separado da luta e resistência de seus militantes no cotidiano dos seus saberes.

Os registros de “Artigo de opinião/informação”, representam aspectos formativos informais, contribuindo para o conhecimento de quem os lê. Eles foram escritos por diferentes autores (camponeses ou não) que informavam e/ou opinavam sobre determinado assunto relacionado a questão agrária, construindo paralelos entre as ações do Movimento frente ao avanço do capital, buscando a crítica aos reais problemas estruturantes da nossa sociedade. Os principais temas encontrados foram: Agroecológica, ações dos camponeses e indígenas (crianças, jovens e adultos), problemas ambientais, problemas políticos, problemas sociais, políticas públicas, agronegócio, insegurança alimentar e nutricional, alimentos saudáveis, reforma agrária popular, comercialização de alimentos, trabalho, metodologias formativas e produtivas como o método “Camponês a Camponês” entre outros temas.

As notícias que estavam vinculadas aos “Lançamentos” correspondem aos lançamentos de materiais formativos como livros, cadernos, cadernetas, dossiês, dicionários que envolveram a temática da Agroecologia em sua totalidade, bem como de rede de viveiros, campanhas e plano de ação.

Diferentemente, temos a tipologia de “Divulgação” que corresponde as notícias que divulgam determinadas situações e ações do MST que vão acontecer ou ações de outros movimentos socioterritoriais no Brasil, fortalecendo a luta pela terra em diferentes espaços. Também, estão vinculadas ações de divulgação de visita de artistas, intelectuais e políticos em territórios da reforma agrária, divulgações de documentários, de livros, de cadernetas, de

projetos, participação de militantes em escolas agroecológicas, retorno das feiras presenciais ou feiras internacionais, entre outros, ou seja, ações futuras.

Também tivemos a categoria analítica “Denúncia em reportagem”, ou seja, notícias com teor de denúncias contra situações vivenciadas pelos camponeses em territórios onde há produção agroecológica ou outras áreas que envolve o MST, tais como ameaças de despejo, omissão do Estado e incêndios criminosos.

Estas tipologias estão diretamente relacionadas aos elementos da produção agroecológica, pois, em sua maioria partiam de territórios em que há esta propositiva. Nela, temos diversas tipologias sistematizadas que em conjunto, fundamentam os princípios da Agroecologia enquanto modelo produtivo tradicional do campesinato, tornando-se uma forma de resistência que promove o desenvolvimento territorial permitindo a permanência dos camponeses em seus territórios.

No caso da ação produtiva em sua essência, temos a categoria analítica de ação sistematizada como “Produção”, que corresponde a todos as notícias que citassem algum tipo de alimento agroecológico produzido ou forma de produção que se vincula ao cotidiano dos camponeses como hortas, quintais produtivos, agroflorestas etc., registradas em todas as macrorregiões do Brasil, consequentemente promovendo o desenvolvimento territoriais de tais localidades. Destaca-se que parte destas ações estavam vinculada ao Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”

Segundo o militante Luiz, a produção agroecológica contribui em diferentes seguimentos da sociedade, como no social, no ambiental e no cultural, principalmente provendo a consciência dos diferentes sujeitos. Em suas palavras:

Então, o que você conseguir produzir sem veneno, acredito que já é uma grande ajuda ao meio ambiente, uma ajuda grande a saúde humana, uma ajuda grande principalmente para as futuras gerações. Porque assim, a gente sabe que essa geração é uma geração meio perdida, nesse sentido de ter uma consciência política, cultural e agroecológica (Luiz em entrevista a Buscioli, 2022).

Outra ação importante no contexto produtivo, são os “Viveiros de mudas” realizados pelo MST, sendo sistematizados nos estados do Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Piauí e Mato Grosso do Sul. Nesta mesma conjuntura, identificamos o ato político simbólico realizado pelo Movimento, através da categoria “Manutenção de mudas” realizados para conscientização e coletividade dos camponeses, sendo encontrado em Sandovalina no estado de São Paulo.

O “plantio de árvores” é outra tipologia encontrada e de suma importância nas ações gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Consideramos que a realização de plantio de árvores é um ato político importante para consolidação do Plano Nacional, para o reflorestamento de territórios e para produção agroecológica. Eles também são executados no contexto de ações temáticas de agendas do Movimento tais como, o Dia Mundial da Água, Dia da Caatinga, Dia do Meio Ambiente, Dia da Agroecologia e de campanhas.

A “implantação de bosque”, foi outra ação registrada e tinha como objetivos o reflorestamento para produção de alimentos agroecológicos. Esta ação ocorreu no município de Porecatu no estado do Paraná, com a implementação do Bosque Ana Primavesi, que foi a precursora da agroecologia.

O militante Cassio destaca que as relações de reflorestamentos sempre foram preocupações do Movimento desde a conquista do território. Pois, ao adentrar nele, há uma parcela de território destruída pelos latifundiários e pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio. Para o militante, essa destruição ocorre, pelo fato dos sujeitos, pensarem apenas no lucro e na produtividade, resultando na destruição do meio ambiente, sendo necessário além de reflorestar, preservar os territórios conquistados.

No contexto da conservação dos territórios, sistematizamos a tipologia analítica de “Conservação de árvores nativas”, sendo considerada uma forma de ação tradicional do campesinato incorporada pelo Movimento no contexto agroecológico em diferentes biomas, tais como o Pau-brasil em que famílias preservam tais árvores com mais de 600 anos no sul do estado da Bahia.

Uma categoria muito importante analiticamente no processo produtivo dos camponeses, são a “Certificação da Produção” nos territórios da reforma agrária como os assentamentos rurais que promovem a agroecologia ou produção orgânica nos lotes ou na totalidade dos assentamentos. Esta categoria, foi registrada nos municípios de Presidente Bernardes no estado de São Paulo e no estado do Paraná em Castro e Londrina.

Nos “Acordos de produção agroecológica com governos” registramos o acordo de produção entre o MST e o governo estadual de Rio Grande do Norte para produção de arroz agroecológico no estado. Estes acordos são importantes ao compreendemos a atuação dos Governos e Estados para a contribuição da execução da agroecologia em diferentes territórios da reforma agrária, promovendo ações que visam o desenvolvimento territorial aliado a políticas públicas com protagonismos dos movimentos socioterritoriais camponeses.

Configuramos como “Projetos Agroecológicos” as ações do MST em territórios da reforma agrária que estavam envolvidos em algum projeto ou programa interno com

contribuições de pessoas externas Movimento, tais como Projeto Coletivo de transição agroecológica, Semeando Agroflorestas, Projetos de Viveiros, Programa Agroecologia entre outros.

Sobre a “Coleta de sementes” realizamos o registro, a partir do entendimento dela enquanto ação política produtiva como componente tradicional nos territórios camponeses, bem relacionadas aos programas e dias temáticos como Dia Nacional da Caatinga. Tais ações foram realizadas nos estados de Minas Gerais e da Bahia.

Em relação aos “Armazenamento de semente crioulas” estamos compreendendo como uma forma essencial no contexto produtivo do MST na perspectiva da prática agroecológica, sendo sistematizado por famílias no estado do Paraná enquanto ação política. Ao armazenar as sementes, os camponeses tem guardado consigo não só a materialidade dela, mas sim, elementos imateriais incorporados em seus saberes agroecológicos, contribuindo para sua permanência a partir do aspecto produtivo, pois as sementes guardadas podem ser usadas no próximo plantio.

Sobre a tipologia “Banco de Sementes” estamos entendendo-as quanto ação primordial, ou seja, basilar no processo agroecológico que permite avançar em diferentes culturas para plantio, bem como realizar comercialização destas ações. Identificamos a utilização do Banco de sementes dos militantes do MST em Curitiba como ato político e como fomento para Horta Agroecológica pertencentes a eles.

Sobre a “Arrecadação de fundos – construção” foram identificados a arrecadação enquanto financiamento coletivo para construção de um galpão para contribuir com a produção agroecológica em Valinhos e do armazém do campo em São Paulo ambos no estado de São Paulo, com a propositiva de que ao término, as famílias camponesas possam realizar sua produção e comercialização, promovendo o desenvolvimento territorial de ambos os territórios.

As ações de “Comercialização” de alimentos da reforma agrária foram registradas através de cestas, feiras, Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), comercialização local individual, bem como a comercialização online através de *sites*, *WhatsApp* e *delivery*. Tais ações, tiveram com o intuito de contribuir para o debate da reforma agrária popular aliado a soberania alimentar e agroecologia, bem como no combate à fome. Elas foram realizadas em diversos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pelo caráter de importância impar para as ações do MST estamos considerando a Feira da Reforma Agrária como uma tipologia de ação do Movimento voltado as estruturantes ligadas a agroecologia no Brasil, sendo uma ação transversal a várias tipologias de ações apresentadas, pois reflete espaços de comercialização, produção, socialização, cultura, lazer entre outros elementos que fortificam e confere a luta do Movimento em escala nacional. Por isso, ela foi identificada na Tabela 2, como uma tipologia separada. Nesta tipologia, encontramos sua ocorrência em vários estados como Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Destacamos a fala do militante Santos, que faz parte da gestão nacional dos Armazéns do Campo, que compreende as feiras como atos sociais, que estão vinculados ao campo político de contribuição para a agricultura camponesa de base agroecológica, fomentando o debate para toda a sociedade (em entrevista a Buscioli e Machado, 2022).

Também, evidenciamos, como uma tipologia analítica a “Participação em Feira Internacional” em que ocorreu a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em uma feira de exposição de orgânica internacional para divulgar a marca Raízes do Campo em 2022.

No que tange as ações de conquista do MST no contexto agroecológico, estamos compreendo elas enquanto ações materiais e imateriais que promovem o debate e o desenvolvimento territorial local daqueles camponeses organizados, como foi o caso da tipologia de “Conquista cadastro de produtores rurais” em que se efetuou através da aceitação do Cadastro de Produtores Rurais (CAD-PRO) para os camponeses dos acampamentos Maria do Contestado e Fidel Castro no estado do Paraná.

Tivemos a “Conquista de maquinários” enquanto ação de recebimento de trator para o pré-assentamentos Fabio Santos na Bahia e outro para camponeses de todo o estado, sendo uma conquista realizada por meio da luta do MST. Esta conquista, permite avançar nos aspectos produtivos agroecológicos destes territórios. O mesmo ocorre com a “Conquista de escola agroecológica”, ou seja, conquista de uma escola com princípios agroecológicos, ocorrida no estado de Minas Gerais como reflexo dos crimes realizados pela Vale, em que os movimentos socioterritoriais lutam durante anos por esta efetivação de pauta reivindicativa.

Tivemos as conquistas no âmbito da Justiça: a primeira pela “Conquista Legislativa” através da aprovação de Lei Emergencial da Agricultura Familiar para camponeses durante a Pandemia da Covid-19, permitindo mitigar, os problemas durante este período. E a segunda envolve a “Conquista judicial” sendo registrada através de três processos: Contra ação de licenciamento da Usina Termelétrica Nova Seival em área de produção agroecológica em

Candiota e Hulha Negra, duas conquistas de território por comunidade agroflorestal que lutava a 20 anos em Antônia (PR) e outra do assentamento Carlos Marighella em Congoinhas em que as famílias lutavam a 22 também no Paraná.

A “Construção de infraestruturas” permite a reprodução dos camponeses nos territórios, os avanços na comercialização de alimentos agroecológicos e na formação-política-educacional dos sujeitos, tais como a construção de hortas, bosques florestais, viveiros de mudas, armazéns do campo e cirandas. Parte destas ações estavam vinculadas ao Plano Nacional e aconteceram nos estados de São Paulo, Rondônia, Paraná, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e Bahia.

A “Criação de Cozinha Comunitária” também é um outro instrumento político de ação do MST que envolve os valores de solidariedade e coletividade, conforme ocorrido no município de Castro com a aprovação pela Vigilância Sanitária para o funcionamento da Cozinha comunitária no acampamento Maria Rosa do Contestado pelo Coletivo de Mulheres do Movimento.

A “Criação de aplicativo” foi outro instrumento registrado de ação do MST, criando o aplicativo Arvoredo, para melhorar e incentivo ao plantio de árvores para o Plano Nacional executado pelo Movimento, enquanto elemento de construção das práticas agroecológicas nos territórios. Também tivemos a “Criação do PodCast” intitulado Semeando a Resistência para contribuir com a parte comunicativa do Movimento expandindo as informações a respeito da questão agrária no Brasil, agroecologia e do Plano Nacional, ou seja, uma ação transversal com a formativa.

As “criações de cooperativas” foram executadas no sentido de contribuição nos campos de escoamento e comercialização da produção agroecológica nos territórios da reforma agrária. Sendo que duas foram criadas em Minas Gerais: a Cooperativa Central para a Rede Armazém do Campo em Belo Horizonte e outra denominada CooperUatu em homenagem aos indígenas Krenak do estado.

No campo da comercialização de alimentos tivemos a “Criação de Site”, facilitando a gestão desta forma de ação. Esta tipologia ocorreu em Minas Gerais, possibilitando também a entrega a domicílio para os consumidores de em Belo Horizonte, promovendo a fortificação da agroecologia e de outros produtos da reforma agrária. Bem como a tipologia de “Criação de armazéns do campo” para contribuição da comercialização da produção camponesa agroecológica e de outros produtos da reforma agrária, sendo criada um no município de Vitória no Espírito Santo e outro em Bauru no estado de São Paulo.

Também tivemos a “Implantação de agroindústrias” que é outro instrumento importante no contexto a agroecologia, nos processos produtivos e de comercialização, que faz com que o campesinato consiga permanecer em seus territórios, a partir da sua organização. Nesta categoria, foram sistematizadas cinco implementações, sendo que todas estavam localizadas no estado do Ceará.

As ações de solidariedade são elementos importantes no contexto territorial e formativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que envolvem a agroecologia. Segundo o militante Cassio, a solidariedade é um princípio de ação do MST que permeia diferentes escalas e tem como característica o enfrentamento das desigualdades, em suas palavras: “são os nossos princípios de solidariedade, fortalecimento das questões mais positivas no sentido de você não abaixar a cabeça para qualquer coisa” (Em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

A demarcação deste princípio ficou evidente nas tipologias de:

- Doação de alimentos – que são ações de solidariedade do MST em conjunto com outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais incorporados na luta pela soberania alimentar e contra a fome. Tais ações tiveram como características a doações de cestas, marmitas, alimentos da reforma agrária processados e panificados em todas as macrorregiões;
- Doação de mudas - que são ações políticas e solidárias de entrega de mudas para serem plantadas em áreas de reflorestamento, em escolas, em armazéns do campo entre outros lugares, permitindo debater e conscientizar a população em geral sobre a agroecologia, os problemas ambientais e os problemas sociais como a fome. Tais ações foram registradas nos estados da região Centro-Oeste, no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte do Brasil;
- Doação de sementes crioulas – que são ações políticas e solidárias na doação de sementes crioulas para famílias camponesas produzirem, sendo esta ação sistematizada no estado do Paraná;
- Doações Gerais – que ações de solidariedade do MST em conjunto com outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais para doação de produtos de assepsia, de higiene, de brinquedos e de gás de cozinha a população em situação de vulnerabilidade social. Tais ações foram registradas no estado do Paraná e Bahia;
- Trocas de Sementes Crioulas – que são ações educativas e solidária no contexto produtivo entre comunidades e camponeses, através da troca de sementes crioulas,

fortalecendo vínculos e saberes populares. Tais ações ocorreram nos estados do Paraná e em Santa Catarina;

- Mutirões – que correspondem as ações coletivas vinculadas a reforma agrária no contexto agroecológico, tais como plantio de árvores, criação de hortas, manutenção áreas produtivas coletivas e de colheita. Tais ações coletivas foram realizadas nos estados do Pará, Paraná e Pernambuco em que parte delas estavam envolvidas com o Plano Nacional do Movimento;
- Empréstimo de maquinário – são ação de solidariedade pelo empréstimo máquinas para facilitar o trabalho reprodutivo dos camponeses. Como o ocorrido através da Cooperativa Terra Livre para a contribuição no processo produtivo agroecológico de famílias no estado do Paraná.
- Implementação de hortas comunitárias: que são ações importantes de contribuição para os aspectos de solidariedade e reciprocidades nos territórios, fortalecendo os camponeses no contexto da sua identidade e coletividade. Das três hortas implementadas, uma estava no estado de Pernambuco e outras duas no Paraná.

Em relação a tipologia analítica de “Eventos”, estamos considerando-as enquanto elementos temáticos no sentido político e formativo de ação do MST, com uma agenda e cronograma de execuções de atividades, tais como jornadas, encontros, semanas temáticas e festivais, lives, exposições culturais. Por exemplo, temos os eventos ocorridos Semana do Meio Ambiente, Jornadas Agroecológicas, Encontro de Produtores, Festivais de Cultura Alimentar entre outros.

O militante Luan destaca que os festivais da reforma agrária e as feiras da reforma agrária nacionais, locais e estaduais, são importantes no contexto das ações do Movimento, expandindo suas perspectivas políticas e de luta, trazendo a bandeira como símbolo deste processo, uma vez que passa a dar visibilidade para outros segmentos da sociedade as ações e identidade do Movimento.

Assim, estamos compreendendo que estas ações, tem um caráter popular no massivo de alcance social, dialogando com a sociedade em ações conjuntas, contribuindo com a dinâmica da luta dos camponeses, conforme apontou Rodrigues (2014), analisando as Jornadas Agroecológicas.

Em relação a tipologias de Campanha, também, estamos compreendendo que sua realização ocorre no contexto de contribuição da agenda política-formativa do Movimento, promovendo o desenvolvimento territorial aliado a produção agroecológica, comercialização,

solidariedade, reforma agrária e alfabetização. Partes destas ações também estavam vinculadas ao Plano Nacional.

As ações registradas foram: Campanha Semeando Saberes E Sabores; Campanha Nós Por Nós; Campanha Nacional Natal Sem Fome; Campanha Natal da Reforma Agrária Popular; Campanha Natal Solidário; Campanha Natal da Reforma Agrária Popular; Campanha de Mãos Solidária; e Campanha Periferia Viva. Destacamos, a realização de uma campanha internacional de alfabetização, agroecologia e organização de mulheres realizada em Zâmbia na África, intitulada Campanha de Alfabetização e Agroecologia: solidariedade e esperança entre os povos africanos.

Por estas duas ações, eventos e campanhas, estamos compreendendo-as dentro do elemento da escala de impacto, abordado por Pedon (2009), pois elas estão relacionadas as intensidades das agendas dos movimentos socioterritoriais que se ajustam conforme inserção na estrutura social, criando agendas de lutas conforme as realidades.

Um elemento importante a ser analisado enquanto tipologia de ação, que busca apresentar as realidade no espaço agrário, é a caracterizada como “Experiência Turismo”, em que tal ação foi iniciada pelo Movimento no assentamento Dênis Gonçalves no estado de Minas Gerais com o intuito de apresentar visita aos territórios dos camponeses, caminhada à Toca da Índia, observação de aves e plantio de mudas, na promoção de renda para os sujeitos, buscando aproximar os sujeitos que vivem no espaço urbano ao espaço rural, debatendo elementos vinculados a reforma agrária popular.

Na tipologia analítica “A Organização Política Camponesa” registramos as notícias que correspondiam a ações internas ao Movimento, realizadas através de associações e cooperações, tais como reuniões, plenária e assembleias, resultantes de decisões políticas que envolviam a produção agroecológica e comercialização. Ou seja, ações que contribuem para o fortalecimento do MST em diferentes instancias organizativas.

Sobre a tipologia de “Audiência Pública”, encontramos a ação realizada pelo MST em conjunto com outros movimentos socioterritoriais e apoiadores para debater incentivos ligados a produção camponesa agroecológica no Brasil. Tal ação estava embasada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos deputados no Distrito Federal.

Os registros de “Candidatura de militantes” do MST nas eleições de 2022, foram realizados como forma de fortalecer o debate da reforma agrária popular e da agroecologia enquanto projetos que visam o desenvolvimento territorial do local ao nacional, permeando a importância da atuação dos militantes dentro do Estado, disputando territórios em suas materialidades e imaterialidades.

Também registrados ações externas como o “Convite a representante político”, neste caso o convite foi do MST para Luiz Inácio Lula da Silva, para participar de festa comemorativa da colheita de arroz orgânico no estado do Rio Grande do Sul. Compreendemos que o MST parte da importância do apoio político do então ex-presidente para suas pautas relacionadas a reforma agrária popular, dando visibilidade.

Em relação as “Manifestações” vinculadas as ações agroecológicas do Movimento, estamos compreendendo-as como atos políticos, sendo configurados como escrachos, ocupações de prédios públicos e privados, passeatas entre outras. Sendo realizadas nos estados do Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná etc. Elas tiveram pautas reivindicativas com temas relacionadas a questão agrária no Brasil, a agroecologia, contra a ação do Estado, por políticas públicas entre outras temáticas.

Em relação a tipológica analítica “Nota de repúdio” registramos uma que repudiava a fala de um candidato de direita nas eleições de 2022, em que o Candidato, em sua campanha eleitoral, associou a produção de arroz orgânico do MST ao crime organizado. Além disso a matéria também destaca a importância de eleger candidatos ligados as causas do MST, como produção agroecológica e reforma agrária.

Entendemos a tipologia de ação “Carta Aberta” como instrumento de posicionamento político do MST em conjunto com outros Movimentos socioterritoriais, para passar informações de determinadas situações. Nas ações registradas, elas procuravam apresentar a sociedade questões que envolvem a agroecologia e os problemas do modelo de desenvolvimento do agronegócio no campo alimentar e de conservação do meio ambiente.

Na tipologia referente as ações de “Comemorações” elas foram identificadas a partir das ações de resultados concretos de luta do MST, como comemorações pelas conquistas de territórios camponeses, de locais de produção, aniversários de assentamentos e acampamentos, término da formação educativa de camponeses entre outros. Tais ações acontecerem nos estados da Bahia, Alagoas, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Sobre as notícias vinculadas a categoria de “Inauguração” estavam relacionadas as ações de inauguração de espaços para comercialização de alimentos agroecológicos e outros produtos advindos da reforma agrária, dos centros de produção agroecológicos e de bosques como elementos para avançarmos na perspectiva produtiva sustentável dos camponeses no Brasil. Como por exemplo, temos a inauguração do armazém do campo em Salvador na Bahia ou do Centro de Produção Agroecológica no Paraná.

No campo da tipologia analítica de “Homenagens”, elas vinculavam com as ações que o MST faz e/ou recebe no contexto agroecológico. No que tange aos recebimentos de homenagens, eles foram em detrimento de seus serviços prestados à sociedade, no contexto de ações produtivas agroecológicas, organizativas e de solidariedade. Nas questões relativas as homenagens que o Movimento prestou, elas estavam vinculadas às pessoas importantes na luta pela reforma agrária popular agroecológica pelo país. Temos como exemplo, de homenagem recebida a entrega da Medalha Pedro Ernesto pela Câmara de Vereadores em homenagem a luta do MST durante a 14ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes no Rio de Janeiro.

As “Premiações” também foram ações encontradas ao longo do período analítico dos dados. E referem-se ao recebimento de prêmios por parte de militantes do MST ou pela pelo próprio Movimento enquanto totalidade, em função das ações realizadas como na produção agroecológica ou de audiovisual, neste último caso, temos a produção do “O que é Agroecologia” que obteve uma premiação internacional entregue pela Organização das Nações Unidas.

No campo da internacionalização, também temos a “Menção Honrosa” recebida pelo MST no contexto produtivo agroecológico pela Embaixada da Espanha. Bem como o recebimento de “Moção de Apoio” ao Movimento através do PDS Osvaldo de Oliveira em Macaé no Rio de Janeiro, vinculado as questões agroecológicas.

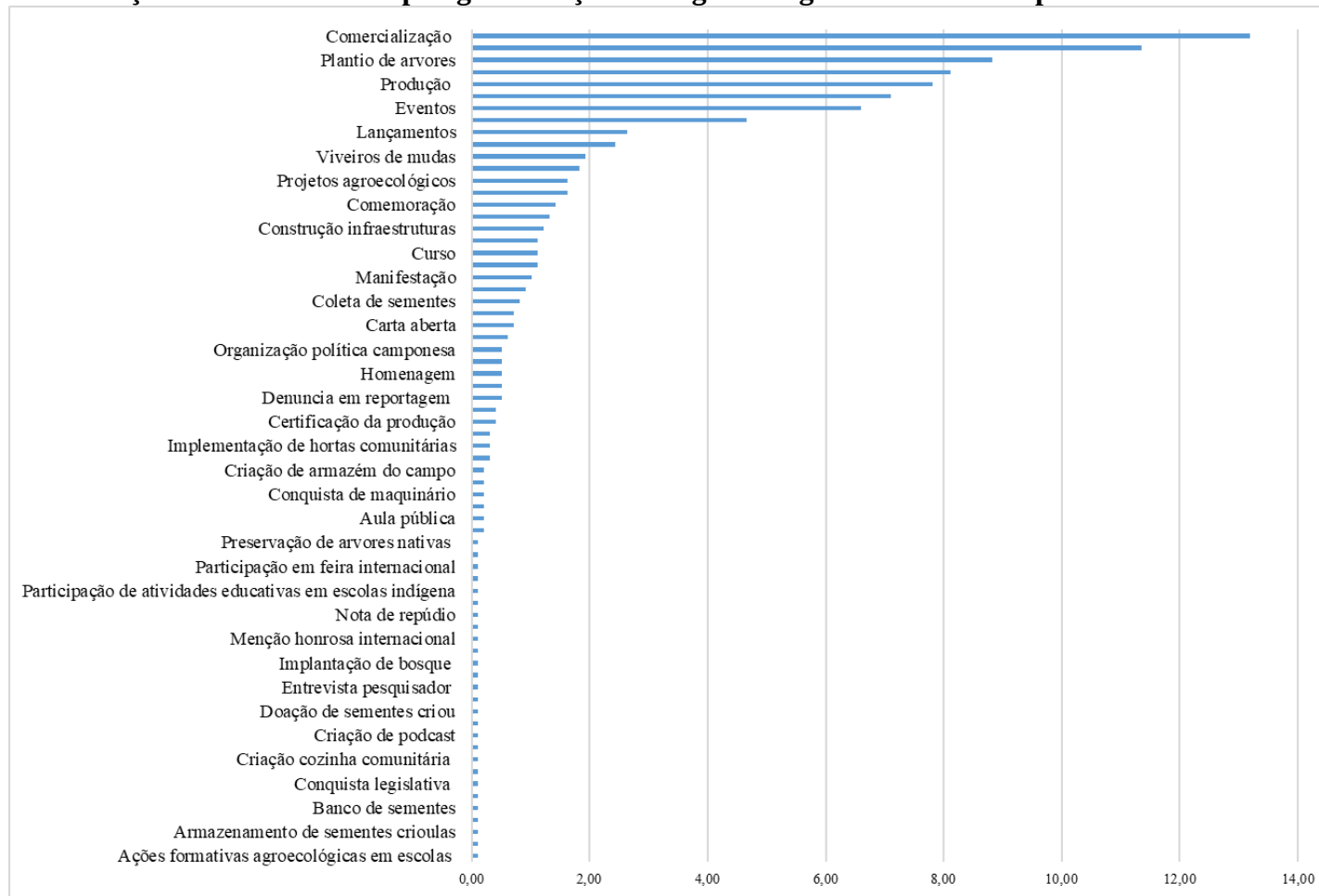
Por fim, as notícias que envolviam a tipologia analítica “história de vida” dos camponeses, foi outro elemento presente nas ações que fundamentam a agroecologia no contexto paradigmático, pois apresentam não só a narrativa de vida destes sujeitos, mas também de trabalho, de resistência, de tradições, geração de renda e desenvolvimento territorial, fomentando que a agroecologia é o caminho em construção que os camponeses devem seguir. Foram apresentadas histórias de mulheres e homens camponeses, guardiões da biodiversidade e de práticas sustentáveis em diferentes estados: Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Rondônia e São Paulo.

Destacamos que no campo das tipologias de ações estamos compreendo a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sob duas perspectivas: Primeiramente, temos as ações de caráter individual, ou seja, realizada apenas pelos militantes do Movimento que foram em sua maioria. E em segundo lugar, as ações realizadas em conjunto com outros sujeitos, em que identificamos mais de 200 apoiadores configurados em movimentos socioterritoriais, movimentos socioespaciais, instituições, sindicatos, organismos multilaterais, universidades entre outros.

Podemos exemplificar os sujeitos organizados através da: Via Campesina; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração; Movimento 21 De Abril; Levante Popular da Juventude; Povos Kaingang; Povos Guarani; Coordenação Ampliada do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar; Associação de Agricultores Afrodescendentes da Comunidade Tradicional do Capão Verde; Rede Sergipana de Agroecologia; Associação Brasileira de Agroecologia; Associação de Recuperação de Alcoólatras; Igreja Evangélica de Confissão Luterana No Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana; Partido dos Trabalhadores; Rede de Mulheres Negras para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Sindicato dos Bancários; Universidade Estadual de Campinas; Universidade do Vale do Acaraú; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Regional do Cariri; Sindicato dos Borracheiros do Estado da Bahia; Sindicato das empregadas domésticas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; entre outros.

Diante do exposto, o Gráfico 5, apresenta o percentual das principais tipologias de ações no contexto agroecológico realizadas pelo MST entre os anos 2019 e 2022, sistematizados através das notícias publicadas pelo Movimento em seu site oficial na categoria Agroecologia.

Gráfico 5: Distribuição Percentual das Tipologias de Ações em agroecologia sistematizadas pelas notícias do MST - 2019-2022



Fonte: Site MST Agroecologia, 2023. Org.: BUSCIOLI, L. D.

Ao analisamos o Gráfico 5, podemos observar que as dez primeiras tipologias de ações agroecológicas correspondentes a Comercialização, Doação de Alimentos, Plantio de Árvores, Artigo de Opinião/informação, Produção, Divulgação, Eventos, Candidatura de militantes e Lançamentos, representam aproximadamente 73% do total das ações realizadas pelo MST em todo o Brasil.

Estamos compreendendo que estas ações são transversais, ou seja, elas estão interligadas a partir das suas multidimensionalidades territoriais, das suas intencionalidades e das lógicas organizativas estabelecidas no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se materializam, transformando os territórios a partir da agroecologia.

Um exemplo, são os dados registrados das tipologias de Divulgação (7,10%) e Artigo de Opinião/Informação (8,11%), que estamos entendendo que tal intensidade ocorreu devido aos sistemáticos ataques que o Movimento estava recebendo por parte do Governo Bolsonaro e seus apoiadores, resultando na necessidade de se criar estratégias imateriais de ações para a internet, desconstruindo assim, tais ideologias, a partir do processo formativo.

No campo das ações de Plantio de Árvores (8,82%), elas estavam diretamente vinculadas as ações de reflorestamento no contexto da conservação ambiental e promoção da agroecologia enquanto estratégia de desenvolvimento territorial aliado ao Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, ou seja, aliado a resistência.

As ações de Doações de Alimentos (11,36%), também estavam vinculadas as agendas políticas do Movimento, como o Plano Nacional, permeando as ações de Produção (7,81%) de alimentos agroecológicos, enquanto ação de resistência ligadas a promoção da soberania alimentar no processo de mitigação dos problemas ocasionados pela Pandemia da Covid-19 e em como o Governo Bolsonaro atuou, intensificando o quadro de insegurança alimentar grave.

Diante desta atuação, o Movimento passa a lançar Candidaturas de seus militantes, representando 4,67% das tipologias de ações. Entendemos que tal tipologia, tinha como um dos objetivos aumentar a possibilidade de execução da agroecologia por dentro do Estado, considerando-a enquanto estratégia de desenvolvimento que permite a permanência dos camponeses nos espaços rurais, ou seja, uma ação que envolve a disputa pelo o Estado.

E em primeiro lugar no campo quantitativo das tipologias de ações agroecológicas analisadas, temos as ações de Comercialização (13,18%). O militante Cassio defende que esta ação juntamente com a produção agroecológica, se tornou o elemento central de luta no

Governo Bolsonaro devido a criminalização pela luta por este Governo, em que o Movimento atua em menor quantidade nas ocupações, mas passa a qualificar os assentamentos.

Compreendemos que as análises estabelecidas com as tipologias, confirmam os estudos de Borsatto (2011), ao analisar que as estratégias no campo da agroecologia resgatam e potencializam as diversidades da comercialização, fomentando os circuitos curtos e as agroindústrias.

No fortalecimento das ações do MST no contexto Agroecológico, estamos compreendendo que o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” representa na atualidade, o maior projeto que o MST tem para fortalecimento destas ações, transformando os territórios em diferentes escalas.

A execução deste Plano e de todas as outras ações apresentadas, nos permite afirmar, que elas contribuem para a consolidação do Paradigma Agroecológico e fortalecimento em consonância com o Paradigma da Questão Agrária que envolve o modelo de desenvolvimento do campesinato, construindo novos conhecimentos e práticas.

Assim, apresentamos no Quadro 3, as tipologias de ações no contexto agroecológico que permearam a execução do Plano Nacional elaborado pelo MST em todo o Brasil. Registramos 17 tipologias voltadas as ações do Plano Nacional, sendo um total de 80 ações realizadas.

Quadro 3: MST e Plano Nacional - Tipologias de Ações sistematizadas pelas notícias do MST 2019-2022
Plantio de árvores
Artigo de opinião/informação
Carta aberta
Comercialização
Construção infraestruturas
Criação de aplicativo
Criação de podcast
Divulgação
Doação de mudas
Eventos
Feira da reforma agrária
Lançamentos
Manifestação
Mutirão
Organização política camponesa
Produção agroecológica
Projetos agroecológicos
Viveiro de mudas
Fonte: Site do MST – Agroecologia. Org.: BUSCIOLI, L. D.

Destas tipologias analíticas, registramos que o “Plantio de Árvores” representa 41,25% do total de ações realizadas através do Plano, ou seja, foi a maior atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais em todo o Brasil. Em segundo lugar, temos o “Viveiro de Mudas” com 23,75% das ações, em que, de todas as 69 tipologias analíticas do trabalho, ela foi a única realizada com exclusividade para o Plano.

Em terceiro lugar, temos as ações do vinculadas as publicações de “Artigos de opinião/informação” com 6,25% discutindo importância do plano e de seus temas norteadores como agroecologia, produção sustentável e meio ambiente. Seguidas do Mutirão (5%) que envolvia a coletividade enquanto processo centralizador; da tipologia de Construção de Infraestruturas (3,75%) que permitissem sua execução; dos Lançamentos (3,75%) e das divulgações (2,5%) com arquivos voltados ao plano entre outras tipologias analíticas de ações.

Cabe destacar que estas ações seguiam a orientação dada pelo MST ao se executar o Plano, conforme explanado por Loureiro (2020), ao destacar que os plantios deveriam ser intensificados/realizados em dias comemorativos. Podemos exemplificar, as ações nos: Dia da

Árvore, Dia da Agroecologia, Dia da Caatinga, Dia do Meio Ambiente, Dia Mundial da Água, Dia da Mata Atlântica entre outras datas comemorativas brasileiras que envolvem a temática da questão ambiental em sua totalidade.

Neste sentido, a Figura 3 apresenta a ação de plantio de árvores realizadas por camponeses do MST, bem como os viveiros de mudas enquanto ações vinculadas ao Plano Nacional em dias comemorativos.

Figura 3: Plantio de árvores como ação do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”



Fonte: MST, 2021.

A Figura 3, apresenta a ação de trabalhadores e educandos do MST no ato de plantar árvores em nascentes, encostas de rios e em áreas de conservação enquanto ação educativa que se vincula com o Plano Nacional aliado ao Dia Mundial da Água que teve como lema “Reforma Agrária Popular Planta Água” em 2021.

Tal ação, tinha como objetivo aliar os plantios com a implantação de agroflorestas, bosques e quintais produtivos, permitindo a reprodução dos princípios agroecológicos como norteadores das ações do Movimento em escala nacional (MST, 2021).

Cabe destacar que Elgelmann (2021) elenca que o plantio de árvores é um importante instrumento político de luta do MST, realizado no cotidiano das famílias e sendo massificado em todo o território nacional pelo Plano. Destas ações, o viveiro de mudas se coloca como importante instrumento se sua execução, sendo apresentado duas experiências na Figura 4.

Figura 4: Painel Fotográfico - Fortalecimento de viveiros de mudas para o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”



Fonte: Rodrigues e Aschi, 2021 – disponibilizado para Elgelmann, 2021.

A primeira fotografia da Figura 4, corresponde ao viveiro de mudas do assentamento 26 de março no estado do Pará e a segunda fotografia o viveiro de mudas no Instituto Educar no estado do Rio Grande do Sul. Ambas as ações estavam relacionadas com o Plano Nacional e tinham como perspectivas fortalecer os viveiros para que se realize o plantio destas árvores com a participação da juventude Sem Terra na contribuição de uma Rede de Viveiros Populares (ELGELMANN, 2021).

Compreendemos que estas ações representam a valorização da natureza enquanto elemento que permite a reprodução dos camponeses nos territórios da reforma agrária, conforme pontuou Cassio (em entrevista a Buscioli e Lima, 2023): “Valorizar a natureza é essencial, a gente consegue agradar a natureza com o pouco que a gente faz”

Desta forma, podemos compreender como o MST atua nacionalmente na contribuição do avanço da agroecologia em diferentes territórios. Estas contribuições envolvem o campo da imaterialidade, por exemplo, pelos aspectos formativos e publicações em seus sites ou pela materialidade com ações concretas nos territórios rurais ou urbanos, o que permite formar uma consciência política dos camponeses, promovendo o conhecimento e transformando os territórios com a promoção do desenvolvimento territorial que resulta na permanência dos camponeses.

Neste sentido, no próximo capítulo, apresentaremos as ações do MST no âmbito da Agroecologia compreendendo a partir da multidimensionalidade e multiescalaridade do território, ao abordarmos brevemente as suas ações no contexto da região do Pontal do

Paranapanema no estado de São Paulo e de forma mais aprofundada no PE Gleba XV de Novembro em Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

CAPÍTULO IV

O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) E OS
ELEMENTOS DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO DO
PE GLEBA XV DE NOVEMBRO

CAPÍTULO 4. O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) E OS ELEMENTOS DO TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO DO PE GLEBA XV DE NOVENBRO

A leitura que aqui fazemos da Agroecologia dentro do debate paradigmático, aliada à análise das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, permite compreendemos que em sua materialidade ela se expressa de diferentes formas e escalas nos territórios materiais e imateriais, promovendo o desenvolvimento territorial, com os camponeses protagonizando seus elementos e fazendo frente ao agronegócio e seu modelo de produção.

Ao compreendermos as ações de resistência no contexto agroecológico dentro do MST em escala nacional, evidenciamos que elas impactam e dão diretrizes em diferentes territórios, pois partem de um conjunto de ações que estão vinculadas, por exemplo, com a saúde, a formação política e educacional destes sujeitos, a produção e comercialização de alimentos agroecológicos, contribuindo para a construção de territórios agroecológicos.

Nesse sentido, procurando avançar nos debates em torno dos paradigmas, modelos de desenvolvimentos e dos territórios agroecológicos, apresentaremos neste capítulo as ações do MST no Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, mas com foco no PE Gleba XV de Novembro em Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Apresentaremos a luta pela conquista da terra, os saberes agroecológicos, a organização camponesa através da Associação Regional de Cooperação Agrícola, a produção agroecológica, bem como a comercialização desta produção através das cestas na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Rosana, que contribuem para o desenvolvimento territorial.

Destacamos que na análise da multidimensionalidade e multiescalaridade do território, não estamos compreendendo o PE Gleba XV de Novembro como um território agroecológico em sua totalidade, mas como um território camponês. O que veremos é o território material agroecológico na escala dos lotes, ou seja, em ações do processo produtivo estritamente agroecológicas, como quintais e hortas. Apresentaremos, também, processos de transição realizados nos lotes, em que a produção convencional está em conjunto com a produção que tem práticas agroecológicas. Compreendemos, dentro desta realidade, que há uma potencialidade de transformação destes territórios para territórios agroecológicos.

Por fim, cabe ressaltar que o MST contribui para o debate paradigmático proposto nesta tese, pois transformam os territórios com suas práticas agroecológicas, permitindo a

permanência destes sujeitos e comprovando os elementos estruturantes que temos debatido: a Agroecologia como forma de resistência e desenvolvimento territorial.

4.1. Breves apontamentos sobre a luta do MST no Pontal do Paranapanema (SP) e a Agroecologia: dos conflitos territoriais à conquista de territórios

“Então, é muita luta, enfrentamento, de muita criminalização do movimento do campo.”

Luiz – MST.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que dentro do debate paradigmático as ações do MST permeiam o emergente Paradigma Agroecológico que por sua vez também se correlaciona com o Paradigma da Questão Agrária dentro do Modelo de Desenvolvimento do Campesinato. Suas ações, portanto, envolvem a resistência contra os processos/elementos vinculantes ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio em seu Paradigma do Capitalismo Agrário no contexto brasileiro.

Nesta conjuntura, compreendemos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constrói territórios materiais e imateriais em seu processo de luta, sendo um de seus elementos fundantes a Agroecologia. A respeito dos territórios imateriais, dentro desta temática, entendemos que sua construção é permeada pelo debate da Agroecologia enquanto ação de resistência e permanência nos territórios para a geração de desenvolvimento territorial nos assentamentos rurais, que por sua vez são entendidos no contexto da materialidade enquanto processo de luta e conquista, assim fundamentando o emergente Paradigma Agroecológico.

Essa luta e resistência está espacializada em todas as macrorregiões brasileiras, ocorrendo de maneira intensa, principalmente na região do Pontal do Paranapanema¹⁶, no estado de São Paulo, que é destaque quando nos referimos à questão agrária brasileira pelo seu histórico de ocupação violenta contra os povos indígenas que lá estavam territorializados, pelo desmatamento para povoamento e inserção de estradas de ferro como a Alta Sorocabana, bem como pelos conflitos fundiários do passado e do presente expressos, por exemplo, nas violências, assassinatos, ocupações de terras e manifestações do campo. Estes conflitos territoriais decorrem do discurso de desenvolvimento estabelecidos pelo Estado em conjunto com o Capital.

¹⁶ Os municípios que compõem do Pontal são: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

Sobreiro Filho (2013) e Leite (1998) apontam que a ocupação desse território ocorre com a ‘ideologia’ de limpeza de tudo o que havia de material e imaterial, principalmente com o extermínio dos indígenas que também resistiram ao processo relacionado à construção das estradas de ferro. Ao passo que as estradas foram sendo construídas, a ocupação da região também ocorria de forma duvidosa quanto à legitimidade e à legalidade das ações. Grandes extensões de fazendas foram criadas, povoados/municípios foram surgindo, legitimando-se, hoje, os conflitos, de que fazem parte os camponeses, pelo território na região (SOBREIRO FILHO, 2013).

Nesse processo, não podemos deixar de citar outro elemento marcante, qual seja, a grilagem de terras que coloca o Pontal do Paranapanema como um território marcado por títulos e escrituras sem legalidade, devido à venda de terras pertencentes ao Estado por pessoas que não eram proprietárias legais delas, conforme aborda Feliciano (2009): “Ao mesmo tempo em que em ocorria a destruição de um território (indígena), havia a disputa entre posseiros, o processo de grilagem de terras e o início da construção de outro território (capitalista)” (p. 219).

A grilagem teve como consequência a concentração de terras e o aprofundamento e fortalecimento entre os interesses do Estado e dos latifundiários, gerando conflitualidades inerentes a esse processo (RABELLO, LEAL, SOUZA, 2016). Observamos que além da grilagem, temos o latifúndio e, mais recentemente, a incorporação de novas tecnologias produtivas com a inserção de grupos/empresas estrangeiras para a produção de *commodities* como a cana-de-açúcar, aliada ao discurso global, fazendo frente às ações agroecológicas realizadas pelos camponeses, bem como e das políticas implementadas com apoio de movimentos socioterritoriais.

A fortificação do setor sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema está ligada com as políticas governamentais implementadas na década de 1970, tais como o Programa Nacional do Alcool, e, nos anos 2000, com políticas de aumento de álcool para a produção dos veículos *flex*, que no contexto geopolítico acabaram por criar condições para a realização de fusões/compras de empresas nacionais para o capital estrangeiro (BARRETO, 2012; OLIVEIRA, 2009).

Assim, na região existem três empresas atuando com capitais dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Países Baixos e Noruega. São elas: Raízen Combustíveis, Umoe Bioenergy e Odebrecht, todas para a produção de cana-de-açúcar margeando os territórios camponeses nos quais sujeitos trabalham na produção agroecológica. Em números totais

existem 114 territórios camponeses, com 6.282 famílias assentadas numa área total de 142.426,7 hectares (DATA LUTA, 2018).

Parte desses territórios foram conquistados através da luta histórica camponesa, indígena, posseira etc., ou seja, demarcam uma conflitualidade histórica na região. A partir de Sobreiro Filho (2013), podemos elencar importantes lutas dos camponeses e indígenas, inicialmente pela Liga Camponesa de Santo Anastácio na década de 1940 — que teve forte influência do Partido Comunista do Brasil, sendo importante para as reivindicações de melhores condições de trabalho e cumprimento de contratos (alto preço dos arrendamentos), evidenciando o pioneirismo na problematização dos elementos da questão agrária no Pontal do Paranapanema (SP).

Posteriormente, na década de 1970, tivemos a luta pela Gleba Santa Rita, uma luta também histórica envolvendo diversas repressões, com a conquista deste território via desapropriação no Governo Sarney. Na década de 1980, surge o MST no Brasil e, em especial, temos a luta camponesa do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo (MST do Oeste) na região de Andradina, com a conquista do território camponês, pela luta, da Fazenda Primavera. Destaca-se as contribuições nas articulações da luta pela conquista da terra pelo padre Renê Parren. Posteriormente, outros movimentos camponeses se estabeleceram em outras regiões do estado de São Paulo como Araraquara e Campinas (WELCH, 2009a, 2009b; SOBREIRO FILHO, 2013).

Ressaltamos que o MST do Oeste e suas conquistas foram importantes para influencia e base para o surgimento do MST na década de 1990 no Pontal do Paranapanema em conjunto com outros movimentos e conjunturas, pois permitiu novas configurações e fortificações da luta pela terra (WELCH, 2009b; SOBREIRO FILHO, 2013)

Sobre o MST no estado de São Paulo, Fernandes (1994) aponta:

A gênese do MST está registrada na luta dos posseiros da Primavera contra a expropriação e a exploração. Essa luta marcou o início de um processo de organização do Movimento no estado, que continuou se desenvolvendo a partir de várias outras lutas construídas no decorrer do período estudado (FERNANDES, 1994, p. 79).

Tais históricos de luta e o avanço do território capitalista, aliado ao processo de grilagem e concentração de terras, foram impulsionadores para o início das ações do MST em 1990 na região do Pontal do Paranapanema, conforme apontado por Welch (2009a, p. 143):

“The history of grilagem and skillful organizing were to make the Pontal a lightning rod for the MST”, principalmente na figura do então dirigente José Rainha Junior (WELCH, 2009b).

Sobreiro Filho (2013) sintetiza alguns elementos da vinda do MST para o Pontal do Paranapanema:

o potencial de se realizar a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e realiza a Reforma Agrária devia-se aos problemas referentes à legitimidade da terra, ou seja, o seu histórico de grilagem e ocupação ilegal, à concentração da terra, a forte presença do latifúndio, o histórico de expropriações e violência, coronelismo, clientelismo, etc. (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 200).

Complementando o autor, o militante do MST, Luan, aponta o início do processo de luta do MST na Região do Pontal do Paranapanema:

O movimento chega aqui na década de 90, no Pontal com uma ocupação muito recente, não tinha nem 100 anos de ocupação ainda, se a gente for pensar da construção das primeiras cidades aqui... e quando ele chega aqui, tinha muita terra, muita terra improdutiva, na mão de poucas famílias que não produziam, ou que matou muito índio, que matou muito posseiro. E só sugava e o MST vem com essa preocupação (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

O surgimento do MST no Pontal do Paranapanema teve a participação de alguns movimentos socioespaciais/socioterritoriais, instituições e partido político: Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra, a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, bem como o Partido dos Trabalhadores. Posteriormente a sua consolidação, o MST realizou a primeira ocupação na fazenda Nova Pontal no então Distrito de Teodoro Sampaio, pertencente a Rosana, com a participação de 700 famílias em julho de 1990 (FERNANDES, 1994; SOBREIRO FILHO, 2013).

Segundo Fernandes (1994), para a preparação desta ação, foram necessários seis meses, sendo que posteriormente à ocupação os membros do Movimento ficaram acampados neste território por uma semana, sendo que por dois dias mantiveram sob vigilância dois oficiais de justiça que foram entregar a liminar de reintegração de posse, com o objetivo de intensificar as negociações com o governo estadual para a garantia de não violência contra os acampados, do assentamento imediato de todas as famílias participantes e da suspensão da ação de reintegração de posse estabelecida pelo juiz da comarca de Presidente Venceslau.

Tais ações de negociação tiveram contribuições da Central Única dos Trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra, mas não obtiveram sucesso. Assim, em 21 de julho do mesmo ano, os policiais civis e militares retiraram a bandeira do Movimento hasteada no centro do território e entoaram hinos à pátria como o da independência e o da polícia militar, despejando violentamente os camponeses daquele território. Desta ação participaram 900 policiais, a artilharia de elite da polícia e os jagunços da fazenda com 105 cavalos e 30 cachorros (FERNANDES, 1994).

A respeito dessa ação, o militante do MST do setor de produção, Luiz, elucida que:

E o processo de territorialização do MST se dá a partir de 1992, em 1990 se prepararam para vir ao Pontal e ocupam uma fazenda muito grande que é chamada Fazenda Nova do Pontal, 13 de Julho de 1992, eles vêm para cá e ocuparam, e as pessoas se assustam, foi uma luta grande porque o MST mandou até o exército para desocupar essa área e levar as famílias para o Paraná, que a maioria era dessa região, Teodoro Sampaio, de onde vieram, o MST se reorganiza nessa época, e depois volta a fazer lutas na região e essa fazenda em 97 se torna assentamento de reforma agrária que hoje abriga 123 famílias assentadas, aí é o início da territorialização realizada pelo MST na região do Pontal (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

O militante Cassio (em entrevista concedida a Buscioli e Lima, 2023) informa que quando o Movimento adentra no Pontal do Paranapanema na década de 1990, seus membros tinham como perspectiva a realização de um sonho de se conseguir o acesso ao território e viver nele, criando seus filhos, dando educação e produzindo alimentos para sobreviver, ou seja, havia esperança e expectativas em relação à luta pela terra na forma de ocupação.

Nessa conjuntura de ocupação, precedida de acampamento, ocorre o processo de despejo, que foi realizado com intimidações por jagunços a mando de fazendeiros, na tentativa de reconduzir as famílias para outros municípios, conforme aponta Fernandes (1994):

Antes do despejo, os trabalhadores haviam decidido que iriam acampar nas margens da rodovia SP 613, nas proximidades da Gleba XV de Novembro. Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias "reconduzidas"

voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal (FERNANDES, 1994, p. 139-140).

Conforme apontou Fernandes (1994), com a situação de insegurança dos militantes do MST perdurando por mais de um mês, outra dificuldade perpassou aqueles sujeitos: a insegurança alimentar, ou seja, a fome. Assim, eles realizaram uma ação de saque em dois caminhões, um de gado e outro de leite, para poderem se alimentar. Isso resultou para os acampados na intensificação da violência e em uma ação de pedido de liminar de reintegração de posse das margens das rodovias pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em 15 de agosto, com a presença de 800 policiais, que fizeram uma emboscada aos camponeses que só saíram de lá em 40 caminhões concedidos pela Camargo Correa, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e o DER, ou seja, não conseguiram solicitar nenhum apoio de outros parceiros. Mas, uma criança conseguiu escapar e avisar aos camponeses da Gleba XV de Novembro e a militantes do Movimento que estavam ali:

Metade do grupo foi reconduzido para os seus municípios de origem. As lideranças conseguiram com que 223 famílias fossem para uma área da gleba XV de Novembro. Com o segundo despejo, os latifundiários já haviam conseguido desmobilizar mais de 500 famílias. As famílias que conseguiram resistir, ficaram acampadas na gleba por 35 dias. Durante esse tempo, uma comissão negociou com o governo um outro local para montar o acampamento. Na segunda quinzena de setembro, os trabalhadores conseguiram com a Secretaria da Agricultura uma área onde as famílias pudessem acampar. No dia 20 de setembro, as 223 famílias transferiram-se para a área pertencente à Secretaria na mesma rodovia: a SP 613. Nesse momento da luta acontece a articulação das forças políticas em apoio ao MST. No dia 30 de Setembro, a CUT/SP, a CPT/SP, a AGB/P.P., a ABRA (Regional de Presidente Prudente), o PT, o PC do B e o Conselho Intersindical de Presidente Prudente formam o Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente (FERNANDES, 1994, p. 141).

As famílias ficaram acampadas por oito meses na rodovia SP-613 em Teodoro Sampaio, denominando o acampamento como João Batista da Silva. Em março de 1991, tais famílias, juntamente com mais 24 vindas de Mirante do Paranapanema, ocuparam parte da Fazenda São Bento no mesmo município “pertencente” ao grileiro Antonio Sandoval Neto, posteriormente conquistando o assentamento (FERNANDES, 1994).

Segundo o militante Luiz:

Então, primeiro MST ele se iniciou aqui na região do Pontal, nós demoramos um período de 5/6 anos para depois começar a conquistar a terra, o lote. Tirar do latifundiário as fazendas que serviam para a monocultura de gado e

de corte, houve uma ação dos assentados a partir de 95, 96, 97, 98 foi o auge onde se deu quase 100% da conquista das terras aqui no Pontal do Paranapanema por serem terras devolutas, foi uma luta para conquistar e depois começar a colher as conquistas (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023)

Essas conquistas têm como base a materialidade e imaterialidade dos territórios, a partir das leituras de Fernandes (2008; 2009a) nas quais nos embasamos, configurando-os como movimentos socioterritoriais, em que os elementos da terra e trabalho são fundantes, conforme Silveira et al. (2005):

As lutas no Pontal do Paranapanema, pelos trabalhadores rurais sem-terra se deram, portanto, pela vinculação orgânica do trabalhador à terra. Para esses trabalhadores “terra e trabalho mesclam em seu modo de ser, viver, multiplicar-se e continuar gerações futuras (Ianni 1985-28); e a ocupação, resistência, permanência, expulsão, acampamento e nova ocupação foram, são e serão os momentos desses movimentos sociais rurais” (SILVEIRA et al, 2005, p. 1).

Compreendemos que com o passar das décadas o MST se tornou um dos principais movimentos socioterritoriais na luta pela/na terra na região do Pontal do Paranapanema, nas formas de ocupações de terras e manifestações do campo que buscam por meio da sua completude a mudança estrutural e popular que os movimentos socioterritoriais tanto almejam, promovendo o desenvolvimento territorial, sendo que mais atualmente o Movimento passa a debater a questão da Agroecologia em suas ações.

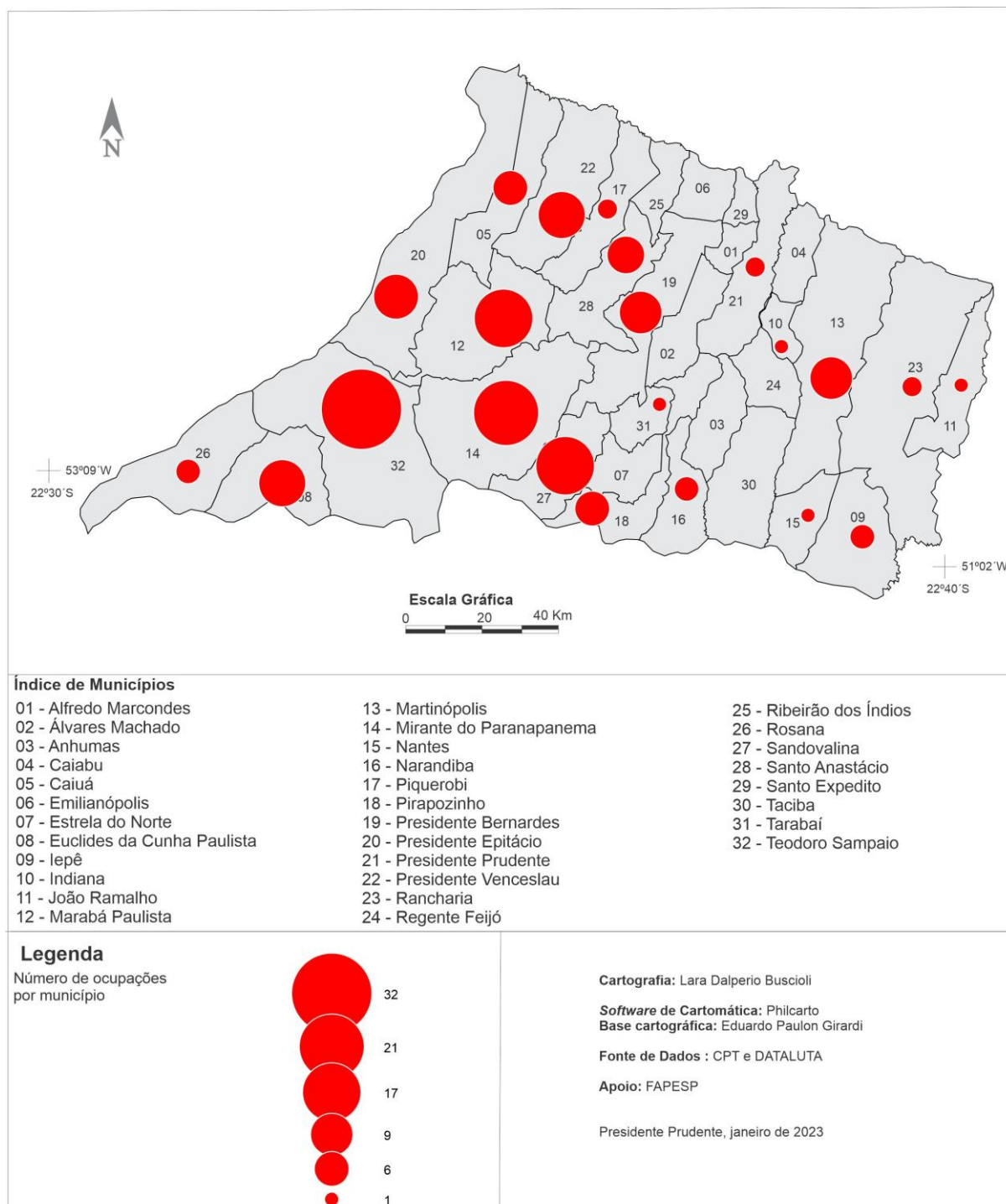
Welch (2009a) aponta que um dos elementos importantes de análise das ações do MST no Pontal do Paranapanema é o seu caráter de enfrentamento direto com as ocupações de terras, em que desde o seu surgimento o Movimento tem defendido sua forma de luta como um direito, vinculado a reforma agrária.

Nesse contexto, sistematizamos que o MST já realizou 185 ocupações de terras com 21.073 famílias participantes na região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2022, conforme os Mapas 6 e 7, expressando e materializando, dessa forma, as intencionalidades do campesinato organizado como movimento socioterritorial, fundamentando suas identidades e dando condições para o acesso à terra como espaço de produção e meio de sobrevivência destes sujeitos com a obtenção dos assentamentos rurais (PEDON, 2009).

Assim, as ocupações representam um enfrentamento à lógica do capital/agronegócio na perspectiva da questão da mercantilização da reforma agrária, na qual o agronegócio busca

criminalizar as ações dos movimentos via Poder Judiciário (FERNANDES, 2006b), como pontuamos no Capítulo 2.

Mapa 6: As ações do MST em ocupações de terras no Pontal do Paranapanema



Como podemos observar no Mapa 6, o município com maior número de famílias e pessoas participantes nas ações de ocupações é Teodoro Sampaio por todo o seu histórico de

conflitualidades que perpassa a luta pela terra no Pontal do Paranapanema. As ações neste território representam 18% do total de ações do Movimento, sendo realizadas principalmente nos territórios denominados de fazendas. Mirante do Paranapanema é o segundo município de maior atuação do MST com 21 ações, seguida de Marabá Paulista e Sandovalina, com 17 ações cada, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau, com 11 ações.

Assim, dos 32 municípios pertencentes ao Pontal, o MST atuou em 24, em diversas localidades, como na ocupação de uma área da antiga Rede Ferroviária Federal S.A., Área da Usina Hidroelétrica (UHE) de Taquaraçu, nas fazendas: Fazenda Santa Fé, Fazenda da Posse, Fazenda Angical, Fazenda Bragueto, Fazenda Primavera, Fazenda Santa Terezinha, Fazenda São Domingos, Fazenda Guarani/Guaranizinho, Fazenda São José, Fazenda Santo Antônio, Fazenda São Marcos, Fazenda São Mateus e Fazenda Santa Teresinha (DATALUTA, 2022).

Estas ações de ocupação de terras representam o questionamento da legitimidade do território e podem estar associados ao calendário de luta do MST, como é o caso do Abril Vermelho. Um exemplo dessas ações de conjuntura nacional, a Figura 5 apresenta a ocupação da Fazenda Nazaré no município de Marabá Paulista, no dia primeiro de abril de 2016, com a participação de 200 pessoas.

Figura 5: Ocupação da Fazenda Nazaré no Abril Vermelho de 2016



Fonte: Cledson Mendes – cedida ao G1, 2016¹⁷.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2016/04/mst-inicia-abril-vermelho-com-duas-invasoes-no-pontal-do-paranapanema.html>. Não compõem as referências.

Estas ações também foram realizadas em conjuntos com outros movimentos socioterritoriais e instituições, expressos no Quadro 4. Tais ações têm contribuído para o fortalecimento da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e também de sua permanência com as ações de manifestações do campo.

Quadro 4: Movimentos socioterritoriais e socioespaciais que atuaram em conjunto com o MST em ocupações de terras entre 2000-2022	
Siglas	Nomes
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados dos Estado de São Paulo
UNITERRA	União dos Movimentos Sociais pela Terra
MAST	Movimento de Agricultores Sem Terra
CTV	Centro Terra Viva
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil
-	Via Campesina
Fonte: DATALUTA, 2022. Or. BUSCIOLI, L. D.	

Com a realização destas ações, ocorre o processo que estamos denominando como criminalização dos movimentos socioterritoriais, acompanhada das violências em diferentes escalas de poder, sendo um componente histórico. Segundo o militante Luiz, desde o início da década de 1990, quando o MST surge na região, este processo acontece através de diversos sujeitos:

então é um processo de muita luta, de perseguição política, poder judiciário que mandava prender muita liderança que organizava as ações para ocupar a terra, teve também a milícia muito forte, a união democrática ruralista se recompõe em 95 em Mirante do Paranapanema, teve vários dos nosso sendo baleados por pistoleiros, a companheira Mirian Farias que inclusive foi baleada em 97 e agora recentemente ela faleceu por problemas no pulmão pelo tiro que ela tomou no peito pela ocupação de lá e outros que já foram baleados também nesses casos. Então é muita luta, enfrentamento, de muita criminalização do movimento do campo (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Mesmo dentro deste contexto de criminalização, consideramos que essas ações em ocupações de terras são importantes para compreendermos a conjuntura em que os territórios materiais camponeses são criados. Posteriormente temos as lutas que corroboram as

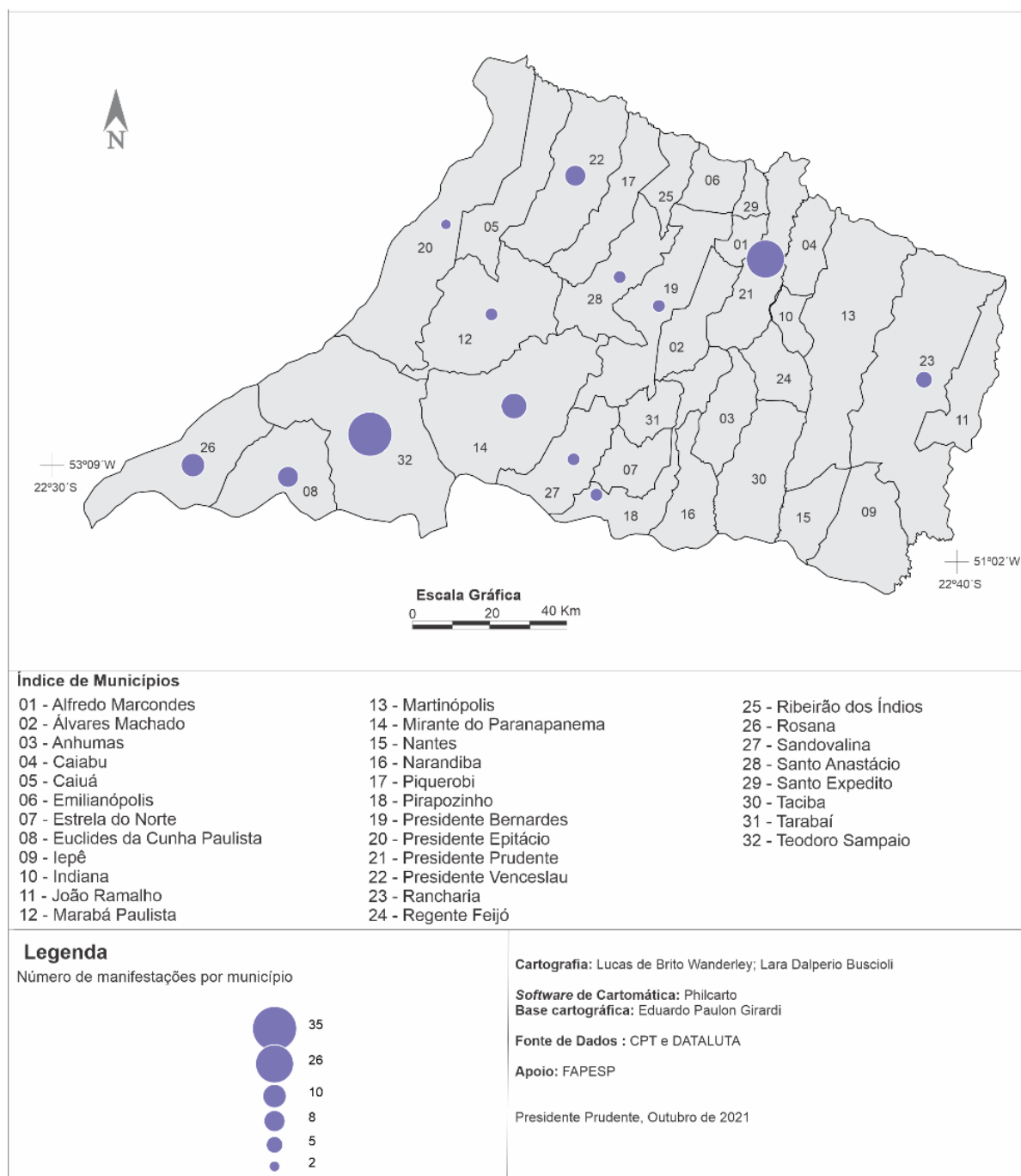
reivindicações, sejam elas no campo da saúde, da educação, ou da produção e circulação de mercadorias agroecológicas que convergem no desenvolvimento territorial.

As manifestações do campo se colocam como complemento de luta das ocupações, ou seja, são estratégias de resistências em territórios urbanos, pois se estabelecem a partir da perspectiva de reivindicações não só pelo território, mas por sua permanência, pela melhoria na qualidade de vida da população do campo e pela transformação das estruturas agrárias, como já apresentado.

Em nossa entrevista, foi identificado via depoimento do militante Diro que as manifestações do campo significam, para o MST, a demarcação do posicionamento político do Movimento, de caráter reivindicatório. Assim, compreendem uma forma de luta que demonstra indignação contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio, na luta pelo direito dos assentados e assentadas no Pontal do Paranapanema e no Brasil.

Segundo o militante Cassio: “o MST vai ampliando esses espaços e ampliando a sua luta, porque a luta pela reforma agrária não é só pelo território, tem a questão da saúde, uma vida digna, moradia, e isso é contínuo e só se dá quando o movimento é constante” (em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

De maneira geral, no Pontal foi registrada a realização de 146 manifestações do campo, com a participação de 59.875 pessoas entre 2000 e 2019 (DATA LUTA, 2020), dos mais diversos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, organizações e instituições que reivindicavam questões relativas à terra, infraestrutura, meio ambiente, trabalho etc. Dessas ações, 121 foram realizadas pelo MST de forma individual e/ou com outros movimentos, o que representa 83% das ações realizadas, com a participação de 45.580 pessoas totalizando 76%. Isso evidencia a importância das atuações dos sem terras na região do Pontal do Paranapanema, expressas no Mapa 7.

Mapa 7: Manifestações do campo realizadas pelo MST no Pontal do Paranapanema

Em relação à espacialização destas ações, como podemos observar no Mapa 7, analisamos que os principais municípios de atuação do MST correspondem a centros de decisões estratégicos ao Movimento e à questão agrária, como Teodoro Sampaio, com 35, Presidente Prudente, com 27, Mirante do Paranapanema, com 12, e Rosana, com 10 ações, evidenciando-se a característica de realização em centros de decisões em nível regional.

Nesse sentido, as principais reivindicações das manifestações realizadas pelo MST estão relacionadas à reforma agrária — assentamentos de famílias, incentivos à pequena produção, retomada e agilidade nos convênios para arrecadação de terras devolutas, soberania alimentar e territorial, questões trabalhistas, questões de infraestrutura e questões ambientais (água, agrotóxicos, descasos de usinas com o meio ambiente etc.), cobranças de posicionamentos governamentais, cobranças políticas públicas para produção sem agrotóxicos — políticas agrícolas, créditos e renegociação de dívidas, bem como contra injustiças/violências cometidas contra a população do campo, contra impunidade, desapropriação, produção com agrotóxicos e mineradoras.

Analisamos que tais características relacionadas a terra/território estão vinculadas diretamente ao Modelo de Desenvolvimento do Campesinato na propositiva de uma outra sociedade, baseada na reforma agrária popular e na justiça no campo brasileiro. Quando abordamos a imaterialidade do território (FERNANDES, 2009a), podemos elencar as manifestações nas reivindicações de políticas agrícolas, contra as diversas violações dos direitos humanos, por exemplo.

Então, as resistências e reivindicações são dois elementos basilares na compreensão das manifestações do MST no Pontal do Paranapanema. Mesmo que tais lutas decorram do local, elas emergem de pautas nacionais, como por exemplo a Mobilização Nacional de Luta ocorrida em 2016, identificada pela tipologia de ocupação de prédio público e bloqueios, conforme Figura 6.

Figura 6: Painel Fotográfico - Manifestação do MST no Pontal do Paranapanema (SP) em 2016



Fontes das figuras: G1, 2016; MST, 2016. Org. BUSCIOLI, L. D.

Nesta ação foi realizada a ocupação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em Presidente Prudente, assim como um bloqueio da Rodovia Arlindo Bértio (SP-613), no trevo que dá acesso a Euclides da Cunha Paulista, reivindicando políticas agrícolas e infraestruturas nos assentamentos, além do posicionamento claro contra o então presidente Michel Temer (G1, 2016).

A fala do Militante Cledson, em entrevista ao G1 (2016), elenca tais elementos de reivindicações: “Nós paramos no Brasil inteiro. Nossa reivindicação é para pedir melhorias aos programas de Aquisição de Alimentos [PAA] e Minha Casa, Minha Vida, além de infraestrutura para os assentamentos, pois não há recursos para tais programas”.

As ações em manifestações ocorrem tanto de forma individual como em conjunto com outros movimentos socioterritoriais, representando um importante elo de rede entre os movimentos nesta luta, como nas ocupações de terras. No caso do MST no Pontal do Paranapanema, registramos as ações conjuntas com uma diversidade de movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e instituições/organizações, como centrais sindicais, estudantes, atingidos por barragens, negros, camponeses, trabalhadores rurais, da indústria e advocacia, conforme podemos observar no Quadro 5.

Quadro 5: Pontal do Paranapanema - Movimentos Socioespaciais/Socioterritoriais e Instituições que realizaram manifestações com o MST
Central Sindical e Popular Conlutas
Central Única dos Trabalhadores
Comissão Pastoral da Terra
Comitê do Pinheirinho
Consulta Popular
Federação dos Empregados Rurais Assalariados dos Estado de São Paulo
Levante Popular da Juventude
Movimento dos Atingidos por Barragens
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Sindicato dos Advogados de São Paulo
Sindicato dos Químicos De Osasco
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
Via Campesina
Fonte: CPT/DATALUTA. Org. BUSCIOLI, L. D.

Como exemplo de ação conjunta, apresentamos, na Figura 7, a realização de uma manifestação entre a CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de acordo com a tipologia de concentração de espaço público na praça 9 de Julho, em Presidente Prudente, no ano de 2017. Esta ação teve como principal objetivo protestar contra a reforma da previdência na perspectiva trabalhista.

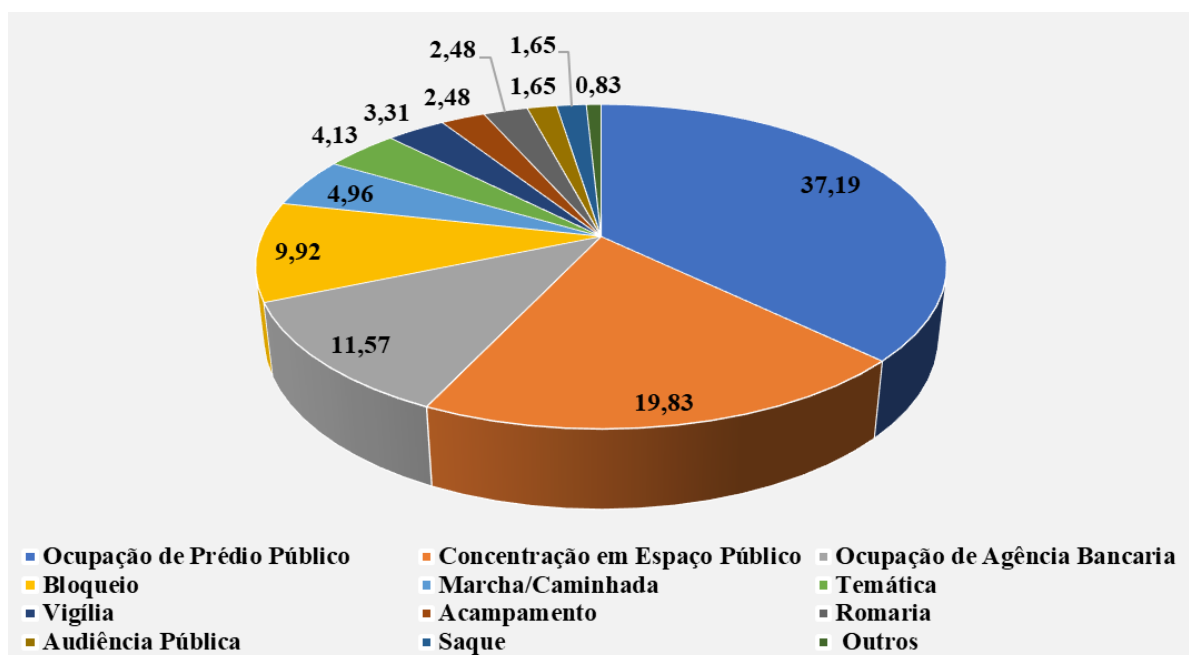
Figura 7: Painel Fotográfico - Manifestação conjunta MST e CUT em Presidente Prudente (SP) em 2017



Fonte: Valério, 2017 apud G1, 2017.

Em relação às tipologias de manifestações realizadas pelo MST, podemos identificar o seu caráter diverso, tais como: Acampamentos, Audiências Públicas, Bloqueios, Concentração em Espaço Público, Marcha/Caminhada, Ocupação de Agência Bancária, Ocupação de Prédio Público, Romaria, Saque, Vigília, Temática e outros, sistematizadas no Gráfico 6:

Gráfico 6: Pontal do Paranapanema – Distribuição percentual das tipologias de manifestações realizadas pelo MST



Fonte: CPT, DATALUTA e pesquisas de campo. Org.: BUSCIOLI, L. D.

Conforme Gráfico 6, podemos analisar que a Ocupação de Prédio Público foi a tipologia de maior registro, 37,19%, o que corresponde a 45 ações como forma de luta do MST na região do Pontal do Paranapanema, principalmente nos prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Já a Concentração em Espaço Público registrou 24 ações (19,83%), ficando em segundo lugar com protestos contra o ITESP, em frente aos Fóruns, às usinas, como a Nova Alvorada em Santo Anastácio, aos bancos como Bradesco e Banco do Brasil, entre outros.

Observamos que as duas maiores ações em tipologias do MST têm o ITESP como foco territorial de realização. Quanto a esse aspecto, em entrevista o militante Diro apontou que o órgão é um território que o Movimento tem que disputar, devido a sua importância para os territórios camponeses e para as políticas que os envolve.

Também temos as ocupações das agências bancárias ficando em terceiro lugar, com 11,57% das ações, totalizando 14 realizações, sendo destaque o Banco do Brasil, para questões relativas a políticas públicas, reforma agrária, créditos e renegociações de dívidas, bem como contra a injustiça, a violência e impunidades em relação à Memória do Massacre de Eldorado dos Carajás.

Também temos como destaque os Bloqueios realizados pelo MST em vias de acesso, representando 12 ações (9, 92%). Como exemplo temos: a Rodovia Arlindo Bétio - SP-613 pelas questões que envolviam a terra/território; a Rodovia Raposo Tavares na luta/resistência pelo Dia Internacional da Mulher; a Rodovia General Euclides Figueiredo Vicinal, que liga os municípios de Sandovalina a Teodoro Sampaio; a Rodovia SP – 563. com ação contra o despejo das famílias assentadas residentes no assentamento Milton Santos; bem como o bloqueio do acesso à entrada da UHE Sérgio Mota, em Rosana, para lutar contra sua privatização (DATALUTA, 2020; CPT, 2020b).

Em relação a Marcha/Caminhada, com 4,96%, Temática, com 4,13%, Vigília, com 3,31%, Acampamento e Romaria, com 2,48%, Audiência Pública e Saque, com 1,65% (respectivamente), foi identificado que as principais ações correspondiam a educação do campo e a Reforma Agrária com o assentamento de famílias sem terras, com a soberania alimentar, contra a monocultura, a utilização de agrotóxicos, bem como com as questões relacionadas ao meio ambiente em geral, ou seja, elementos que compõem a Agroecologia.

Nossa compreensão parte de que o MST, ao lutar pela Agroecologia, torna as temáticas do meio ambiente, da soberania alimentar e contra o uso de agrotóxico fundantes para compreendemos o Paradigma Agroecológico, fundamentando a resistência o desenvolvimento territorial no contexto do campesinato, desde o local perpassando do regional ao nacional.

Cabe ressaltar que essa diversidade de atuações corrobora a complexidade analítica de tais ações que são importantes para compreendermos a atualidade da questão agrária no Pontal do Paranapanema, compreendendo que o MST atua nas construções dos territórios materiais e imateriais que permeiam os elementos dos territórios agroecológicos presentes no Capítulo 1.

Assim, a história da Agroecologia no Pontal do Paranapanema nasce a partir dos fortalecimentos destas formas de lutas, em que os primeiros debates em reuniões ocorreram pela ampliação dos projetos da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (COCAMP), inicialmente para produção de frutas como abacaxi, maracujá, mandioca e café no contexto convencional.

Conforme elencou Ribas (2011):

- a) Projeto da Mandioca: envolve 918 assentados dos municípios de Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista,

Teodoro Sampaio, Rosana, Presidente Bernardes, Marabá Paulista e Narandiba;

b) Projeto do Abacaxi: envolve 138 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Narandiba e Ribeirão dos Índios;

c) Projeto do Maracujá: envolve 137 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Narandiba e Ribeirão dos Índios;

d) Projeto do Café: envolve 129 assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Narandiba, Ribeirão dos Índios, Presidente Bernardes e Sandovalina;

e) Micro usina de leite: aglutina cooperados dos assentamentos Água Limpa (Presidente Bernardes), Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema), Laranjeira (Narandiba), Rodeio (Presidente Bernardes) e Yapinary (Ribeirão dos Índios);

f) Piscicultura: envolve cooperados dos assentamentos Água Limpa (Presidente Bernardes), Che Guevara (Mirante do Paranapanema), Rodeio (Presidente Bernardes) e Gleba XV de Novembro (Rosana);

g) Irrigação: envolve cooperados dos assentamentos Bom Pastor (Sandovalina), Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema) (RIBAS, 2011, p. 14-15).

Em seus estudos, Ribas (2011), elenca que a COCAMP como um importante instrumento de ação produtiva e organizativa do campesinato no Pontal do Paranapanema, realizando estes projetos nos assentamentos de reforma agrária com o protagonismo do MST.

Posteriormente, quando o MST inicia o debate na região em meados dos anos 2000, os projetos passam a pensar os elementos da Agroecologia em sua totalidade, desde a semente crioula ao processo de comercialização da produção que foi realizada nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema que tinham vinculação ao MST.

Os projetos foram: sementes crioulas, o Macaúba e o Café Sombreado. Por meio de cursos aliados a diferentes empresas, os camponeses puderam ter as primeiras informações sobre o Sistema Agroflorestal (SAF) e os possíveis produtos a serem cultivados, o que possibilitaria uma maior renda com a produção gerando resultados econômicos positivos para as famílias.

O projeto sementes crioulas vinculado à COCAMP foi importante no contexto do debate da reforma agrária aliada à produção de alimentos saudáveis de base agroecológica com o elemento da semente crioula, contribuindo para a formação política dos camponeses nesse aspecto. Alguns deles permanecem com bancos de sementes em seus lotes até os dias de hoje, como é o caso do militante Cassio do PE Rodeio (Figura 8).

Segundo o militante Cassio:

A partir dessa questão a gente introduziu que não poderiam ser utilizados adubo, veneno, essas coisas, e quando você tem algo para começar, a partir dali você zela e pensa em como o veneno pode influenciar negativamente naquilo. E se deu desse período para cá, e eu nunca perdi as sementes daquela época, você não tem perdas (Cassio em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

Este projeto também conciliava os saberes agroecológicos dos camponeses que, segundo o militante, foram passados para ele de geração em geração, pois, sua família sempre se alimentava de frutas e legumes, com isso, iam separando as sementes dos alimentos mais promissores. Além disso, o camponês também doa suas sementes a outros assentados, assim trabalhando a importância da sua conservação para o fomento da Agroecologia.

A Figura 8 apresenta a produção agroecológica de Cassio e Maria e parte das sementes crioulas produzidas em seu lote, como feijão, milho, abóboras, amendoim, açafraão, coentro, entre outros.

Figura 8: Sementes Crioulas e produção agroecológica de Cassio e Maria



Fonte e Organização: BUSCIOLI, L. D.

O Projeto Macaúba, em parceria com a Universidade de São Paulo, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), INCRA, MST e associações de camponeses, tinha como objetivo a promoção da soberania alimentar, geração de renda e produção sustentável em conjunto com a conservação local ou sua recuperação, através da extração do óleo da palmeira macaúba para a produção de biodiesel.

Segundo Rabello (2018), 50 famílias tiveram um interesse inicial na participação do projeto, mas 30 famílias foram selecionadas a partir das experiências com a terra, tempo de trabalho e disponibilidade dos membros. Elas pertenciam aos assentamentos dos assentamentos São Bento, Margarida Alves, Che Guevara e Paulo Freire. O autor destaca que apesar dos camponeses receberem apoios para a produção inicial o acompanhamento técnico deles eram inexistentes.

A militante Maria aponta em entrevista que o Projeto do Café Sombreado foi um dos pioneiros e o mais importante no contexto da perceptiva agroecológica no Pontal do Paranapanema, pois além de fomentar o debate dentro do Movimento e com outros camponeses assentados, mudou conjunturalmente o sistema produtivo dos assentamentos dentro dos lotes, pois os assentados passaram a separar uma porção do seu território para produzir alimentos como hortaliças.

Segundo o militante Cassio:

O café sombreado seria, por exemplo, você ter árvores frutíferas, 1 hectare, o projeto era 1 hectare de árvores frutíferas nativas e mais o café, junto com o café e talvez até plantas medicinais algumas coisas assim desse sentido, porque entendendo que era uma área produtiva que poderia ser compartilhada pela SAF e a produção, desenvolvimento de árvores tal e frutíferas em produção mas com o cunho sustentável (Cassio em entrevista a Buscioli, Mióla e Silva, 2022).

O camponês aponta que os principais erros do projeto se deram na sua execução e planejamento territorial, uma vez que as árvores foram plantadas concomitantemente ao café e outras culturas, sem haver a “sombra” necessária. Além disso, havia também a questão dessa transição produtiva no contexto material e imaterial.

Rabello (2014) afirma que as dificuldades dos camponeses para a produção agroecológica e para a adesão à SAF, por exemplo, estão no desligamento das práticas convencionais de cultivo e exposição aos riscos eminentes de contaminação/intoxicação via

agrotóxicos. Esse tipo de produção remete à adubação vinda propriamente da floresta, permitindo uma diversidade de produção — café, milho, frutas, mandioca entre outros.

A militante Maria aponta que apesar de algumas problemáticas nos projetos, eles foram importantes no sentido do fortalecimento do debate da Agroecologia no campo da imaterialidade e da produção agroecológica e sua diversificação. Ela aponta, ainda, que o MST foi se articulando internamente no sentido de organizar as famílias para esta produção em diferentes territórios ampliando as práticas, técnicas, saberes e movimentos.

Essa articulação também ocorre com outros sujeitos e universidades. Dentro da história da Agroecologia no Pontal, tivemos duas ações importantes de parcerias entre o MST e a UNESP com a realização de dois seminários, um em Mirante do Paranapanema e outro em Presidente Prudente, contando com a presença de Ana Primavesi, uma expoente da Agroecologia.

Outras estratégias políticas no campo da agroecologia também foram articuladas, como a formação da Rede Pontal Agroecológico com diversas instituições, associações/cooperativas e universidades, bem como a criação do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema sediada no Assentamento São Bento (RABELLO, 2018).

A partir do exposto, apresentamos no Quadro 6 alguns assentamentos rurais e seus respectivos municípios que têm ou já tiveram ações no contexto agroecológico produtivo, de transição e/ou de comercialização no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, vinculados a projetos realizados por diferentes instituições¹⁸ e pelo MST, ou seja, são ações gerais ligadas a projetos com ou sem a presença do MST de forma direta em sua formulação. Mas, destacamos que o Movimento tem papel fundamental de forma material e imaterial nos assentamentos de reforma agrária para o avanço da agroecologia na região.

¹⁸ Como a Agroecologia parte da multidimensionalidade e multiescalaridade, optamos, no contexto da possibilidade metodológica, apresentar os territórios que tem ou já tiveram projetos realizados por diferentes instituições e sujeitos, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ITESP, associações e universidades. Ou seja, tais dados representam parte da realidade do Pontal do Paranapanema e foram obtidos através do levantamento bibliográfico, dados do MST e de pesquisa de campo. Destacamos que dentro do Pontal, há práticas agroecológicas individuais/locais de camponeses não organizados em movimentos socioterritoriais que não há publicações e não foram possíveis de serem contabilizadas neste trabalho.

Quadro 6: Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema e práticas agroecológicas	
Municípios	Nome do Assentamento
Rosana	Nova Pontal
	Bonanza
	Porto Maria
	Gleba XV de Novembro
Euclides da Cunha Paulista	Santa Rosa
	Rancho Alto
Marabá Paulista	Areia Branca
Mirante do Paranapanema	São Bento
	Estrela Dalva
	Laudenor de Souza
	Paulo Freire
	Haroldina
	Arco-íris
	Che Guevara
	Roseli Nunes
	Antônio Conselheiro II
	Santa Rita da Serra
	Santa Cruz
	Vale Verde
	Santa Teresinha da Água Sumida
	Asa Branca
	Margarida Alves
Piquerobi	São José da Lagoa
Presidente Bernardes	Água Limpa
	Estância Palu
	Rodeio
Sandovalina	Dom Tomas Balduino
	Guarany
	Bom Pastor
Fonte: MST, 2020; Pesquisas de campo e bibliográficas. Org. BUSCIOLI, L. D.	

Consideramos que estes assentamentos, contém os elementos dos territórios agroecológicos, pois englobam desde a sua conquista do território à sua permanência, através

da agroecologia, ou seja, compreendemos que, por mais que eles não sejam, em sua totalidade, agroecológicos, o lote é um território, logo um território agroecológico como estabelecido no Capítulo 1, devido a sua multidimensionalidade e multiescalaridade.

Dessa forma, a Agroecologia e a prática de seus princípios para os camponeses territorializados na região tem se tornado uma possibilidade de vida e de trabalho, em que a família e o meio ambiente ganham destaque. A região se coloca, dessa forma, como importante produtora de alimentos como mandioca, milho, abóbora, quiabo, frutas, hortaliças e principalmente na cadeia do leite frente ao avanço do agrohidronegócio (RABELLO, 2014) e das políticas neoliberais.

Segundo o militante Luan, os principais alimentos produzidos pelos camponeses ligados estão vinculados à *in natura* e alguns que são processados dentro do lote, tais como: couve, alface, almeirão, rúcula, acelga, banana, manga, mandioca, milho, feijão, leite, queijo, mel, licor, cachaça, fubá, bem como os fitoterápicos como hortelã, capim santo, erva cidreira, poejo e guaco.

Em nossas pesquisas de campo, sistematizamos que estas produções são comercializadas em diferentes espaços, tais como: as feiras municipais e do próprio MST; projetos nas universidades como na UNESP em Rosana e Presidente Prudente com as cestas e cafés da reforma agrária; projetos e políticas com os governos federal, estaduais e municipais; projetos com sujeitos organizados em relação a cultura, movimentos socioterritoriais, socioespaciais e instituições, como é o caso da Feira do Galpão da Lua; por campanhas como o Periferia Viva; Projetos com instituições privadas como Serviço Social do Comércio; Projetos com associações como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); venda direta aos consumidores e venda direta aos mercados locais.

A militante Maria afirma que essa variedade de comercialização da produção agroecológica no Pontal do Paranapanema é fundamental na luta pela reforma agrária e permanência nos territórios, contribuindo na perspectiva de pensarmos as relações no campo hoje, em que se destaca a contribuição do MST.

Segundo o militante Valdecir (em entrevista a Buscioli, 2019), a comercialização direta entre o produtor camponês e o consumidor é importante, pois fortalece as relações sociais e produtivas além de ganhar forças ao longo dos anos. Nessa relação o consumidor pode fazer sugestões ou pedidos, contribuindo para a renda dos camponeses na garantia de comercialização.

Identificamos que esta forma de ação ocorre tanto no espaço rural como no espaço urbano, mas com algumas diferenciações, conforme aponta Diro:

embora seja algo que a gente deva pensar na potencialização e no fortalecimento dessas feiras locais, a comercialização direta ainda é uma prática hoje em dia que é muito interessante que é as famílias do campo que vendem diretamente para as famílias da cidade, levam pras casas da família da cidade ou essas famílias da cidade vão até os assentamentos buscar essa produção, comprar direto dos nosso assentados e assentadas (Diro em entrevista à Buscioli, 2019).

Sobre a experiência do CSA no PE Rodeio, o militante Cassio aponta que a relação entre os consumidores e produtores se baseava na coletividade e na reciprocidade, sendo um importante instrumento, mas a Pandemia de Covid-19 impactou negativamente essa forma de comercialização, levando à diminuição drástica de famílias produtoras, mesmo com o fim das políticas de distanciamento.

Para Luiz, no campo da comercialização de alimentos agroecológicos, principalmente das feiras e da entrega das cestas, ocorre a necessidade de fortalecimento das ações, pois o recurso financeiro dessas ações é importante para os camponeses, uma vez que contribuem com sua alimentação, saúde e infraestruturas em seus lotes.

No contexto da produção e comercialização, um elemento importante a ser analisado é o processo da certificação da produção agroecológica que ocorre no PE Rodeio em conjunto com militantes assentados do MST, sendo um acúmulo histórico das suas ações nos âmbitos nacional e local, conforme relata a companheira Maria:

De 2017 para cá que a gente vem cobrando a questão da certificação da produção orgânica nos lotes, nos primeiros lotes a gente tem batalhado e os produtores também bastante conscientes da necessidade da produção e da certificação orgânica dessa produção. Por isso também, é parte na minha opinião, um processo de acúmulo que desde o processo da luta pela terra, da vinculação das linhas políticas do MST sobre o tema da agroecologia, isso tem permitido a febre avançar sobre essa prática, no sentido de continuidade da nossa parte, e acho que só fomos qualificando a produção e hoje a gente tem a certificação orgânica dessa produção que a gente faz a entrega junto às cestas e os espaços de comercialização que a gente tem aqui na região. Então, isso tudo também, e é nessa perspectiva também articular essa dimensão da agroecologia, da certificação vinculada a essa estratégia da agroindústria, do processamento também da produção. (Maria em entrevista a Buscioli, 2019).

Nesse sentido, a certificação da produção se coloca como uma importante estratégia de desenvolvimento territorial, pois segundo Rabello, Leal e Souza (2016) elas referem-se a comercialização justa de alimentos saudáveis e têm como resultado uma produção aliada ao meio ambiente, em que os assentados se dedicam a utilizar técnicas sustentáveis, mas que estão sendo impactadas diretamente pelo agronegócio canavieiro da região.

Segundo a militante Maria, os camponeses tem muitas dificuldades no processo produtivo e de certificação da produção como das hortaliças, do milho e da mandioca. Mesmo diante disso, eles mantêm estas propositivas dentro do assentamento, persistindo na consciência política da questão do alimento saudável e da Agroecologia, buscando avançar na organização camponesa através de associações e cooperativas:

Luiz identifica que a questão da conscientização das famílias no contexto agroecológico e de transição são importantes para consolidação de um sistema produtivo via campesinato. Dentro do Pontal do Paranapanema, o Movimento atua nesse sentido:

E a nossa ideia é trabalhar a consciência das famílias, ou seja, que estão nos acampamentos indo para assentamentos ou com as próprias famílias assentadas na ideia da gente conseguir produzir e recuperar nem que seja meio hectare de terra, tem lugar que está fazendo hectares e tem lugar que está fazendo meio hectares, porque é um pedaço de terra pequeno, mas que nesse pedaço seja para auto sustentação da família, que seja um aparte para doação solidária para as famílias que precisam receber isso na cidade, e outra para as feiras (Luiz em entrevista à Buscioli, 2022).

Um dos primeiros pontos de ação do MST no processo de conscientização são as conversas que são realizadas no contexto da produção, em reuniões, ou seja, são criados espaços formativos. Principalmente quando os camponeses adentravam em políticas públicas como o PAA: “A ideia desde o início era o alimento saudável e tal, e o cara falava: ‘Não, eu passei um "remedinho" de vaca para matar as lagartas e tal’ e a gente apresentava outras alternativas” (Cassio, em entrevista a Buscioli, Mióla e Silva, 2022).

O militante Pedro (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022) confirma tal debate ao afirmar que uma das principais dificuldades nos territórios camponeses é a questão de conscientização dos camponeses para aderirem e entenderem essa mudança do convencional para o agroecológico. Assim, o processo de mudança, de transição, de pensar uma produção de uma forma mais saudável, que entregue um alimento saudável tanto para eles consumirem como para os consumidores que comprem suas produções, devem ser a pauta de ação.

Em nossas pesquisas, elencamos seis dificuldades no contexto da agroecologia no Pontal do Paranapanema. Elas estão vinculadas a questões como a climática, com fortes chuvas ou calor; territoriais como as condições do solo/degradação da natureza que as famílias enfrentaram quando foram assentadas; conscientização no processo de transição agroecológica; ao aspecto financeiro/econômico no processo de produção e comercialização; impactos do agronegócio da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e da soja no estado do Paraná no contexto produtivo; e, por fim, à falta de assistência técnica para a produção agroecológica desde o formativo até técnico.

Na questão do incentivo e do financeiro na produção de alimentos agroecológicos, Luiz informa que eles estão diretamente vinculados às ações de comercialização e de produção, sendo também um importante instrumento de convencimento ou não da transição agroecológica:

É a maior dificuldade, porque se você não tiver produzindo, não tem como você mudar, como você não está produzindo, vai reproduzir para quem? Para entregar a quem? E outra coisa, você produz, mas a organização que está junto com você não tem essa exigência que tem que ser agroecológico, e se não for não pode entregar, então eu acho que o econômico tem tudo a ver. Porque as pessoas falam, se eu não entregar o agroecológico eu não posso entregar, e se eu não puder entregar ou eu vou perder minha produção, ou eu não vou receber nada, porque eu não posso entregar pela exigência de ter que ser agroecológico ou estar no processo de mudança para esse sentido. Então o econômico ajuda muito (Luiz em entrevista a Buscioli, 2022).

Nos impactos do agronegócio da cana-de-açúcar temos as ações de perda da produção de frutas, hortaliças e bicho-da-seda, por exemplo. No assentamento PE Guarani, os camponeses vinculados à produção agroecológica perderam quase a totalidade da sua produção, bem como a do bicho-da-seda.

Em outros territórios também ocorreram tais impactos negativos:

Pra você ter ideia, Euclides da Cunha aqui, o município que nós tamo, o bicho-da-seda, que é a lagarta lá que produz, foi considerada a melhor do Brasil. Mas agora os produtores - tinha 18, agora só tem 2 produzindo - já vai parar, por conta do veneno que tá passando na soja no Paraná e nas usina tipo 15 km, 10 km daqui, tá passando, tá vindo matando os bicho dentro dos barracões aqui. E é muito sensível. Então você vê que o veneno vem atacando... É aí a gente vem produzindo, e aí eu fiquei mais uns três anos pra cá, a ideia é produzir o que mais pode da terra, de alimentação. (Pedro, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

No campo do auxílio técnico por parte das diferentes esferas do governo e suas instituições, em nossas entrevistas foram abordadas: a necessidade em se ter programas específicos que permitissem avançar na informação e formação política dos camponeses para a produção agroecológica; a questão econômica, com projetos específicos para fomento dessa produção, liberando recursos que permitam sua consolidação nos assentamentos rurais da região; e a vinculação de financiamentos de projetos agroecológicos pelo Banco do Brasil para os camponeses organizados em associações e cooperativas, visando a transformação deste território em um território agroecológico em sua totalidade, bem como assessorando estes sujeitos.

Luan destaca que as dificuldades no campo produtivo e de comercialização no contexto agroecológico sempre existiram, independentemente dos governos e momentos históricos, pois elas ocorrem a partir do momento em que o camponês consegue conquistar seu território a partir do assentamento.

Apesar disso, compreendemos que regionalmente e economicamente o projeto do campesinato tem gerado, em diferentes territórios, modificações significativas no contexto do desenvolvimento territorial. O MST mantém as expectativas em relação à produção agroecológica no Pontal do Paranapanema e à comercialização desta produção, realizando vários projetos. Ou seja, vão criando condições para a sua reprodução e realização de práticas agroecológicas na região como é o caso da Associação e Cooperação Agroecológica do Estado de São Paulo, que comporta os assentamentos Antônio Conselheiro, Bom Pastor, São Bento, Roseli, entre outros, que permitem, juntamente com o MST, uma articulação para definições de estratégias de enfrentamento e luta contra o agronegócio; o Centro de Referência de Agroecologia e Pontal do Paranapanema, que busca, por meio de encontros e ações, fomentar o debate na região; a Associação de Produtores Assentados da Rodeio (APAR), que propõe o debate da produção de alimentos sustentáveis e do seu processamento; a Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA), que é o foco desta pesquisa, contribuindo para as práticas agroecológicas no Assentamento PE Gleba XV de Novembro etc.

Dentre os projetos, podemos destacar a produção do leite e os sistemas agroflorestais, utilizando da sombra para o gado, reforçar o território produtivo com insumos de esterco, em vez de adubos químicos, bem como na alimentação do gado retirada do plantio do capim adicionando outras vitaminas dentro do próprio lote, bem como um repelente natural para o gado:

Mas tem que ir atrás de tudo, tem que arrumar caminhão, comprar, porque não há um incentivo, uma política pública para isso, muita gente tem reformado o pasto e trabalhado com o esterco de galinha, estão conseguindo plantar algumas mudas de árvore, de proteger os gados e criar sombra, a gente tem algumas experiências e indicamos para algumas famílias o ninho, o ninho é um repelente para você dar no gado, ele vem antes de usar o remédio, você passa e depois ele vai para o sol, desidrata e depois coloca ele no sal, o gado come, tem umas substâncias dentro dele que impedem de dar muita mosca, dar carrapato, então diminui essa questão de dar muito veneno, pulverização que prejudica, o vento leva, prejudica o próprio gado, as famílias que vivem em volta. Uma outra coisa que nós achamos que é possível realizar como proposta é trabalhar essa questão da alimentação do gado, hoje a maioria do que a gente dá para o gado é de fora, é externo, a nossa ideia é criar comida para o gado aqui dentro do lote, plantando uma variedade de capim com mais proteínas, mais nutritivas que é indicado pela IBRAVA, isso virou dentro do assentamento um negócio top. E a gente fica menos dependente de comprar lá fora, a gente pode usar restos de insumos do próprio lote, estamos tentando buscar através das prefeituras o transporte para a gente ir buscar, algumas vezes dá até certo. Então estamos avançando um pouco nesse sentido, sabe? É isso (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

No contexto do processamento da produção agroecológica, o MST no Pontal do Paranapanema tem a esperança¹⁹ na Agroindústria territorializada no PE Rodeio através da APAR, que permitirá avançar nos processos produtivos agroecológicos e de comercialização dos camponeses assentados, conforme podemos observar na Figura 9.

Para a militante Maria, a agroindústria vem com a perspectiva de contribuir para a permanência do campesinato no assentamento rural, sendo que o maior desafio é justamente acessar políticas públicas que permitem a comercialização desta produção, para que se tenha uma garantia de renda.

¹⁹ Partimos do pressuposto de que: “É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo” (FREIRE, 1992, p. 110-111). Disponível em: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. – Não compõe as referências.

Figura 9: Agroindústria no PE Rodeio



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Outra esperança para os camponeses organizados em torno do MST são as parcerias com a UNESP nos *campus* de Rosana e Presidente Prudente, em diferentes projetos, tais como os projetos das cestas agroecológicas em ambas as localidades, o ConsCiência Socioambiental no Pontal — “Construindo Consciência Socioalimentar no Pontal do Paranapanema: Caminhos para transformar o mundo” — que visa fomentar o debate da Agroecologia com a renda camponesa através de ações no campo do turismo aliadas a produção e comercialização de alimentos e um curso intitulado “Formação Regional em Saúde Popular e Agroecologia” executado no PE Porto Maria, que tinha como objetivos realizar a aproximação da agroecologia com a saúde das pessoas, sendo realizado debates e ações práticas de produção de remédios.

A Figura 10 apresenta um momento de reunião entre os membros do projeto ConsCiência Socioambiental no Pontal com o MST dentro do curso, com a propositiva de ampliar as ações, sujeitos e territórios no contexto da Agroecologia.

Figura 10: Fortalecimento da relação MST e UNESP no contexto Agroecológico



Fonte: ConsCiência Socioambiental no Pontal, 2023.

Compreendemos que tais ações e experiências são caminhos e processos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra têm enfrentado regionalmente para consolidar e ampliar a Agroecologia em diferentes territórios no contexto material e imaterial, o que fomenta e dá legitimação para que avance o Modelo de Desenvolvimento do Camponato no contexto do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma Agroecológico.

Nesse sentido, no próximo subcapítulo apresentaremos as análises realizadas no PE Gleba XV de Novembro em conjunto com o MST, buscando contribuir para o debate da conquista e permanência no território, a partir de diferentes conflitualidades que são subsídios para as ações atuais que ocorrem neste território.

4.2. O processo de conquista do PE Gleba XV de Novembro em Rosana/Euclides da Cunha Paulista e a contribuição do MST

“Mas, tô contente, graças a Deus, tô muito feliz de aparecer aquele acampamento antigamente que nós foi acampar. Sofremo um pouco, não tinha esse costume, mas hoje temos um pedaço de terra pra ficar dentro.”
João-MST.

Como temos abordado neste trabalho, compreendemos que a Agroecologia se coloca, no debate paradigmático científico, vinculada a tipologias de territórios e se configura como resistência ao atual modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio, colocando-se como uma estratégia de desenvolvimento territorial em que os camponeses são protagonistas. Sua essência e seus elementos territoriais perpassam desde a identidade camponesa até a luta pelo território e sua permanência enquanto manutenção das suas territorialidades.

Assim, neste capítulo, abordaremos três características importantes para compreendermos os elementos materiais e imateriais da Agroecologia no debate paradigmático, pelo modelo de desenvolvimento do campesinato na promoção do desenvolvimento territorial, que são: a luta pela pelo território material a partir da conquista do Projeto de Assentamento Estadual (PE) Gleba XV de Novembro — segundo maior assentamento do Brasil —; a materialidade pelo processo de ação voltado às atividades realizadas pela Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA), principalmente na produção agroecológica; e na comercialização desta produção realizada por cestas.

A história do território PE Gleba XV de Novembro é marcada por conquistas advindas de lutas contra o Capital, envolvendo também o Estado, nas décadas de 1970/1980, e que se obtém a conquista deste território em 1990, evidenciando as características de grilagem de terras e sua concentração do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo, como já apontado, bem como os impactos socioterritoriais da questão hídrica-energética com as usinas de Rosana e Taquaruçu no rio Paranapanema e de Porto Primavera no rio Paraná.

Segundo Fernandes (1996), a historicidade das lutas vinculadas à conquista deste território material está diretamente relacionada aos processos que envolviam a desterritorialização e a reterritorialização, marcadas por diferentes sujeitos (posseiros, camponeses, barrageiros, latifundiários etc.) no contexto das construções de usinas hidroelétricas da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP).

Passos (2007), em seus estudos, aponta que os processos de construção das usinas hidroelétricas no Pontal do Paranapanema pela CESP ocorreram num momento em que o Brasil se encontrava em ascensão no consumo de energia elétrica, mas que depois houve uma recessão neste consumo, gerando uma crise e levando a CESP a se reorganizar cronologicamente em suas construções.

Dos impactos das usinas hidroelétricas no Pontal, Passos (2007) elencou os que envolviam: elevação do lençol freático, erosões, abalos ao redor dos reservatórios, transformações do ambiente aquático, agricultura, desmatamentos, infraestrutura regional (desde o local), absolvição e “liberação” da mão de obra dos trabalhadores nas construções das unidades, projetos de reassentamentos e reforma agrária etc., ou seja, impactos relacionados à questão agrária-ambiental em geral.

Antonio (1990) sintetiza essa conjuntura:

Entretanto, a década de 80, 1983, se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a consequente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existiu, remanescendo assim o movimento social dos camponeses, - “operários temporários”. A partir daí, tem-se toda a organização do movimento, e, que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra. A Gleba XV é um dos resultados desses movimentos (ANTONIO, 1990, p. 47).

Silveira et al (2005, p. 1) corroboram Antonio (1990) ao afirmar que o processo de conquista do PE Gleba XV de Novembro está vinculado ao direito da terra e por quem nela trabalha, pois os conflitos existentes nesse território, realizados pelos trabalhadores rurais sem terras organizados, orientam-se “contra a monopolização social organização de terras devolutas, apropriadas indevidamente por grileiros e latifundiários pecuaristas”.

Segundo Olivia Almeida (2016):

... Em 1983 iniciou-se o movimento social que resultaria no assentamento Gleba XV de Novembro. O movimento reuniu pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e das hidroelétricas da região para prosseguir com a luta pela terra que já se desenvolvia na área (ALMEIDA, O., 2016, p. 29)

Silveira et al (2005) retratam três momentos importantes da luta e resistência na região do Pontal do Paranapanema que originaram o PE Gleba VX de Novembro: *Ocupação*

de terras, Acampamento e organicidade produtiva nos lotes. Ressaltamos que os despejos também estavam presentes nos momentos expressos no Organograma 5. Analisamos que estes três momentos estão vinculados aos elementos abordados no Capítulo 1, que se refere aos elementos dos territórios agroecológicos vinculados ao paradigma estabelecido dentro da Agroecologia, buscando compreender os territórios agroecológicos em sua multidimensionalidade e multiescalaridade (do assentamento ao lote).

Organograma 5: Elementos da conquista do PE Gleba XV de Novembro



Fonte: Silveira et al (2005); Pesquisas de Campo. Org. BUSCIOLI, L. D.

O primeiro momento refere-se à ocupação das fazendas Tucano e Rosanela com 350 pessoas, ocorrida em 15 de novembro de 1983, legitimada pelo juiz de Teodoro Sampaio, mas deslegitimada pela instância jurídica de São Paulo que aprovou a liminar de despejo desses sujeitos, em ação diretamente relacionada à pressão de latifundiários e de políticos (ANTONIO, 1990; SILVEIRA et al 2005).

Complementando os autores, Simonato e Bergamasco (2018) especificam tal ação:

Esses trabalhadores adentraram as fazendas Tucano e Rosanela do município de Teodoro Sampaio, reivindicando sua desapropriação para que lá pudessem plantar e viver. Desta maneira, os trabalhadores montaram dois acampamentos um no trevo de Euclides da Cunha Paulista às margens da Rodovia Arlindo Bétio, SP 613 e outro em uma área da CESP localizada na Vila de Porto Primavera (SIMONATO; BERGAMASCO, 2018, p. 5).

Já o segundo momento foi precedido da ação de despejo destes trabalhadores com a formação dos acampamentos XV de Novembro e XVI de Novembro com 456 famílias, aproximadamente 2.500 pessoas (SILVEIRA et al, 2005), vivendo neste contexto de luta pela conquista dos territórios materiais que se fundamentam em sua imaterialidade, como já apontamos nos capítulos anteriores.

Em entrevista o militante do MST, Pedro, apontou-nos que esse momento de conflitos na luta pela terra representava para os sujeitos envolvidos uma esperança de mudança de vida, principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade, o que também envolvia os sujeitos das cidades e contribuições de outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais:

Tinha o pessoal da CPT, sindicato, as comunidades eclesiais de base, as CEBS, de Teodoro na época ajudou. Então foi meio que... Era uma coisa nova e teve muito o pessoal das regiões que não tinha outra... Não tinha mais como se manter na cidade e precisava de uma alternativa, que era um pedaço de terra, que era o sonho de todo mundo naquele momento tá ali (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Nesses acampamentos, a figura masculina era majoritária e muito presente. Era comum que os homens chegassem primeiro para depois trazer suas famílias (ALMEIDA, O., 2016), configurando-se, dessa forma, um momento importante na luta pela conquista do território. Sobre as identidades destes sujeitos acampados, Silveira et al (2005) apontam:

Entre os trabalhadores acampados, cerca de 46.50% eram desempregados das obras das empreiteiras da CESP, (Camargo Correia, C. B. P. O. e Mendes Junior) e de outras empresas subempreiteiras; 37.50% eram trabalhadores temporários, despedidos da Destilaria de Alcool Alcídia e, 16, 0.0% eram de Ilhéus e Ribeirinhos, posseiros, parceiros e arrendatários desabrigados da última enchente do Rio Paranapanema, 1983, e que estavam temporariamente abrigados nos centros comunitários e albergues dos Distritos de Rossana e de Euclides da Cunha Paulista ambos no município de Teodoro Sampaio (SILVEIRA et al, 2005, p. 3).

Simonato e Bergamasco (2018) complementam Silvera et al (2008) ao abordar que a maioria dos trabalhadores rurais pertencentes ao acampamento lá chegaram a partir de processo de imigração, vindos da região nordeste do Brasil para trabalharem nas lavouras de café, de algodão e nas barragens em meados das décadas de 1960 e 1980. Olivia Almeida (2016), estudando a questão da mulher no assentamento, apontou que nesse contexto histórico

a questão familiar ligada ao trabalho e à produção no espaço agrário brasileiro era evidente nas ações realizadas para a conquista do território material.

Posteriormente à formação dos acampamentos, ocorreu um processo importante na questão da organicidade desses sujeitos dentro do quadro de luta pela terra e permanência no acampamento que se baseou na criação de comissões para a formação de grupos de trabalho.

Segundo os depoimentos, para organizar os acampados havia uma divisão de grupos e cada grupo possuía uma liderança responsável, que deveria manter todos informados, convocar para as reuniões e outras atividades. Também existiam os chamados “delegados”, que eram coordenadores do acampamento em geral (AMEIDA, 2016, p. 56).

Os grupos de trabalho foram estabelecidos inicialmente de acordo com a necessidade de *segurança* dos acampados, uma vez que o processo de luta violenta e de repressão eram intensos. Havia, portanto, grupos de trabalho responsáveis pelas questões de *saúde, alimentação, educação, imprensa* — a conjuntura colocava a necessidade de pessoas específicas para o aporte de informações a serem veiculadas na mídia —, grupos de infraestrutura para construção de materialidades como barracas e barracões, bem como um grupo responsável pela busca de apoio e negociações com o Estado (SILVEIRA et al, 2005).

Em relação às mulheres, a suas atividades, os grupos de trabalhos envolviam os “cuidados”. Diferentemente dos homens, que ficavam responsáveis pelos espaços políticos, elas trabalhavam no cuidado das crianças, na parte da culinária (cozinhando), bem como na limpeza e higienização de roupas e dos barracos, fato esse que está diretamente relacionado com questões patriarcais. Destacamos, ainda, que o marco da história de luta desses sujeitos no acampamento está voltado para os barracos de lona, que ganharam significado e importância ímpar no contexto dessa luta (ALMEIDA, O., 2016; RAMIRO, ALMEIDA, 2018).

Com as análises das entrevistas realizadas em campo, identificamos alguns problemas estruturantes que os acampados sofreram para a conquista do PE Gleba XV de Novembro, principalmente no campo das conflitualidades entre diferentes sujeitos (acampados, Estado e fazendeiros/jagunços) e no campo alimentar. Assim, podemos correlacionar a criação destes grupos de trabalhos a tais estruturantes.

Segundo os assentados João e Laura, no período de acampamento eles e as outras famílias que ali estavam territorializadas tiveram dificuldades em diversos âmbitos para a sua reprodução social. Fatos também narrados pelo assentado Marcelo, que apontava a

necessidade de doações para permanecerem naquele território, sendo um momento de muita dificuldade, mas a possibilidade de conquista do território era o que dava forças a todos neste processo.

Nesta conjuntura, a partir da organicidade entre os camponeses eles tiveram apoio de várias frentes nas questões relativas às doações para poderem amenizar os problemas estruturantes da permanência/vivência em um acampamento. Silveira et al (2005) apontam que Secretarias de Estado como da Agricultura, da Educação e da Saúde, bem como sindicatos, partidos políticos, prefeituras e comunidades religiosas, contribuíram com as doações. Tais doações foram recebidas conscientemente pelos acampados, pois todos compreendiam que eram necessárias para suas manutenções/sobrevivências.

Olivia Almeida (2016), em seus estudos sobre o assentamento, debate a importância das reuniões no contexto de unificação dos sujeitos nas causas a serem resolvidas. Nesses momentos: “Era o estar todo mundo junto que confirmava a situação de acampamento, de certa forma legitimando as reivindicações, demonstrando a capacidade de organização e mostrando para o mundo exterior que aquilo era realmente uma ação coletiva de luta” (ALMEIDA, O., 2016, p. 58).

Compreendemos que as Reuniões se configuram como uma forma de resistência paradigmática, pois elas estão também envolvidas no campo da imaterialidade dos territórios, contribuindo para a conquista, permanência e fortificação no território imaterial (BUSCIOLI, 2016). Assim, as reuniões são a base das ações de luta e resistência dos diferentes sujeitos organizados em movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais em suas cotidianidades, em que o debate no campo das ideias impacta e define as ações para as materialidades e exemplificam e configuram aspectos ligados às identidades, às reivindicações, às políticas, entre outros.

No ano seguinte, os trabalhadores rurais conquistaram o assentamento PE Gleba XV de Novembro depois de serem transferidos para uma área onde se localizava a antiga fazenda Santa Terezinha, permanecendo até 1986. Com a transferência alguns problemas mais estruturais do acampamento foram resolvidos, como por exemplo a água, pois a área era pertencente à Companhia Energética de São Paulo (CESP). Nesse momento, as mulheres e os seus filhos passam a adentrar mais intensamente no território juntando-se aos seus companheiros (ALMEIDA, O., 2016).

Destacamos que a presença da CESP no processo refere-se à compensação dos danos sociais e ambientais devido à construção das hidrelétricas no município de Rosana, pelos

diversos impactos socioambientais ocasionados, conforme apontaram os autores Passos (2007) e Ramiro e Almeida (2018).

Complementando as análises sobre o processo de conquista do PE Gleba XV de Novembro:

Nos meses de julho e agosto de 1984, os 446 trabalhadores rurais e seus famílias foram transferidos e assentados numa área de 13.310 hectares. Esta área, desapropriada para utilidade pública, pelo governo Paulista, no município de Teodoro Sampaio, possibilitou a implantação do projeto de valorização das terras do Pontal: Gleba XV de Novembro ... (SILVEIRA et al., 2005, p. 3).

Segundo Passos (2007), parte dos territórios materiais desapropriados para a configuração da Gleba XV de Novembro, ou seja, as fazendas, expressas no Quadro 7, estavam desmatados e as principais atividades desenvolvidas à época partiam da pecuária extensiva para corte e do cultivo do capim colônia.

Quadro 7: Fazendas desapropriadas para a conquista do PE Gleba XV de Novembro
Fazenda Água do Peão
Fazenda Bonanza
Fazenda Guanamirim
Fazenda Itapuã
Fazenda Junqueira
Fazenda Porto Maria
Fazenda Santa Amália
Fazenda Santa Marina
Fazenda Santa Paula
Fazenda Santa Rita
Fazenda Santa Rosa
Fazenda Santa Terezinha
Fazenda São José
Fonte: Passos, 2007; Pesquisas de campo. Org. BUSCIOLI, L. D.

O terceiro momento estabelecido por Silveira et al. (2005) reflete a questão da *organicidade* como elemento importante na luta pela permanência no território material, pois a partir do instante em que os camponeses se instalam no território que viria a ser o assentamento PE Gleba XV de Novembro, ocorreram os debates sobre as divisões tanto dos

lotes como de onde ocorreriam as lavouras/pecuária. Segundo Pontes (2015), essas divisões ocorreram em 1984. Dos 13.310 hectares, 10.688 hectares tinham configurações agricultáveis, ou seja, poderiam ter plantações.

Ressalte-se que foram realizados sorteios para a divisão dos lotes e a localização de agrovilas, bem como as criações de associações/grupos de trabalho formados a partir de laços de parentesco e grupos de vizinhança para iniciar a exploração material do território com ações individuais ou coletivas e mutirões (SILVEIRA et al, 2005):

Os 13 310 hectares da área total do Projeto Gleba XV de Novembro foram assim subdivididos: a) 8 000 hectares de terras para lavouras temporárias e perenes com lotes variando entre 15 a 18 ha., beneficiando 417 famílias; b) 2000 hectares de terras para pecuária leiteira como lotes de 40 ha., beneficiando 23 famílias. Foram reservados 70 lotes para futura expansão, mas atualmente já estão ocupados com pecuária leiteira; c) 3 000 hectares destinados para reservas florestais, com áreas de Preservação, Recuperação Florestal e matas nativas e áreas para silvicultura, com eucaliptos (SILVEIRA et al., 2005, p. 4).

Olivia Almeida (2016) confirma que houve uma mudança no campo da organicidade desses camponeses, uma vez que no acampamento as relações eram coletivas e agora no recorte desses lotes, que se baseava em um alqueire e meio de terras, compunham uma perspectiva individual. Essas composições tiveram mitigações a partir da resistência produtiva em que os camponeses realizaram uma roça comunitária na qual a produção era dividida entre as famílias as quais trabalharam nela garantindo sua reprodução identitária e permanência no território.

Destacamos que essa permanência ocorreu de forma conflituosa e com uma situação de vulnerabilidade social muito intensa desses camponeses, haja vista que além dos problemas estruturantes dos conflitos agrários na região com a violência dos fazendeiros (intimidando e efetuando ações concretas, como a destruição das materialidades dos lotes), ocorreu também insegurança alimentar devido às dificuldades de produção, com momentos difíceis situados dentro de um quadro de fome, conforme relatos do trabalho de Olivia Almeida (2016).

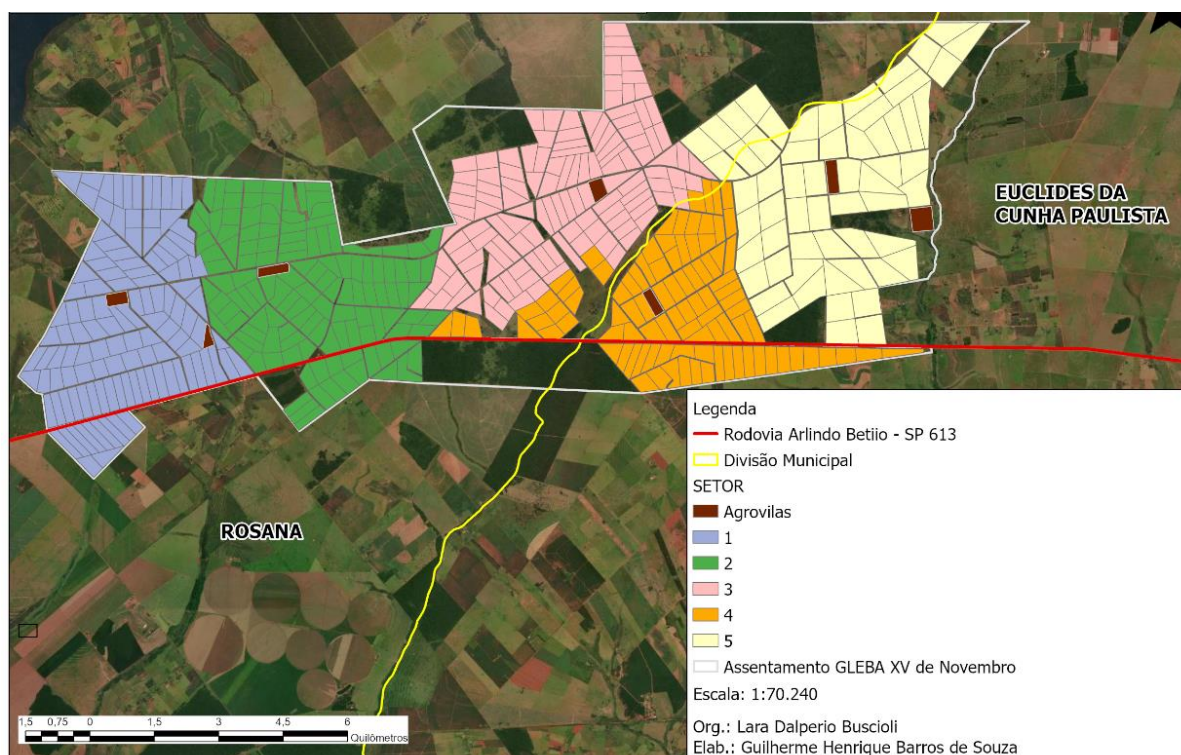
O militante Luiz sintetiza no contexto histórico este momento de luta de diferentes sujeitos pelo território:

Então ali são 13 fazendas grandes que estão ali nesse complexo. E pessoas através de algum sindicato, algumas lideranças, inclusive algumas hoje são do MST que ajudaram a lutar pela gleba 15 que foi uma luta intensa, o pessoal ficou acampado na beira da pista, ocupou por várias vezes, primeiro

No campo da análise tipológica deste assentamento, ele ficou caracterizado como um Projeto de Assentamento Estadual (PE). Nesta categoria, a obtenção do território, a criação do projeto de assentamento, a seleção dos assentados, a criação de recursos, infraestruturas e titulação são de responsabilidade direta das unidades federativas, com garantias de direitos estabelecidos pelo Programa de Reforma Agrária. O papel da União reside na possibilidade de uma ação vinculada a créditos no contexto de apoio de infraestruturas e de produção mediante convênios (INCRA, 2021).

Nesta conjuntura histórica, que permanece na atualidade, o território PE Gleba XV de Novembro ficou dividido em cinco setores: I, II e III pertencentes ao município de Rosana e setores IV e V localizados no município de Euclides da Cunha Paulista, conforme podemos observar no Mapa 9.

Mapa 9: Setores do Assentamento Gleba XV de Novembro



Em síntese compreendemos que a criação do novo território camponês contribui para os avanços no processo da reforma agrária no Pontal do Paranapanema no contexto do desenvolvimento territorial perpassado por elementos econômicos, políticos e sociais:

E aí tamo na luta até agora. Acharo a importância... A reforma agrária conseguiu, aqui o exemplo nosso da Gleba XV em especial, ela conseguiu proporcionar pra nós, além de criar a família, o vínculo com a região se tornou muito forte, porque... Imagina, foi povoando, um namorava com a filha de um assentado, outro de outra, foi migrando e construindo uma família única. Então hoje o assentamento nosso é mais de 70 famílias, então a gente tem o prazer de dizer que conhece todo mundo e convive com todo mundo em harmonia. Então problemas tem? Tem muito, muito. Mas assim, a gente acha que é o lugar que, pior que seja, conseguimos três coisas básicas: alimento, moradia e educação (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Com a criação do assentamento, ocorrem várias mudanças socioterritoriais. Luiz, em entrevista, destaca que a criação das sete agrovilas (Mapa 9) foi uma tecnologia de sociabilidade importante no contexto organizativo dos camponeses, pois era um espaço importante de cotidianidade nas relações sociais definidoras de identidades:

Então a cada 120 famílias mais ou menos, o governo criou agrovilas que é uma ideia bem progressista, algo bom, porque é um espaço para as pessoas se encontrarem e não perderem a cultura, não perderem a luta, festejar e criarem escolas. Nas agrovilas tem escola desde o 1º ano até o ensino médio completo, posto de saúde, barracões de festa, barracões, igrejas evangélicas católicas, padaria, lanchonete, açougue, quadra esportiva. Então tem uma estrutura e as famílias de lá conseguem participar das festas, diversas datas comemorativas, o próprio MST faz encontro nessas agrovilas. Encontro de jovens, assembleias para apresentar o INCRA para o governo do Estado de São Paulo, se dá um pouco nesse sentido (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Em um terceiro momento, surgem as primeiras associações para a contribuição com a organização das questões relativas aos processos iniciais de territorialização dos camponeses no assentamento, mitigando algumas dificuldades com a finalidade de permanência no território conquistado. Neste momento, temos a inserção do MST no contexto de luta e permanência no território.

A Gleba XV de Novembro é antes do MST no Pontal, já existia o MST que acabou incentivando e encorajando as lutas em outras regiões. Então a gente já tinha o MST aqui em Andradina, aqui na região, depois de Dracena, já tinha o MST ali, na região sudoeste que era na região de Itapeva, Itararé,

Itaverá, mas aqui não tinha o MST no período de 80, 84, então a luta da gleba 15 foi importante porque ela enfrentou um complexo de latifundiários (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Como forma organizativa, as associações se tornaram aliadas para a permanência dos sujeitos nos territórios. Elas, em conjunto com o ITESP, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, vêm contribuindo para a formação com cursos vinculados às questões produtivas e de culinária.

Esses fatores adentram o debate paradigmático quando apontado que a perspectiva de tais cursos não buscam a essência da Agroecologia como centralidade, mas trazem a questão do mercado capitalista como lógica de produção, circulação e comercialização de mercadorias produzidas pelos camponeses. Neste ponto, evidencia-se o debate do Capítulo 1, qual seja, o de uma disputa paradigmática no campo dos Modelos de Desenvolvimento pautados no Agronegócio e no Campesinato.

Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ele se territorializa nesse território camponês posteriormente a sua construção, na década de 1990, mas destacamos que as lutas dos camponeses nas décadas anteriores principalmente com o MST do Oeste contribuíram para este processo, conforme estudos de Welch (2009b).

Com esta vinda, o MST passa a realizar contribuições significativas para a consolidação do território e para a melhoria no campo da organicidade dos camponeses, das infraestruturas e na permanência dos sujeitos nos lotes, conforme podemos observar na narrativa de Luiz:

É, assim que o MST chega na região, o primeiro contato que ele tem de assentamentos é a gleba 15 por causa do que? Por causa do despejo que foi próximo ao assentamento gleba 15 e o pessoal do assentamento foram bastante solidários. Foram solidários em ajudar e buscar as pessoas que estavam sendo despejadas de forma violenta pelo exército e dar abrigo nas agrovilas que tem no assentamento, Gleba XV de Novembro. Então, a partir de lá, as pessoas que já moravam ali como o V., o B. já adentraram ao MST em 90, e como eles já moravam no assentamento, já deram início as políticas públicas dos assentados (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Na fala do militante Luiz, podemos observar que há dois pontos importantes a serem destacados: em primeiro lugar, temos as contribuições que os assentados realizaram com os camponeses do MST que ali chegaram, em um contexto de solidariedade, e, posteriormente, o retorno dessas contribuições com as ações que o MST tem realizado ao longo dos anos tanto

na materialidade como na imaterialidade, permitindo o avanço no território material pela promoção do desenvolvimento territorial.

Segundo o militante Cassio:

Mesmo quando os assentamentos quando não foi totalmente ou iniciada pelo MST, tem contribuições deles, a oportunidade de estudo, conquistar sonhos que eram impossíveis, ter um filho em uma Universidade de qualidade, é mais do que uma conquista, é um sonho realizado, e eu acredito que haja gratidão por isso (Cassio em entrevista a Buscioli e Lima, 2023).

Neste contexto de luta pelo território material e sua permanência, em nossas pesquisas identificamos que há camponeses assentados no PE Gleba XV de Novembro anterior ao Movimento que passaram a integrar o MST, posteriormente a suas conquistas:

Não, nós não estávamos aqui no Pontal organizado não, a gleba aconteceu de uma forma muito espontânea aqui, foram vereadores, sindicalistas, pessoas autônomas, inclusive várias pessoas hoje como o B. que é o V. e outros vinham em 83 acampar na gleba 15, e depois eles se tornaram dirigentes do MST e até hoje estão na linha de frente do movimento. Mas, o MST só veio para o Pontal mesmo dia 20 de Junho de 1990, foi o primeiro dia que nós chegamos no Pontal do Paranapanema com o MST, eu falo 92 porque eu entrei no MST em 92, é isso (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Nessa conjuntura, destacamos o PE Gleba XV de Novembro como um dos territórios estratégicos de atuação do MST, em que desde o seu processo de consolidação ocorreram contribuições do Movimento nas ações vinculadas à permanência dos sujeitos. Atualmente, há 150 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto militantes. Eles estão em todos os setores do assentamento rural, compondo uma territorialidade ampla de influência e contribuições dentro do território.

No Organograma 6, apresentamos as principais contribuições do MST no PE Gleba XV de Novembro ao longo da história de territorialização do Movimento naquele território. Elencamos questões vinculadas: à saúde, às renegociações de dívidas; à contribuição da criação de infraestruturas no assentamento; à perspectiva agroecológica partindo da produção e comercialização vinculadas aos mercados camponeses e institucionais.

**Organograma 6: Contribuições do MST nas materialidades e imaterialidades no PE
Gleba XV de Novembro²⁰**



Org. BUSCIOLI, L. D.

O endividamento das famílias camponesas no Pontal do Paranapanema é uma realidade histórica que demarca processos de desterritorialização ou de diminuição de investimento de infraestruturas e de produção, por isso as ações iniciais do MST se basearam nisso. Os estudos de Thomaz Junior (2009) evidenciam que o endividamento dos camponeses assentados nas terras do Pontal do Paranapanema perpassava processos que tinham como objetivo as suas permanências no território.

Complementando o autor, Luiz narra o início das atividades do Movimento dentro do Assentamento:

Eu e várias outras pessoas "começemo" a trabalhar primeiramente na Gleba XV a parte da organização, principalmente na área da renegociação de dívidas. Então todas as pessoas que ali estavam tinha pegado o Programa Nacional para Assentados Especiais, para assentados de reforma agrária, essa turma estava em sua grande maioria endividada, e nós quanto MST, enquanto a cooperativa que a gente tinha de campo e MST, tínhamos um bom debate com o Banco do Brasil e nós buscamos uma luta e "levemos" o

²⁰ Cabe destacar que a análise de parte destes elementos de contribuição do MST no contexto do PE Gleba XV de Novembro também será abordada nos próximos subcapítulos. Ou seja, há uma transversalidade analítica entre esses elementos e os capítulos que desenvolvemos na tese, configurando-se uma multiescalaridade e multidimensionalidade analítica dos fatos apresentados.

peçoal de todos os assentamentos da região que começaram a criar e que já existiam até antes da ação do MST, por exemplo, em Planalto do Sul, Rancho Grande, Santa Rosa, Santa Rita e Euclides da Cunha são assentamentos antes do nosso movimento. Então nós começemo a levar pessoas para fazer sua luta, e a gente conseguiu uma negociação fantástica. Por exemplo, as pessoas da Gleba XV que pegaram esse benefício do Programa dos Assentados e tinha uma subida de 10 mil naquela época e não conseguia pagar naquela época, nós conseguimos 90% de rebate, então as pessoas pagaram só 10% da dívida. E limpou o nome para pegar lotes, isso dá uma credibilidade muito grande para o MST de negociação nacional, e as lutas vieram primeiro e depois as negociações (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Ainda quanto a esse ponto, Lima e Paula (2021) apontam que o endividamento representa uma “prisão” para as famílias no que diz respeito a sua sobrevivência e permanência na terra, em que a renegociação e a individualização das dívidas são saídas plausíveis para o problema. Nele, temos “a pressão exercida pelos agentes financeiros e pelo Estado e outros aspectos elencados acima demonstram uma situação de subalternidade profunda das famílias camponesas perante esses agentes” (p. 160).

Concomitantemente às contribuições nas renegociações de dívidas, o MST atuou nas questões organizativas dos camponeses, realizando encontros, assembleias e ações gerais que se perpetuaram até os dias atuais. Como forma de comunicação interna com os assentados, o Movimento tem um grupo de *WhatsApp* em que é possível realizar articulações, conscientizações, vendas e informativos:

o importante é que a gente busque algum mecanismo, principalmente o “zap” do MST que tem todos os assentamentos para trazer textos na área formativa, hoje é texto contra a violência de mulheres, agroecologia, informações da negociação das dívidas, das comercializações, da entrega dos alimentos que vem da CONAB. Então nós temos o *WhatsApp* que atende quase todas as famílias que estão assentadas, têm acesso às matérias que são públicas pelo setor de informação e juventude do MST que é disparado, em todos os assentamentos têm um grupo de *WhatsApp*, e isso é importante, é um canal de negociação, a pessoa quer vender uma vaca, coloca lá naquele grupo, quer vender um carro ou quer trocar um alimento pelo outro ou oferece quem tem banana pra vender, quem quer comprar banana ou queijo, então é um espaço de comunicação bem legal esse *Whatsapp* do MST negociações (Luiz, em entrevista a Buscioli, 2023).

Em relação às contribuições no campo da educação na perspectiva agroecológica, temos as ações em cursos e disciplinas/eletivas nas escolas, como é o caso da Escola Ribeirinho com o projeto da disciplina eletiva “A Horta”.

A partir desse projeto, os educadores Cledson Mendes, Telma Gomes e Taiara Silva realizam aulas práticas e teóricas com os educandos para que estes aprendam a produzir de forma agroecológica, compreendendo a importância da correção do solo, do planejamento no plantio de hortaliças, do calendário anual de estações para cada espécie, da compostagem, da metodologia de plantio etc. (Figura 11).

Segundo Cledson Mendes, na primeira aula dessa disciplina eletiva, realizada em 2022, houve a palestra com técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, com a participação dos educandos e educadores, sendo realizada num segundo momento a prática do plantio de hortaliças tais como almeirão, couve, alface e cebolinha.

Figura 11: Contribuições do MST na educação dentro do PE Gleba XV de Novembro



Fonte: Cledson Mendes. Org. BUSCIOLI, L. D. 2022.

Aliados às questões formativas-educacionais, nós temos os processos de produção e comercialização de alimentos dentro do assentamento que são realizados por diferentes sujeitos. Esta conjuntura, contribui para a permanência destes sujeitos no campo, pois, ela promove o desenvolvimento territorial local.

Para Pedro, uma das principais contribuições do MST para o assentamento refere-se às questões produtivas e alimentares com a bandeira agroecológica, realizando ações de formação, na propositiva e realização de debates por seus militantes no assentamento ou em diferentes espaços formais ou não, sendo fundamental que o Movimento atue neste sentido de

conseguirmos avançar na Agroecologia como única alternativa de desenvolvimento (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Nesse sentido, concordamos que o “assentamento se constitui como unidade social e ambiental, bem como agroecológica, visto que o processo de transição de uma agricultura agroquímica sem o trabalhador na terra, vem se dando para a presença do agricultor que vive e se alimenta da terra” (PEREIRA, M. 2017, p. 3).

Dentro do PE Gleba XV de Novembro temos como principal alimento produzido de forma agroecológica, no sentido quantitativo de área, o capim-açu, mas a principal atividade produtiva em cadeia é a do leite. No caso do capim-açu agroecológico, ele é utilizado na selagem para alimentação dos gados, de modo intensificado, entre os meses de maio a outubro. O camponês Luiz aponta que a cultura de produção desse alimento é recente, cerca de 3 anos. Antigamente, as famílias teriam que buscar no estado do Paraná, com alto custo, chegando a R\$5.000, para plantar um hectare de terra. Segundo o camponês, o MST está com uma propositiva de diálogo com a Prefeitura do Município de Rosana para que haja um projeto em que as famílias possam plantar o capim em uma porção dos seus lotes para comercializar através de programas do Governo Federal ou em outros mercados.

No que tange às contribuições do Movimento em relação à comercialização, podemos elencar dois mercados: o institucional através do PAA e do PNAE e o camponês por meio das cestas e feiras.

A gente conseguiu negociar também para comercialização dos produtos que são distribuídos dos assentamentos e nas universidades envolvidas, nem que seja de forma simbólica, tanto para o campus de Rosana quanto para o campus de Prudente, conseguimos fazer o PNAE na Gleba XV, então a gente criou uma diversidade de programas voltado para os assentados, e foi uma turma que fez uma luta muito grande para conseguir negociar dívidas, para conquistar os seus direitos. (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Segundo o camponês Pedro, a questão do Estado na vinculação da produção e comercialização é importante para a concretização das práticas agroecológicas, mas o que temos é uma discrepância na correlação de forças entre os camponeses e o Estado e Instituições como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no tratamento da Agroecologia:

A gente tinha, tem aqui no estado o Instituto de Terra, que é o ITESP, de São Paulo, que tem a função de prestar assistência técnica pros assentados, mas

se você for perguntar pra eles sobre essa questão é um tiro no pé, sabe, vai na contradição pra defender as elites, então a gente acaba meio que sendo prejudicado (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Além dessas dificuldades, os estudos de Simonato e Bergamasco (2018) apontam ainda o envelhecimento dos assentados territorializados no PE Gleba XV de Novembro, o que é um fator diretamente relacionado aos processos produtivos dentro do território, principalmente no que concerne ao campo da subsistência. Em suma, esse são elementos que devem ser considerados quando analisamos as dificuldades dos camponeses territorializados.

Esses apontamentos foram encontrados em uma das entrevistas, a dos assentados João e Laura. Suas problematizações dizem respeito ao envelhecimento solitário nos territórios da reforma agrária com a saída dos filhos. No caso desses camponeses, seus seis filhos saíram para estudar e posteriormente trabalhar, não mais retornando. Em suas palavras: “Tudo, eles ficaram aqui junto, iam ajudando, aí foram estudando, dando um jeito, daqui, dali, estudando, e foram saindo fora... então todo mundo já tá fora, trabalhando e estudaram. E ficou o casal de véi aqui” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Apenas dois filhos ficaram no assentamento. Um reside no lote vizinho ao do pai, e outro, mais novo, permaneceu no lote para poder viver no campo e ajudar os pais em seu lote, mas infelizmente faleceu em 2020. Um filho foi estudar medicina veterinária na Argentina a partir dos convênios com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ficou residindo naquele país. Outro filho mora em no Município de Nova Andradina e é professor universitário. Há uma filha que mora em Foz do Iguaçu, também no Paraná, e é enfermeira. Ela tem o desejo de retornar ao assentamento. Há, ainda, uma filha que mora no Rio Grande do Sul, em Pato Branco, é formada em direito e trabalha no Fórum da cidade.

Assim, um dos principais pontos para eles diz respeito a se manterem no lote de forma ativa. Segundo Simonato e Bergamasco (2018), há uma correlação direta entre esses fatores:

A correlação entre idosos (as) e produção de alimentos se dá por um importante modo de reprodução social, além de uma maneira manter os idosos e idosas ativos mesmo após aposentadoria, essa noção de utilidade e atividade na lida da roça lhe trazem satisfação e prazer no que tange a produção de seu próprio alimento. Além disso, produzir para o autoconsumo lhes fornecem alimentos frescos e diversificados, sem insumos lhes garantindo uma melhor alimentação, e, por conseguinte, segurança alimentar e nutricional para esses idosos (as) e suas famílias (SIMONATO; BERGAMASCO, 2018, p. 9).

Izidoro e Barone (2012) apontam que o elemento principal para compreendermos a questão do auto consumo é um processo de reprodução social e diversidade produtiva dentro dos assentamentos, o que vem a garantir o processo de consolidação da reforma agrária e da permanência desses sujeitos nos territórios.

Nessa conjuntura compreendemos a importância da Agroecologia:

Colaboração também é uma agroecologia, porque a gente busca fazer algumas ações em parceria, o vizinho trabalha com outro e assim vai, e buscamos reunir para poder tratar dos temas gerais, como cooperativismo que é importante, a troca de semente, a ração do gado que seja de qualidade, falar das agroecologia como um princípio de vida para todos. Se a gente parar de contaminar o meio ambiente, mais saúde as pessoas vão ter. Você vai comprar a carne no açougue e não sabe se é de qualidade, de onde vem, quais vacinas tomou E para a gente consumir isso, o gado não pode tomar vacina nenhuma e etc. Então existem vários jeitos de debater a agroecologia dentro do assentamento (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Quanto ao aspecto da coletividade/cooperativismo e confiança dentro da vida camponesa, também temos as ações de solidariedade que ocorrem dentro do PE Gleba XV de Novembro, como a ocorrida no dia 29 de outubro de 2021, com a entrega de roupas e calçados, pois o assentamento foi devastado pelas fortes chuvas de dias anteriores em que vários camponeses perderam suas produções e moradias, acarretando também prejuízos escolares com a destruição de parte das salas e da área de convivência, bem como no posto de saúde (Figura 12).

Figura 12: Pannel fotográfico - Ação de solidariedade e impactos no Assentamento Gleba XV de Novembro



Fonte: BUSCIOLI, R. R. e BUSCIOLI, L. D. 2022.

Finalizamos apontando que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dentro do PE Gleba XV de Novembro se tornou um importante elo de construção coletiva pela permanência dos camponeses nesse território, contribuindo para o desenvolvimento territorial nos âmbitos educacionais, formativos, produtivos e de comercialização. Segundo Luiz (em entrevista a Buscioli, 2023): “E hoje o pessoal tem grande respeito, se não fosse o movimento organizado, não daria para fazer essas lutas e conquistas”.

Assim, no próximo subcapítulo aprofundaremos nossas análises a respeito da contribuição do MST para a produção e comercialização dos camponeses ligados à Associação Regional de Cooperação Agrícola vinculada ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e, perpassada pelos elementos da saúde, das políticas públicas, da organização camponesa e das infraestruturas.

4.3. A Associação Regional de Cooperação Agrícola no contexto agroecológico

“A importância é que quando você está organizado, você tem força.”

Luiz – MST.

No contexto das teorias que temos debatido neste trabalho, encontramos diversos elementos analíticos que nos permitem compreender que as associações são elementos importantes para a consolidação da Agroecologia dentro do Modelo de Desenvolvimento do Camponato no contexto do Paradigma da Questão Agrária concomitem-te ao Paradigma Agroecológico, conforme apontado no Capítulo 1.

Nos estudos realizados por Leal (2015), é possível compreender que as formas de organização do camponato baseadas nas associações são importantes para a análise da questão agrária no Brasil e na região do Pontal do Paranapanema, principalmente quando vinculamos as questões políticas ao debate dentro da reprodução social destes sujeitos.

Segundo a militante Fabiana (em entrevista a Buscioli, 2023), quando se tem a presença no território de uma associação ou cooperativa, há um processo maior de organização dos camponeses, economizando tempo de trabalho tal como na produção, gestão e comercialização de mercadorias.

Ribas (2011) defende que devemos compreender que as formas de organização do camponato, como as cooperativas e no caso deste trabalho, as associações, devem ser analisadas pelo viés da resistência do MST dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal, em que se busca mitigar os problemas deste território e abordando um conteúdo político-ideológico dentro de um projeto de desenvolvimento.

Este projeto de desenvolvimento no contexto do Pontal, tem como perspectiva de materialização a realização da Reforma Agrária, em que só é possível pensar as associações e as cooperativas vinculadas ao MST na região por este propósito, uma vez que, ela contribui para as formas organizativas dos camponeses, para as técnicas produtivas e de comercialização, contribuindo para com diferentes recursos financeiros via desenvolvimento territorial (SOUZA, 2017).

Com isso, compreendemos que as formas organizativas do camponato, que têm como base distintas atividades, como produção e comercialização, permitem, além do desenvolvimento territorial, o avanço das propositivas da reforma agrária, com a

territorialização e a permanência desses sujeitos nos territórios, em que o fortalecimento é o elemento chave nessa conjuntura.

Segundo Leal (2015):

As associações, no universo dos assentamentos, podem ser entendidas como formas de organização dos trabalhadores para viabilizar a união entre os mesmos, buscando formação política, integração de informações, de trabalho, de produção, como também a criação de estratégias para compra de insumos, de acesso às políticas públicas (de crédito, de habitação, de aquisição de alimentos) e possibilitar acordos com o mercado local, afirmando assim a reprodução social nos assentamentos em diversos seguimentos (LEAL, 2015, p. 154).

Dialogando com o autor, o militante Luan nos aponta que as associações têm como resultado a contribuição da permanência do campesinato dentro dos assentamentos, mas ela tem que estar relacionada a outros elementos, como a política pública. Em suas palavras:

Não basta só a associação, acho que a associação quando tem a possibilidade de política pública, porque assim, você tem a associação organizada, mas cê não tem onde buscar recursos, essas famílias não vão ficar contentes. Então, é difícil, mas, eu acho que é importante sim, as famílias que adentram as associações, elas têm muito a conquistar com a associação (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

Assim, para o camponês, a importância da organização camponesa, não só dentro do MST, mas de todos os sujeitos, ocorre no processo de formação política que tem como resultado o fortalecimento das ações de luta e resistências através da informação. Seja no campo das políticas públicas, nos projetos realizados, na produção ou na comercialização no campo agroecológico.

É nesse contexto que, dentro do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surge a Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA). A associação foi criada em 2011 para pensar nas propositivas de incentivo à cooperação entre os camponeses, de produção e comercialização via mercados institucionais, nesse caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), configurando-se como um incentivo aos camponeses do PE Gleba XV de Novembro.

Segundo o presidente da associação, Luiz:

Então, a Associação Regional de Cooperação Agrícola surgiu em março de 2011, porque ela surgiu? Pelo PAA, a maioria das entidades foram criadas

no governo Lula pelos programas e pelo acesso de forma coletiva e de forma para acessar as políticas públicas nesse período do Governo Lula, era a exigência e é correta, você fazer com que as pessoas possam acessar de forma coletiva, no sentido de incentivar a cooperação entre as pessoas, planejamento entre as entidades, a comercialização e o aumento da renda familiar dentro do assentamento, o PAA é uma forma de complementação da renda da família. Você coloca também a mulher no centro, porque quem comanda esses programas dentro do assentamento são as mulheres e a juventude ... A ARCA e as demais entidades surgem com esse propósito, e também contribuem de forma mais direta com as famílias que precisam de apoio para iniciar (Luiz em entrevista a Buscioli, 2022).

A principal atividade da ARCA é a questão produtiva e de comercialização, conforme o militante Luan: “Desde a sua construção, a pauta dela sempre foi buscar possibilidade de comercialização, de melhoria da própria associação e da relação com os cooperados” (Em entrevista a Buscioli, 2023).

Atualmente, a ARCA possui 18 famílias camponesas, territorializadas nos setores 2, 3 e 4 do PE Gleba XV de Novembro, ou seja, todos pertencentes ao município de Rosana. A sua sede fica na casa do presidente Luiz, tornando-se um espaço organizativo de gestão da documentação e ações da associação, bem como de comunicação e sociabilidade com os camponeses associados, conforme podemos observar na Figura 13.

Figura 13: Painel Fotográfico: Espaço ARCA



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Além desse espaço presencial, há outros espaços virtuais de comunicação da ARCA com a população em geral, como é o caso do perfil do Instagram da ARCA²¹. Destacamos que ao longo do período de doutoramento, em conversas com os camponeses e voluntários na comercialização das cestas através da ARCA, foi pautada a importância de se ter um espaço virtual de divulgação da produção, da comercialização e das ações da Associação no contexto da luta pela permanência no território. Assim, criamos este perfil, conforme se pode observar na Figura 12.

Figura 14: Instagram da ARCA



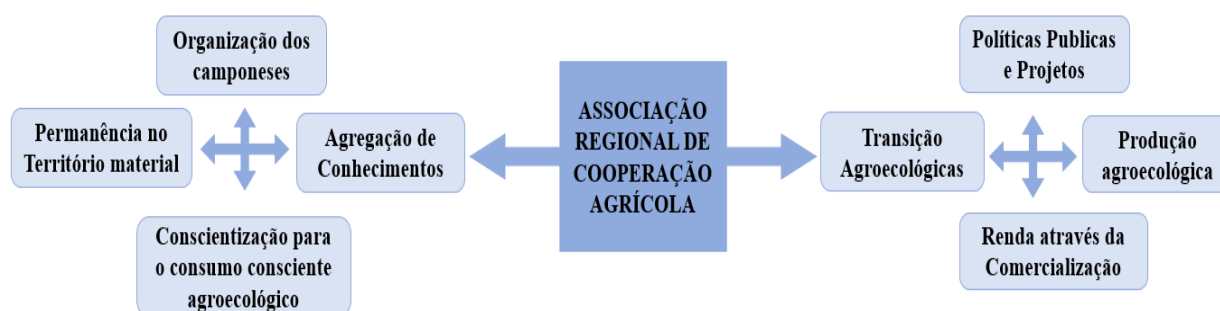
Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Esse perfil é importante, pois faz parte da divulgação de todas as ações realizadas pela ARCA, apresentando também as principais contribuições dessa associação tanto para a sociedade como para os camponeses, se tornando um importante canal de comunicação.

Partindo do PE Gleba XV de Novembro, o Organograma 7 apresenta as principais contribuições da Associação Regional de Cooperação Agrícola no contexto da agricultura camponesa agroecológica dentro do assentamento e de outros territórios, como a Universidade Estadual Paulista Campos de Rosana.

²¹ Link do perfil do Instagram: <https://www.instagram.com/arcaagroecologia/>

Organograma 7: Contribuições da ARCA para os camponeses no contexto do desenvolvimento territorial



Fonte: Pesquisas de campo. Org. BUSCIOLI, L. D.

Podemos observar, a partir Organograma 7, que a Associação Regional de Cooperação Agrícola atua a partir de seis frentes. Essa atuação tem como princípio inicial a organização dos camponeses no contexto produtivo, o que possibilita o processo de transição agroecológica, a organização da produção no contexto da comercialização por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e projetos como o Projeto das Cestas Agroecológicas e o do Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo, que resultam na agregação do conhecimento, na geração de renda camponesa e na permanência desses sujeitos em seus territórios, ou seja, promovem desenvolvimento territorial.

No contexto das atuações da ARCA nas atividades de comercialização, evidenciamos que ela também atua no processo de conscientização para o consumo dos alimentos saudáveis com os compradores, permitindo o debate da soberania alimentar e mostrando exemplos concretos de que os territórios de reforma agrária produzem e resistem.

Especificamente no campo da organização camponesa das atuações realizadas pela ARCA, nossas pesquisas evidenciaram os processos de orientação no contexto produtivo agroecológico, com formações realizadas sobre quais alimentos são importantes de se produzir, considerando as condições do território material; em que período será produzido; quais insumos naturais poderiam ser usados e o que não seria viável usar como, por exemplo, os agrotóxicos.

Essa organização camponesa resulta também no aumento da força política desses camponeses, permitindo a conquista de algumas materialidades e fomentando a coletividade

entre os membros associados. Nesse contexto, o presidente da Associação apresenta um exemplo dessas questões, quando abordamos os principais elementos dessa ação organizativa:

Olha, a importância é que quando você está organizado, você tem força. Por exemplo, nós fomos na prefeitura esses dias e conseguimos um trator com isenção para fazer um “pedacinho” de terra para as pessoas que estão no PAA, mas tem que estar na associação, eles perguntam, pedem os nomes. Tem que estar organizado com as entidades, essa é uma, a outra é que se você estiver na associação você pode pegar os programas do governo, hoje o PAA é R\$15.000 reais por mês, estando nele você consegue entregar a sua produção, seja agroecológica ou não, é tudo de forma coletiva e para quem está organizado. Outra vantagem é a convivência, todos os dias as pessoas estão juntas, em parceria, como a CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento], você não pode levar direto lá na entidade, tem que levar na associação e se encontrar com as pessoas que estão entregando e a troca de experiências, as pessoas se conversam, se ajudam porque tem o mesmo objetivo (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Compreendermos que as relações que acontecem entre o processo produtivo e o de comercialização vinculadas a essa organização coletiva baseada na associação contribuem para o desenvolvimento territorial. No caso da ARCA, as trocas de experiências também estão vinculadas ao processo de transição agroecológica, pois todas as famílias que estão associadas a ela necessitam estar em processo de transição ou já realizando a produção completa de forma agroecológica em seu lote, gerando renda e melhoria na qualidade de vida desses sujeitos.

Luiz aponta em entrevista que esse processo de transição entre a agricultura convencional e a agroecológica das famílias ligadas à ARCA tem forte influência dos projetos de comercialização que são realizados no interior da associação, o que torna isso um incentivo que também está correlacionado com o processo de formação política que eles realizam. Em suas palavras:

Quando nós tivemos o projeto feito pela Unesp que acho que vai retomar e o ministério do trabalho e a arca, a gente conseguiu trabalhar com mais ou menos dezoito famílias que nós tínhamos, então as famílias que só poderiam entregar nesse projeto quem pudesse ir trabalhando de forma agroecológica, se estiver usando veneno não poderia ... então nós entregamos para os catadores os materiais recicláveis de prudente e o entorno, o entorno de doze entidades que participavam, então essas pessoas conseguiram mudar a sua matriz, foram trabalhar diretamente com a questão agroecologia, então essa foi uma das formas, outra forma são pessoas que participam de curso em pequena quantidade que trazem, principalmente a juventude, que trazem essa experiência pra dentro do lote, começam a produzir sem usar o veneno, se largar o veneno vai usar o que? (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Em nossas pesquisas, evidenciou-se que no início das ações de criação e fortalecimento da ARCA não foi pensada a questão da Agroecologia como vertentes produtivas e de comercialização, mas se davam indícios dessas questões a partir da conscientização dos camponeses, haja vista que o debate no interior do MST e a realização de outros projetos produtivos e de comercialização já estavam consolidados, então o processo de transição ocorreu posteriormente, de forma gradual e consciente, dentro da associação e com os camponeses.

Esse processo gradual e consciente realizado no interior da ARCA considerou os saberes tradicionais agroecológicos que os camponeses já tinham:

Aliás, os assentados em sua maioria não usam veneno, já criaram saberes agroecológicos, é bastante tempo no assentamento, tanta palestra de várias pessoas e eles automaticamente mudam para o mais correto, que é a agroecologia para não criar impacto ambiental e social de forma negativa. A turma já usava pouco, acaba aproveitando e se apropriando desse conhecimento, familiar também (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

Com esse processo de conscientização aliado aos projetos que geraram renda e, consequentemente, um desenvolvimento territorial dos camponeses pertencentes à ARCA, contribuiu-se para os processos de comercialização da produção agroecológica mediante projetos como feiras/cestas e de políticas públicas vinculadas ao PAA.

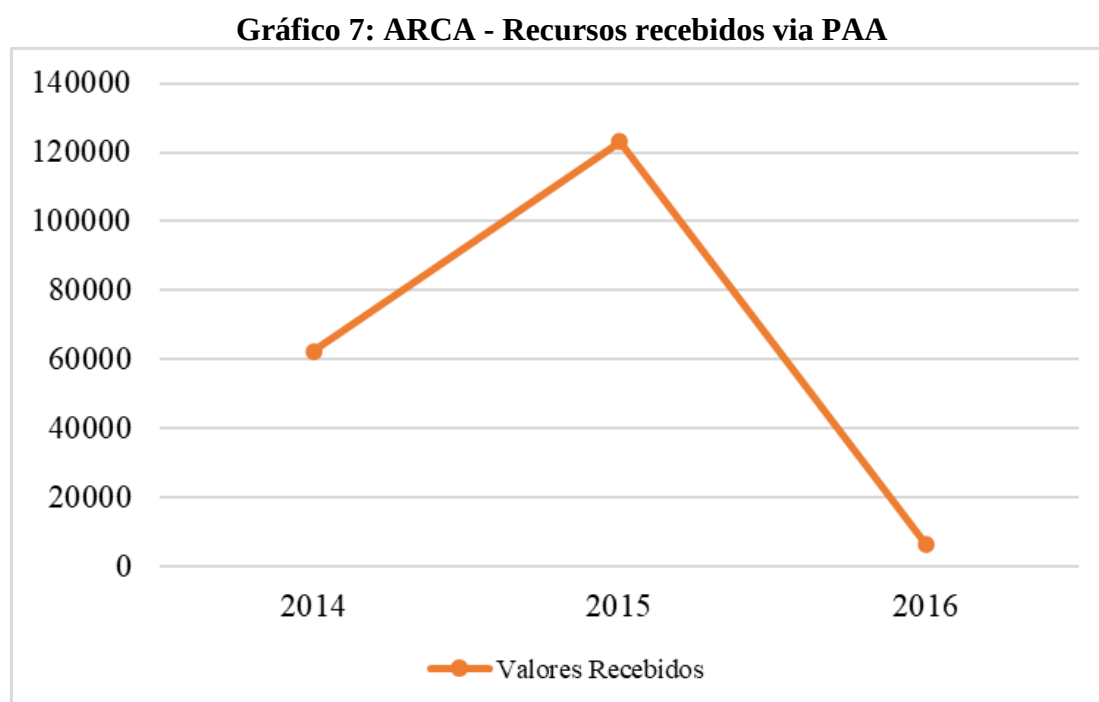
No caso do PAA, a política de comercialização ganha importância no contexto da ARCA por ser um dos motivos de sua formação e consolidação, bem como por contribuir com o processo de conscientização dos camponeses para a produção agroecológica, conforme fala de Luiz: “Então, quando nós criamos não tinha esse objetivo, era apenas acessar o PAA, nós testamos o processo e conscientizando as pessoas que entregavam para o PAA que elas precisavam da mudança e deixar o veneno e ir para a agroecologia” (Em entrevista a Buscioli, 2023).

Segundo Leal (2015), o PAA é um instrumento estratégico de política pública para o espaço rural, na produção de alimentos saudáveis e incentivando a diversificação, em que os camponeses “têm a garantia de venda e muitos estão se libertando dos atravessadores, o que lhes confere mais rendimentos quanto ao trabalho dispendido. Além, é claro, de contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis” (LEAL, 2015, p. 159).

Dialogando com Leal (2015), Souza (2017) aponta que no Pontal do Paranapanema, no contexto do PAA e das formas de organização do campesinato, foi possível compreender que o programa foi importante para os assentados terem incentivos de produção e comercialização das mercadorias, fortalecendo as ações nos diferentes territórios.

No contexto do município de Rosana, havia seis associações compondo 400 famílias cadastradas para a entrega no PAA, o que representava mais de 50% da população camponesa do município. Segundo Luiz, as famílias e entidades que recebiam esses produtos ficavam agradecidos pelos produtos oriundos dos territórios de reforma agrária, em que ocorria uma ajuda mútua entre quem estava produzindo e precisava comercializar e quem estava necessitando se alimentar. Para ele, os benefícios do PAA não se estendiam apenas a quem produzia ou consumia, mas a todo o município de Rosana e distrito de Primavera.

Em relação aos dados quantitativos do PAA, o Gráfico 7 apresenta os recursos recebidos pela ARCA entre 2014 e 2016 por meio desse programa.



Fonte: Portal da Transparência. Org. BUSCIOLI, L. D.

Conforme podemos observar ao longo dos anos, tivemos uma queda significativa nos valores recebidos em reais pela Associação Regional de Cooperação Agrícola em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos, sendo que o valor total em reais correspondeu a R\$ 192.135,99. Em 2014, a ARCA recebeu R\$ 62.354,64 em reais, em 2015 recebeu R\$

123157,07 e, por fim, no ano do Golpe Administrativo recebido pela então Presidente Dilma Rousseff, 2016, a associação recebeu R\$ 6624,28 reais.

De 2016 a 2022 o presidente da ARCA nos apontou que eles ficaram seis anos sem o PAA, sendo um momento muito difícil para os camponeses que não tinham onde comercializar as suas produções. Assim, muitas associações no Pontal do Paranapanema perderam as suas inscrições estaduais, ficando inativas.

O militante Pedro nos apontou que com o PAA não sendo priorizado pelo Governos, a ARCA e seus associados, passaram a ter grandes impactos no contexto da renda que a participação neste Programa proporcionava, bem como no processo produtivo dentro do PE Gleba XV de Novembro.

O camponês Luiz, analisa que essa questão com o PAA se aprofundou no Governo Bolsonaro, mas que apesar do Governo Lula ter que trabalhar com o orçamento planejado para o primeiro ano pelo Governo Bolsonaro, acredita-se que em 2024 as questões do Programa irão melhorar, abrangendo um maior número de famílias, permitindo o retorno da ARCA.

Nesse contexto de destruição do Programa de Aquisição de Alimentos, outros projetos ganharam destaque no contexto produtivo agroecológico e de comercialização dentro da Associação Regional de Cooperação Agrícola, principalmente os projetos de entregas de cestas agroecológicas para diferentes entidades em diferentes territórios.

Conforme narrativa de Luiz:

Por exemplo, o pessoal da UNESP quando veio quando acabou o PAA e eles trabalharam nas cestas agroecológicas e ajudou demais, fortaleceu mais ainda a agroecologia, chamaram todo mundo, palestrar e reforçando a agroecologia e a gente criou as cestas devido a esse apoio da universidade e depois a cada 3/4 meses o pessoal vinha para continuar a conversa até a turma mudar e hoje produzir dessa forma (Luiz em entrevista a Buscioli, 2023).

O Projeto do Ministério Público Federal, UNESP e MST é um exemplo de como as ações da ARCA em conjunto com o Estado e outras instituições são importantes no contexto apresentado. O projeto consolidado em 2020 consistia na entrega de cestas agroecológicas aos catadores de materiais recicláveis e algumas instituições no município de Presidente Prudente, com a articulação de mais de 200 famílias gerenciadas pela ARCA e tinham o intuito de contribuir para mitigação dos problemas ocasionados pela Pandemia da Covid-19 aos camponeses e a esse público consumidor.

Os impactos da pandemia da Covid-19 para os camponeses foram diversos, além da questão das perdas das vidas desses sujeitos do campo que resistem diariamente, tivemos também a perda dos mercados camponeses locais, como a feira e as cestas agroecológicas. Então, esse Projeto na região do Pontal do Paranapanema se tornou um importante elemento para a permanência desses camponeses no campo e para a mitigação de problemas de insegurança alimentar da população que recebeu esse alimento.

Um exemplo da importância do Projeto no contexto de desenvolvimento territorial e ação de resistência do MST aliado às ações da ARCA refere-se às entregas, realizadas quinzenalmente, de 180 cestas agroecológicas pesando 14 quilos cada uma, contendo legumes, frutas e hortaliças conforme apresentadas na Figura 15.

Figura 15: Entrega das Cestas Agroecológicas em Presidente Prudente



Fonte: Mendes, 2020.

Em nossas entrevistas, o camponês Nunes aponta com orgulho a importância da comercialização das cestas agroecológicas para esse Projeto, principalmente com a entrega da sua produção de abacate gerando renda para sua família. Ele nos informou que em apenas uma entrega para a ARCA ele conseguiu comercializar 400 abacates.

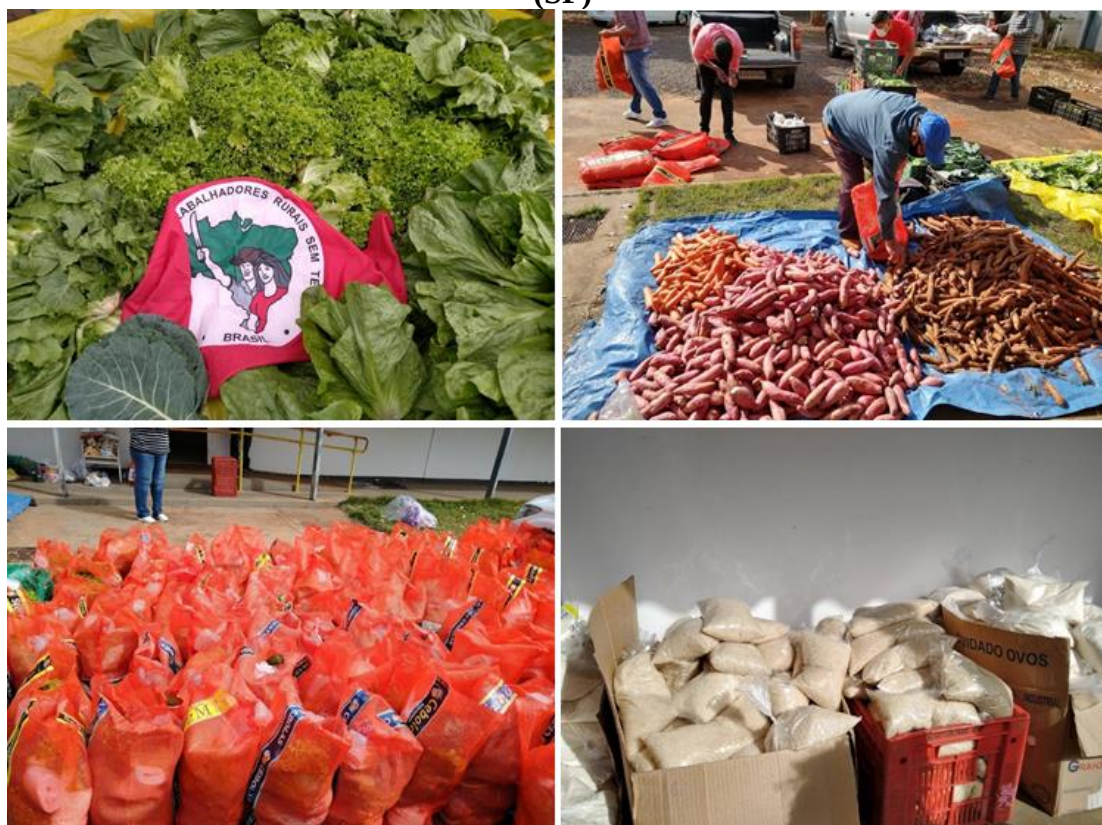
Luiz nos informou que a ARCA já chegou a entregar mais de 200 alfaces, 300 almeirões, 300 quilos de quiabo, bem como a entrega de mais de 500 cestas por mês aumentando o número de famílias no Projeto, pois para ele a questão tem relações com o

econômico, mas o processo de transição entre o convencional para agroecológico destas famílias e a ajuda para as que recebem são os elementos mais importantes que são significados as ações de solidariedade estabelecidas dentro do Movimento.

No âmbito das ações da Associação Regional de Cooperação Agrícola via Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra relacionadas à agroecologia, temos as ações de solidariedade, com a realização de doações de cestas agroecológicas solidárias como no Projeto da Cesta da UNESP de Rosana, em projetos nacionais como o de doações realizadas no ápice da Pandemia de Covid-19, bem como em dias temáticos específicos como no dia 28 de julho, que corresponde ao Dia do Agricultor.

Exemplificamos, na Figura 16, uma ação da ARCA no Dia do Agricultor, em 2022, em que, no distrito de Primavera nas dependências do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), foi realizada a montagem de mais de 100 cestas agroecológicas e cestas básicas com produtos doados pelos assentados de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, bem como pelos munícipes, para as pessoas em condições de vulnerabilidade social associadas a insegurança alimentar e para entidades e organizações que atuam com essas pessoas.

Figura 16: Painel fotográfico - Ação de resistência pelo Dia do Agricultor em Primavera (SP)



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Atualmente, o único projeto vigente de comercialização da produção agroecológica dentro da ARCA é o das Cestas Agroecológicas na Universidade Estadual Paulista, no distrito de Primavera, em que ocorre a comercialização de cestas e simultaneamente da feira, gerando desenvolvimento territorial aliado à luta pela permanência na terra no Brasil.

Estamos compreendendo que dentro do debate paradigmático aliado a Agroecologia, ela procura, como abordou Borsatto (2011) resgatar a agricultura camponesa como uma forma de vida, que gera diferentes conhecimentos, autonomia para os sujeitos no campo produtivo e de comercialização.

Assim, dentre os membros associados à ARCA, entrevistamos algumas famílias atuantes nas entregas dos produtos agroecológicos desse Projeto vigente. Ressaltamos que as ações dessas famílias representam a diversidade dos elementos da Agroecologia apresentados nos Capítulos 1, 2 e 3, que conferem à luta pela terra uma identidade camponesa, a transição agroecológica, as práticas agroecológicas já consolidadas e a comercialização, entre outros elementos que constroem territórios agroecológicos materiais e imateriais no contexto do debate paradigmático.

Vanessa e sua família estão no PE Gleba XV de Novembro desde o início da sua constituição/materialização na década de 1980. Inicialmente, ela vivia com seus pais e, posteriormente, com o seu companheiro e filhos. Após a morte de seu pai, sua configuração familiar mudou: “Aí ficou eu, minha mãe e meu marido, e fomos lutando, lutando, lutando, passamos bastante dificuldade” (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

O seu processo de inserção na ARCA comercializando pães e bolachas foi posterior ao início das suas atividades de panificação e confeitaria no contexto familiar. Ou seja, ela já fazia pães para consumo no seu lar, mas por incentivo de uma amiga residente no distrito de Primavera iniciou o seu processo de transformação desse alimento em mercadoria, em que tal amiga passou a vender para ela em seu local de trabalho, no hospital regional.

Analisando a entrevista de Vanessa, evidenciamos que os elementos que foram apresentados no Capítulo 1, ao abordarmos a questão da importância dos saberes entre as gerações no campo agroecológico, são identificados. No caso dessa camponesa, a partir da panificação, que foi aprendida pelo trabalho da mãe dentro do lote: “Eu via minha mãe fazendo e aí fui aprendendo. Agora os bolos, eu fui entrando em grupo de internet, com o pessoal, e fui fazendo, fazendo, fazendo” (Vanessa em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Na ARCA, Vanessa faz a entrega de pães e bolachas doces há aproximadamente 4 anos, mas ela também vende seu produto dentro do próprio assentamento, bem como salgadinhos e bolos para festas comemorativas como aniversários.

No campo da Agroecologia, ela participa do processo a partir do consumo dos produtos feitos dentro do PE Gleba XV de Novembro e na comercialização esporádica de ovos caipiras. Mas, destacamos a utilização de produtos de base agroecológica para a produção de seus pães, bolachas e doces, principalmente os que vêm do seu lote, como a nata derivada do leite de vaca e da banha, dos porcos.

Outro ponto importante a ser mencionado é o fermento que Vanessa produz de forma biológica, destacado na figura 17 conforme podemos observar em sua fala:

O fermento é feito assim, ele é trigo, açúcar, sal e água. Ele tem que ter a fermentação dele... A primeira tem que ficar sete dias na primeira fermentação, aí depois não, depois só vai renovando e pode ir fazendo direto, mas o primeiro dia tem que esperar sete dias pra ele dar a fermentação natural dele (Vanessa em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Após a primeira fermentação, que ocorre em sete dias, Vanessa faz a renovação desse fermento para utilizar em sua produção com o período de dois dias, em que com cada garrafa ela produz entre 10 e 12 pães, pois adiciona um litro de fermento a um litro de água, incorporando-os.

Figura 17: Garrafa de Fermento Biológico



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

No que tange às dificuldades produtivas para se trabalhar com o fermento biológico, Vanessa aponta que um dos principais problemas corresponde às questões climáticas, uma vez que, se o tempo está muito frio, os processos de fermentação e de crescimento da massa são dificultados e, conseqüentemente, ocorre a perda da produção e/ou a impossibilidade de comercialização dos produtos.

Em relação à comercialização, vivenciamos no Projeto das Cestas Agroecológicas, por duas vezes, a perda da produção de Vanessa, impossibilitando-se a sua comercialização. Quando o produto não cresce ao ser assado ou curado, Vanessa aponta que ela doa parte desses alimentos, nesse caso os doces, pois quanto aos pães a perda sempre é total. Em suas palavras: “Chega alguém, chega alguém e pergunto se quer, eu dou, a pessoa leva, frita na casa, aí se não quiser... Eu vou ficar dando pro cachorro, pro porco” (Vanessa em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Para a comercialização no Projeto da Cesta via ARCA, o Presidente da ARCA solicita com antecedência o número de pães e bolachas, para que Vanessa possa se organizar na atividade produtiva, devido ao tempo de fermentação que sua produção exige. Conforme podemos observar em sua narrativa: “Ele pede antes, porque se ver que esfriou, ele demora um pouco mais pra crescer, ele não cresce rápido que nem o químico, porque tem que esperar o tempo dele agir na massa. Aí o C. avisa antes e eu preparo” (Vanessa, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Em sua fala ela aponta a importância de se produzir a partir dos elementos biológicos, principalmente do fermento, contribuindo com a alimentação dos consumidores evitando azias, na qualidade da sua produção e na sua questão econômica de renda, pois não há necessidade de se comprar fermentos processados industrialmente.

No que tange às questões de renda do lote, Vanessa destaca que atualmente o seu trabalho é a sua principal fonte de subsistência para a família, pois anteriormente eles trabalhavam com a venda do leite, onde ela extrai a nata utilizada nas suas produções caseiras.

Nesse sentido, a Figura 18 expressa o processo produtivo de Vanessa em seu lote, e o Quadro 9, os produtos, os ingredientes e os preços que compõem sua comercialização.

Figura 18: Painel fotográfico - Produção de pães da Vanessa

Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Quadro 9: Especificidades da produção de Vanessa

Produtos	Preços para o assentamento	Preços para o Projeto Cestas	Ingredientes dos produtos comercializados dentro do Projeto das Cestas
Bolacha de nata com limão (pacote)	R\$ 8,00	R\$ 8,00	Ovos caipira, nata, fermento biológico, açúcar, farinha e limão
Pão salgado (unidade)	R\$ 12,00	R\$ 10,00	Água, fermento biológico, açúcar, óleo ou banha, farinha
Salgados (cento)	R\$ 60,00	-	-
Bolos	R\$ 42,00 a R\$ 48,00	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo. Org. BUSCIOLI, L. D.

Para a venda dos seus produtos no interior do PE Gleba XV de Novembro, Vanessa faz um preço diferenciado para comercialização dos pães, pois, segundo a camponesa, a associação compra uma quantidade maior, por isso os preços são menores (Quadro 9). A comercialização de salgados de festa e bolos é realizada a partir de encomendas, não sendo, portanto, comercializados nas cestas.

A divulgação da sua produção é realizada a partir da internet com Facebook e WhatsApp por meio de postagens da sua produção. Os consumidores/compradores vão ao seu lote fazer a compra e consomem em diferentes lugares, como dentro do próprio assentamento, nos assentamentos ao redor e no espaço urbano. Ela aponta a importância de se ter os tipos de

produto que ela faz dentro do assentamento, pois antes os camponeses tinham que ir à cidade para comprar bolos e pães, sendo que agora eles não precisam se deslocar, comprando dentro do seu território e fomentando a renda.

No que tange aos processos produtivos, Vanessa foi adquirindo os instrumentos necessários ao longo da sua trajetória de trabalho, comprando principalmente dois fornos elétricos para sua produção, uma vez que o forno a lenha ela utiliza apenas para a fazedora de doces e de requeijão.

Nas questões relativas à execução do seu trabalho, o cilindro é o principal instrumento de produção. Vanessa aponta a importância da amizade no contexto de consolidação de sua produção, que antes era feita manualmente, pois a mesma amiga que a incentivou iniciar a venda dos seus pães contribuiu para a mudança de instrumento de trabalho comprando um cilindro elétrico para ela.

Em relação ao trabalho dentro do lote, que também inclui os afazeres do espaço da casa – trabalho não remunerado, Vanessa aponta uma divisão das atividades por períodos: de manhã faz os trabalhos relativos à preparação das panificações e de tarde as atividades domésticas de limpeza e manutenção do lote, sempre colocando a atenção nos produtos preparados de manhã, que estão sendo assados nesse período, pois o tempo de trabalho para a sua produção corresponde à média de três vezes por semana, correspondendo a todos os períodos ao longo do dia, pois cada forno consegue assar apenas dois pães.

Olivia Almeida (2016), estudando a trajetória do papel das mulheres dentro do assentamento Gleba XV de Novembro, aponta a importância de se pensar a partir da questão de gênero as divisões entre as atividades realizadas no lote, uma vez que a mulher historicamente carrega consigo essa sobrecarga de trabalhos (remunerados e não remunerados-domésticos) dividindo os trabalhos de acordo com a sua realidade.

No contexto da Pandemia da Covid-19, essa divisão do trabalho se acentuou, pois as crianças não tinham os espaços formais educacionais para frequentar, então uma parcela da população feminina que tinha a possibilidade de trabalhar em casa ou já trabalhava, como é o caso da Vanessa, teve que lidar também com os cuidados maternos.

Ela aponta que no período mais crítico da pandemia houve impactos negativos significativos na sua produção, logo em sua renda familiar, que persistem até os dias atuais, pois ela produz aproximadamente 30 pães por semana, sendo que antes da Pandemia da Covid-19 sua margem era de 70 pães: “Aí quando começou a pandemia caiu bastante, porque

acabou aquele movimento de festa, aquelas coisas, caiu bastante. Mas agora devagarzinho, graças a Deus, tá se engrenando de novo” (Vanessa, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Por fim, Vanessa cita a importância da venda do seu produto a partir da ARCA para a sua família, pois é uma garantia direta de comercialização da sua produção, conforme podemos observar na sua fala:

Ah, me ajuda muito, viu, porque num momento nós ficamos aqui numa situação que era só isso aí que a gente tinha, porque o homem não podia trabalhar, não podia sair, o moleque não podia perder a escola, que tinha, que tem que estudar. Aí foi difícil, foi muito bom, ajudou muito a gente, até hoje ajuda muito ainda. Foi o que eu falei, é a nossa fonte de renda é isso aí, é pão, é bolo, é bolacha, é isso aí. (Vanessa em entrevista a Buscioli e Romão, 2022)

Nas suas questões alimentares, Vanessa e sua família consomem os alimentos derivados do lote a partir da sua produção realizada de forma agroecológica e de dentro do próprio assentamento, com a compra de verduras/ hortaliças, pois algumas vezes a família não consegue produzir parte desses tipos de alimento no lote devido a questões de saúde de seus residentes.

Na narrativa de Vanessa, encontramos uma cadeia de ajuda que gera desenvolvimento territorial importante dentro do quadro de comercialização no assentamento. Por exemplo, Vanessa vende a sua produção no assentamento para o camponês Marcelo, que por sua vez vende para ela suas verduras, conseguindo-se, assim, efetuar um mercado camponês local baseado nos elementos da Agroecologia.

Esse camponês Marcelo vive com sua família, pais e um irmão dentro do mesmo lote no PE Gleba XV de Novembro, conquistado por meio da luta pela terra, ou seja, eles foram acampados. A centralidade da luta veio através dos ensinamentos e conscientização de sua importância pelo pai.

Em sua narrativa, analisamos a importância da luta pela terra e a conquista realizada na década de 1980 por meio de acampamento. Embora criança, ele se recorda do seu tempo de acampamento e das dificuldades que envolviam estar numa condição de acampado com toda a sua família:

É num canto, é no outro, e dependendo dos outros. Então... É tudo complicado. O povo hoje tá bem mais moderno, é diferente. Na época que meu pai entrou mesmo, pra nós era difícil demais da conta, se nós ficava ele tinha que sair pra trabalhar, e nós tudo pequeno, que nós samo quatro irmão,

é uma menina e três homem (Marcelo em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Depois de assentado quando era criança, Marcelo foi trabalhar em outros territórios, sempre vinculado com a terra, retornando em meados de 2018 para o assentamento Gleba XV de Novembro, conforme observamos em sua fala: “Não, esse negócio de tá no trecho não, nunca foi comigo não. Meu lugar foi mais fazenda²²” (Em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Assim, por mais que Marcelo tenha tido sua trajetória trabalhada nas fazendas, a sua vinculação com a terra sempre foi o motivo principal da sua identidade, o que lhe permitiu, posteriormente, retornar ao assentamento para voltar a produzir de forma familiar alimentos:

Eu tava falando pra você, eu fiquei 11 anos mexendo com isso pros outros, e sempre meu pai incentivando “Pega uma terra lá no sítio, tem uma casa lá, vamo trabalhar lá”. Aí foi que deu certo, mas chegamo aqui... E graças a Deus tá caminhando, continuar que o investimento é bruto (Marcelo em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Atualmente, eles produzem de forma familiar e sem agrotóxicos, mas estão em processo de transição agroecológica, utilizando em alguns produtos elementos de base biológica. Em relação à transição, Marcelo nos afirmou que ela ocorreu devido às orientações da ARCA na figura do presidente Luiz e por conta da questão econômica, sendo importante para ele repensar o uso de agrotóxico em sua produção.

Quando o Marcelo e sua família produziam com veneno, eles levavam em consideração algumas orientações realizadas por agrônomos. Tais orientações partiam desde a perspectiva do aplicar o agrotóxico, ao tempo de espera de formulação correta tanto para uma nova aplicação como para o consumo e comercialização desse alimento, conforme narrativa:

Então, só que assim, onde eu trabalhava funcionava assim, tudo é com “agrônimo”, então cada produto que você ia usar tem que vir a carência, entendeu? Funciona assim. Vamos supor, te passa um veneno, você passa aí, ele tem quatro dias de carência, ou sete dias, que seja. O “agrônimo” fala pra você assim, “Se ele tem quatro dias de carência, dois dias você pode colher”, que isso aí é água toda hora (Marcelo em entrevista a Buscioli, 2021).

Nas questões relativas à dificuldade da transição entre a utilização do agrotóxico e a utilização de produtos biológicos, o camponês aponta que o mais difícil foi se

²² Conforme podemos observar na fala do depoente, o “trecho” a que ele se refere significa trabalhar nas usinas hidrelétricas, para as quais historicamente, na região do Pontal do Paranapanema, os camponeses e trabalhadores urbanos migravam.

territorializarem no assentamento e, depois disso, adquirir conhecimentos para poder fazer a transição de técnicas que possibilitassem uma produtividade dentro do esperado sem impactar o meio ambiente e a saúde tanto de quem produz como de quem consome.

Então, identificamos que o conhecimento adquirido por meio dos técnicos vinculados ao campo da Agronomia, das orientações realizadas pelo MST via ARCA e dos saberes passados pelo seu pai a partir de toda a sua experiência camponesa na terra foram elementos determinantes para o fortalecimento e cristalização de sua produção, fomentando, assim, o desejo de se produzir exclusivamente de forma agroecológica.

Esses saberes tradicionais dos campesinos, conforme apontado no primeiro capítulo, representam a imaterialidade do território apresentada por Fernandes (2008; 2009a), bem como a evidência do debate paradigmático dentro desse contexto. O que é representado nesse tipo de conhecimento difere da lógica PCA e do MDA, em que no cotidiano do fazer e da ação, ou seja, da materialidade no território, vão se construindo essas relações familiares e agroecológicas de produção.

Tais apontamentos foram identificados nos trabalhos de campo, com a participação da criança junto com o adulto no processo produtivo contribuindo para a preparação do solo, aprendendo o conhecimento transmitido pelos familiares, conforme podemos observar na Figura 19.

Figura 19: Trabalho no lote de Marcelo



Fonte: ROMÃO, R.

Identificamos pela narrativa do entrevistado que no início do processo produtivo ele levou em consideração as demandas externas do que os camponeses pediam para ele plantar. Mas, agora, eles já possuem uma produção ampla e diversa que também toma como base o que eles demandam plantar enquanto família, bem como a demanda externa de comercialização no mercado convencional.

A Figura 20 apresenta algumas das produções realizadas pela família de Marcelo. O foco da produção está vinculado a hortaliças e legumes como: cebola de cabeça, alface, almeirão, rúcula, mamão, quiabo, couve, salsinha, cebolinha, repolho, beterraba, pimenta, entre outros.

Figura 20: Produção familiar do Marcelo



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

A comercialização da sua produção é realizada em mercados locais no município de Euclides da Cunha Paulista, na venda no distrito de Primavera-Rosana, na venda para quitandeiros, na venda direta dentro do lote, nas vendas no assentamento Porto Maria e na venda pelo projeto de cestas agroecológicas na UNESP.

A comercialização é realizada por toda a família, sendo que o lucro da produção é feito de forma separada, em que cada um tem seu tipo de produto a ser cuidado. Seu pai vende sozinho a produção utilizando seu carro: “o pai ainda pega isso aqui, o pai na quinta-feira, no caso amanhã mesmo, ele enche a caminhonete dele, vai fazer a feira dele ... Ele roda por aí, vai pra Primavera, não tem destino certo não” (Marcelo em entrevista a Buscioli, 2021).

No caso do Projeto das Cestas Agroecológicas, Marcelo aponta a sua importância no contexto da renda familiar, pois ele recebe quinzenalmente aproximadamente 200 reais pela entrega da sua produção. Já foram entregues quiabo, cebola, almeirão, mamão, alface, entre outros produtos, representando mesmo que simbolicamente uma importante estratégia para seu pertencimento na terra e motivações no processo de transição agroecológica.

O camponês, em seu depoimento, nos apresenta alguns elementos da comercialização que traz dificuldades significativas dentro do mercado capitalista: Primeiramente temos a questão da precificação, que desconsidera o valor do seu trabalho, ou seja, do tempo dispendido na produção, conhecimento técnico etc., assim como os custos dos investimentos realizados no processo de produção, tais como insumos e fertilizantes, energia, os custos para a comercialização, a utilização de embalagens para as hortaliças, bem como os custos com a logística de entregas ao supermercado, que ocorrem diariamente. Por fim, na segunda questão, temos a forma de comercialização, pois a entrega dos produtos no mercado ocorre na forma de venda “condicional”, ou seja, se a quantidade entregue não é comercializada, o camponês não recebe por esse produto, o qual é descartado pela empresa, ou seja, desconsiderando todos os elementos apresentados pelo camponês.

Conforme podemos observar na fala de Marcelo:

Aí o que que acontece, que nem você tá falando, é 6 pra você comprar. Vai nós pôr lá e pedir um preço a mais, um pouquinho a mais. Nós traz de volta. Entendeu? Aí eu vou falar pra você, a gente não tem valor. Então é assim... Não, eu falo assim, porque vamo supor você sabe o seu custo aqui pra você produzir. Então você fala assim “Pô, se o cara lá tá vendendo a 6 ele podia me pagar pelo menos a metade”, entendeu? Ele vai ter, o trabalho dele é pegar... Você ainda vai lá na banca, pega, põe no seu carrinho, lá no caixa ele vai pegar e bater, entendeu? O que que acontece? Se eu ponhar 100 maço

de alface, não vendeu, o que vem de volta eles não me pagam, tem que repor (Marcelo em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

No campo da comercialização voltada a políticas públicas, Marcelo participava do PAA, tendo muitas dificuldades com os cortes do Programa. Ele elenca os camponeses que tiveram impactos nas rendas e nas produções, tanto pelo valor de entrega como pelo número de famílias que poderiam estar vinculadas para entregar via associação.

Para ele, os camponeses produtores necessitam ter mercados locais amplos para a sua produção e também estaduais, que não exigem tanto na questão de como o produto pode ser comercializado, diminuindo assim os custos: “É o que eu falo, se você tiver um lugar pra você entregar, igual tipo assim uma CEASA, você põe aqui sem lavar, sem nada, do jeito que você corta você manda. É diferente, você vende barato. Você não tem trabalho com nada, trabalho seu é cortar” (Marcelo em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Um elemento de dificuldade na produção de Marcelo envolve as questões climáticas, uma vez que, em 2021, tivemos forte chuvas na região, impactando o assentamento conforme apresentado no item anterior, e impactando diretamente no lote da família de Marcelo, que perdeu toda a sua produção, mais de mil pés de hortaliças, restando apenas algumas couves. Mas, com a força organizativa da sua produção, ele e seus familiares conseguiram superar tal momento.

A organização da produção e o ritmo do trabalho são realizados em conjunto com seu irmão. Eles fazem anotações da quantidade de produção/comercialização/preços semanais num quadro que se encontra dentro do balcão de separação dos produtos (Figura 21). O tempo de trabalho é executado das 4:00 horas da manhã às 22:00 horas da noite, realizando-se intervalos nesse período para descanso, mas sempre focando na horta com cuidados em geral, na separação da produção para comercialização e na preparação de novas mudas para plantação.

Figura 21: Galpão organizativo da produção de Marcelo



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Todas as conquistas do lote de Marcelo estão vinculadas ao seu trabalho na terra, como meio de vida. Para ele é importante mudarmos a nossa visão de mundo sobre o território, principalmente daquelas pessoas que não estão envolvidas com a questão agrária. Para ele, sua vida só tem sentido na vivência com o campo dentro do seu lote no PE Gleba XV de Novembro: “E o pessoal fala aqui na gleba não dá pra viver, dá. Eu vivo aqui e a minha família nesse pedacinho de terra aí, é uma quarta de terra. Até meu pai pega verdura pra ele e vender, fazer feira pra ele daí, a gente trabalha tudo daí” (Marcelo, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Outro camponês que se estabeleceu no assentamento desde o início na sua consolidação e tem a terra como motivo de viver é Flávio e sua família. Dentro do lote ele convive com a sua família nuclear no agregamento, com sua mãe e dois irmãos que produzem coletivamente de forma agroecológica contribuindo com a ARCA.

Em sua narrativa, ele aponta a importância de se manter no assentamento, que é o seu território, sempre falando com orgulho da sua história e permanência que estão atreladas a sua luta e resistência, principalmente no processo de comercialização da sua produção

agroecológica, que para ele é a base que os mantém: “Moro nesse assentamento já há muito tempo, a gente já é fundador daqui, e a gente tá nessa luta de entregar” (Flávio, em entrevista a Buscioli, 2021).

Para a produção agroecológica, expressa na Figura 22, Flávio tem uma diversidade de produtos como elemento centralizador produtivo. Ele produz hortaliças, legumes, raízes, leguminosas e frutas, tais como: abóbora, berinjela, jiló, pepino, mandioca, manga, banana, feijão de corda, batata, abacate, milho entre outros.

Figura 22: Painel Fotográfico – Produção agroecológica no lote de Flávio



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Na questão da comercialização e renda familiar, Flávio aponta que a venda da Mandioca é a sua principal renda, seguida da venda dos produtos pelo Projeto Cesta Agroecológica vinculado à ARCA, em que, nesse último campo, a sua comercialização está condicionada à entrega de produtos como abóbora, banana, berinjela, jiló, pepino, mandioca etc.

Segundo o camponês, essa produção e comercialização das cestas agroecológicas tem contribuído de forma significativa, mesmo que simbólica, em sua renda, mesmo que o

valor de suas entregas não seja tão superior à comercialização de mandioca para a feccularia, dando para pagar as manutenções relativas ao seu lote: “Ajuda e ajuda bem. Porque a venda não dá muita coisa, mas já dá pra pagar uma energia” (Flávio em entrevista a Buscioli, 2021).

Outra forma de comercialização da sua produção agroecológica é a venda direta para os camponeses residentes no PE Gleba XV de Novembro, em que essa dinâmica de comercialização funciona a partir do aviso de Flávio aos vizinhos que, por sua vez, avisam outros vizinhos e eles vão ao seu lote comprar os produtos que desejam.

No campo das dificuldades encontradas pelo camponês para produzir de forma agroecológica em seu território, elas estão vinculadas diretamente aos instrumentos de trabalho e às condições de saúde dos moradores do lote. Para ele, seria muito importante que eles tivessem formas de mecanização do seu trabalho na terra para facilitar o manuseio produtivo: “Precisava, é, pra mexer com a terra, pra mecanizar a terra, essas coisas, por enquanto tá sendo muito complicado. Inclusive até eu tô fazendo assim mais na enxada mesmo, porque eu tô meio sem as condições de ter isso aí” (Flávio em entrevista a Buscioli, 2021).

No que tange às questões climáticas, ao irmos ao assentamento identificamos o impacto direto da forte chuva de novembro de 2021, pois ele perdeu toda a sua produção, teve a casa destelhada e pés de frutas como manga arrancados do solo. Destacamos que esse impacto ocorreu não somente no momento da forte chuva, mas depois, ao tentar retomar suas plantações, não obtendo sucesso. Em suas palavras: “devido a essa tempestade, judiou muito da gente, inclusive tudo que eu tinha, o que a gente tinha aqui, de uma perca muito grande e a gente tá tentando, a gente tá tentando controlar a situação” (Flávio, em entrevista a Buscioli, 2021).

Mesmo assim, o sentimento de continuar a produzir na terra se faz evidente em seus depoimentos, pois é parte da identidade do campesinato, conforme podemos observar em sua fala: “O que tem aqui agora na reforma a gente vai tentar ver se Deus abençoa que a gente consegue, recuperar, e pra gente estar entregando mais ainda, e trabalhando em cima de querer produzir. Isso é muito bom” (Flávio, em entrevista a Buscioli, 2021).

Em nosso trabalho de campo, conseguimos identificar o orgulho e a importância que Flávio tem de fazer uma produção baseada nos princípios da Agroecologia, principalmente nas questões vinculadas à não utilização de agrotóxico, que, para ele, tem como base também a questão da saúde de quem produz e de quem consome, não prejudicando o meio ambiente. Ao ser indagado sobre a importância da produção sem veneno, ele narra:

Vish, isso daí pra mim eu acho que... Porque a gente também consome, então isso aí é uma maravilha. Eu acho que quando eu colho uma lavoura, uma verdura que não tem veneno, que não tem nada tóxico... Nossa, eu acho que isso daí é uma maravilha, tanto é bom pra minha saúde quanto é bom pra saúde das outras pessoas que consomem, pros consumidores (Flávio em entrevista a Buscioli, 2021).

Essa questão da solidariedade em se pensar no próximo tendo como base a importância do alimento também foi percebida em outras ações que o camponês Flávio realiza, a partir do trabalho vinculado à ARCA, como a doação de alimentos para a formação de mais de 300 cestas solidárias no distrito de Primavera para a campanha Natal Sem Fome.

Pedro é outro camponês que tem a perspectiva da solidariedade como elemento de luta camponesa agroecológica. Ele é territorializado no PE Gleba XV de Novembro e vinculado à Associação Regional de Cooperação Agrícola, em que grande parte dos aprendizados com a questão da terra são reflexos do processo histórico e identitário de sua família enquanto camponeses.

A sua história familiar reflete o processo de êxodo rural envolvido nas famílias camponesas brasileiras. Segundo Pedro, desde o início de sua vida viu seu pai e sua família migrarem para trabalhar como boia-fria no estado de São Paulo. Na década de 1970, trabalhavam na cultura de café, depois gado, chegando na cana-de-açúcar. Depois migrou para o estado do Paraná e, na década de 1980, para o estado de Rondônia, retornando, em seguida, para o Paraná.

Em 1983, com nove anos de idade, Pedro foi com sua família para a luta pela terra, pois isso representava um novo momento de mudança e sonho na conquista de seu território: “Nós morava em Nova Londrina, e saiu uma história de uma possível ocupação de terra, ou ‘invasão’, que é o nome que outros chamam, que ia ter aqui na região do Pontal [...] E aí fiquemo, fomos despejados, fomos removidos” (Pedro, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Esse histórico de luta pela terra apresentado por Pedro mostra em seu depoimento o orgulho e a importância para ele enquanto assentado de se conquistar um território material que se expande para outros elementos da vida como educação, moradia e alimento, demonstrando a importância da reforma agrária para os camponeses.

No campo da Educação, Pedro aponta a importância que ela tem na consolidação e melhoria na qualidade de vida através de cursos e contribuições com os outros assentados: “E

eu vejo que com isso a gente no dia a dia, a prática no dia a dia, você consegue tá apoiando, colocando pra um, pra outro” (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Ele destaca que seus estudos partem da formação obtida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, principalmente na Escola Nacional Florestan Fernandes. Seu filho de 18 anos, que vive no assentamento, é formado em técnico de agropecuária e sua esposa, em técnica de enfermagem, mas está concluindo o curso de Pedagogia.

A partir da análise da entrevista de Pedro, ficou evidente a importância do papel da juventude no contexto da disseminação de pensarmos uma outra forma de desenvolvimento territorial pautado na Agroecologia, em que o processo educacional vinculado ao que o entrevistado aponta como mística se torna importante nesse processo de conscientização.

No campo da alimentação, ele pauta a importância de pensarmos em políticas públicas para a consolidação da Agroecologia vinculada à reforma agrária, em que ocorre a necessidade de uma mudança estrutural no processo, democratizando-se o acesso ao alimento saudável para todos os segmentos da sociedade, principalmente para as populações mais vulneráveis, permitindo e avançando no desenvolvimento territorial.

Para o entrevistado, o princípio da sua produção agroecológica é vinculado a uma mudança alimentar, que permeia a sua família e deve permear também todo o assentamento. Essa mudança pode começar com elementos simples, por exemplo com a substituição do óleo para a banha de porco e mudanças nos processos de produção, retirando-se a utilização dos agrotóxicos, e, por fim, utilizando os elementos da Agroecologia como princípios básicos de trabalho dentro do território material, buscando alcançar e contribuir a partir da soberania alimentar. Em suas palavras: “Mas enfim, a importância da alimentação, eu vejo nesse quesito aqui, eu vejo basicamente a questão da soberania alimentar e é contribuir” (Pedro, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Sobre a produção agroecológica no PE Gleba XV de Novembro, Pedro aponta a importância e o papel do MST na construção de práticas agroecológicas dentro do seu contexto histórico de formação, que tem contribuído para a permanência dos assentados no território. Além disso, com as mudanças globais do clima ocorre a necessidade de se retomar os saberes agroecológicos, conforme podemos observar em sua fala:

As culturas não são determinado o mesmo período. Então, você vai mudando. É aquilo, há uns anos atrás, você tinha o ciclo que você plantava, mês tal era alface, mês tal era abóbora, mês tal era quiabo, mês tal... Agora você tem que tá adivinhando, você tem que tá adivinhando, porque mudou

muito o clima, então você... Então, a ideia é você planta um pedaço hoje aqui, você planta o outro ali, sabe, e vai assim diversificando (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Sobre a questão do processo de transição agroecológica, Pedro aponta que anteriormente às suas formações ele tinha uma outra visão sobre agricultura e produção de alimentos, que se afinou com as experiências advindas de sua família, principalmente do seu irmão, apresentando a importância de se produzir de forma agroecológica, pelo consumo de alimentos saudáveis, pela saúde e pela possibilidade de acesso e democratização dos alimentos para toda a população.

Para o camponês, esses elementos são fundamentais para pensarmos a Agroecologia como desenvolvimento territorial, luta e resistência produtiva e de solidariedade, permitindo assim uma mudança de pensamento e conscientização, como ele mesmo teve:

Então, no início eu acho que eu me enquadrava nesse pessoal que era mais radical no sentido de ver a questão do orgânico. Por isso que eu tô dizendo, lá no passado a mente era meio fechada com isso, achava que era o meio convencional... Porque eu plantava... Tinha um irmão meu, esse que mora que tem um filho, ele sempre mexeu com orgânico, sabe, esse é bem caipira mesmo, e ele plantava lá e eu produzia grande, e ele pequenininho mas o dele era saudável, o meu crescia e eu ficava tirando onda, mas daí com o tempo fui vendo que aquilo era uma [...] ignorância, uma [...] duma burrice. Eu tava comendo veneno, eu tava se alimentando de veneno e ele lá no saudável, e o aspecto, o resultado acho que vê hoje, que eu tenho um bocado de problema de saúde, provavelmente em decorrência de alimentação ... (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Para Pedro, a ARCA tem um papel muito importante na contribuição para a questão da organização do campesinato para produção agroecológica gerando um desenvolvimento territorial permeado pelo processo de comercialização através das cestas agroecológicas, que para ele significa o retorno de dinheiro e subsídios ao seu lote: “A associação... contribui muito nesse aspecto aí pra gente conseguir entregar e ter um retorno” (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Ele aponta que uma das principais dificuldades no processo produtivo é a falta de apoio vindo do Estado e de algumas instituições, pois para ele o problema não é a produção e, sim, o processo estrutural que permeia a comercialização, principalmente se nos pautarmos na precificação dos produtos, que dificulta. Em suas palavras: “É produzir e fazer, se tiver como vender, vende, se tiver como doar, doa, mas tem que ter o papel do Estado, porque através do

papel do Estado vai beneficiar quem tem a necessidade... garantia de preço e chega a comida saudável e barata pro consumidor” (Pedro em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Assim, a comercialização da sua produção através da ARCA vem a contribuir nesse sentido voltado ao debate dos preços mais justos. Pedro entrega os seus produtos para o Projeto das Cestas Agroecológicas, permitindo uma agregação da renda da sua família, pois ele é aposentado. Sua produção para comercialização na cesta refere-se a abóbora, quiabo, alface, almeirão, rúcula, feijão de vara, entre outros.

Outra parte da sua produção é doada para instituições entregarem para pessoas em situação de vulnerabilidade social aliada a insegurança alimentar para que os consumidores possam usufruir de alimentos saudáveis livre de agrotóxicos: “foi tudo que a gente produz a gente vai entregando, faz doação também aqui em Euclides também a gente faz doação ... na igreja e na assistência social” (em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

No contexto da luta pela terra e sua permanência e da importância da produção agroecológica para consumo saudável, Nunes e sua família são reflexos das materializações das identidades camponesas historicamente demarcadas pelos sujeitos do campo. Desde o início de seu trabalho produtivo, ele e sua família (esposa, pai, mãe e irmãos) sempre viveram das atividades de lavouras, o que não foi diferente quando eles se territorializaram no PE Gleba de Novembro.

Ele aponta, em entrevista, que quando não entregava a sua produção para o projeto das cestas agroecológicas ele utilizava-se de financiamentos através do Banco do Brasil para poder produzir, e que a venda dessa produção também era realizada em outros mercados, como, por exemplo, a mandioca através da fecularia.

Atualmente, sua produção é diversificada e comercializada através do projeto das Cestas Agroecológicas e da fecularia, com adubação feita a partir do esterco. Os alimentos produzidos por ele e sua esposa são: berinjela, alface, jiló, pepino, quiabo, coentro, cheiro-verde, pimenta doce, cebolinha, almeirão, maxixe, caxi (Porongo), abacate, mandioca entre outros, conforme podemos observar na Figura 23.

Figura 23: Painel Fotográfico – Produção Agroecológica Nunes e Naiara



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Desde o início da sua produção, a questão do agrotóxico sempre foi uma pauta de debate dentro de sua família, como um instrumento produtivo que não seria utilizado, ou seja, nunca consideraram a aplicação de venenos na alimentação, pois para Nunes é muito importante que a sua família consuma alimentos saudáveis, bem como os compradores. Em suas palavras: “Tudo que eu produzi aí eu não usei nada agrotóxico, eu não usei nada de veneno. Não tem nada de veneno. Graças a Deus” (Nunes, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

A sua tomada de consciência, juntamente com sua esposa, sobre essa questão do uso de agrotóxico é histórica e está relacionada aos ensinamentos passados de forma geracional e na prática cotidiana dos seus trabalhos, haja vista que por alguns anos eles trabalharam no município de Limeira, no estado de São Paulo, nas plantações de laranja e goiaba, utilizando-se de agrotóxico para amadurecer as frutas ou evitar as pragas, o que acarretou uma grave intoxicação:

Eu fiquei uma época lá em Limeira trabalhando em um barracão de laranja, trabalhava eu e a mulher... Então eles colocavam à noite, nós ficava colocando carbureto naquilo ali, pra amadurar aquela laranja. Aquele carbureto aquilo é uma tristeza. Quando era a goiaba hoje à noite, quando era amanhã à tarde nós já tirava tava tudo madura... Nós colocava lá nas casca de laranja, que era muita, o barracão muito grande, um comércio grande de laranja, e daí aquilo ali... E eu ficava imaginando, eu fiquei imaginando aquilo ali, se pega aquela laranja que não usou aquele carbureto, se pega aquela que você usou o carbureto... Nossa, você vê a diferença que é. Meu Deus do céu. A outra não tem... Nossa, é uma diferença muito, muito grande. Eu tava pensando agora, você pega um pé de alface que você não usou veneno nem nada... Alface, berinjela, o que for, tudo é uma coisa saudável, gente, é uma coisa maravilhosa, não tem nem comparação (Nunes em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Como podemos analisar na fala de Nunes, encontramos uma relação comparativa entre os alimentos produzidos de forma convencional e os alimentos produzidos sem agrotóxicos, sendo completamente diferentes nas questões de gosto e aspecto do alimento, o que reverbera na saúde de quem está consumindo ou realizando as produções/plantações.

Assim, para o camponês, o que é necessário fazer nessa situação é optar pela não utilização dos agrotóxicos na prática produtiva: “Eu já acho que tem que evitar não é só eu, é qualquer um, evitar de usar o veneno. Se tiver como produzir sem o veneno é uma maravilha. Porque o veneno... Com certeza. E daí não faz, não faz bem pra saúde, pra ninguém” (Nunes, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Sobre esse último ponto, a esposa de Nunes, Naiara, relata um episódio de intoxicação com a produção de Laranja em Limeira para venda na Ceasa:

A equipe das mulher trabalhava com o carbureto, que é isso que ele tá falando. Aí, pra você ter ideia, eles mandava nós amarrar o cabelo, “ponhar” uma toca, colocar uma máscara bem forte mesmo... Toda equipada mesmo. Aí eu chamei meu patrão e falei pra ele bem assim “Seu João, olha a situação que nós tá”, que era meu patrão, então tava a equipe das mulher mexendo com esse carbureto. Então esse carbureto era como se fosse um fogo, sabe, aí nós tava até ponhando manga pra amadurar. Aí pegava e colocava aquelas manga assim, colocava uma lona, no outro dia as manga tava tudo madura... É. Aí teve um dia que eu chamei ele e falei assim “O Sr. gostaria que acontecesse isso?”, aí eu puxei a minha máscara assim, quando eu puxei tava saindo sangue assim, pelos meus nariz assim ó, então tava fazendo mal pra nós, porque nós tava respirando aquilo... Saía sangue pelo nosso nariz assim ó. Então nós tava transpirando aquilo lá (Naiara em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Nesse sentido, o camponês e a sua esposa apontam a importância de pensarmos a Agroecologia no contexto da melhoria da qualidade de vida da população do campo e de

quem vai consumir esse alimento, geralmente na cidade. Mesmo que para eles haja algumas dificuldades no processo produtivo, a utilização de agrotóxicos não é uma justificativa e nem uma alternativa de produção.

Para essa família, as maiores dificuldades nas questões relativas ao lote estão vinculadas ao preço da energia e à saúde dos residentes, sendo que para Nunes, o Projeto das Cestas Agroecológicas vem a contribuir para suprir parte dessas questões, permitindo sua permanência no território e sua reprodução com qualidade de vida, visto que para ele é um orgulho produzir o alimento que ele e sua família consomem e comercializam:

Tá complicado pra produzir, eu não sei, rapaz, olha... A gente tem que arriscar, porque a gente que mora na roça tem que plantar. É muito bom, eu gosto demais, ter uma cebolinha, você ter um coentro, você ter uma abóbora, você vai ali você pega o limão...Cozinha uma mandioca. Rapaz, isso é coisa gostosa na vida. (Nunes em entrevista a Buscioli e Romão, 2022)

No contexto produtivo, uma das maiores dificuldades também colocadas por Nunes e Naiara é a questão climática. Como já apontamos, em 2021 houve fortes tempestades, o que culminou na perda quase que total de sua produção, como almeirão, pepino, abacate, berinjela jiló e abóbora, o que dificultou a sua entrega para as cestas agroecológicas.

Outra questão foi a estiagem sofrida na região no mesmo ano. Ainda que os camponeses tenham tentado mitigar os problemas, o impacto ocorreu no longo prazo, não conseguindo produzir como antes:

Eu plantei o alface, plantei um pouco de berinjela, tudo, mas não produziu, acho que foi estiagem, a terra tomou um choque térmico, uma coisa assim, que não produziu, não conseguiu. Olha, eu fiz vários plantio... Plantei pepino ali três vez, porque tinha pepino também... Quando foi agora, eu tentei plantar, plantei três vez, não saiu, não sei o que aconteceu. Três vez plantei e não saiu.... O pepino. Eu não sei se foi algum mistério ali da natureza, ali da terra, deu algum choque térmico, sei lá o que aconteceu. É porque acho que as pedra foi muito e deve ter... Eu sei que naqueles canto lá que eu plantei não produziu não (Nunes em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Para o camponês essa questão do clima está diretamente relacionada à destruição da natureza, sendo que no contexto produtivo Nunes aponta a importância de pensar a questão da natureza em sua totalidade, como, por exemplo, na utilização dos matos de forma natural como cobertura da sua produção. Ele nos relatou que em uma ocasião perdeu toda a sua produção, pois retirou o capim no entorno da plantação de abóbora e com o clima quente a

sua plantação morreu. Em suas palavras: “E o Sol muito quente. E quando você deixa ele no mato, pelo menos ele murcha, mas ele murcha mas não chega a morrer. Mas você limpou, ele não tem com o que se agarrar” (Nunes em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Assim, fica evidente a importância de pensarmos a Agroecologia no contexto de uma produção aliada ao meio ambiente em sua materialidade e imaterialidade, pois a mesma se coloca como uma forma de resistência diante da conjuntura dos modelos de desenvolvimento e dos paradigmas envoltos na geografia agrária, apresentados no Capítulo 1.

Destacamos que um dos elementos analíticos importantes a ser debatido e conscientizado dentro do processo agroecológico é a concepção da questão do ideário da limpeza do ambiente que está sendo produzido, pois a produção agroecológica se utiliza de toda a matéria vinda da natureza no seu processo produtivo. Segundo o militante Luiz: “Quem mexe com agroecológico, não usa veneno, usar veneno não tem mato. Então essa ideia, esse conceito de limpeza, de limpo, tá errado. Mato é vida, é matéria orgânica” (Em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Para Nunes e Naiara, esses contextos de dificuldades produtivas e aprendizados com o tratamento da terra/agricultura fazem parte da sua realidade diária e refletem a luta pela permanência em seu território material. Para eles, estarem em seu lote significa uma realização pessoal por meio da conquista, tendo um sentimento de orgulho por toda a trajetória que eles tiveram juntamente com os outros membros de suas famílias.

Assim, quando indagados sobre o significado de estarem territorializados em seu lote dentro do PE Gleba XV de Novembro, eles apontam a importância, principalmente, do processo alimentar que permite suas vivências e reproduções. Ao que foi narrado, os camponeses não conseguiram explicar com palavras esse significado, há apenas o sentimento de orgulho, que se traduz e materializa em seus cotidianos, seja realizando as novas plantações de alimentos ou criando infraestruturas para suas permanências/vivências no lote. Nas palavras de Nunes: “Não tem explicação. Porque é o que eu acabei de falar pra vocês, é muito gostoso você chegar, você ir ali... Você vai lá, você cata um maxixe, você cata... Não tem coisa melhor. Sem contar com a... A vida, o ar, as coisa é outra. É muito, muito gostoso”. (Em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Outra família camponesa que contribui na ARCA e que tem a sua história de vida marcada na luta pela terra é João e sua esposa Laura, em que por meio da sua luta através do acampamento eles conseguiram se territorializar dentro do PE Gleba XV de Novembro, permitindo suas reproduções.

Segundo o camponês, no começo do acampamento eles tiveram muitas dificuldades na questão da rotina e mudança do ritmo de vida, principalmente com os seus filhos, pois como ele era barrageiro²³ viviam na cidade com outros aspectos de vida, ou seja, para eles, ao adentrarem no acampamento, ocorreu essa mudança de vida que se consolidou quando se territorializaram no assentamento.

Nos relatos ficou evidente que com a inserção dessa família no assentamento, a qualidade de vida deles foi melhorando através do trabalho familiar, o que permitia a criação de infraestruturas e planejamento produtivo para os próximos períodos além de qualificar a alimentação: “Foi tudo tirando do sítio mesmo, economizando. Quando começemo a criar criação, a criação ajuda muito. Você vende uma vaca, já junta um dinheirinho mais, aí você já compra um material pra fazer um pedaço do barraco melhor, vai melhorando” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Eles iniciaram sua plantação com a mamona e depois passaram a produzir a cultura do algodão. Nessa última cultura, utilizavam agrotóxicos, devido à facilidade no processo produtivo, pois plantar sem veneno, segundo o camponês, era mais dificultoso. Posteriormente, eles pararam de utilizar o agrotóxico em sua plantação por meio da conscientização trazida por seus familiares, especialmente dos seus filhos, conforme podemos observar em sua narrativa:

Ah, porque a força também não dá, pra pegar um nas costas e andar no meio da terra tombada e tudo. Não aguenta não. E outra que começaram a falar “O veneno quando o cara é novo, mas quando você ficar velho vai ficar no sangue”. Aquele menino que tá na Argentina e era “agrônomo” também aqui, ele falava isso pra gente também... Ele disse “Olha, o veneno não é bão, tem que ter muito cuidado”. E a gente foi se ausentando do veneno (João em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Com essa nova perspectiva de produção, eles passaram a usar algumas técnicas em substituição ao agrotóxico que eles denominam como “remédio caseiro” e para melhoria na qualidade produtiva do solo ou da própria cultura. Algumas técnicas empregadas são urina de vaca, fumo na horta, estercos de vaca e carneiro, entre outros.

A escala da lavoura também contribuiu para essa questão de não utilização do agrotóxico e para a realização das práticas agroecológicas, pois conforme eles foram diminuindo a sua lavoura, foram tendo maior controle sobre ela e facilidade de trabalho: “É,

²³ Barrageiro é o termo utilizado na região para as pessoas que vivem do trabalho das usinas hidroelétricas.

pra gente sair do veneno, porque o veneno é muito caro. Não tem jeito, você usar ele e saber que a gente já tá fraco, vai usar ele, vai piorar ou vai pegar uma doença, ou quem consumir ele também vai consumir” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Sobre sua produção, um elemento que se coloca como importante no campo analítico é a adversidade, que é basilar no Modelo de Desenvolvimento do Campesinato desenvolvido no Capítulo 1, o qual busca, com essa diversidade de produção de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos, a sua subsistência e a sua comercialização dentro da propositiva de mercados camponeses: “Planta, planta a diversidade. Olha, quiabo, batata doce, mandioca, abóbora, feijão de vara, tudo, tudo. A gente planta muito. Melancia. Tudo a gente planta um pouco. É banana também” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

A Figura 24 expressa parte dessa produção camponesa agroecológica e diversa de João e Laura. Em sua totalidade, ela corresponde a: café, quiabo, batata doce, mandioca, coentro, abacate, abóbora, milho abóbora, melancia, banana, maxixe, mamão, hortaliças, tomate cereja, entre outras.

Figura 24: Painel fotográfico – Produção Laura e João



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Na questão alimentar, os camponeses descrevem que a maioria da produção eles consomem. Também processam sabão caseiro, comprando apenas alguns produtos no mercado local no Distrito de Primavera, denominado Sacolão do Jorge, como, por exemplo, açúcar, trigo, feijão e arroz. Destacamos que esses dois últimos itens de produtos os camponeses já chegaram a cultivar, mas pararam.

No processo produtivo, os camponeses consideram as necessidades e demandas da família, para assim decidir qual alimento plantar dentro do seu território e consumir. Um dos únicos alimentos que eles plantam que tem um interesse de não comercialização é a mandioca branca, pois João leva para outro assentado nortista realizar o processamento para transformação em farinha, para o consumo familiar.

Devido à quantidade produtiva e tipos de alimentos, os camponeses fazem doações dentro do assentamento para vizinhos ou para o seu filho que é residente no lote ao lado do seu. Para João, a solidariedade é um elemento importante para pensarmos nas mitigações estabelecidas dentro do quadro das desigualdades sociais. Podemos abranger a perspectiva de pensarmos a soberania alimentar, pois para o camponês a questão não é somente a renda da sua produção, mas sim o processo de ajuda e contribuição com o outro que está numa situação de vulnerabilidade, elementos diretamente relacionados ao desenvolvimento territorial. Em suas palavras: “É porque a gente... só vender também não adianta tanto dinheiro pra viver... Tem que ajudar os outros também” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Destacamos que quando o alimento não é consumido ou não pode ser doado devido a alguma avaria, ele é entregue aos animais do lote da família, como, por exemplo, a mandioca servindo de alimento ao gado: “Tem mamão, tem tudo que é coisinha do sítio que puder ir conservando a gente vai conservando, que se a gente não aproveitar tem os bicho que come, porco, galinha, não perde nada” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Como um dos modos de sobrevivência no lote, João e Laura são aposentados e trabalham vendendo o excedente de sua produção para o Projeto das Cestas Agroecológica através da ARCA, que se coloca como centralidade na renda de suas atividades produtivas de comercialização. Assim, os alimentos comercializados são quiabo, abacate, ovos, feijão de vara, banana, entre outros.

Com a renda dessa comercialização, os camponeses têm a possibilidade do pagamento de contas como energia elétrica e internet, contas vinculadas a saúde, bem como aos aspectos produtivos e infraestruturas do lote, que dão uma maior qualidade de vida dentro do território material:

É justamente, é pra ajudar. Porque a gente paga internet, paga energia, tem que comprar remédio, porque velho sem remédio não funciona. Então, sempre vai ter pra complementar, tudo é pra complementar, porque você sabe, o sítio também é quase que nem uma empresa, se você não comprar as coisas pra ponhar dentro, uma vez é uma ferramenta, outra coisa, tem que tá sempre comprando. Então, vai trazendo... O bicho também tem que comer

um sal bom. E já que eu não pranto milho assim, eu gosto de comprar um milho pra ajudar os animais, tem que ter ração pros cachorro. Então tem despesa (João em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Uma das questões principais apontadas por João em seu depoimento é a importância política e alimentar do consumo de alimentos advindos da produção de forma agroecológica, utilizando apenas insumos de dentro do lote, sem a utilização de venenos, pois seu conhecimento advém de saberes passados por gerações e das experiências vividas com o “mexer com a terra”. Em suas palavras: “Olha, eu me sinto contente por causa que eu sei que eu não tô enganando ninguém. Vendendo, o cara pode vir “Ô Seu Zé, mas tem produto aí que não tem veneno”, “Tem não”. Quer dizer, eu garanto que não tem. Porque produzo o que dá da terra” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Nas questões vinculadas a essa produção agroecológica a partir do território material, os entrevistados apontam a importância de retomarmos os debates da natureza diante dos processos de impacto negativo do modelo de desenvolvimento do agronegócio. No caso desses assentados, o maior impacto remete ao elemento primordial que está vinculado com a Agroecologia, que são as abelhas.

Assim, a partir das vivências e aprendizados de um dos seus filhos, os camponeses passaram a adquirir técnicas dentro do lote para a retomada das abelhas da espécie Jataí, apresentadas na Figura 25, em que são colocadas iscas em várias partes do seu lote, para atrair as abelhas e iniciarem uma colmeia.

Figura 25: Painel Fotográfico – “Isca” Abelhas Jataí



Fonte: BUSCIOLI, L. D

Todas essas ações dentro do lote têm um propósito evidente objetivando o desejo de permanecer dentro do assentamento rural conquistado através da luta pela terra, não tendo possibilidade de viver na área urbana, por exemplo, no município de Rosana ou no Distrito de Primavera:

Aqui eu vivo com um salário. Então, aqui ajuda muito essas coisas que a gente tem no sítio, tem ovo, tem porco, tem gordura de porco. O sítio é muito abençoado... se puder ficar num cantim de terra, fique, que é muito mais saudável pra pessoa. Lá na cidade, nada nada você vai ter que todo dia vai na praça, fica nos banquim por lá, fica nervoso e aqui não (João em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

A fala de João reflete diretamente os processos da identidade camponesa vinculados ao território rural, que traz consigo saberes e práticas do cotidiano com a terra em sua reprodução. Sobre João, o militante Luiz aponta:

Ele é muito criativo. Por ser do Sul, uma origem, tem tradição de fazer as coisas. Eles fazem queijo, banha de porco, tem sobrando aí carne de porco, frango, ovo, essa questão de abóbora, abacate, legumes, folhas, banana. O Sr. já entregou pra UNESP em Prudente banana durante uns três, quatro

anos, sem falhar uma quinzena. (Luiz em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

De todo o aprendizado e análises que realizamos na entrevista com João e Laura, ficou evidente o aspecto da luta pela terra. Segundo o entrevistado, é somente por ela que eles conseguiram conquistar o território material, tão almejado por eles. Nas palavras do camponês: “Ah, vale [a luta]. A gente que conhecia a terra já, que eu fui criado num sítio, a gente pensava de possuir um dia uma terra, mas sabia que não era fácil pra possuir, porque dinheiro pra comprar... Então sempre o meu sonho era possuir um pedaço pra quando ficar velho tá no lugar” (João, em entrevista a Buscioli e Romão, 2022).

Na figura da luta pela terra e pela reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, temos o assentado Luiz e sua companheira Ticiane, que atuam pelo MST nos setores de produção e de educação sempre aliando o debate da Agroecologia como elemento transformador dos territórios através do desenvolvimento territorial.

No contexto da organização camponesa no PE Gleba XV de Novembro, Luiz é o atual presidente da ARCA e ele, com sua família, tem realizado ações importantes no contexto da produção camponesa agroecológica nesse território e na sua ampliação via comercialização no Projeto das Cestas Agroecológicas na UNESP.

Para o camponês, a Agroecologia está diretamente vinculada aos elementos da reforma agrária popular estabelecidas dentro do MST e no debate de pensarmos a soberania alimentar e territorial do local ao global, buscando através das ações produtivas, de lutas/resistências e de solidariedade sua efetivação enquanto projeto de desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, as ações vinculadas às práticas agroecológicas estabelecidas pelos camponeses da ARCA são importantes, pois constroem esse elo e fortificam as ações de luta do Movimento em nível nacional, mesmo que elas estejam articuladas/territorializadas na escala do local.

Um fato importante dessa família camponesa é, além de Luiz, suas filhas, genro e sobrinhos já terem participado da comercialização do Projeto das Cestas Agroecológicas na Universidade Estadual Paulista, no *campus* de Rosana, sendo que para o camponês Luiz esta ação é importante por oportunizar um meio de trabalho para os jovens no campo.

No contexto produtivo do lote, Luiz e Ticiane produzem hortaliças e legumes, bem como trabalham com a produção de leite, porcos e ovos caipiras. Ressaltamos que toda a sua

produção é para consumo familiar, sendo que o seu excedente produtivo é comercializado nas feiras — nesse caso a couve e bolachas de maisena com ou sem recheio de goiabada.

A Figura 26 apresenta parte da dinâmica produtiva agroecológica estabelecida dentro do contexto familiar do lote de Luiz e Ticiane.

Figura 26: Painel Fotográfico – Produção lote Luiz e Ticiane.



Fotógrafa: BUSCIOLI, L. D.

Luiz aponta que na atividade produtiva agroecológica, seja no seu lote ou em outros territórios, o respeito à natureza é a base de toda a concepção, em que é possível produzir alimentos de forma saudável trazendo as tradições e saberes dentro dessas práticas, sem destruí-la, trazendo também benefícios para a sociedade, uma vez que ela é parte da natureza.

Assim, para ele, utilizar-se das práticas agroecológicas no contexto produtivo do seu lote e como presidente da ARCA é importante principalmente na correlação de que essas ações estão vinculadas com a temática da soberania alimentar na qual o MST se coloca presente com esses debates e ações que permeiam o desenvolvimento territorial no contexto das ações de resistência produtiva.

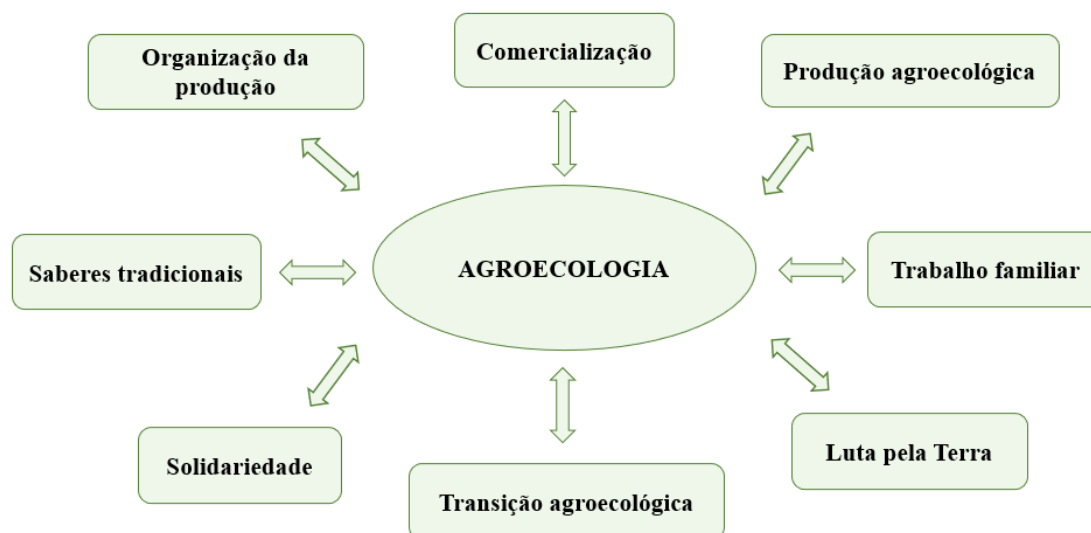
Dentro do lote, para a produção da couve que eles comercializam no Projeto das Cestas Agroecológicas, ele se utiliza de uma técnica que alia saberes camponeses à natureza. Em suas palavras:

Couve você sabe que atrai muito inseto... Aí eu deixo no meio das rua aquele berduelga [beldroega], aqueles matos, matos mesmo, porque o bicho não vai... Ele só vai na planta porque ele não acha outra coisa pra comer, pra se alimentar, aí eles prefere o natural lá. Aqui o povo limpa tanto que o bicho fica sem o que comer, os insetos (Luiz em entrevista a Buscioli e Romão, 2022)

Quanto aos animais, um ponto importante a ser considerado no contexto das práticas agroecológicas remete à narrativa de Luiz, em que ele nos informou que antes dessa concepção os seus bezerros ficavam muito doentes, havendo a necessidade de dar muitos remédios, como antibióticos, após seu nascimento. Depois de adentrarem nessa perspectiva, eles passaram a deixar o bezerro um tempo maior com a vaca que o concebeu, obtendo vários ganhos: financeiros, com a diminuição do uso de antibióticos e sem prejuízos à quantidade de leite produzido; e o fortalecimento dos vínculos entre os animais, resultando na cessação de adoecimentos entre os bezerros.

Nessa conjuntura analítica dos camponeses vinculados à ARCA, a partir da codificação das entrevistas baseada nos estudos de Gibbs (2009), apresentamos, no Organograma 8, os elementos da Agroecologia enquanto ações de resistência que resultam no desenvolvimento territorial destes camponeses.

Organograma 8: Sintase dos elementos da Agroecologia aliado ao desenvolvimento territorial e resistência dos camponeses da ARCA



Fonte: Pesquisa de campo. Org.: BUSCIOLI, L. D.

A partir do Organograma 8, observamos que a contribuição da Agroecologia enquanto desenvolvimento territorial e resistência produtiva do MST nas ações da ARCA, em conjunto com os seus camponeses, dentro do PE Gleba XV de Novembro, permeia os aspectos: da luta pela terra, dos saberes tradicionais, do trabalho familiar, da organização da produção, da transição agroecológica, da subsistência, da comercialização e da solidariedade.

No contexto da luta pela terra, a maioria dos camponeses ligados à ARCA partiu do processo de conquista pelo território através das ações de resistências, alguns acampados, como Marcelo e sua família, ou mesmo João e Laura. Todos os camponeses, em suas trajetórias familiares, advinham de trabalhos realizados no espaço rural.

Na organização camponesa, a ARCA é um importante elo articulador entre as ações que são realizadas pelos camponeses dentro do PE Gleba XV de Novembro, tanto no contexto educacional como produtivo, de comercialização e solidariedade, que foram realizadas por todos os camponeses entrevistados.

No campo da transição agroecológica, apenas uma família está em processo, em que o elemento da conscientização da utilização da Agroecologia no processo produtivo se torna centralizador, buscando, além das questões de saúde e ambiental, a financeira, a partir do debate da renda.

No campo produtivo, através do trabalho familiar, observamos uma série de práticas agroecológicas para melhoramento do solo, produção e manutenção/manejo dessa produção, principalmente vinculados aos quintais/hortas agroecológicos utilizando de esterco e das sobras do lote como alimentos e palha seca.

No campo da subsistência, podemos analisar que todas as famílias que estão vinculadas a ARCA têm a produção agroecológica para autoconsumo, sendo que, posteriormente esta produção é comercializada. Confirmando a tese de Ross (2015) ao analisar que a produção camponesa que visa o atendimento as condições básicas de reprodução da família, com alimentos agroecológicos e diversificados, é uma das características históricas do campesinato, sendo constantemente recriadas.

No contexto de comercialização, identificamos cinco ramos de atuação histórica dos camponeses vinculados à ARCA para a comercialização: 1) pela venda direta dentro do lote para os assentados e suas famílias; 2) para o laticínio devido à produção de leite; 3) para a feccularia a partir da produção de mandioca; 4) para o mercado institucional via PAA e PNAE; e 5) para a Cestas Agroecológicas e na Feira Agroecológica na Universidade Estadual Paulista.

Nessa última comercialização das cestas/feiras agroecológicas, remete-se à questão da geração de renda para o campesinato que permite a criação de infraestruturas dentro do seu lote ou o pagamento de dívidas, energia elétrica, para a saúde, bem como na questão de qualidade de vida e alimentar dos camponeses vinculados à ARCA.

Assim, no próximo subcapítulo, apresentaremos a história do Projeto das Cestas Agroecológicas em Primavera que é Distrito de Rosana, que se fundamenta no desenvolvimento territorial aliado à ação de resistência das entregas das cestas e da feira no espaço da UNESP, consolidando o que temos debatido nesta tese.

4.4. As estratégias de comercialização da produção agroecológica: as cestas de Rosana

“A gente fica contente só de tá colhendo e tá ajudando as pessoas a comer do fruto que a gente planta. Isso daí é um orgulho”
Flávio-MST.

As cestas agroecológicas têm se tornado uma das principais formas de comercialização realizadas pelos camponeses, tendo em vista que nos últimos anos tivemos o esvaziamento institucional e financeiro de importantes políticas e programas que permitiam a comercialização dos produtos realizados nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, principalmente os relacionados à Agroecologia.

Como já abordado, com a pandemia da Covid-19 o que observamos foi a importância política da Resistência Produtiva dos camponeses aliada à Agroecologia dentro do debate da soberania alimentar na mitigação dos problemas alimentares, como a insegurança alimentar que atingiu milhares de brasileiros. Nessa conjuntura, as Cestas Agroecológicas passaram a tomar centralidade em dois pontos principais: pela sua comercialização ou pelas ações políticas de solidariedade à população em insegurança alimentar.

Assim, nesse capítulo procuramos apresentar o Projeto das Cestas Agroecológicas realizadas no distrito de Primavera, no município de Rosana, enquanto ação de resistência da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) no espaço universitário da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

A história do Projeto das Cestas Agroecológicas na UNESP está ligada ao projeto existente no *campus* da mesma universidade, mas em Presidente Prudente, intitulado “Raízes do Pontal”. Esse projeto teve início quando um grupo de educandos do Curso de Geografia foi realizar um trabalho de campo nos territórios da Agroecologia no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo.

Posteriormente a essa atividade, surgiu a ideia da possibilidade de realização de um projeto que aproximasse a Universidade com o movimento socioterritorial MST. Para isso, foram realizados diversos estudos de diagnósticos de produtos que poderiam ser ofertados pelos camponeses, da sazonalidade e das especificidades das culturas a serem produzidas e dos perfis dos consumidores que poderiam contribuir com a cesta agroecológica em Presidente Prudente.

Assim, foi criado um grupo no *WhatsApp* com o nome do Projeto, com mais de 100 pessoas membros da UNESP de Presidente Prudente, abrangendo posteriormente a população em geral, sindicatos, entre outros sujeitos. As cestas são comercializadas de 15 em 15 dias, com a ajuda de educadores e educandos para sua montagem e comercialização. Destacamos que havia também a possibilidade de compra por meio da feira que ocorre simultaneamente à entrega, mas atualmente a comercialização é apenas por cestas.

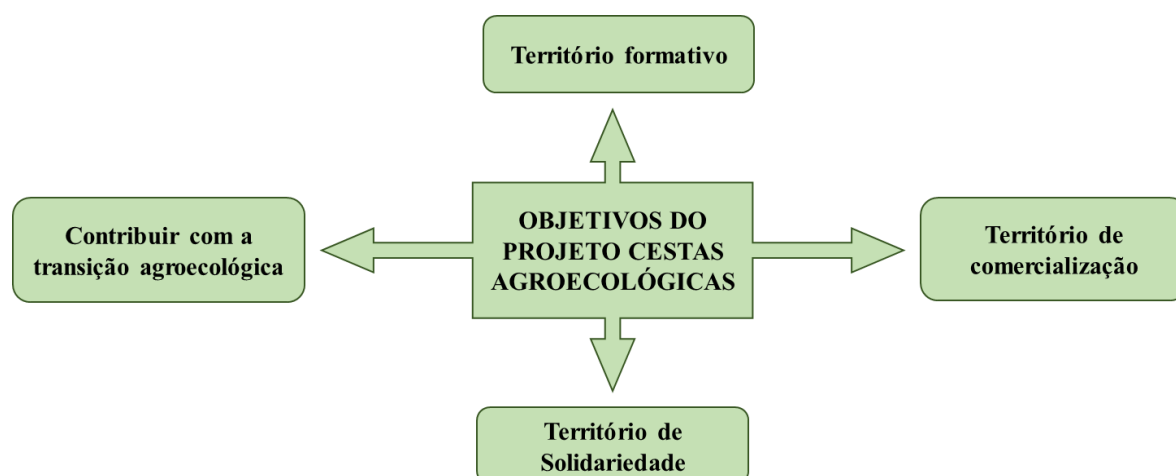
Com tal experiência, em 2018, o então coordenador executivo do *campus* de Primavera/Rosana, o educador doutor Guilherme Henrique Barros de Souza, entrou em contato com os responsáveis pelo projeto das cestas em Presidente Prudente na perspectiva de realizar tal ação em seu *campus*, dando início à comercialização dos produtos da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA). Em suas palavras:

Bom, o projeto da cesta agroecológica é uma coisa que a UNESP tem orgulho de colaborar, de sediar, a importância que os assentamentos tem aqui para o município e a UNESP estando aqui há quase 16 anos, é papel mais que fundamental de ter essa interação e ter essa lógica de buscar auxiliar o assentamento, mas também o assentamento no auxiliar com alimentação saudável, garantindo para nós a questão dos alimentos, principalmente nesse período de pandemia onde a solidariedade deve ser cada vez maior, esse projeto pra nós é uma parceria muito importante que o C. trouxe pra nós que a gente consegue trabalhar junto, isso pra nós, pra UNESP como um todo e para o município é fundamental (Guilherme em gravação de vídeo a Buscioli, 2020).

A militante Fernanda, aponta que tanto o projeto das Cestas de Presidente Prudente como em Rosana, representam um importante instrumento de conscientização alimentar, em que apesar dos projetos não terem nenhum apoio financeiro externo, há um reconhecimento da prática socioterritorial pelos membros da UNESP.

O Projeto das Cestas Agroecológicas em Primavera/Rosana tem quatro objetivos principais que partem tanto da materialidade quanto da imaterialidade do território, pois buscam contribuir com as questões políticas do consumo alimentar, bem como com as questões territoriais, envolvendo tanto os camponeses produtores como os consumidores. Tais objetivos estão expressos no Organograma 9.

Organograma 9: Objetivos do Projeto das Cestas Agroecológicas



Fonte: Pesquisas de campo. Org.: BUSCIOLI, L. D.

Nesse sentido, o Projeto das Cestas Agroecológicas tem como objetivo contribuir para o processo de transição agroecológica dos camponeses pertencentes à ARCA e territorializados na Gleba XV de Novembro, ou seja, para a mudança na ideologia de produção retirando a agricultura convencional e partindo para a agroecológica resgatando os saberes tradicionais do campesinato, respeitando a natureza e produzindo de forma saudável, ou seja, trazendo a agroecologia enquanto elemento político e produtivo da família.

Além disso, contribui com a soberania alimentar com ações de solidariedade vinculadas às doações de alimentos das cestas agroecológicas para famílias em situação de vulnerabilidade social do Pontal do Paranapanema, principalmente nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista. É, portanto, um projeto de contribuição tanto para os consumidores como para os produtores camponeses.

Outra contribuição, é por representar um território de comercialização camponesa vinculada à reforma agrária gerando desenvolvimento territorial, tendo em vista que nos últimos anos os camponeses perderam espaços importantes de comercialização vinculados a políticas públicas como o PAA e o PNAE, não só no PE Gleba XV de Novembro através da ARCA, mas em todo o Brasil.

Além de ser um território de comercialização, ele também representa um território formativo de contribuição para a conscientização do alimento enquanto elemento político de consumo saudável com qualidade nutricional, tanto pelos camponeses que produzem de forma agroecológica como pelos consumidores, trazendo uma aproximação desses sujeitos. Ocorre o

processo de conhecimento por parte dos consumidores de quem e onde se produz o alimento que ele irá consumir, resgatando elementos como fidelidade e amizade neste processo.

Por fim, abranger a temática da reforma agrária no município tanto com os membros da comunidade acadêmica como da sociedade em geral, desenvolvendo a questão da soberania alimentar com alimentos saudáveis e com preços acessíveis à população. Conforme, o presidente da ARCA, Luiz, do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST: “E o MST mostrar que o território aqui do Pontal do Paranapanema precisa ser repartido pras pessoas que não tem terra, pras pessoas que não tem emprego, pras pessoas que não tem casa” (Luiz, em gravação de vídeo ao autor em 2020).

Nesse sentido, o Projeto das Cestas Agroecológicas representa um importante instrumento de luta e resistência do MST no contexto da geração de desenvolvimento territorial mitigando as questões da insegurança alimentar e buscando não só a comercialização, mas o acesso ao alimento para a população. Nas palavras de Luiz:

Então esse, essa ideia é mostrar pra sociedade que a reforma agraria dá certo, a reforma agraria é um dos caminhos principais caminhos pra resolver a questão da soberania alimentar, é um dos caminhos pra gente matar a fome do povo que está nas periferias da cidades e também um dos caminhos pra baratear o alimento e nesse tempo de pandemia os grandes supermercados elevam o preço lá em cima, uma carestia e os pobres não podem comer (Luiz em gravação de vídeo com Buscioli, 2020).

O acesso ao alimento pela população deve ocorrer para além da materialidade da ação de entrega solidária desses alimentos ou de sua comercialização. Ele deve abarcar a conscientização política do consumo desses alimentos produzidos de forma agroecológica em territórios de reforma agrária. No caso das cestas agroecológicas, o processo se dá de distintas formas, em que a diversidade é um dos principais elementos, pois estão embasadas na lógica do Modelo de Desenvolvimento do Campesinato pautado no Paradigma da Questão Agrária.

Os Quadros 10 e 11 apresentam os 77 produtos agroecológicos produzidos pelos camponeses e comercializados no Projeto das Cestas Agroecológicas de Primavera/Rosana, tanto na feira quanto na cesta, sendo que eles representam um conjunto diverso dos grupos alimentares como as frutas, hortaliças, raízes, legumes entre outros.

Quadro 10: Produtos Comercializados no Projeto das Cestas Agroecológicas	
Abacate	Jiló
Abóbora cabotiá	Laranja
Abobora Paulista	Limão Taiti
Abobrinha	Limão Rosa
Acelga	Mamão
Agrião	Mandioca
Alfaces crespas	Manga adam
Alfaces lisas	Manga espada
Almeirão	Maracujá
Banana	Maxixe
Berinjela	Ovos
Beterraba	Pepino
Brócolis	Pimenta de cheiro
Cenoura	Pimentão
Cebola	Quiabo
Cheiro-verde	Rabanete
Chicória	Repolho
Coentro	Rúcula
Colorau caseiro	Salsinha
Couve	Tomatinho cereja
Couve-Flor	Vagem
Farinha de mandioca	-
Fonte: Pesquisas de campo. Org. BUSCIOLI, L. D.	

Destacamos que no Quadro 11 temos os produtos que são comercializados na feira agroecológica que ocorre simultaneamente à entrega das cestas, sendo que todos os produtos do Quadro 10 também são vendidos separadamente na feira.

Quadro 11: Produtos comercializados na feira que não integram a Cesta Agroecológica	
Açúcar mascavo	Frango
Agendas do ano	Galinha
Arroz agroecológico	Geleia de morango
Arroz integral orgânico	Leite
Arroz polido	Livros
Bebida láctea chocolate sem terrinha	Melado de cana-de-açúcar orgânico
Bonés do MST	Mel
Bolacha de nata com limão	Milho
Bolacha de maisena	Pão
Bolacha de maisena com recheio de goiabada	Pitaia
Café orgânico	Polpa de acerola/maracujá
Camisa do MST	Queijos
Cocada	Requeijão
Creme de leite	Suco de uva
Doce de leite	Tempero seco de pimenta e gergelim
Farinha de milho biju	Tempero seco de sal, moringa, alho, <i>ora pro nobis</i> , açafrão e alecrim
Feijão Andu	Tempero seco verde
Feijão Carioca a vácuo	Todos os produtos do Quadro 10
Fonte: Pesquisas de campos. Org. BUSCIOLI, L. D.	

Como podemos observar nos Quadros 6 e 7, os alimentos produzidos no território material da Gleba XV de Novembro através das práticas agroecológicas correspondem às: leguminosas como o feijão e vagem; frutas como abacate, banana e manga de duas espécies adam e espada; hortaliças como alface crespa e lisa, acelga, couve, repolho e coentro; aos legumes como abóbora cabotiá, berinjela, pepino e pimentão; raízes como a mandioca, beterraba, batata-doce e cenoura, apresentados nas Figuras 27, 28, 29 e 30.

Figura 27: Painel fotográfico – Diversidade da produção agroecológica do Projeto



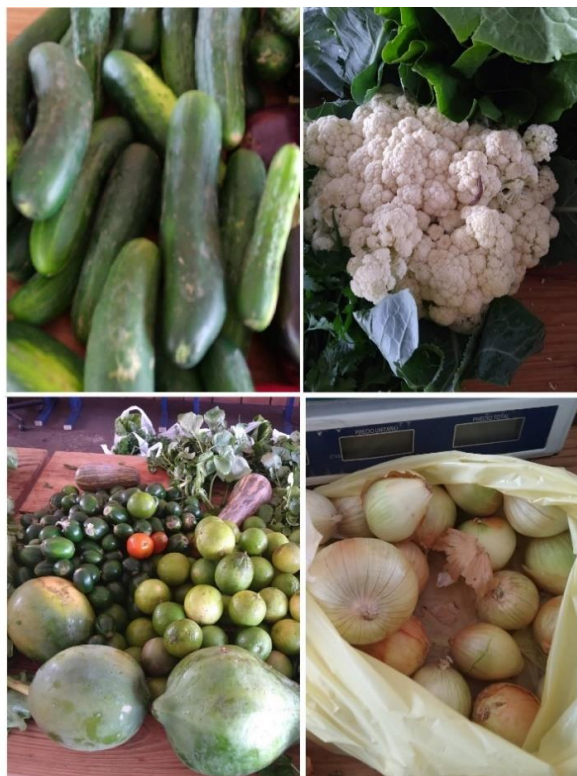
Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Figura 28: Painel fotográfico – Diversidade de verduras agroecológicas comercializadas



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Figura 29: Painel fotográfico – Diversidade produtiva agroecológica



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Figura 30: Painel fotográfico – Diversidade da produção agroecológica da ARCA



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Além desses alimentos comercializados, temos os produtos que são processados no lote a partir do trabalho familiar dos camponeses. Podemos citar os produtos: polpa de maracujá, farinha de mandioca, doce de leite, com o leite temos os derivados como queijos e requeijão, cocada e os panificados como pães, bolachas de maisena com ou sem recheio de goiabada e bolachas de nata com limão apresentados na Figura 31.

Figura 31: Painel fotográfico – Produtos produzidos dentro do assentamento Gleba XV de Novembro



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

No Projeto das Cestas Agroecológicas, temos um intercâmbio de produtos produzidos em outros territórios camponeses no Brasil como importante elemento de consolidação dos mercados camponeses. Maiara Silva (2018) aponta que as trocas realizadas pelos diferentes sujeitos no processo de comercialização fundamentam elementos materiais e imateriais do campesinato, em que as cestas caracterizadas como mercados alimentares alternativos proporcionam tais ações.

A Figura 32 apresenta os intercâmbios de produtos, caracterizados pelas diferentes marcas/selos vinculados à produção de alimentos saudáveis realizada pelos camponeses como Terra Livre, Copavi, MST, Campo Vivo, Café da Cecília e Orgânicos Brasil, entre outros.

Podemos citar os produtos como agendas e bonés do MST, bebida láctea, chocolate da marca “Sem Terrinha”, açúcar mascavo, creme de leite, melado de cana-de-açúcar, farinha de milho biju, café, bem como uma gama de variedades de arroz.

Figura 32: Painel fotográfico – Produtos de outros territórios camponeses comercializados na feira



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Destacamos, ainda, que a produção é realizada de forma familiar, em que se preza a natureza, sem destruição, com o trabalho de produção dos camponeses envolvidos que iniciam o processo de transição agroecológica e não voltam para a produção convencional. Conforme fala do militante Valdecir, “É mais fácil conquistar alguém do modelo convencional do que alguém do modelo convencional conquistar alguém que faz produção agroecológica” (em entrevista à Buscioli, 2020).

A produção desses alimentos, apresentados nos Quadros 10 e 11, é realizada com insumos do próprio lote da família, conforme apresentamos no subcapítulo 4.2. Esses insumos oriundos dos elementos da natureza ou produzidos por ela via território camponês podem ser citados, como esterco (gado e galinha), compostagem a partir da palha com o esterco de gado onde ocorre a adubação por meio da mistura com a água: “o nil como repelente pra expulsar, os insetos que chega e que fazem parte da cadeia... não podemos também eliminar, o nosso objetivo não é esse, é prevenir” (Luiz, em entrevista a Buscioli, 2020).

Também são realizadas técnicas que permitem maior fertilidade do solo, tais como adubação com esterco de galinhas e insumos oriundos dos processos realizados no lote, cobertura com a palha seca; realização da plantação, por exemplo, com abobrinha consorciada com o milho, com a mandioca e com o feijão de corda, nas ruas entre as plantações ocorrendo

a adubação e em períodos de estiagem, para deixá-la úmida, ocorrendo um processo de irrigação.

Assim, compreendemos que a Agroecologia fortalece a autonomia camponesa de produção, pois seu objetivo é: “trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas” (ALTIERI, 1998, p. 23).

Posteriormente a essa produção agroecológica, temos o processo de comercialização organizado pela ARCA e voluntários em que as comunicações ocorrem pelo grupo de *WhatsApp* intitulado “Administração Cesta” com a participação de cinco membros: o presidente da ARCA, Luiz, que gere o projeto dentro do assentamento, sistematizando e buscando a produção agroecológica para comercialização; o responsável pelo projeto dentro da UNESP, o professor doutor Roberson Buscioli, com a atuação interna e organizativa da execução; dois educandos bolsistas atuantes em 2022 e 2023, Lourdes Majorie e Gabriel Guedes, responsáveis pelo acompanhamento dos pedidos e pelas redes sociais da ARCA; e a autora desta tese, responsável juntamente com Luiz pela ação de comercialização e acompanhamento dos pedidos, listando e contabilizando-os²⁴.

A comercialização da produção é realizada, a cada 15 dias, sempre às sextas-feiras entre 9 horas e meio-dia, estendendo-se caso necessário. Os consumidores reservam seus pedidos de cestas e dos produtos agroecológicos avulsos no grupo de *WhatsApp*²⁵ intitulado “Cestas Agroecológicas” com a participação de 200 pessoas. As reservas dos pedidos podem ser realizadas de diversas formas como: solicitação das cestas agroecológicas (Quadro 10), solicitação de produtos avulsos que estão contidos na cesta agroecológica, solicitação de produtos avulsos que estão vinculados com a feira que ocorre simultaneamente à entrega das cestas, sendo que esses produtos podem ser tanto os que estão na cesta quanto os não pertencentes (Quadro 11) como, por exemplo, a Pitaia e os panificados que nunca foram comercializados na cesta.

Inicialmente disponibilizamos, através do Instagram da ARCA e por imagem e por mensagem no grupo do *WhatsApp*, uma figura com a listagem dos produtos a serem comercializados, a forma de solicitação de reserva deles, as formas de pagamentos que podem ser realizados em dinheiro, cartão (crédito e débito) e transferências/PIX bancário, bem como os preços dos produtos, conforme observamos na Figura 33.

²⁴ Nos anos em que as cestas foram comercializadas, também tivemos a participação voluntária de educandos do curso de Turismo da UNESP, de dois sobrinhos do presidente da ARCA e de suas duas filhas e seu genro.

²⁵ Disponível através do link: <https://chat.whatsapp.com/Etule0W37Lw4slorCBL7U>.

Figura 33: Painel Fotográfico: Imagens de divulgação dos produtos do Projeto das Cestas Agroecológicas



Fonte: Grupo WhatsApp Cestas Agroecológicas. Org. BUSCIOLI, L. D.

Conforme podemos analisar na Figura 33, ao longo dos anos a cesta agroecológica variou o seu preço. Inicialmente eram ofertadas duas modalidades: a Cesta Agroecológica Básica no valor de R\$ 15,00 reais e a Cesta Agroecológica Completa no valor de R\$ 30,00 reais, que continha uma maior quantidade de produtos ou outros produtos.

No final do ano de 2019, realizamos uma consulta dentro do grupo do WhatsApp para identificarmos os motivos das diminuições mensais de solicitação das Cestas Agroecológicas Completas e nos foi apontado que o principal elemento era a quantidade de produtos ofertados na Cesta em relação à quantidade de pessoas no lar dos consumidores, pois em sua maioria eram estudantes ou famílias de pequeno porte com dois ou quatro membros.

Assim, em reunião interna dos organizadores do Projeto das Cestas Agroecológicas, pontuamos a necessidade da inserção de apenas uma cesta que intermediasse a Cesta Básica e a Cesta Completa, realizando, então, a cesta unitária no valor de R\$ 25,00, permanecendo até o ano de 2021. Houve um aumento nesse valor em meados de 2022 para R\$ 30,00.

Um fato importante a ser considerado nesse contexto de comercialização diz respeito ao não aumento do preço da Cesta Agroecológica Unitária durante o período mais crítico da Pandemia da Covid-19, por mais que a necessidade de incorporar os custos da comercialização — como combustível para o trajeto de busca dos alimentos no interior do PE Gleba XV de Novembro e entrega deles na UNESP, bem como os custos da produção e os

aumentos dos preços de condicionantes básicas de sobrevivência como a água e luz para os camponeses — fosse evidente.

O camponês Luiz aponta que a decisão política da ARCA, em conjunto com os camponeses, de não aumentar os preços refere-se ao papel que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem com a sociedade brasileira, principalmente nos momentos de crises e aumento da insegurança alimentar. Houve aumentos significativos nos preços dos alimentos, aumento no número de desempregos, na diminuição do acesso à moradia e ao alimento, sendo um dever político e solidário do Movimento contribuir com tais sujeitos.

Internamente ao grupo de *WhatsApp* Cesta Agroecológica, as reservas são feitas a partir das mensagens dos pedidos, copiando-se e colando-se a última mensagem de solicitação. Ao término do período na quinta de noite, realizamos a listagem e contagem dos pedidos solicitados, criando um quadro (conforme Figura 34) com as informações que nos auxiliarão no momento da comercialização, identificando e separando os produtos de acordo com cada consumidor

Figura 34 Lista de reserva dos pedidos de Cestas e produtos avulsos

Lista de pedidos entrega 07/05/2021	
1	Raquel Pettinate: 1 frango e 1 café
2	Mari Colnago: 1 cesta e 1 bolacha de nata
3	Vânia Martins dos Santos: 01 Cesta e 1 queijo pequeno
4	Andrea Cressoni: 01 cesta (trocar o almeirão por couve, se possível) e 01 queijo grande
5	Fabiola Pompeo: 01 Pão caseiro
6	Karina Trindade: 1 café, 1 queijo pequeno e 1 açúcar mascavo.
7	Fabiano Apoiador: 1 cesta e 1 pão
8	Geysielen Gomes :1 cesta e 1 queijo pequeno
9	Larissa Saldanha: 1 cesta
10	Roberta Marques :1cesta, 1 bolacha de nata
11	Jaqueline Barbosa: 01 café, 01 pão e 01 açúcar mascavo.
12	Kleber Dan: 01 cesta, 01 queijo pequeno.
13	Nilo Pagotti: 2 pães, 2 alface americana, 1 salsinha e cebolinha, 2 maço de rúcula, 1 abóbora cabotiá
14	Jean Ramos Gouveia: 1 queijo pequeno, 1 cesta, 1 Kg polpa maracujá
15	Naiara Costa: 1 cesta, 1 queijo pequeno e 1 café
16	Josi Mossini: 1 cesta, 1 queijo pequeno
17	Vitor Barbato: 1 Cesta, 1 Pão Caseiro, 1 Melado de cana (500g)
18	Lara Dalperio: 1 melado de 500g, 1 alface, 1 couve, 1 rúcula, 2 cafés, 1 colorau, 1 pão e 1 frango
19	Angela Moreno: 1 queijo pequeno, 2 alfaces
20	Guilherme Barros: 1 queijo, 1 pão, 3 bolachas de maisena, 2 polpas de maracujá de 700 g.
21	José Felix dos Santos: 1 queijo grande
22	Silvia Pinho: 1 cesta
23	Ana Carolina Pittorri: 1 queijo grande, 1 bolacha de nata, 1 polpa de 700g
24	Matheus Borba: 1 melado grande
25	Elpidio Ferreira: 2 queijos pequenos, 1 bolachas de maisena, 2 bolacha de nata, 1 cesta, 1 pão caseiro, polpa de maracuja de 400 gramas

Cestas: 14
 Pão: 9
 Queijo pequeno: 10
 Queijo grande: 3
 Polpas: 1 de quilo, 1 de 400 g e 3 de 700 g
 Café: 6
 Melado: 3 de 500 gramas
 Frango: 2
 Bolacha de maisena: 4
 Bolacha de nata: 5

Açúcar mascavo: 2
 Colorau: 1

Avulsos:
 Alface americana: 3
 Alfaces: 2 (sem especificar)
 Salsinha e cebolinha: 1
 Rúcula: 3
 Couve: 1
 Abóbora cabotiá: 1

Fonte: Grupo *WhatsApp* Cesta Agroecológica. Org. BUSCIOLI, L. D.

Destacamos que durante o período da pandemia de Covid-19 realizamos a sistematização de um documento de listagem dos nomes que solicitaram as reservas dos produtos para permissão de entrada dentro da UNESP devido às restrições impostas pelo isolamento, ou seja, tivemos adequações na realização do Projeto nas questões sanitárias, as quais foram divulgadas nas redes sociais da ARCA, tanto pela questão comportamental

durante a execução da comercialização como pela higienização correta dos alimentos, conforme Figura 35.

Figura 35: Painel Fotográfico - Orientações sanitárias e alimentar da ARCA



Fonte: Instagram ARCA. Org. BUSCIOLI, L. D.

A comercialização exige um processo organizativo sistemático de ações concretas para que ele seja bem executado. Isso inclui o tempo de coleta da produção dos alimentos, coleta destes para comercialização, montagem da estrutura da feira/cesta e finalização/limpeza do local ao término.

Assim, no início da manhã, entre 7h30 e 8h30, ocorre a montagem das mesas sobre as quais os produtos serão expostos. Depois é realizada a separação dos produtos oriundos das cestas agroecológicas, dos pedidos avulsos e da feira que representa a compra sem reserva, conforme podemos observar na Figura 36.

Compreendemos que essas atividades de montagem da estrutura e limpeza da feira/venda das cestas é um importante processo de interação entre os diferentes sujeitos que contribuem no Projeto, principalmente no entendimento dos elementos dos territórios agroecológicos, compondo questões relativas ao processo de comercialização dos mercados camponeses, aliando a perspectiva dos preços, do ordenamento dos produtos e criando laços de afetividade.

Figura 36: Painel fotográfico - Montagem dos produtos agroecológicos



Fontes: MARTIN, M. C. P. da S. e BUSCIOLI, L. D.

A Figura 37 apresenta as cestas agroecológicas já montadas para o início da comercialização, com frutas, verduras e legumes. No que tange aos produtos das cestas, a escolha segue um padrão. Geralmente são inseridas quatro hortaliças como alface, chicória, rúcula e almeirão, salsinha e cebolinha. Há, ainda, os alimentos chamados pelos camponeses de “pesados” como batata-doce, mandioca de um quilo, abóbora, limão, beterraba e frutas como abacate e manga. Ressaltamos que pelo fato de ovos, farinha de mandioca e colorau serem mais caros eles só são comercializados nas cestas quando ocorre a falta de algum produto devido à questão climática, por exemplo.

Figura 37: Painel Fotográfico – Exemplos de Cestas Agroecológicas Comercializadas



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

A Figura 38 apresenta alguns produtos comercializados na feira de forma avulsa, ou seja, separado das cestas agroecológicas unitárias. São eles: melado de cana-de-açúcar, pães, café, magra, couve, quiabo, camisas do MST, agenda, entre outros. Destacamos a identificação da Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como ornamento-político identitário dos camponeses dentro da UNESP.

Figura 38: Feira para comercialização dos Produtos agroecológicos em Primavera (SP)



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Luiz nos afirmou que há uma divisão entre as famílias internamente ao PE Gleba XV de Novembro. Para que ocorra uma diversidade produtiva, uns camponeses produzem abóboras, outros couves, outros panificados, entre outros; e o recebimento da comercialização é feito por quinzena pela ARCA: “tem dado uma renda bastante... assim, ajuda muito porque consegue pagar uma internet, um botijão de gás, uma energia elétrica, as pessoas falam com essas palavras, complementa a renda do assentamento” (Luiz, em entrevista a Buscioli, 2020). Assim, observamos que as cestas agroecológicas contribuem para a permanência dos camponeses em seus territórios e para questões de infraestrutura e de subsistência.

Para o camponês, o projeto das cestas agroecológicas é de suma importância, principalmente no aspecto da contribuição da transição da produção agroecológica, bem como na contribuição dos assentados na alimentação das populações de Primavera e Rosana, junto à comunidade acadêmica, ao mesmo tempo que esses sujeitos contribuem para a agricultura camponesa, pois a Agroecologia é um ensinamento de dois vieses.

A contribuição refere-se à permanência desses sujeitos com a produção agroecológica em seus lotes aumentando suas rendas, vinculando-se aos aspectos políticos com a atuação dentro da Universidade Estadual Paulista, no sentido de desconstrução do Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio ao se abordar a importância da alimentação livre de agrotóxicos com os educadores, educandos e outros funcionários da instituição de ensino

... outra é quebrar alguns preconceito e módulos de consumo dentro da universidade, as pessoas acabam consumindo muitas vezes produtos envenenados porque não tem o conhecimento, não consegue enxergar que é possível comunicar outro tipo de produção, quando você vai para a universidade e coloca a bandeira do movimento chama atenção, uns aderem isso, outros não, mas criam um debate e quem compra fala para outra pessoa daquele produto. E tudo que consumimos, falamos, a gente fala pra alguém, e isso é importante e faz com que as pessoas tenha um outro olhar, não só o que diz a mídia, e passa a olhar e ver as coisas como são, entendendo que o assentado está perto dele, não que está longe e sem qualidade, tem que participar para não ter preconceito, as pessoas algumas vezes tem por questão ideológica (Luiz em entrevista à Buscioli, 2023).

No campo da importância desse Projeto e da atuação do MST para a Universidade, o camponês aponta os estudos realizados pelos acadêmicos em diversos âmbitos do conhecimento como sendo importantes na luta agroecológica pela desconstrução do Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio. Um dos papéis da Universidade Pública é o de servir

como exemplo nas questões de saúde que permeiam o alimentar com qualidade nutricional e sem a utilização de agrotóxicos, contribuindo efetivamente para a ampliação do debate internamente à comunidade acadêmica como também para a saúde dos sujeitos.

O camponês Luan considera que o Projeto das Cestas Agroecológicas dentro da UNESP constrói relações ou fortificam relações de sociabilidade entre o Movimento e outros sujeitos que frequentam o espaço universitário, fomentando a venda dos produtos realizados pelos camponeses, mobilizando esse espaço com ações que não se igualam aos mercados capitalistas, criando afetividades, dando visibilidade às ações do Movimento:

Essa é a relação que a gente quer construir, então, não é só, mas é também, lógico, a pessoa passar e comprar um queijo, além de encomendar pra próxima semana, mas ela passar e lembrar “ah lá, o pessoal do movimento tá ali, vou lá tomar um café” é isso, é isso... Então, quando eu falo dessa sociabilidade, até o pessoal entender, eles podem tá numa situação melhor, ou pior, ou numa situação diferente, mas que coloca todo mundo na mesma situação ali, todo mundo trabalhador, uai... seja professor... criando sociabilidade dentro do sistema capitalista (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

A militante Fernanda contribui para este debate ao afirmar que um dos elementos mais importantes dos Projetos das Cestas dentro da UNESP é justamente, este mecanismo de dialogo entre os diferentes sujeitos, que perguntam onde é produzido este alimento e de que forma. Para ela, ao se executar o projeto durante uma manhã, temos a amplitude de diversas relações com estes sujeitos no contexto da coletividade.

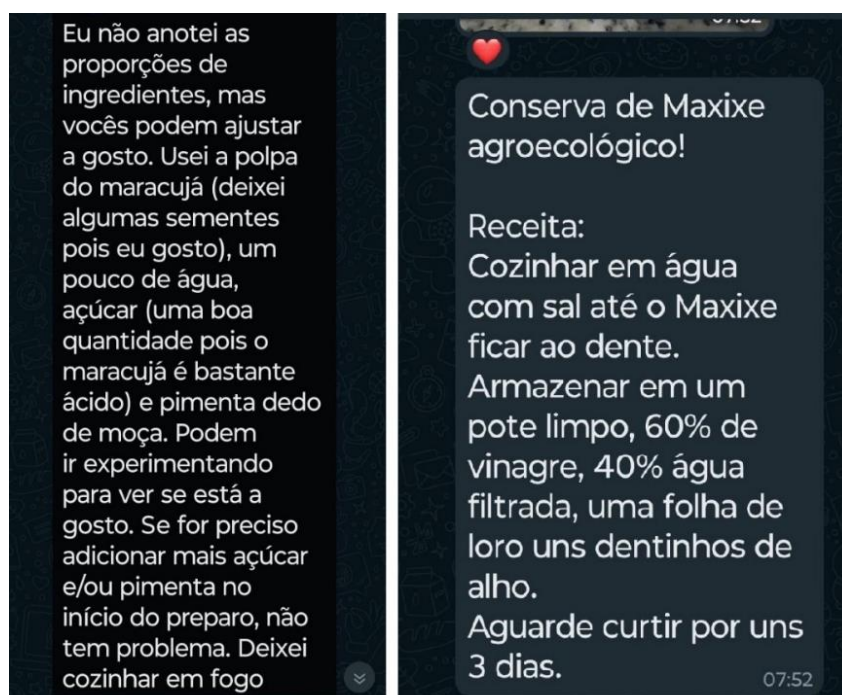
Para Luan, as relações dentro do capitalismo estão “frias”, não estão conectadas com o outro e suas necessidades e vivências, o que impacta no espaço universitário, mas que a feira dentro dessa localidade se coloca como um elemento de quebra dessa estrutura fortalecendo as sociabilidades. Em suas palavras:

Então, acho que a gente trouxe um, traz, e vai trazer sempre um pouco mais de vida, porque a pessoa passa e vê vendendo um alface e num espaço de uma universidade que, pra ela, isso nunca aconteceria, ou vender um pernil de porco, ou vender alguma coisa que cê fala “isso aqui é uma feira, é uma feira”. Então, o pessoal passa, leva um café, passa pra comer um pão, passa compra uma camisa do MST, passa compra alguma coisa. Então, a gente cria uma nova sociabilidade dentro do espaço que tem outra sociabilidade, tem essa sociabilidade do grupo de pesquisa, da extensão, mas uma feira, uma feira, dentro de uma universidade, pra mim, ainda é uma coisa altamente tecnológica, assim, ela cria uma outra... uma outra mobilidade, uma outra sociabilidade. Então, acho que a feira, pra gente, ela constituiu isso (Luan em entrevista a Buscioli, 2023).

No caso do projeto das cestas agroecológicas, esses espaços de sociabilidade apontados por Luan começam no contexto do território imaterial vinculado ao grupo de *WhatsApp* do Projeto das Cestas Agroecológicas, em que há trocas de mensagens informando a qualidade dos produtos, repassando receitas (Figura 39) e apresentando, por meio de imagens, o que fizeram com os produtos como, por exemplo, doces e pães (Figura 40).

Na Figura 39, temos dois exemplos de receitas disponibilizadas no grupo do *WhatsApp*, as quais foram produzidas a partir de produtos agroecológicos: com o maracujá, uma geleia; e, com o maxixe agroecológico, uma conserva.

Figura 39: Painel Fotográfico: Sociabilidades entre os consumidores²⁶



Fonte: Grupo *WhatsApp* Cesta Agroecológica. Org. BUSCIOLI, L. D.

A Figura 40 apresenta cinco alimentos que foram criados a partir dos produtos comprados pelos consumidores da cesta agroecológica. São eles: conserva de maxixe, frango

²⁶ Descrição da Figura 39: Receita 1 – Geleia de maracujá com pimenta:” Eu não anotei as proporções de ingredientes, mas vocês podem ajustar a gosto. Usei a polpa do maracujá (deixei algumas sementes pois eu gosto), um pouco de água, açúcar (uma boa quantidade pois o maracujá é bastante ácido) e pimenta dedo de moça. Podem ir experimentando para ver se está a gosto. Se for preciso adicionar mais açúcar e/ou pimenta no início do preparo, não tem problema. Deixei cozinhar em fogo brando até atingir ponto de geleia. Demorei mais ou menos 1 hora.” (Consumidora Amanda); Receita 2 - Conserva de Maxixe agroecológico. Cozinhar em água com sal até o Maxixe ficar ao dente. Armazenar em um pote limpo, 60% de vinagre, 40% água filtrada, uma folha de loro uns dentinhos de alho. Aguarde curtir por uns 3 dias (Consumidor Rodrigo).

caipira ao molho com colorau, bolo de maracujá agroecológico com calda de suco de maracujá, bolo de chocolate e pão salgado com ovos caipira.

Em nossas sistematizações de pesquisa de campo, encontramos também a produção de doces de pimenta e mamão verde; geleia de maracujá com pimenta; *mousse* de pimenta; bolos de milho; galinhadas e conserva de cebola.

Figura 40: Painel Fotográfico – Alimentos produzidos pelos consumidores com protutos agroecológicos

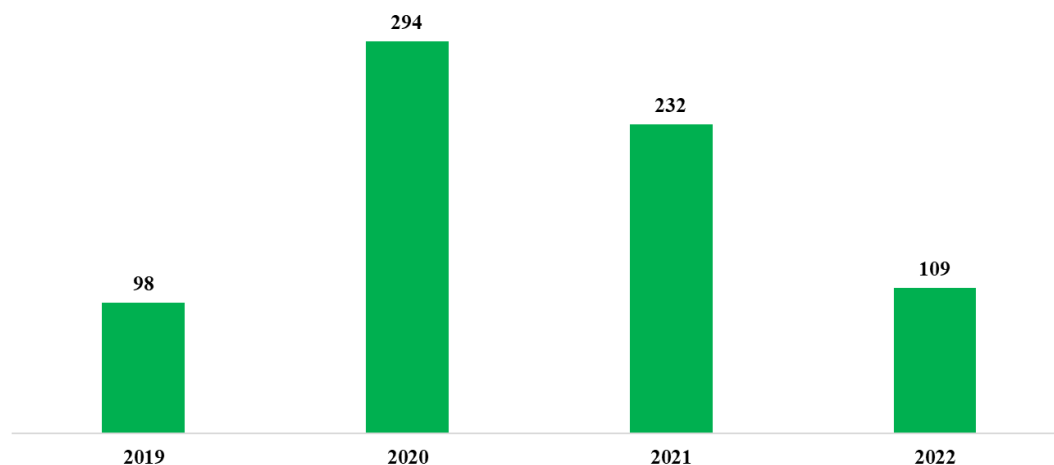


Fonte: Grupo *WhatsApp* Cesta Agroecológica. Org. BUSCIOLI, L. D.

Em relação às questões quantitativas da comercialização das cestas agroecológicas em Primavera/Rosana, apresentamos, no Gráfico 8, os dados anuais desde a formação do projeto. Cabe destacar que, em 2019, a comercialização era exclusiva à comunidade acadêmica, sendo aberta a toda a sociedade em 2020 durante a Pandemia de Covid-19.

A abertura ocorreu por dois motivos: 1) o bloqueio de atividades presenciais na Universidade Estadual Paulista inviabilizando a venda somente para a comunidade acadêmica e; 2) pela conjuntura política e social que o Brasil estava enfrentando com o Governo Bolsonaro e a Pandemia, ocasionando impactos negativos intensos em diversas áreas da população brasileira, principalmente na questão alimentar.

Gráfico 8: Comercialização das cestas agroecológicas na UNESP *campus* de Rosana por reserva



Fonte: Pesquisas de campo. Org. BUSCIOLI, L. D.

A partir do Gráfico 8, fica evidente a importância das cestas agroecológicas no contexto da Pandemia da Covid-19, em 2020, principalmente como meio de comercialização e consumo de alimentos com qualidade alimentar e nutricional. Assim, tivemos um aumento significativo das comercializações das cestas no município, sendo comercializadas 294 cestas em 2020, 196 a mais em relação ao ano anterior. Em relação aos anos seguintes, observamos uma queda significativa entre 2021 e 2022, correspondendo a menos de 123.

Podemos elencar diversos fatores que interferiram na diminuição do número de cestas agroecológicas comercializadas entre 2021 e 2022, conforme apresentado no Gráfico 8, sendo os principais:

- 1) As suspensões de atividades presenciais de comercialização no *campus* de Rosana por decisão dos coordenadores do Projeto das Cestas Agroecológicas devido ao agravamento da Covid-19 no município de Rosana e Distrito de Primavera, interrompendo-se, dessa forma, o fluxo de comercialização no início de 2021;
- 2) A perda da capacidade de compra da população brasileira, com índices inflacionários e endividamento da população devido aos impactos da Covid-19 sobre a renda dessa população e sobre o mercado de trabalho. Em 2021, 71% das famílias estavam endividadas, sendo que 10,9% não tinham condições de pagar suas dívidas (JANONE, 2021). Destacamos, ainda, que

nos estudos realizados por Bolsoni (2023) os pretos e pardos foram os mais afetados por esse cenário, com as mulheres protagonizando o endividamento e a inadimplência entre os anos de 2020 e 2022;

3) O acirramento das disputas eleitorais de 2022 e, consequentemente, a desqualificação das ações dos movimentos socioterritoriais, criminalização e ampliação de notícias falsas sobre o MST em escala nacional, que se mostram impactantes quando realizamos as análises no âmbito local, principalmente de um município de pequeno porte como Rosana e de forte influência/apoio ao candidato contrário às ações do Movimento, nesse caso Jair Messias Bolsonaro;

4) Os fatores climáticos que interferem na produção e, consequentemente, na comercialização dos produtos das cestas agroecológicas. Compreendemos que ao mesmo tempo que a Agroecologia procurar mitigar parte dos problemas ambientais, ela também está condicionada às mudanças climáticas.

Por exemplo, com as fortes chuvas ocorridas em 2022 dentro do assentamento ou na estiagem sofrida na região no mesmo ano, mesmo que os camponeses tenham tentado retomar sua produção, o impacto se deu a longo prazo, não se conseguindo produzir como antes, como foram os casos apresentados pelos camponeses Flávio, Vanessa, Marcelo, Pedro, Nunes e Naiara, no subcapítulo 4.3.

A Figura 41 ilustra esta situação de dificuldade na comercialização. Não foi possível realizar a comercialização dos produtos agroecológicos marcada para o dia 05 de novembro 2022, sendo adiada para o dia 12 de novembro 2022, mas com pouquíssimos produtos devido à não recuperação da produção perdida.

Figura 41: Painel fotográfico – Impactos na comercialização de alimentos agroecológicos



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Nesse sentido, compreendemos que a comercialização passa a ser política para a permanência do Projeto das Cestas Agroecológicas dentro da universidade e um incentivo à produção dos camponeses, bem como representa a continuidade da fidelidade da entrega dos produtos agroecológicos do MST para os consumidores, ao mesmo tempo que os conscientiza para alguns problemas estruturantes dentro da questão agrária brasileira, fatos apresentados no Capítulo 2.

O militante Diro nos aponta que é por meio da comercialização dos produtos agroecológicos que os consumidores da cidade conhecem a estrutura de produção do MST, conhecem a forma de trabalho, suas ferramentas e perspectivas, ou seja, o que os camponeses estão fazendo na terra. Evidencia-se, dessa forma, a troca de conhecimentos e de práticas entre consumidores e produtores.

O camponês Flávio problematiza essa questão apontando que muitos estudantes desconhecem de onde vem o alimento que é produzido dentro dos assentamentos de reforma agrária do MST e consumidos por ele, sendo importante, portanto, debater esse tema dentro das universidades, como a UNESP. A partir desse debate: “Ele [consumidores] passa a conhecer como que é o pé de uma coisa, como que nasce ... Acompanha todo o crescimento de uma lavoura, desde plantar, preparar uma terra, até tá no ponto de colher, de colher, de tudo” (Flávio, em entrevista a Buscioli, 2021).

Conforme fala de Luiz em entrevista (2020): “... o maior problema hoje é você comer uma banana dessa e não saber de onde veio, você comer uma farinha dessa daqui e não sabe de onde veio, isso é um problema...”

Segundo o ex-coordenador executivo da UNESP em Rosana e também consumidor, Guilherme Barros, o projeto permite que os consumidores conheçam a história de vida de quem está produzindo os alimentos saudáveis, contribuindo e cuidando um com os outros numa relação de amizade e cordialidade. Em suas palavras:

Uma iniciativa que permite que as pessoas conheçam a história de quem está produzindo os alimentos, mas também que a gente possa olhar nos olhos uns dos outros e saber que essa relação de amizade, de cordialidade e compreendendo a história do outro também e indo aos poucos cuidando uns dos outros através dessa alimentação saudável (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Essa relação de amizade e cordialidade é uma das principais características dos mercados camponeses na venda direta dos produtos que promovem desenvolvimento territorial, como é o caso do projeto estudado. Segundo Peccini, Hartmann e Christoffoli (2015), há um processo de aproximação entre os camponeses e os consumidores, construindo-se relações de amizade numa situação de venda e preços mais baratos, relação de respeito e partilha de diferentes saberes e de solidariedade.

Evidenciamos tais características na fala do consumidor Jonatan:

Toda semana a gente compra produtos que não tem agrotóxico e é muito importante pro pequeno produtor, agricultura familiar e é isso pessoal. Acho muito importante a galera consumir esse tipo de produto aqui da nossa região, é bem mais perto, evita o preço mais alto das grandes empresas, vamos dizer assim, aqui é 100% natural (Jonatan em entrevista à Buscioli, 2020).

Assim, criam-se vínculos que vão além do aspecto financeiro de compra e venda, mas de relações de confiança, relações harmônicas entre os sujeitos, relações em que se compreendem as necessidades um dos outros, ou seja, há um caráter socioafetivo naquele território (O'LOIOLA; MARTINS, 2017).

Batista (2014) coloca a confiança nos produtores como um dos elementos de sociabilidade e afetividade na feira em relação aos consumidores, em que a qualidade do produto está baseada na confiança da palavra dos produtores camponeses: “Para eles o

aspecto que associado à confiança determina a decisão de compra é a sanidade dos produtos” (p. 73).

Esses fatos foram observados em todas as falas que conseguimos obter dos consumidores por meio da pesquisa de campo, tais como a de Fábio:

... apoio o MST há muitos anos. Sou parte político partidário de esquerda e... tenho como princípio me alimentar através de produtos orgânicos. Não compro em supermercado e venho apoiando desde o início a feira agroecológica do MST e acho que o trabalho deles é fundamental pra que tenhamos um novo olhar a respeito do que é a gestão da natureza de alimentos com, sem produtos ofensivos pra nossa saúde e pros alimentos e é isso. Acho que apoiar o MST é apoiar a nossa vida mais saudável (Fábio em vídeo gravado à Buscioli, 2020).

As falas das consumidoras Maria e Andriara apontam similaridades no contexto de entender que os produtos oriundos da reforma agrária, na característica de produção sem agrotóxicos, são importantes para a saúde, com produtos de qualidade e com diversidade, favorecendo-se, assim, uma ótima alimentação a quem consome.

Além disso, a educadora do *campus* de Rosana, Andreia, aponta a importância desse projeto na parceria entre a universidade e a comunidade através do uso do espaço para comercialização e promoção de uma alimentação saudável.

Alia-se, assim, a teoria com as ações do Movimento dentro do contexto de comercialização das feiras e cestas agroecológicas, em que a universidade se transforma num espaço de socialização aliado da reforma agrária, contribuindo no fortalecimento das ações que envolvem as formas de resistências do MST em conjunto com os consumidores:

A gente fala de reforma agrária, a gente fala de agroecologia, mas a gente tentar fazer outras discussões, talvez, no nível dos conceitos, falar agroecologia conceitualmente com o professor que chega ali ou com o aluno que ouviu falar da agroecologia, ou da produção no assentamento, ele vai perguntar diretamente pro feirante que tá ali que é produtor. Então, essa sociabilidade que a gente constituiu, talvez seja o nosso maior ganho porque o fortalecimento da nossa experiência, não vou nem falar de crescimento, da própria manutenção, ela depende dessa propaganda, dessa sociabilidade, se a gente não cativar as pessoas, não somente de ir comprar, mas de ir ver e divulgar, de ir no Instagram acompanhar, dá uma curtida, de ir no Facebook, de falar com um amigo ou falar “mãe, ó a feira” ou “pai, tem feira lá na universidade” ou “ó, pai, vende pequi, senhor gosta de pequi? Tem frango, tem queijo!”, a gente ganha as pessoas pela barriga. Então, acho que essa sociabilidade pra gente é muito importante, a gente constrói novas relações. (Luan em entrevista à Buscioli, 2023).

Na construção dessas novas relações, a ARCA, no espaço universitário, tem um papel importante no sentido de promover politicamente a ocupação desse espaço, fomentando o debate da Agroecologia da produção de alimentos saudáveis realizados dentro dos assentamentos de reforma agrária e aproximando consumidores e produtores.

Em seus estudos sobre a realidade de Recife, Melo et al (2020) apontam que as ações de comercialização realizadas pelos camponeses nas universidades constituem um importante espaço de diálogo que não se configura apenas como uma relação de consumo, construindo e fortalecendo experiências no contexto da Agroecologia.

Complementando o debate, o militante Luan nos traz a reflexão de:

Uma universidade para o campo. Então, a gente ocupar o espaço da universidade, a gente vai tá mostrando que a gente também tem o nosso posicionamento, a gente fazendo uma feira da reforma agrária provando que os nossos alimentos é saudável, as pessoas poderem comer esses alimentos, sentir que o sabor é muito mais agradável do que o convencional, isso também é uma forma de militância pra gente também... Então, a gente veio pra universidade porque a universidade também é um espaço de disputa muito bem demarcado. As forças conservadoras da produção convencional, ela é muito maior do que a gente na universidade, mas, nem por isso, a gente deixa de debater (Luan em entrevista à Buscioli, 2023).

Nesse sentido, as feiras agroecológicas e seus consumidores têm um aspecto de ligação com a questão política da alimentação, sendo um importante instrumento de comercialização, geração de renda e dos aspectos da soberania alimentar local, bem como de criação de laços de afetividade com os produtores, evidenciando-se na questão política que a reforma agrária é um caminho possível.

A fala de Luan corrobora com Aline Lima (2017) ao afirmar que a implementação das feiras não tem como característica geral apenas a venda direta. Sua configuração está estritamente ligada aos aspectos agrários no Brasil, como a concentração de terras, os oligopólios internacionais na agricultura e, principalmente, na contribuição da qualidade de vida dos consumidores e na melhoria das condições de vida aos camponeses produtores.

Nesse debate, a conscientização política que envolve a Agroecologia tanto para os consumidores como para os camponeses produtores transforma espaços e territórios (rurais e universitários), condicionando mudanças a partir da realidade concreta e mudando posicionamentos sobre a produção e consumo de alimentos saudáveis.

Segundo o militante Luiz:

Então acho que somente a consciência política e local na realidade que vai mudar essa situação, e também tem que ter ações, por exemplo, as pessoas mudam pelo econômico e mudam a partir das práticas, tem que ter prática. As pessoas não veem, porque como as pessoas foram formadas ideologicamente a agroecologia com o orgânico pela formação política, não é só por aí, eles precisam ver também no sentido econômico (Luiz em entrevista à Buscioli, 2022).

Dourado (2012) considera as feiras como espaços de resistência na contribuição direta da (re)afirmação dos valores e da cultura do campesinato, fruto de seu trabalho na terra e com a terra. Complementando, Luiz afirma que:

Por exemplo, as cestas que tem na UNESP de Primavera como na UNESP de Presidente Prudente, são ações simbólicas, mas as famílias que já se envolveram são muitas, porque algumas ficam um tempo e depois param de produzir as folhas, os legumes e vão mexer com leite, mas entram outras famílias no lugar, passa bastante gente por esse processo e as pessoas acabam ganhando essa consciência. E as pessoas sabem que o projeto é o seguinte, ou a pessoa tem disposição de mudar, tem disposição de produzir sem o veneno, ou não cabe dentro do projeto, o projeto não cabe pessoas que quer envenenar a terra, os alimentos (Luiz, em entrevista a Buscioli, 2022).

Nesse contexto, a fala do consumidor Mario resume todos os aspectos que o projeto estudado representa: “Produto orgânico, sem agrotóxico. Pra saúde da gente isso é importante, espero que isso seja divulgado e que as pessoas compareçam e veja a importância do assentamento para o nosso município, traz riqueza, saúde e é isso que nós precisamos”.

Ainda no campo político, corroborando com a melhoria na qualidade de vida da população, temos, no Projeto das Cestas Agroecológicas, as ações de solidariedade que são as doações realizadas pela ARCA através das cestas solidárias realizadas ao longo de 2020, 2021 e 2022. Destacamos que tais ações estavam vinculadas com os consumidores, pois quanto mais cestas eram reservadas, maior o número de cestas doadas, fomentando-se a solidariedade entre produtores e consumidores.

A solidariedade é um elemento importante da luta pela terra e sua permanência que ocorre desde o período de ocupação/acampamento e permeia o assentamento, contribuindo para o fortalecimento dos camponeses em diferentes campos da vida, do trabalho familiar e da luta, criando laços de cooperação entre os diferentes sujeitos que têm em comum a conquista e permanência no território.

Segundo Ross et. al. (2020), as ações de solidariedade realizadas pelo MST, no contexto de doações de alimentos produzidos nos assentamentos e acampamentos, reforçam o

sentido da luta pela terra dos camponeses que foram ou não desterritorializados pela apropriação ilegal dos diferentes territórios no Brasil. Eles estão lutando por uma sociedade justa, solidária e livre em que a vida se coloca como um elemento de centralidade nestas ações.

Das palavras de Luiz, podemos destacar a questão da solidariedade como uma ação política do Movimento de transformação da realidade, em que as famílias que vão receber as doações compreendem que são frutos dessas experiências de comercialização e de outras parcerias:

MST tem como visão e princípio a solidariedade, é muito importante a solidariedade nesse momento, seja a doação de um pé de alface ou de uma cesta como a nossa de 8 a 10 quilo qualquer ação tem que ser vista como uma ação solidária, uma ação revolucionária e isso que quer dizer revolução, é você dividir o que você tem com as pessoas que quase não tem (Luiz em entrevista à Buscioli, 2020).

Para o Movimento, as ações de solidariedade que envolvem a doação de alimentos e outros mutirões solidários tem como propositiva dialogar com todos os seguimentos da nossa sociedade, buscando a superação dos desafios impostos pelo sistema capitalista enquanto força popular, no contexto do desmonte de políticas importantes de produção e comercialização de alimentos agroecológicos (MST, 2023b).

Com a solidariedade, o MST está fomentando, além da alimentação saudável das pessoas em situação de vulnerabilidade, um pouco a mais de esperança no momento de Pandemia de Covid-19. Está indo contra as ações que estão colocadas pelo agronegócio e que o Movimento tem debatido realizando ações concretas e contribuindo para a região do Pontal do Paranapanema, em específico o município de Rosana e Distrito de Primavera.

Complementando tal debate, Ross et al. (2020) apontam:

Se o agronegócio segue produzindo grãos e carnes para vender somente para quem pode comprar e à custa da saúde dos seus empregados e de todos os que não tem como escapar da cultura do veneno, a força da reforma agrária está no contraponto alentador de produzir e compartilhar alimentos, sendo capaz de manter a solidariedade em momentos difíceis e de construir propostas para transformar a sociedade em colaboração com a maioria (ROSS et al., 2020, p. 2000).

No que concerne às possibilidades de transformação da sociedade, o Vereador do município de Rosana, Kleber Dan (PT), aponta que as ações de solidariedade realizadas pela ARCA dentro da UNESP são importantes, porque permitem que a população em situação de vulnerabilidade, bem como os consumidores em geral do município de Rosana, tenham acesso a alimentos de qualidade, ou seja, são os camponeses assentados da reforma agrária que trazem o alimento agroecológico para a cidade, pois “sem o campo, a cidade não sobrevive”.

Nos tempos de pandemia, o MST realizou 67 doações de cestas agroecológicas para famílias carentes do distrito de Primavera e do município de Rosana enquanto o Projeto Cestas Agroecológicas doou 220 cestas em parceria com o ITESP e o IDESC, além de um caminhão com alimentos produzidos pelos camponeses para ser entregue em São Paulo para a população que vive na periferia. Isso compõe um período especial de suas ações, dando maior visibilidade para suas produções e causas políticas.

A Figura 42 apresenta as cestas solidárias montadas no Projeto das Cestas Agroecológicas e a Figura 43 o momento de entrega para a comunidade de Rosana (SP) que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Figura 42: Cestas solidárias montadas para entrega



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Figura 43: Entrega das cestas agroecológicas solidárias à comunidade de Primavera (SP)



Fonte: BUSCIOLI, L. D. e SILVA, C. M.

Cabe ressaltar que as cestas solidárias são montadas separadamente e são entregues segundo o procedimento de reserva em que os consumidores informam o nome da família que vai receber e quem irá retirar e se o responsável pela retirada será o solicitante ou outra pessoa. Esse elemento de solidariedade na entrega das cestas solidárias está exemplificado na Figura 44, que ilustra a ocasião em que Joseni foi responsável pela retirada de duas cestas que ela entregaria a duas famílias em situação de insegurança alimentar no Distrito de Primavera, pertencente a Rosana.

Figura 44: Entrega das Cestas Solidárias



Fonte: BUSCIOLI, L. D.

Para Joseni, essa ação de buscar as cestas solidárias para as famílias em situação de vulnerabilidade e entregar a elas é importante, pois não teriam condições de buscar as cestas na UNESP, devido ao fato de uma família ser um casal de idosos e outra, uma mãe solo com crianças pequenas. Então, ela realiza este ato de solidariedade para as duas famílias.

Em nossas pesquisas, traçamos informações sobre o perfil das famílias que recebem as cestas solidárias no município de Rosana ou no Distrito de Primavera. A conclusão é a de que os elementos que compõem suas realidades são diversos e têm suas configurações estabelecidas da seguinte forma:

- Famílias de camponeses que não conseguem produzir alimentos em seus territórios;
- Famílias que já viviam em vulnerabilidade social antes da Pandemia Covid-19, vivendo em áreas periféricas no espaço urbano;
- Famílias de idosos que recebem ou não aposentadorias no espaço urbano;
- Famílias nas quais a mãe é a componente principal na geração de renda, mas com a presença de um companheiro e com filhos menores de idade (adolescentes, crianças e bebês) vivendo no espaço urbano;

- Famílias nas quais a mulher é mãe solo com filhos menores de idade (adolescentes, crianças e bebês), sendo a única na geração de renda da família no espaço urbano;
- Mulheres que ficaram desempregadas devido à Pandemia da Covid-19, deixando de realizar trabalhos informais de limpeza em residências no espaço urbano;
- Famílias nas quais o homem, que é pai, é o único componente na geração de renda da família, e que perdeu o emprego formal no espaço urbano devido à Pandemia de Covid-19;
- Família na qual o homem é o provedor principal de renda com o trabalho autônomo (informal) no espaço urbano e não teve mais condições de continuar seu trabalho devido à Pandemia de Covid-19;

Como exemplo desse último caso, temos o consumidor Marcondes, que trabalhava como taxista na região de Rosana e não teve mais como exercer seu ofício. Segundo ele, tal fato ocorreu diante dos decretos de isolamento pela Covid-19, impactando diretamente nas questões financeiras de sua família, que é composta por ele, sua esposa e seus três filhos.

Segundo Marcondes, em toda a sua trajetória familiar essa foi a primeira vez que ele estava vivenciando uma situação de necessidade de doação para alimentar a sua família, pois sempre teve a partir do seu trabalho condições de gerenciar tal questão, daí a importância de se ter ações como a de que ele pode usufruir.

Na perspectiva de Marcondes, ele é muito agradecido pela doação das cestas agroecológicas para sua família, conforme podemos analisar em sua fala: “Que deus possa abençoar grandemente vocês, o pessoal que tá dando essa força pra quem tá precisando nesse momento difícil que tá todo mundo passando aí, deus abençoe todos vocês” (Marcondes, em entrevista a Buscioli, 2021).

Em uma das ocasiões de entrega, foi-nos relatado pela sua companheira, que estava grávida, que ela estava com muita vontade de se alimentar de hortaliças, principalmente da alface, mas que eles não tinham condições naquele momento de comprar o alimento no mercado da cidade. Assim, a cesta veio “em boa hora” deixando toda a família muito contente.

Em outra ocasião de entrega, ele agradeceu diretamente ao Movimento:

Eu agradeço a vocês, que deus abençoe, abençoe grandemente vocês ajudando as família carente nesse momento tão difícil de pandemia, só temos que agradecer a vocês, a todo o pessoal do MST que tá aí organizando isso.

Deus abençoe cada um de vocês, tá? Muito obrigado. (Marcondes em entrevista a Buscioli, 2021).

Nesta conjuntura, foram entregues cestas agroecológicas solidárias à Maya, que é mãe solo com filhos menores de idade e a única na geração de renda da família a partir trabalhos informais de limpeza em residências no espaço urbano de Primavera. Devido à Pandemia de Covid-19, ela deixou de realizar esses trabalhos por ter sido demitida ou por não conseguir mais encontrar emprego.

Segundo ela, a cesta solidária é muito importante para a sua família, pois eles estão passando por um momento financeiro muito difícil que a impossibilita de comprar alimentos diversificados para seus filhos, principalmente no campo das hortaliças e frutas. Assim, é somente com essa doação de alimentos agroecológicos que ela e sua família conseguem se alimentar com maior diversidade.

Nesse contexto, o consumidor Rodrigo resume os elementos apresentados neste subcapítulo, apontando que os povos do campo, em especial os sem terras, vêm trazendo a contribuição das cestas para Primavera/Rosana com produtos de qualidade, ajudando as famílias carentes, sendo um processo importante, pois a cidade não sobrevive sem o campo. Ou seja, há um processo de ajuda mútua entre os consumidores, na comercialização, e os camponeses, na produção de forma agroecológica, gerando desenvolvimento territorial.

Assim, compreendemos que os dados quantitativos e qualitativos das cestas agroecológicas e as ações realizadas evidenciam as contribuições para o debate da soberania alimentar, tendo o elemento da solidariedade como importante aliado com a doação de cestas solidárias agroecológicas no período da Covid-19, na qualificação no processo de transição para a produção agroecológica dos camponeses, promovendo e consolidando essa prática de resistência, luta pela vida e reforma agrária popular do MST. Fomenta-se, dessa forma, a renda dos assentados na venda direta dos seus produtos camponeses, sem a figura do atravessador, bem como levando alimentos saudáveis livres de agrotóxicos à comunidade local. Cabe reiterar que isso permite aos consumidores conhecerem a origem dos alimentos que estão consumindo.

Finalizamos, apontando que para o Movimento: “o princípio é olhar pro próximo com carinho, com solidariedade e o nosso papel é produzir em cima do nosso território que é a nossa terra e produzir sem veneno, porque veneno, os químico tira a vida e a agroecologia salva vidas. É isso a nossa mensagem.” (Luiz, em entrevista à Buscioli, 2020).

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Considerações finais

“Vocês não matam nem a fome que há na terra. Nem alimentam tanto a gente como alegam. É o pequeno produtor que nos provê...”
Chico César e Carlos Rennó.

A Agroecologia é um conceito que vem sendo trabalhado por diferentes autores na academia e nos movimentos socioterritoriais. Esse debate torna-se importante no seio acadêmico ao acompanharmos os processos evolutivos analíticos da Agroecologia em base territorial, seja no campo imaterial seja no campo material, evidenciando-se, dessa forma, a complexidade dos elementos da questão agrária que se estabelecem a partir de diferentes conflitualidades e modelos de desenvolvimentos que remetem às formas e às perspectivas do próprio conceito de Agroecologia no mundo acadêmico, nas perspectivas do Estado, do Capital e dos movimentos socioterritoriais como construtores destes territórios.

Na academia, esse conceito vem sendo trabalhado a partir do processo que analisamos de acordo com o debate paradigmático, realizado por Kuhn (2007) e Fleck (2010), os quais avançam na perspectiva do desenvolvimento da ciência no sentido processual histórico. Então, demonstrou-se que a Agroecologia enquanto ciência está estabelecida sobre um processo de revolução paradigmática científica, em que o paradigma anterior estabelecia as questões como o fazia a “ciência convencional”, portanto partindo de bases positivistas. Nesse contexto, isso significa apenas, por exemplo, mudança de insumos, não se debatendo a realidade dos problemas agrários que geram as crises ambientais. A partir desse momento de revolução, temos o surgimento de um novo paradigma cuja perspectiva científico-crítica tem base nas ciências sociais/humanas, ou seja, uma crítica que estabelece os saberes tradicionais como elementos importantes da construção do conceito na base científica, colocando os sujeitos — no caso deste trabalho os camponeses — como elementos centrais nesse processo de construção e gerando um novo paradigma analítico-científico, neste caso o Paradigma Agroecológico.

Esses sujeitos de luta constroem a partir das suas perspectivas e saberes as suas visões sobre esse conceito, realizando a prática e a luta política por ele e produzindo diferentes tipos de territórios que buscam, por meio da sua consolidação, melhores condições de vida que passam pelo projeto de mercado camponês com a comercialização de seus produtos agroecológicos em feiras, projetos de cestas e lojas, bem como nos mercados

institucionais por meio do Programa de Aquisição de Alimentos ou Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ou seja, contribuem para a consolidação do Paradigma Agroecológico emergente, ou seja, em construção.

Dentro dessa análise paradigmática há diferentes autores e sujeitos que trabalham as técnicas agroecológicas que no seio desse debate se complementam a partir da visão política da Agroecologia para compreendermos a essência dos problemas oriundos da questão ambiental no sistema capitalista em contraposição ao Paradigma do Capitalismo Agrário, que estabelece como modelo analítico os pacotes tecnológicos e utilização de insumos.

A Agroecologia, dentro da análise paradigmática da questão agrária, coloca essa forma de produção/saber/ciência e os seus sujeitos que a realizam, tal como os movimentos socioterritoriais, como sujeitos protagonistas e construtores desses territórios, trabalhando com os saberes tradicionais, com a diversidade de culturas, com a não utilização de agrotóxicos. Nesse modelo, os insumos e os processos tecnológicos são oriundos do lote, ou seja, do próprio território ou assentamento rural.

Nessa perspectiva, dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário e do modelo de desenvolvimento do agronegócio, temos o discurso da produção de alimentos saudáveis como elemento analítico, o processo de cooptação desse discurso baseado na sustentabilidade, a cooptação das práticas dos movimentos socioterritoriais pelo capital, a questão da base técnica/tecnicista do processo de produção em larga escala como processo de territorialização das monoculturas e o trabalho do campesinato nessas questões que envolvem e geram contradições.

Compreendemos neste trabalho a importância da análise paradigmática para pensarmos a Agroecologia enquanto ciência — veracidade científica e objeto científico — e como ela se estabelece nesse âmbito imaterial que resulta nas materialidades, na forma de ações concretas de permanência na terra e promoção da Agroecologia, nas disputas/conflitualidades para a conquista do território camponês que é o assentamento rural que por sua vez constitui, a partir do processo inicial ou de transição de produção agroecológica, em um território agroecológico, que envolve não somente a produção, mas outros elementos.

Os elementos dos territórios agroecológicos abordados nesta tese foram analisados a partir da materialidade e imaterialidade na qual se estabelecem a luta pela terra, as produções de sementes crioulas, as práticas com as trocas de experiências e de saberes, a comercialização para obtenção de renda com os processos de cestas/feiras ou mesmo via

mercados territoriais. Analisou-se a questão da técnica e da tecnologia e dentro desse aspecto as imaterialidades, tais como a reciprocidade, a autoestima no processo produtivo devido à não utilização de veneno, a questão geracional que respeita também os aspectos de gênero, a questão da produtividade, do próprio processo de emancipação, das questões ligadas a cultura, religião e religiosidade, elementos do processo formativo e político da Agroecologia como saber, como prática e como resistência. Dentro desses quadros, a identidade camponesa, a partir do trabalho familiar, estabelece-se como elemento central analítico.

Concluimos que os pontos de diferenciação (envoltos em paradigmas) entre a Agroecologia e o agronegócio estão relacionados com as suas finalidades: uma está orientada para o sustento da vida camponesa, mantendo a diversidade e sua reprodução, ou seja, tem-se uma estratégia de desenvolvimento e soberania territorial partindo do ambiental/social, construindo território agroecológicos; e outra, para o mercado capitalista, que gera impactos territoriais negativos ao meio ambiente/natureza e aos sujeitos .

Dentro desse contexto, o trabalho procurou apresentar os conflitos territoriais como elementos da questão agrária para a produção de diferentes territórios que permitem e contribuem para a luta da Agroecologia nos movimentos socioterritoriais na perspectiva do desenvolvimento territorial. Então abordamos, a partir de uma perspectiva crítica, os dados relacionados às ocupações de terra e às manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2022, e a materialização dessas lutas com os dados de criação dos assentamentos rurais em escala nacional, que nos permitem realizar uma análise conjuntural destas conflitualidades.

Observou-se um aumento significativo do número de ações em manifestações do campo nos anos analisados em decorrência de uma diminuição das ocupações de terras que foram realizadas principalmente em territórios nos quais ocorre um processo de contestação da sua função social. Nessa perspectiva, a partir das lutas em ocupações de terras, também temos como resultado a diminuição dos assentamentos rurais, correlacionado às políticas territoriais estabelecidas pelos governos e também pela diminuição das ocupações de terras, que são consideradas uma das principais formas de acesso ao território material.

De todo o período histórico analisado, foi a primeira vez que se registrou apenas a criação de dois assentamentos rurais no Brasil, que foram obtidos pelo reconhecimento a partir dos territórios quilombolas, ou seja, não houve um processo de mudança estrutural da reforma agrária mesmo com as lutas em ocupações. Mas em relação aos números de manifestações foram registrados durante a nossa linha histórica o maior número, compondo um avanço na luta na perspectiva de compreensão histórica.

A diminuição das ocupações de terra por ocasião dos discursos de criminalização dos movimentos socioterritoriais se coloca nessa conjuntura, mas em contraposição se estabelece a consolidação das lutas em manifestações do campo, pois colocaram-se as questões de políticas públicas, da mudança paradigmática como elemento importante dos processos agroecológicos, dos direitos à terra, dos direitos ambientais e dos direitos humanos como elementos de luta e identificação territorial dos movimentos socioterritoriais.

Estamos compreendo que os assentamentos rurais são potencialidades para a criação de territórios agroecológicos dentro da análise do campesinato. Em relação aos assentamentos rurais criados no Brasil, temos uma variedade de tipos de territórios que se vinculam aos diferentes sujeitos e suas identidades, tais como territórios quilombolas, áreas de preservação agroextrativistas, assentamentos rurais camponeses criados pelo Governo Federal ou estadual. As formas de obtenção desses assentamentos rurais no período estudado refletem diretamente nos aspectos das lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, tal como os processos de desapropriação de terras, arrecadação, corporação, reconhecimento, confisco, doação, entre outros.

No campo analítico cartográfico, cabe destacar a região Nordeste, que obteve os maiores índices em ocupações de terras, manifestações do campo e assentamentos rurais. Isso evidencia os processos históricos de conflitos na luta pela/na terra e pela reforma agrária no Brasil em contraposição ao avanço do capitalismo no campo, da produção de *commodities* que fogem da lógica territorial estabelecida pelos camponeses, pelos indígenas e pelos quilombolas, ou seja, por todos os sujeitos do campo que lutam diariamente por melhores condições de vida estabelecidas nesses territórios.

O mesmo pode ser referido em relação aos números de pessoas participantes das ações de enfrentamento e das famílias assentadas que compõem esse quadro de processo de formação político dos movimentos socioterritoriais que se inicia desde a questão do trabalho de base, perpassando pelas ocupações, consolidando-se nos acampamentos e o maior desafio que se estabelece é a partir do assentamento, com políticas públicas individualizadas, com financiamentos diferentes entre os sujeitos tradicionais do campo e do agronegócio/capital.

Então, a luta pela Agroecologia enquanto estratégia de desenvolvimento territorial se coloca como um elemento importante na perspectiva de consolidação da luta pela construção dos territórios agroecológicos e desterritorialização dos territórios do agronegócio, sendo que esse debate se mostra importante ao analisarmos as questões científicas estabelecidas nessas complexidades e conflitualidades históricas do campo brasileiro.

Nesta conjuntura da agroecologia como forma de resistência e estratégia de desenvolvimento territorial dos movimentos socioterritoriais, elencamos os elementos materiais e imateriais que as compõem estabelecidas dentro da Teoria dos Territórios baseada em Fernandes (2008; 2009a). A agroecologia no MST já se consolidou como projeto político dentro do Movimento que se materializa nas práticas realizadas dentro dos assentamentos de reforma agrária, não só no Pontal do Paranapanema, mas em todo o território brasileiro, bem como em espaços urbanos.

No registro analisado na pesquisa, concluímos que as 67 tipologias de ações que envolvem a agroecologia dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de promover o desenvolvimento territorial e ação de resistência, elas têm contribuído para o fortalecimento do Paradigma Agroecológico que está em construção bem como a construção de territórios agroecológicos, ou seja, nos dá subsídios analíticos para compreendemos que o Movimento também constrói conhecimento.

Esta construção do conhecimento a partir da práxis realizada pelo MST, tem como um dos fundamentos a construção de territórios agroecológicos materiais e imateriais que transcendem onde o MST está territorializado no Brasil, pois o que se identifica é a escala de ação no campo da intencionalidade destes sujeitos, como por exemplo, nas notícias de divulgação das ações agroecológicas do Movimento ou de artigos de opinião/informação.

Assim, a Agroecologia passa a ser considerada uma ciência, movimento socioterritorial, técnica, um saber e uma política/projeto, sempre em construção. Hoje, dizer sobre produção agroecológica é falar sobre os processos de resistências ao atual modelo de produção que se coloca hegemônico, mas em sua totalidade não se configura, visto que as ações não capitalistas estabelecidas nos territórios camponeses, nos mostram uma outra possibilidade, em que as propositivas do MST nos territórios de reforma agrária ganham destaque.

No campo das materialidades, apresentamos as conflitualidades e os elementos dos territórios agroecológicos na região do Pontal do Paranapanema que desde o seu processo de ocupação registra conflitos fundiários marcantes entre os mais diversos sujeitos. Esses sujeitos buscam, por meio da legitimação de suas ações, a construção/transformação de um novo território que não é pautado nas lógicas capitalistas. Para isso, as ocupações de terras e manifestações do campo foram importantes para a conquista dos territórios e legitimação de denúncias e chamam a atenção para as questões que envolvem o campo na região. Nessa linha

histórica, destacamos as ações de resistência realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a promoção de territórios camponeses.

No Pontal do Paranapanema, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos movimentos socioterritoriais mais consolidados e especializados na luta pela terra e propositiva da Agroecologia enquanto ação de resistência e estratégia de desenvolvimento nos territórios vinculados à reforma agrária popular, e suas ações estão pautadas na crítica ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio.

Nessa conjuntura, destacamos o PE Gleba XV de Novembro como um dos territórios estratégicos de atuação do Movimento, que contribuiu com as ações desde o seu processo de consolidação. Essas contribuições estavam vinculadas à permanência dos sujeitos, à saúde, às renegociações de dívidas; na criação de infraestruturas, na perspectiva agroecológica partindo da produção, na comercialização realizada pelos membros da Associação Regional de Cooperação Agrícola, estabelecidos dentro dos mercados institucionais e camponeses contribuindo para o desenvolvimento territorial local do assentamento rural.

Nesse último caso, elencamos o trabalho do projeto das cestas agroecológicas que se estabelece enquanto resistência produtiva do MST e vem crescendo, gerando renda para os camponeses da ARCA, levando alimentos saudáveis livres de agrotóxicos à comunidade local, bem como contribuindo para o debate da soberania alimentar mesmo que localmente, com a doação de cestas para famílias em situação de insegurança alimentar frente ao período de pandemia e na relação de confiabilidade com os consumidores, trazendo laços afetivos e de confiabilidade entre os diferentes sujeitos.

Além dessa contribuição com a comunidade local, o projeto tem contribuído para qualificação no processo de transição da produção dos assentados do PE Gleba XV de Novembro, promovendo e consolidando essa forma de produção, de luta pela vida na terra e reforma agrária popular, fomentando a renda dos camponeses na venda direta dos seus produtos, sem a figura do atravessador, em que os consumidores conhecem a origem dos alimentos que estão consumindo.

Nesse sentido, concluímos que a Agroecologia deve ser compreendida como uma forma de resistência pautada na reforma agrária popular, na produção de alimentos agroecológicos por diferentes técnicas produtivas, nos saberes tradicionais dos diferentes sujeitos, no debate político-formativo dos diferentes sujeitos, promovendo o desenvolvimento territorial em consonância com a natureza, buscando a crítica aos problemas estruturantes do

sistema capitalista na propositiva de se alcançar a soberania alimentar, com centralidade nos camponeses, fundamentando assim, o debate paradigmático.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 353 - 392, ano 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/466/showToc>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 391f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA, Olivia Alves de. A reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da gleba XV de novembro a partir da trajetória da OMUS - organização das mulheres unidas. 2009 Dissertação (Mestrado em Sociologia) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados. 2016. 115f.

ALTIERI, Miguel. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.). Agricultura y desarrollo sostenible. Madrid: MAPA, 1995. p.151-203.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 13, nº. 16, pp. 22-32 Jan-jun./2010.

ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007.

ANTONIO, Armando Pereira. O movimento social e a organização do espaço rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no

período de 1960 a 1990. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa. As Crises da Relação Sociedade-Natureza: Um Diálogo em Busca das (Re)Conexões. 211f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2021.

BALEM, Tatiana A.; SILVEIRA, Paulo R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. Anais do V Simpósio IESA/SBSP, Florianópolis, 2002.

BATISTA, Maria Aline da Silva. Questão Agrária e Campesinato: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa. 109 f. Dissertação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados 11 (31), 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BOLSONI, Igor Mazzola Características do endividamento das famílias brasileiras durante a pandemia de Covid19. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/248040/TCC.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BORGES, Maria Celma. De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema - SP. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. 391 f.

BORSATTO, Ricardo Serra. A Agroecologia e sua Apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Assentados da Reforma Agrária. 319 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2011.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia e sua epistemologia. Interciência, v.37, n.9, p. 711-716, 2012.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A Agroecologia como um campo científico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 4-13, 2013a.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.51, n.4, p.645-660, 2013b.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola e mais do que escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001, p. 207-224.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. *Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo*. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CAETANO DE', Carli. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 100, p. 105-130, 2013.

CARDOSO, José Antônio. Nordeste goiano consolida produção agroecológica. Agência Sebrae de Notícias, 31 out. 2013. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/asn/uf/GO/nordeste-goiano-consolida-producao-agroecologica,193dee9fc84f9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CARTA CAPITAL. O fim da reforma agrária?. Carta Capital, 20 abr. 2017. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

CHIAPPE, Marta B. Dimensiones sociales de la agricultura sustentable. In: SARANDÓN, S. J. (Ed.) Agroecología: El camino para una agricultura sustentable. Argentina: Ediciones Científicas Americanas, 2002.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. 231 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf >. Acesso em: 15 ago. 2022.

COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. Revista Pegada, vol. 17, n.1, julho/2016, p. 312-346.

COSTA NETO, Canrobert.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). Ecologia Política:Natureza, Sociedad y Utopia. México: Clacso, 2002. p. 203-215.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e

agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 71-81.

COSTA, Luciomar Monteiro da. Agroecologia na Amazônia desafios e perspectivas no contexto da reforma agrária: um estudo de caso em Ariquemes – Rondônia. 112f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

COSTABEBER, Jacob Antônio. Acción coletiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. 422 f. Tese (Doutorado em Agronomia) Programa de Pós-graduação em Agroecologia, Campesinato e História - Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

COUTINHO, Alan Denizzar Limeira; HARTMANN, Luiz Carlos. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para Agroecologia e Comercialização nos Assentamentos Rurais. Cadernos de Agroecologia. 7(1). 2012.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Manifestações: com 142% de aumento, 2019 é o ano com o maior número já registrado pela CPT. CPT - Assessoria de Comunicação, 16 abr. 2020a. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/download/74-espaco-para-imprensa-releases-analiticos/14186-release-manifestac-o-es-com-142-de-aumento-2019-e-o-ano-com-o-maior-nu-mero-ja-registrado-pela-cpt-cpt-assessoria-de-comunicac-a-o>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2019. 2020b. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil - 2020. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2021.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil - 2021. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2022.

DATALUTA – BANCO DE DADOS DA POR ESPAÇOS E TERRITÓRIOS, 2020.

DATALUTA – BANCO DE DADOS DA POR ESPAÇOS E TERRITÓRIOS, 2022.

DATALUTA – BANCO DE DADOS DA POR ESPAÇOS E TERRITÓRIOS, 2023.

DOURADO, José Aparecido Lima. Feiras livres e reprodução camponesa: Interfaces da Relação Campo – Cidade. Anais XXI Encontro de Nacional de Geografia Agrária: Territórios em disputa: desafios da geografia agraria nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia – MG, 15-19 de outubro 2012.

DUVAL, Henrique Carmona; VALENCIO, Norma Felicidade L. S.; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Autoconsumo em assentamentos rurais: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. In: FERRANTE, V. S. B.; WHITAKER, D. C. A. Retrato de Assentamentos. Araraquara: Nepudor, 2008, p. 101-131.

ELGELMANN, Solange. De Norte a Sul, MST desenvolve viveiros populares da Reforma Agrária Popular. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/25/de-norte-a-sul-mst-desenvolve-viveiros> . Acesso em: 18 de fevereiro de 2023

ESTEVAN, Douglas. STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 13-18.

ESPAÇO DO PRODUTOR. Experiências exitosas de produção agroecológica de assentamentos do Nordeste são destaque em revista. Espaço do Produtor, 30 jan. 2015. Disponível em: < <http://www.uece.br/fafidam/2015/01/09/experiencias-exitosas-de-producao-agroecologica-de-assentamentos-do-nordeste-sao-destaque-em-revista/>>. Acesso em: Acesso em; 25 jan. 2020.

FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência Camponesa. Presidente Prudente: UNESP, 2002.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. Revista NERA. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, p. 08-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoní. Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 144.

FABRINI, João. Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/159>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FELICIANO, Carlos Alberto. Territórios em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FELICIANO, Carlos Alberto. PEREIRA, Danilo Valentim. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: as ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil 2000-2011. In: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas, FERNANDES, Bernardo Mançano. DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 117-145.

FELICIANO, Carlos Alberto. Desconstruindo a defesa da legalização da grilagem de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). Desenvolvimento territorial e questão agrária. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2016, p. 25-54.

FELICIO, Jorge Munir. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São

Paulo. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (1979-1999). 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Territorialização da luta pela terra. In: MOTA, M. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.473.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Uma outra visão do agronegócio: Um nome para “modernizar” o sistema de latifúndio. Jornal UNESP. Suplemento. Ano XX – nº 211. maio/2006a. Disponível em: <<https://bityli.com/mpJ3E>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Enumerando a Reforma Agrária. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 26 jan. 2006b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2006/01/26/enumerando-a-reforma-agraria/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRIANI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A geopolítica da questão agrária mundial. Boletim DATALUTA, n. 18, Jun. 2009a. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-236.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: HIDALGO, Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar. Agricultura Campesina em Latinoamérica: propuestas y desafios. Quito: Editorial Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2014.

FERNADES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José, LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. Boletim DATALUTA, jan. 2020. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2020.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FLECK, Ludwik. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FLORIANI, Nicolas. e FLORIANI, Dimas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 5, n. 1, p. 3-5, 2010.

FOOTE-WHYTE, Willian. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

FONTANA, Raphael Luiz Macêdo; VIEIRA, José Daniel; SILVA, José Adailton Barroso da; BARROSO, Rita de Cássia Amorim; RODRIGUES, Auro de Jesus. A agricultura sob o modo de produção capitalista. Cadernos de Graduação, Ciências Humanas e Sociais. v. 3, n. 2, p. 15-26, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2234/1733>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CARGILL. 2018. Disponível em: <<https://alimentacaoemfoco.org.br/>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

GALINDO, Eryka.; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Lucio; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. 2021.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Piter. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. The Journal of Peasant Studies. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2017.1353496>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. In: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas, FERNANDES, Bernardo Mançano.

DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 251-291.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Conflitualidade da questão agrária brasileira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). Desenvolvimento territorial e questão agrária. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2016, p. 82-112.

GLOBAL HEALTH ADVOCACY INCUBATOR. Facing Two Pandemics: How Big Food Undermined Public Health in the Era of COVID-19. Global Health Advocacy Incubator, 2020. Disponível em: <<https://advocacyincubator.org/wp-content/uploads/2020/11/GHAI-Facing-Two-Pandemics-Report-November-2020.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C (Orgs.). Dicionário de Agroecologia e Educação, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2021. p.725-735.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

G1 – GLOBO. Movimentos sociais e sindicais fazem protesto contra as reformas da Previdência Social e trabalhista em Presidente Prudente. G1. 30 jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/movimentos-sociais-e-sindicais-fazem-protesto-contras-reformas-da-previdencia-social-e-trabalhista-em-presidente-prudente.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1 – GLOBO. MST bloqueia rodovia e protesta em escritórios do Itesp. G1. 05 setembro de 2016. Disponível em: <<http://glo.bo/2bRZKjP>>. Acesso em: 10 out. 2021.

G1 – GLOBO. Brasil registra 1.036 mortes por coronavírus; total chega a 194.976 óbitos. G1, Bem-Estar, 31 de dez. 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/8JZLB>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; ALTIERI, Miguel A. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v.37, n.1, p. 90-102, 2013.

IZIDORO, Laís Túbero; BARONE, Luis Antônio. O autoconsumo em assentamentos de reforma agrária na região do Pontal DD Paranapanema. In: ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia - MG. Anais [...] Uberlândia - MG: 2018. p. 15-19.

JANONE, Lucas. Endividamento das famílias bate novo recorde em meio à pandemia. *Cable News Network Brasil*, 05 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

KAUFMANN, Marielen Priscila; PASQUALOTTO, Nayara; SENA, Mauricio Machado. A construção do conhecimento agroecológico no Território Central do Rio Grande do Sul: uma experiência baseada na metodologia campesino a campesino. *Extensão Rural*, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 7–20, 2019.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA, Aline Barboza de. *Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba*. 414 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, Felipe Peres Wuelliton. *Produzindo conhecimentos, colhendo transformações: tecnologias socioterritoriais de produção e comercialização de alimentos no Brasil (2020-2022) e Presidente Bernardes - SP (2023)*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2023.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP. *Revista NERA* v. 24, n. 58, Mai.-Ago./2021, pp. 146-167.

LIMA, Wesley. BioNatur: conheça a Rede de Produção de Sementes Agroecológicas em Minas Gerais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 17 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/01/17/bionatur-conheca-a-rede-de-producao-de-sementes-agroecologicas-em-minas-gerais/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIZÁRRAGA, Pilar; VACAFLORES, Carlos. Proyecto de dominación y resistencia campesina - el caso de Tarija, Bolivia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-248.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. O Programa De Aquisição De Alimentos (PAA) No Pontal Do Paranapanema. Revista NERA, Presidente Prudente, n. 26, p. 147-164, 2025.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo, Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

LEMO, Lucas; COSTA, Mateus. Coleta De Sementes. In: MST - Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, Cadernos de Agroecologia, vol. 1, 2020, p.40-43.

LOUREIRO, Bárbara. Como construir o planejamento produtivo In: MST - Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, Cadernos de Agroecologia, vol. 1, 2020, p. 32-40.

MALERBA, Julianna. Reconcentração fundiária será o maior legado da contrarreforma agrária do governo Temer. Justiça Ambiental, 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/reconcentracao-fundiaria-sera-o-maior-legado-da-contrarreforma-agraria-do-governo-temer/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. Agroecologia como movimento socioterritorial: Um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MCMICHAEL, Philip. Historicizing Food Sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2013.876999>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MCMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. Trad. MIDORI, S. São Paulo: Porto Alegre: Editora Unesp, Editora da UFRGS, 2016.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Reforma Agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS. *Revista NERA*, V. 22, n. 49, 2019.

MESSIAS, Fernanda Targa. O agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma nas charges de Darlos Latuff. 101f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MELO, Everton; PEREIRA, Mônica; MELO, Emely; TAVARES, Raíra; FONSECA, Frederico⁵. Diálogos e trocas de experiências em Agroecologia: intercâmbio entre agricultoras e agricultores das feiras agroecológicas do bairro da Várzea, Recife – PE. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. *Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018*.

MENDONÇA, Maria Alice Fernandes Corrêa. Agroecologia e indicadores de sustentabilidade: uma revisão teórico-metodológica. 100 f. Dissertação (Mestrado em

Extensão Rural – Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Minas Ferais, 2011.

MPA – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Agroecologia. 2020. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/agroecologia/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Trad. CASTANHEIRA, P. C. 1º ed. São Paulo: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI; R. H. R. [et al.] org. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463 p.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLEPS JUNIOR, João. As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais: Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012. Disponível em< <http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=869:eng-moura-victor&start=520>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MORENO, Ana Carolina. São Paulo tem mais mortes por Covid-19 em 4 meses de 2021 do que em todo o ano de 2020. G1, São Paulo, 27 de abr. 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/PiD1G>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo. Expressão Popular, 2001. 256 p

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; Ocupações e manifestações em Minas Gerais: a luta pela terra a partir da pesquisa DATALUTA, 1990-2010. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012. Disponível em< laga.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1508_1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Lei e justiça conflitos e grilagens em 2006: apontamentos iniciais. In: CPT. Conflitos no campo Brasil/2006. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2007, p. 170-175.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Entenda como estamos organizados. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 10 julho de 2009. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/07/10/entenda-como-estamos-organizados/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. Caderno de Formação, vol. 2, setembro de 2010.

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST: VI Congresso Nacional. São Paulo, 2013.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nota do MST sobre ocupação da Fazenda Santa Mônica – Corumbá/Goiás. MST, 31 ago. 2014. Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/08/31/tres-mil-familias-ocupam-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Cacau e chocolate agroecológico: conheça a produção que cresce no norte do país. MST, 30 mai. 2019a. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/05/30/cacau-e-chocolate-agroecologico-conheca-a-producao-que-cresce-no-norte-do-pais/>>. Acesso em; 25 jan. 2020.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Assentamento do Paraná é referência na produção de agroecológicos. MST, 19 mar. 2019b. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/03/19/assentamento-do-parana-e-referencia-na-producao-de-agroecologicos/>>. Acesso em; 25 jan. 2020.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, Cadernos de Agroecologia, vol. 1, 2020.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dia Mundial da Água: Sem Terra plantam árvores em nascentes e margens de rios, em todo país. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 22 de março de 2021: Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/03/22/dia-mundial-da-agua-sem-terra-plantam-arvores-em-nascentes-e-margens-de-rios-em-todo-pais/#:~:text=Com%20o%20lema%20%E2%80%9CReforma%20Agr%C3%A1ria,%2C%20riachos%2C%20veredas%20e%20nascentes.>>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Por reforma agraria popular: Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis. Cadernos de Agroecologia, vol. 2, 2022.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. O MST: Nossa História. 2023a. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Solidariedade Sem Terra. 2023b. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/solidariedade-sem-terra/#apresentacao>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis. 2024. Disponível em: <<https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/#apresentacao>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Galeria de imagens. Sem ano. Disponível em: < <https://mst.org.br/conteudo/galerias-de-imagens/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-172.

OLIVEIRA, Catarina de Sousa de; RIBEIRO, Gilmara Fernandes. Um levante de setembro. In: Conflitos no Campo Brasil - 2021. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2022, p. 222-224.

O'LOIOLA, V. de; MARTINS, H. A. A Importância da Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL) como alternativa para a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Camponesa em Cáceres-MT. Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária - Geografia das redes de mobilização social na América Latina: resistências e rebeldia desde baixo nos territórios de vida. Curitiba (PR), 1 a 5 de novembro de 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Territórios e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019).

ORTIZ, Daza; MARÍN, Luis Alberto Vargas. La agroecología: una estrategia para afrontar el cambio climático. 2012. Disponível em: <
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4237380> >. Acesso em: 06 ago. 2022.

PACÍFICO, Daniela A.; SOGLIO, Fábio Kessler Dal. Transição para agricultura de base ecológica: um processo social. Revista Brasileira de Agroecologia. 5(2): 50-64 (2010).

PASSOS, Messias Modesto dos. As crises – Energética e agrária – e os impactos socioambientais no Pontal do Paranapanema. Boletim de Geografia. 25(1), 2007, p. 59-80.

PECCINI, Michel Diego; HARTMANN, Luiz Carlos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. Anais III Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar. Curitiba, 12-13 de novembro de 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. A importância dos quintais produtivos na economia familiar. AGOECOL - “Agroecologia e soberania alimentar: saberes em busca do bem viver”. 16 a 19 de novembro de 2016, Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.cpa.embra.br/cds/agroecol2016/PDF's/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2023.

PEREIRA, Daniel. O MST e o cuidado dos bens comuns In: MST - Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, Cadernos de Agroecologia, vol. 1, 2020, p. 18-26.

PEREIRA, Danilo Valentin. Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, Thaylize Goes Nunes. O MST e as políticas de reforma agrária no Governo Lula: relatos orais da luta pela conquista e pela permanência na terra no acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia: Unindo Reforma Agrária e Conservação Ambiental. Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2 No.2.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. Cadernos de Agroecologia, v. 11 n. 1 (2016): I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Recife/Olinda/PE - Construindo Princípios e Diretrizes.

PETERSEN, Paulo. Conferência “La emergencia Agroecológica”. 27 de novembro de 2020. In: VIII Congresso Latino-Americano de Agroecologia. Uruguai. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bk4U20WonyY>>. Acesso em: 28 out. 2021.

POULANTZAS, Nicolas. Estado poder e socialismo: São Paulo: Graal, 1990.

QUADROS, Vasconcelo. A paralisação da Reforma Agrária no Brasil pós-golpe. Outras Mídias, Agência Pública, 23 mai. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-paralisacao-da-reforma-agaria-no-brasil-pos-golpe/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

RABELLO, Diogenes. Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica. 105 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

RABELLO, Diogenes. Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

RABELLO, Diógenes; LEAL, Sidney Cassio Todescato; SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. Campesinato no Pontal do Paranapanema: conflitos, estratégias e alternativas. In: XVIII Encontro Nacional De Geógrafos, 2016, São Luis. Anais eletrônicos XVIII Encontro Nacional De Geógrafos. São Paulo: AGB, 2016. v. 1.

RABELLO, Diógenes; REIS, Ana Terra; SILVA Lucas Souza. Discutindo questão agrária no Pontal do Paranapanema (SP): elementos para pensar agroecologia, reforma agrária e conflitos territoriais. Cadernos de Agroecologia – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

RAMIRO, Patrícia Alves; ALMEIDA, Olivia Alves de. Des(a)fiando memórias: a construção do espaço social da reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, Campina Grande, n.2, Vol. 38, p. 73-87, 2018

REIS, Ana Terra. Sobre o papel do Estado, a luta e as políticas públicas. In: REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Francine (org.). Ensaio sobre a questão agrária. São Paulo: Outras Expressões, 2013, 109-125 p.

REIS, Ana Terra. Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 169 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2015.

RIBAS, Alexandre. Domingues. A dinâmica societal e a expressão territorial da COCAMP No Pontal Do Paranapanema. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011.

ROSA, Marcela Pereira; SVARTMAN, Bernardo Parodi. Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. Psicologia Política, 18 (41), 2018, p. 18-41.

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSS, Djoni. Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

ROSS, Djoni.; PAULINO, Eliane Tomiasi; SOARES, Gustavo; MONTENEGRO, J Jorge Ramón. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. Geografia em Questão, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. Ecology and Society. 2012. Disponível em:< <https://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss3/art17/>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. Agroecología ciencia y política. Ecuador: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología. 3ª edição, 2018.

SALAS-ZAPATA, Walter; RÍOS-OSORIO, Leonardo; CASTILLO, Javier Álvarez-Del. La ciencia emergente de la sustentabilidad: de la práctica científica hacia la constitución de una ciencia. *Interciência*, v. 36, nº 9, 2011.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009. 92f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010.

SARAGOSO, Tábata Morena Rodrigues; MACHADO, Luana Garcia; GARCIA, Edith Geraldine Mareco. Agroecologia: uma ciência interdisciplinar. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras*, v. 3, n. 1, 107-113, jan/jul. de 2018.

SILVA, Márcia Carolina. A luta pela terra em Minas Gerais - Um estudo sobre as manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2000-2015). VIII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG. 24 a 30 de julho de 2016. São Luís (MA). Anais ENG - A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468276379_ARQUIVO_ARTIGOENG-COMPLETO.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Maiara Batista da. Cesta camponesa de alimentos saudáveis: uma estratégia na aliança campo cidade por soberania alimentar. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. UFES, Vitória - Espírito Santo, 2-7 de dezembro de 2018.

SILVA, Raimundo Pires. Assentamento rural: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, 2003, 101p.

SILVA, Simone Affonso da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Acervo Online, Desigualdade Social, 23 nov. 2020. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Manifestações: a arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In *Cadernos Conflitos no Campo Brasil/2007*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

SILVA, Dherwerson dos Santos; CURY, Mauro José Ferreira. Identidade camponesa nos assentamentos do MST no Brasil. *Revista Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, n. 4, p. 22 - 35, 2015.

SILVA NETO, Benedito. Agroecologia, ciência e emancipação humana. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 8(1): 3-17, 2013. Disponível em: < https://orgprints.org/24475/1/SILVA%20NETO%2C%20Benedito_Agroecologia%2C%20ci%C3%Aancia%20e%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20humana.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVEIRA, Fátima Rotulando da; ANTONIO, Armando Pereira; COELHO, Marília; SILVA, José Caetano da; FERNANDES, Bernardo Mançano; GOMES, Jaime de Oliveira; SANT'ANNA NETO, João Lima. Origem e formação do Assentamento Gleba XV de Novembro – SP. In: *EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina*, 9., 2005, México. Anais [...]. México: 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/03.pdf>>

SIMONATO, Danitielle Cineli; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. O que eles e elas produzem? a correlação entre envelhecimento e produção de alimentos: estudo de caso do Assentamento Gleba XV de Novembro – SP. In: *Congresso Nacional de Envelhecimento Humano*, 2, 2018, Curitiba - PR. Anais [...] Curitiba : 2018.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção; SCANTIMBURGO, André; FIAMENGUI, Fernando. Globalização neoliberal, injustiça ambiental e agricultura. In: POSSAS, L. M. V.;

SALA, J. B. Novos atores e relações internacionais. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p. 267-292.

SOARES, Aparecida Hurtado; FARIAS NETO, Raimundo Marly Carvalho de; SANTOS, Carolina Simões dos; FURTADO, Luana Lucas; NOBRE, Henderson Gonçalves. Construção do conhecimento agroecológico: a experiência do coletivo de criação de galinha caipira no assentamento Carlos Lamarca, Capitão Poço – PA. Anais - VII Simpósio Reforma Agrária Questões Rurais, 2016. Disponível em: <<https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simpósio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao5a/construcao-conhecimento-agroecologico.pdf>>. Acesso em; 25 jan. 2020.

SOBREIRO FILHO, José. O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 547 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SOBREIRO FILHO, José; SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. As ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema 1988-2011. In: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas, FERNANDES, Bernardo Mançano. DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 69-100.

SOUZA, Karin Gabriel Moreno de. Cooperativismo MST: um estudo sobre a Fundação da Cocapar. Revista Presença Geográfica. VOL. VII, NUM. 02, ANO 04, 2017.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 89-102.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. Geografia - Volume 12 - Número 1 - Jan/Jun. 2003.

VERGÉS, Armando Bartra. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. São Paulo: cultura Acadêmica, 2011.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. Agroecology And Peasants'seeds, In The Media, Youth. 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

WELCH, Clifford Andrew. Camponeses Brazil's Peasant Movement in Historical Perspective (1946-2004). Latin American Perspectives. Thousand Oaks: Sage Publications Inc, v. 36, n. 4, p. 126-155, 2009a.

WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignes, (orgs), Lutas camponesas contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas - o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980, São Paulo: Editora da UNESP, 2009b, p. 139-170.

WELLE, Deutsche. Conflitos no campo crescem sob governo Bolsonaro. Uol Notícias, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/04/17/conflitos-no-campo-crescem-sob-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 28 out. 2020.

ZARREF, Luiz. Agroecologia e o MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 24 out. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2020.

ZARREFE, Luiz; RODRIGUES, Izabel. Agroflorestar o Brasil para contribuir na construção do Socialismo!. In: MST - Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis, Cadernos de Agroecologia, vol. 1, 2020, p. 26-31.